



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO – UNIRIO
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS – CCH
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO – PPGedu

ADILENE CUNEGUNDES DA SILVA

O INGRESSO E A PERMANÊNCIA DA PRIMEIRA TURMA DAS ASPIRANTES
NO CURSO DE GRADUAÇÃO DA ESCOLA NAVAL (2014-2017)

Rio de Janeiro – RJ
Agosto – 2018



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO – UNIRIO
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS – CCH
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO – PPGEdu

O INGRESSO E A PERMANÊNCIA DA PRIMEIRA TURMA DAS ASPIRANTES NO
CURSO DE GRADUAÇÃO DA ESCOLA NAVAL (2014-2017)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Educação.

Orientadora: Prof^a Dr^a Nailda Marinho da Costa

Rio de Janeiro – RJ
Agosto – 2018

Catálogo informatizado pelo(a) autor(a)

- S Silva, Adilene Cunegundes da
O ingresso e a permanência da primeira turma das Aspirantes no Curso de Graduação da Escola Naval (2014-2017) / Adilene Cunegundes da Silva. -- Rio de Janeiro, 2018.
190
- Orientador: Náilda Marinho da Costa.
Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Programa de Pós-Graduação em Educação, 2018.
1. Escola Naval. 2. Mulheres na Marinha. 3. Aspirantes. 4. Ensino Superior. I. Marinho da Costa, Náilda, orient. II. Título.



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO – UNIRIO
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS – CCH
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO – PPGEdu

Adilene Cunegundes da Silva

O INGRESSO E A PERMANÊNCIA DA PRIMEIRA TURMA DAS ASPIRANTES
NO CURSO DE GRADUAÇÃO DA ESCOLA NAVAL (2014-2017)

Apresentada em: 31/08/2018

Banca examinadora:

Prof^ª Dr^ª Nailda Marinho da Costa (Orientadora - UNIRIO)
(Orientadora)

Prof. Dr. José Damiro de Moraes (UNIRIO)
(Examinador interno)

Prof^ª Dr^ª Maria Celi Chaves Vasconcelos (UERJ)
(Examinadora externa)

Dedico este trabalho a minha família, que sempre me incentivou a evoluir, tanto profissionalmente, academicamente, quanto como pessoa, em especial a Sra. Aleide, minha querida mãe, à Kamilla, minha amada filha, à Márcia e ao Marcelino, meus adorados irmã e irmão, aos meus estimados sobrinho e sobrinhas, Maycon, Mayara e Alessandra e por último, ao inesquecível Sr. Antônio, meu pai, hoje em memória, mas enquanto existiu fisicamente, incentivou seus filhos investirem nos estudos, pois a Educação é o nosso bem de maior valor.

Agradecimentos

Primeiramente, agradeço a Deus, que com sua bondade e misericórdia sempre me conduziu pelos melhores caminhos, protegendo-me e me abençoando sempre com inúmeras graças.

À Aleide, amada e maravilhosa mãe, pelo apoio incondicional que sempre me prestou nos momentos de dificuldade, tornando possível que eu continuasse em busca da realização dos meus sonhos.

À Kamilla, amada filha, perfeita, pelo exemplo de mulher forte e independente, que me inspira e motiva, a cada dia, a ser uma pessoa e mãe melhor, como também por permanecer ao meu lado ao longo da construção deste trabalho.

À Maria, pelo amor de avó, à Márcia e ao Marcelino, irmã e irmão amados, pela preocupação, proteção e incentivo constantes, em todos os momentos da minha vida e à Mayara, Alessandra e Maycon, sobrinhas e sobrinho queridos, pelo carinho e atenção demonstrados.

Demais familiares e amigos, pela compreensão e pelo incentivo diário durante essa caminhada.

À Professora e orientadora Dr^a Nailda Marinho da Costa, por ter me escolhido como orientanda, pelo acolhimento em todos os momentos, independente das adversidades, pelo conhecimento compartilhado, pela paciência e pelo tempo dedicado à orientação, sempre com um cuidado especial para que este trabalho atingisse o seu objetivo.

À Marinha do Brasil, especialmente à Diretoria de Ensino da Marinha, pela confiança depositada ao autorizar a utilização do nome da Escola Naval, o acesso a documentos não reservados afetos ao tema e as entrevistas com as Aspirantes da primeira turma, tornando possível à realização deste estudo, bem como aos meus superiores hierárquicos, pela bondade e apoio nos momentos que precisei e principalmente pela valorização à educação, à pesquisa e ao ensino.

Às Guardas-Marinha, Intendentes de Marinha, Naraiane, Maria Carolina, Juliana Braga, Thaís, Laís, Thaís Affonso, Jéssica Custódio, Natascha, Thaísa, Luana, Rebeca e Fernanda, da Turma Almirante Gastão Motta, primeiras mulheres da história a ingressar na Escola Naval como alunas, pelas entrevistas concedidas enquanto Aspirantes do 4º ano, sendo as suas falas os registros mais valiosos desta pesquisa.

À Escola Naval, pelo apoio e acolhimento enquanto estive destacada como Oficial pedagoga da Diretoria de Ensino da Marinha para realizar atividades pedagógicas durante o período de dois meses, viabilizando a realização das entrevistas da presente pesquisa com a participação das Aspirantes da primeira turma.

Ao Núcleo de Estudos e Pesquisas em História da Educação Brasileira (NEPHEB) da UNIRIO pelos momentos de trocas de conhecimentos e de aprendizagens, especialmente à coordenadora, a Prof^ª Dr^a Nailda Marinho e aos professores Dr^a Ângela Martins, Dr José Damiro e Dr Miguel Angelo e aos colegas participantes, que enriqueceram com suas contribuições nas Atividades de Estudo e Pesquisa.

Ao Prof Dr José Damiro de Moraes, da UNIRIO e à Prof^ª Dr^a Maria Celi Chaves Vasconcelos, da UERJ por aceitarem o convite para compor a banca examinadora desta dissertação, bem como pelas contribuições valiosas a este trabalho, registradas por ocasião do exame de qualificação.

Aos colegas da turma de Mestrado em Educação de 2016 da UNIRIO, pelos momentos vividos em sala ou extraclasse e pelo apoio mútuo e irrestrito ao longo do curso.

“Todas as vitórias ocultam uma abdicação”. (Simone de Beauvoir)

SILVA, Adilene Cunegundes da. **O ingresso e a permanência da primeira turma das Aspirantes no Curso de Graduação da Escola Naval (2014-2017)**. Dissertação de Mestrado. Faculdade de Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro-UNIRIO. Rio de Janeiro, 2018.

RESUMO

O presente estudo tem o propósito de investigar o ingresso e a permanência da primeira turma das Aspirantes da Escola Naval no período de 2014 a 2017, que representa um marco político e histórico importante sobre a presença feminina no nível superior de ensino e sobre a questão de gênero no Brasil, pois permitiu que mulheres incorporassem às turmas do curso de graduação dessa escola, espaço anteriormente ocupado apenas por pessoas do sexo masculino. Essa pesquisa, de cunho qualitativo, foi desenvolvida mediante uma abordagem teórico-metodológica fundamentada em pesquisa bibliográfica e documental, pesquisa de campo baseada em entrevistas semiestruturadas, tendo como participantes entrevistadas as doze Aspirantes da primeira turma. Além da Força Aérea Brasileira, a Marinha do Brasil foi a segunda Força Armada a admitir mulheres em seus cursos de graduação e o Exército em seguida, recebendo suas primeiras Cadetes em 2018.

PALAVRAS-CHAVE: Escola Naval, Mulheres na Marinha, Aspirantes, Ensino Superior

SILVA, Adilene Cunegundes da. **The entrance and stay of the first group of Aspirants in the Course of Graduation of the Naval School (2014-2017)**. Masters dissertation. Faculty of Education, Graduate Program in Education, Federal University of the State of Rio de Janeiro-UNIRIO. Rio de Janeiro, 2018.

ABSTRACT

The present study has the purpose of investigating the entry and permanence of the first class of Aspirants of the Naval School between 2014 and 2017, which represents an important political and historical framework on the female presence in the higher education level and on the question of gender in Brazil, since it allowed women to incorporate the classes of undergraduate course of this school, a space previously occupied only by males. This qualitative research was developed through a theoretical-methodological approach based on bibliographical and documentary research, field research based on semi-structured interviews, having as participants interviewed the twelve Aspirants of the first group. In addition to the Brazilian Air Force, the Brazilian Navy was the second Armed Force to admit women in their undergraduate courses and the Army then receiving its first Cadets in 2018.

KEY WORDS: Naval School, Women in the Navy, Aspirants, Higher Education

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

- Imagem 1** - Currículo da Real Companhia e Academia dos Guardas-Marinha, 34
- Imagem 2** - Distribuição do Curso Acadêmico da Escola de Marinha pelos quatro anos, 35
- Imagem 3** - Escola Naval, situada na Ilha de Villegagnon, 39
- Imagem 4** - Avisos de Instrução da Escola Naval, 40
- Imagem 5** - Planetário da Escola Naval, 41
- Imagem 6** - Simulador Tático da Escola Naval, 41
- Imagem 7** - Laboratório de Eletrônica da Escola Naval, 43
- Imagem 8** - Laboratório de Física da Escola Naval, 44
- Imagem 9** - Laboratório de Línguas da Escola Naval, 45
- Imagem 10** - Navio Escola Brasil, 60
- Imagem 11** - Tabela de Soldos das Forças Armadas Brasileiras, 64
- Imagem 12** - Carga Horária Total do Curso de Graduação da Escola Naval, 65
- Imagem 13** - Propaganda do Concurso Público de Admissão à Escola Naval em 2013 que admitiu pela primeira vez candidatas do sexo feminino, 98
- Imagem 14** - As 12 Aspirantes da Primeira Turma da Escola Naval, 104
- Imagem 15** - Apresentação das Aspirantes da Primeira Turma na Escola Naval para o Período de Adaptação, 111
- Imagem 16** - Aspirante feminina da primeira turma em atividade prática, 112
- Imagem 17** - Aspirante feminina praticando Tiro Esportivo, 113
- Imagem 18** - Aspirantes praticam esporte de Cabo de Guerra na Escola Naval, 114
- Imagem 19** - Aspirantes femininas praticam esporte de Cabo de Guerra na Escola Naval, 115
- Imagem 20** - Aspirantes praticam atividade de esporte a Remo na Escola Naval, 116
- Imagem 21** - As novas Aspirantes posam para a foto junto a Oficiais femininas da Escola Naval, 119
- Imagem 22** - As Guardas-Marinha Intendentes de Marinha da Primeira Turma de Mulheres da Escola Naval, 126
- Imagem 23** - A Contra-Almirante (Md) Dalva (ao centro da foto) junto às Guardas-Marinha pioneiras da Escola Naval no dia da formatura, 128
- Imagem 24** - A Contra-Almirante (Md) Dalva posa para foto na Área do Comando do 1º Distrito Naval, 129
- Imagem 25** - Familiares e Amigos se reúnem na Base Naval do Rio de Janeiro para se despedir dos Guardas-Marinha da Turma Almirante Gastão Motta, 132
- Imagem 26** - Navio Escola Brasil suspende para a XXXII Viagem de Instrução de Guardas-Marinha da Turma Almirante Gastão Motta, 133
- Imagem 27** - Extrato da Reportagem sobre o ingresso pela primeira vez de Mulheres na Marinha na Linha de Combate, 136
- Imagem 28** – Quadro sobre distribuição por sexos nos cursos de graduação, 146

LISTA DE QUADROS

- Quadro 1** - Formas de ingresso de mulheres militares na Marinha do Brasil, 19
- Quadro 2** - Cronologia da Escola Naval e do Colégio Naval, 38
- Quadro 3** - Auditórios da Escola Naval, 42
- Quadro 4** - Laboratórios da Escola Naval, 43
- Quadro 5** - Tipos de Ensino do Curso de Graduação para Oficiais da Escola Naval, 50
- Quadro 6** - Ciclos do Curso de Graduação para Oficiais da Escola Naval, 50
- Quadro 7** - Atividades do Período de Verão do Curso de Graduação para Oficiais da Escola Naval, 51
- Quadro 8** - Corpos e Habilitações do Curso de Graduação da Escola Naval, 53
- Quadro 9** - Ciclo Escolar Comum a Todos os Alunos: 1º e 2º Anos, 54
- Quadro 10** - Ciclo Escolar para o Corpo da Armada 3º e 4º Anos, 55
- Quadro 11** - Ciclo Escolar Para o Corpo de Fuzileiros Navais: 3º e 4º Anos, 57
- Quadro 12** - Ciclo Escolar para o Corpo de Intendentes da Marinha: 3º e 4º Anos, 58
- Quadro 13** - Ciclo Pós Escolar, 60
- Quadro 14** - Efetivo de Mulheres nas Forças Armadas Brasileiras, 90
- Quadro 15** - Relação Candidato X Vaga do Concurso do Edital CPAEN/2012– Turma 2013, 95
- Quadro 16** - Relação Candidato X Vaga do Concurso do Edital CPAEN/2013– Turma 2014, 96
- Quadro 17** - Etapas do Concurso Público de Admissão à Escola Naval 2013– Turma 2014, 99
- Quadro 18** - Fases do Concurso Público de Admissão à Escola Naval 2013– Turma 2014, 100
- Quadro 19** - Diferenças dos Índices do Teste de Aptidão Física por Sexo do CPAEN, 101
- Quadro 20** - Resultado Final do CPAEN/2013– Turma 2014, 102
- Quadro 21** - Perfil da Primeira Turma das Aspirantes em 2017 (Durante o 4º Ano Letivo), 105
- Quadro 22** - Alterações na Redação de Texto da Lei de Reestruturação dos Corpos e Quadros de Oficiais e de Praças da Marinha, 138
- Quadro 23** - Relação Candidato Vaga do Concurso do Edital CPAEN/2014 – Turma 2015, 139
- Quadro 24** - Relação Candidato Vaga do Concurso do Edital CPAEN/2015 – Turma 2016, 140
- Quadro 25** - Relação Candidato Vaga do Concurso do Edital CPAEN/2016 – Turma 2017, 142
- Quadro 26** - Relação Candidato Vaga do Concurso do Edital CPAEN/2017 – Turma 2018, 143
- Quadro 27** - Relação Candidato Vaga do Concurso do Edital CPAEN/2018 – Turma 2019, 149
- Quadro 28** - Relação Candidato Vaga dos Concursos dos Editais CPAEN/2012 a CPAEN/2018, 153

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

AFA – Academia da Força Aérea
AMAN – Academia Militar das Agulhas Negras
AP – Avaliação Psicológica
Asp – Aspirante
BDTD – Biblioteca Digital de Teses e Dissertações
CA – Corpo da Armada
CAFRM – Corpo Auxiliar Feminino da Reserva da Marinha
CAM – Corpo Auxiliar da Marinha
CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal do Ensino Superior
CE – Ciclo Escolar
CFM – Conforme
CFN – Corpo de Fuzileiros Navais
CFOF – Curso de Formação de Oficiais
CG – Curso de Graduação
CIABA – Centro de Instrução Almirante Braz de Aguiar
CIAGA – Centro de Instrução Almirante Graça Aranha
CIAW – Centro de Instrução Almirante Wandenkolk
CIM – Corpo de Intendentes da Marinha
CMRJ – Colégio Militar do Rio de Janeiro
CMG – Capitão de Mar e Guerra
CN – Colégio Naval
CNS – Conselho Nacional de Saúde
CNPq – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
ComCA – Comando do Corpo de Alunos
CPACN – Concurso de Admissão ao Colégio Naval
CPAEN – Concurso Público de Admissão à Escola Naval
CP – Concurso Público
CPE – Ciclo Pós Escolar
CP-T – Concurso Público de Admissão ao Quadro Técnico do Corpo Auxiliar da Marinha
CSNU – Conselho de Segurança das Nações Unidas
CT – Capitão-Tenente
DEnsM – Diretoria de Ensino da Marinha
DGPM – Diretoria-Geral do Pessoal da Marinha
DPHDM – Diretoria do Patrimônio Histórico e Documental da Marinha

DPMM – Diretoria do Pessoal Militar da Marinha
EAD – Ensino a Distância
EB – Ensino Básico
EB – Exército Brasileiro
EFOMM – Escola de Formação de Oficiais da Marinha Mercante
EGN – Escola de Guerra Naval
EMN – Ensino Militar Naval
EN – Escola Naval
END – Estratégia Nacional de Defesa
EP – Ensino Profissional
EsPCEx – Escola Preparatória de Cadetes do Exército
FAB – Força Aérea Brasileira
FGV – Fundação Getúlio Vargas
FN – Fuzileiros Navais
FUNAG – Fundação Alexandre de Gusmão
GM – Guarda-Marinha
GT – Grupo de Trabalho
HE – Habilitação em Eletrônica
HM – Habilitação em Máquinas
HNMD – Hospital Naval Marcílio Dias
HS – Habilitação em Sistemas de Armas
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IM – Intendente de Marinha
IME – Instituto Militar de Engenharia
IGP – Indicação Geográfica Protegida
IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
IS – Inspeção de Saúde
ITA – Instituto Tecnológico de Aeronáutica
LDBEN – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
MB – Marinha do Brasil
MD – Ministério da Defesa
Md – Médico
MDA – Ministério de Desenvolvimento Agrário
MEC – Ministério da Educação
MCT – Ministério da Ciência e Tecnologia

MCTI – Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações
MP – Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão
MPS – Mulheres, Paz e Segurança
NASH – Navio de Assistência Hospitalar
NE – Navio Escola
NEPHEB – Núcleo de Estudos e Pesquisas em História da Educação Brasileira
NUPHEBRAS – Núcleo de Pesquisas de História de Enfermagem Brasileira
OSCA – Oficial de Serviço do Corpo de Alunos
ONU – Organização das Nações Unidas
OM – Organização Militar
PEC – Proposta de Ementa à Constituição
PEM – Plano Estratégico da Marinha
PMC – Programa Mulher e Ciência
PMPN – Plano Nacional de Políticas para Mulheres
PoEnsM – Política de Ensino da Marinha
PPN – Prática Profissional Naval
PSAEN – Processo Seletivo da Admissão à Escola Naval
PUC – Pontifícia Universidade Católica
QC – Quadro Complementar
RAInt – Relatório de Avaliação Interna
RIEN – Regimento Interno da Escola Naval
RM1 – Reserva da Marinha de 1ª Classe
RUMB – Regulamento de Uniformes da Marinha do Brasil
SCIELO – Scientific Electronic Library Online
SEB – Secretaria de Educação Básica
SECADI – Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade
SEN – Sistema de Ensino Naval
SEPPIR - Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial da Presidência da República
SOE – Serviço de Orientação Educacional
SPM – Secretaria de Políticas para as Mulheres
SSPM – Serviço de Seleção do Pessoal da Marinha
TAF – Teste de Aptidão Física
T – Quadro Técnico
TCLE – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

TFM – Treinamento Físico Militar

TSF – Teste de Suficiência Física

UFF – Universidade Federal Fluminense

UFRJ – Universidade Federal do Rio de Janeiro

UFSC – Universidade Federal de Santa Catarina

UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

UNESP – Universidade Estadual Paulista

UNIRIO – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

UNIVALI – Universidade do Vale do Itajaí

USNA – United States Navy Academy (Academia Naval dos Estados Unidos)

VD – Verificação de Documentos

VDB – Verificação de Dados Biográficos

VIGM – Viagem de Instrução de Guardas-Marinha

INTRODUÇÃO, 18

1. Trajetória acadêmica, profissional e definição do objeto de estudo, 18
2. Justificativa e relevância, 21
3. A abordagem teórico-metodológica, 25
4. Pesquisa documental e bibliográfica, 26
5. Entrevista semiestruturada, 28

CAPÍTULO I - O CENÁRIO DA PESQUISA: A ESCOLA NAVAL E O SEU CURSO DE GRADUAÇÃO PARA OFICIAIS, 33

- 1.1 A estrutura da Escola Naval nos dias atuais, 39
- 1.2 O curso de graduação da Escola Naval, 46

CAPÍTULO II - O INGRESSO DE MULHERES COMO ASPIRANTES NA ESCOLA NAVAL, 67

- 2.1 As primeiras iniciativas da Marinha para o ingresso de mulheres como alunas da Escola Naval, 67
- 2.2 As políticas públicas de igualdade de gênero e sua relação com o ingresso das mulheres na Escola Naval da Marinha do Brasil, 76
- 2.3 As mudanças estruturais para receber alunas Aspirantes, 91
- 2.4 O processo de seleção: concurso público como forma de ingresso, 94
- 2.5 O Período de Adaptação: última etapa do processo de seleção, 110

CAPÍTULO III - A PERMANÊNCIA DE ASPIRANTES MULHERES NO CURSO DE GRADUAÇÃO DA ESCOLA NAVAL, 117

- 3.1 A trajetória da primeira turma de mulheres como Aspirantes no cenário do curso de graduação da Escola Naval: do Ciclo Escolar ao Pós Escolar (2014-2018), 117
 - 3.1.1 Alterações no espaço e nas regras de conduta, 122
- 3.2 O encerramento do Ciclo Escolar: eis a formatura...enfim, mulheres Guardas-Marinha Intendentes da Marinha!, 124
- 3.3 Após a formatura: o início do Ciclo Pós Escolar, 131
- 3.4 A permanência de mulheres como Aspirantes na Escola Naval: as mudanças dos novos editais, 137
 - 3.4.1 A previsão regular de vagas para Aspirantes do sexo feminino no Concurso Público de Admissão à Escola Naval, 139

CONSIDERAÇÕES FINAIS, 154

REFERÊNCIAS, 160

APÊNDICES, 166

Apêndice I – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, 167

Apêndice II – Roteiro para Entrevista às Aspirantes, 169

ANEXOS, 171

Anexo I – Compilação dos resumos das Teses, Dissertações e Artigos, 172

Anexo II – Solicitação para realização da pesquisa por meio de Comunicação Interna, 177

Anexo III – Carta da orientadora de apresentação da mestranda para realização da pesquisa, 178

Anexo IV – Autorização para realização da pesquisa, 180

Anexo V – Lei nº 9,519, de 26 de novembro de 1997, 181

Anexo VI – Lei nº 12.705, de 8 de agosto de 2012, 188

INTRODUÇÃO

1. Trajetória acadêmica, profissional e definição do objeto de estudo

Após a conclusão da graduação no curso de Licenciatura Plena em Pedagogia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro no ano de 2005 e do curso de Pós-Graduação Lato Sensu em Docência do Ensino Superior pela Universidade Castelo Branco em 2007, devido à necessidade de atingir uma situação financeira estável, iniciei estudos em cursos preparatórios voltados para aprovação em algum concurso público.

Ao alcançar esse objetivo, a aprovação, classificação, convocação e nomeação em terceiro lugar no Concurso Público para Admissão ao Quadro Técnico do Corpo Auxiliar da Marinha (CP-T) em 2009, para uma das quatro vagas da profissão de “Pedagogia”, conforme previsto no edital, prosseguir a formação acadêmica no nível de Mestrado se tornou mais um objetivo a ser alcançado.

O fato de ser mulher, mãe, nordestina, de ser a principal provedora financeira do meu lar, entre outras responsabilidades, numa sociedade patriarcal e sexista como a brasileira, de passar a conviver num ambiente tradicionalmente masculino, que é o ambiente militar das Forças Armadas, especificamente da Marinha do Brasil, no qual as mulheres são minoria despertou o desejo de estudar temas relacionados à busca da igualdade de gêneros (entre homens e mulheres) em espaços antes permitidos apenas aos homens, como no caso da Escola Naval da Marinha do Brasil.

Desde o ingresso na carreira de Oficial da Marinha na “Profissão de Pedagogia” do Quadro Técnico do Corpo Auxiliar da Marinha, atuei em diversas Organizações Militares exercendo as seguintes funções: Ajudante da Divisão de Orientação Pedagógica e Educacional da Escola de Saúde do Hospital Naval Marcílio Dias (HNMD), Ajudante da Divisão de Orientação Pedagógica no Centro de Instrução Almirante Wandenkolk (CIAW), Chefe do Departamento de Cursos da Marinha Mercante do Centro de Instrução Almirante Braz de Aguiar (CIABA), localizado em Belém do Pará, Ajudante do Departamento de Processos Seletivos da Diretoria de Ensino da Marinha (DEnsM) e na Escola Naval, em caráter de destaque, durante o período de dois meses. Seguindo os interstícios da carreira, passando por Guarda-Marinha, Segundo-Tenente, Primeiro-Tenente e hoje no Posto de Capitão-Tenente,

exerço atualmente a função de Assistente¹ do Comandante, no Centro de Instrução Almirante Wandenkolk (CIAW), localizado na Ilha das Enxadas, na Baía da Guanabara, local de formação de Oficiais da Marinha, oriundos de diversas regiões do país e de diversas profissões, para diversos Corpos e Quadros, temporários e de carreira, além de realizar cursos de especialização e de aperfeiçoamento, bem como cursos especiais e expeditos navais aos militares da Marinha e alguns casos extra-Marinha.

O ingresso na Marinha do Brasil é feito por meio de **concursos públicos** para os profissionais de carreira (corpo efetivo) ou de **processos seletivos** simplificados para os profissionais temporários (podem permanecer até oito anos) e a formação dos militares ocorre em níveis equivalentes a ensino médio, ensino técnico e ensino superior. Tanto nesses espaços de atuação, quanto nos diversos outros que constituem a Marinha, percebi ao longo de quase dez anos que sirvo a essa Força, que a presença feminina ainda é muito pequena em comparação à masculina, apesar de a Marinha ter sido a primeira Força Armada a admitir mulheres em 1981.

Atualmente, o ingresso de mulheres na Marinha do Brasil como militares pode ocorrer a partir da aprovação nos concursos públicos e nos processos seletivos para profissionais de nível médio, médio técnico e superior, de acordo com o quadro a seguir:

QUADRO 1 – Formas de ingresso de mulheres militares na Marinha do Brasil

CONCURSO PÚBLICO/ PROCESSO SELETIVO	ESCOLARIDADE EXIGIDA	INSTITUIÇÃO ORGANIZADORA
Processo Seletivo de Admissão às Escolas de Formação de Oficiais da Marinha Mercante (PS-EFOMM)	Nível Médio	Centro de Instrução Almirante Graça Aranha (CIAGA)
Processo Seletivo de Profissionais de Nível Médio para Prestação de Serviço Militar Voluntário como Praças Temporárias da Marinha do Brasil (SMV)	Nível Médio Técnico	Distritos Navais
Concurso Público de Admissão à Escola Naval (CPAEN)	Nível Médio	

¹ A função de Assistente de altas autoridades é uma função de confiança, exercida por profissionais selecionados por meio de critérios rigorosos como conceito, conhecimento profissional e perfil para a referida atividade, por envolver grandes responsabilidades nas atribuições. Ingressei na Marinha por meio de processo seletivo simplificado para o Serviço Militar Voluntário, em 2009, no Corpo de Oficiais da Reserva de Segunda Classe (RM2), como Oficial Temporário, na “Profissão Pedagogia”. No ano seguinte ingressei por meio de concurso público no Corpo Auxiliar da Marinha, no Quadro Técnico, como Oficial de carreira, continuando na “Profissão Pedagogia”. Servindo no período de abril de 2009 a fevereiro de 2010 no HNMD, de março a dezembro de 2010 como aluna do Curso de Formação de Oficiais (CFO/2010) no CIAW, de 2011 a fevereiro de 2012 no CIAW como ajudante de Divisão, de março de 2012 a julho de 2014 no CIABA, de agosto de 2014 a agosto de 2017 na DEnsM e de 15 de agosto de 2017 até os dias atuais no CIAW.

Concurso Público para Ingresso no Corpo Auxiliar de Praças (CP-CAP)	Nível Médio Técnico	Serviço de Seleção do Pessoal da Marinha (SSPM)
Concurso Público para Ingresso no Quadro Complementar do Corpo de Intendentes da Marinha (CP-QC-IM)	Nível Superior	
Concurso Público para Ingresso no Quadro Técnico do Corpo Auxiliar da Marinha (CP-T)		
Concurso Público para Ingresso de Médicos no Corpo de Saúde da Marinha (CP-Md)		
Concurso Público para Ingresso no Corpo de Saúde da Marinha no Quadro de Cirurgiões-Dentistas (CP-CD)		
Concurso Público para Ingresso no Corpo de Saúde da Marinha no Quadro de Apoio à Saúde (CP-S)		
Concurso Público para Ingresso no Corpo de Engenheiros da Marinha (CP-CEM)		
Concurso Público para Ingresso no Quadro de Capelão Naval (CP-CapNav)		
Processo Seletivo de Profissionais de Nível Superior para Prestação de Serviço Militar Voluntário como Oficiais Temporários da Marinha do Brasil (SMV)	Nível Superior	Distritos Navais

Quadro elaborado pela autora. Fontes: <https://www.marinha.mil.br/ciaga/>, <https://www.marinha.mil.br/sspm/> e <https://www.marinha.mil.br/com1dn/>

Dentre as instituições de formação de ensino de nível superior existentes na Marinha, temos, atualmente, a Escola Naval (EN) que oferta os cursos de graduação para formação de Oficiais do Corpo da Armada, do Corpo de Fuzileiros Navais e do Corpo de Intendentes da Marinha; e as Escolas de Formação de Oficiais da Marinha Mercante (EFOMM), que realizam cursos de graduação para a formação de Oficiais graduados em Ciências Náuticas com habilitação em Máquinas ou em Náutica.

Vale ressaltar que a Escola de Guerra Naval² (EGN) é uma instituição de altos estudos militares da Marinha voltada para a realização de cursos de capacitação de Oficiais para o desempenho de funções operativas e administrativas, bem como de cargos de Comando, Chefia, Direção entre outras em Estado-Maior e nos altos escalões da Marinha, isto é, a oferta dos cursos é direcionada a profissionais que possuem curso de graduação.

Tendo em vista a constatação da pequena quantidade de mulheres militares na Marinha e objetivando discutir esse tema³, esta dissertação tem como foco de estudo a primeira turma

² Disponível em <https://egn.mar.mil.br/> (Acesso em 31/08/2018)

³ A dissertação é parte do conjunto de pesquisas que vem sendo desenvolvido no âmbito do Núcleo de Estudos e Pesquisas em História da Educação Brasileira (NEPHEB/UNIRIO); e integra estudos mais amplos desenvolvidos pela professora orientadora sobre educação feminina e mais especificamente sobre mulheres no

de mulheres como alunas Aspirantes da Escola Naval, instituição de ensino militar, de formação de nível superior da Marinha do Brasil, a partir da seguinte questão.

O que representou o ingresso em 2014 da primeira turma de Aspirantes do sexo feminino e quais as mudanças realizadas para a adequação da Escola Naval para o acesso e permanência dessas mulheres no corpo discente dessa instituição de ensino militar de nível superior, considerando ser essa instituição destinada até aquele momento ao sexo masculino.

Conforme a problemática apresentada, a investigação buscou atingir o seguinte **objetivo geral**: Conhecer o processo de ingresso, inserção e permanência no quadro discente da primeira turma de Aspirantes da Escola Naval da Marinha do Brasil. E como **objetivos específicos**:

- a) Apresentar a Escola Naval, os seus cursos e sua estrutura acadêmica;
- b) Identificar como se deu o processo de ingresso e inserção dessas alunas da primeira turma de Aspirantes na Escola Naval;
- c) Apontar os motivos da escolha das Aspirantes pelo curso de graduação da Escola Naval, para ingresso na Marinha por meio de concurso público para admissão, realização do curso nesse espaço masculino e suas expectativas com relação à profissão escolhida; e
- d) Destacar ações e medidas no âmbito da Marinha no Brasil que consolidam a permanência das Aspirantes na Escola Naval.

2. Justificativa e relevância

O estudo sobre a presença das mulheres como Aspirantes nos cursos de graduação da Escola Naval tem caráter relevante, pois além abordar essa forma de ingresso nas Forças Armadas, também possibilitará a continuidade da pesquisa desse e de temas afins por parte de outros pesquisadores, por se tratar de um fato pioneiro recente na Marinha.

Cabe destacar que o Exército Brasileiro passou a admitir mulheres em cursos de graduação do Instituto Militar de Engenharia (IME) a partir de 1997⁴, bem como a Força Aérea, que admitiu mulheres como alunas nos cursos de graduação da Academia da Força

ensino superior. O Núcleo é registrado no Diretório de Pesquisas do CNPq. Fonte: <https://nepheb.wordpress.com/>

⁴Disponível em <https://vestibular.mundoeducacao.bol.uol.com.br/universidades/instituto-militar-engenharia-ime.htm> (Acesso em 22/05/2018)

Aérea (AFA) pela primeira vez em 1982⁵, ambas as instituições de formação de nível superior de Oficiais, como a Escola Naval.

A escolha da Escola Naval como cenário de pesquisa se justifica, além do que já foi exposto, por ser essa instituição de ensino militar secular que só aceitava alunos do sexo masculino. Instituição de ensino superior criada em 1808, com a denominação de Academia Real da Marinha, quando o Rio de Janeiro se tornou a capital do Reino de Portugal, Brasil e Algarve (CUNHA, 2007), essa Escola só veio a permitir pela primeira vez o ingresso de mulheres como Aspirantes em seus cursos a partir do Edital de 2013 para a turma 2014.

A partir desse edital do concurso de admissão à Escola Naval para o curso de graduação em Ciências Navais para formação de Oficiais para o Corpo da Armada, o Corpo de Fuzileiros Navais e o Corpo de Intendentes da Marinha, a Escola Naval passou a oferecer vagas para mulheres como Aspirantes, entretanto as vagas a elas destinadas foram exclusivamente para o Corpo de Intendentes da Marinha. Cabe esclarecer que são denominados Aspirantes na Escola Naval, os alunos e as alunas durante o Ciclo Escolar do referido curso de formação/graduação.

Esses registros históricos recentes sobre o ingresso de mulheres em cursos de graduação nas Forças Armadas remetem à importância da história do tempo presente, pois “o aprofundamento das discussões acerca das relações entre passado e presente na história, e o rompimento com a ideia que identificava objeto histórico e passado, definido como algo totalmente morto e incapaz de ser reinterpretado em função do presente, abriu novos caminhos para o estudo da história do século XX” (FERREIRA, 2000, p.7). Sendo assim, a presença feminina nos cursos de graduação das Forças Armadas se apresenta como tema extremamente relevante em relação às conquistas atuais e crescente das mulheres, na luta pela igualdade de gênero e de acesso a espaços antes ocupados e entendidos como apenas para homens, no caso desta investigação, a presença feminina no curso de graduação da Escola Naval, da Marinha do Brasil.

Baseados em Tasca et al.⁶, Treinta et al. entendem que “a análise do contexto, a definição de um problema e das questões direcionadoras dão início ao processo de pesquisa

⁵Disponível em <http://www.fab.mil.br/noticias/mostra/30520/MULHERES%20-%20Em%202017,%20ingresso%20das%20mulheres%20na%20FAB%20completa%2035%20anos> (Acesso em 10/03/2018)

científica, motivando assim os pesquisadores a procurarem informações sobre determinada temática em bases bibliográficas” (TREINTA ET AL, 2014)⁷. Dessa forma, cabe ao pesquisador identificar os principais trabalhos e produções científicas sobre o tema em estudo, existentes e disponíveis, para estabelecer as relações com o conhecimento advindo dos achados da pesquisa. Com isso, para reforçar a justificativa e a relevância dessa pesquisa sobre o ingresso e permanência da primeira turma das Aspirantes na Escola Naval, foi realizada uma revisão de literatura sobre o tema.

A revisão de literatura é importante para analisar criticamente o estado atual do conhecimento na área de interesse do pesquisador visando a problematização do tema a ser investigado, considerando que:

Essa análise ajuda o pesquisador a definir melhor seu objeto de estudo e a selecionar teorias, procedimentos e instrumentos ou, ao contrário, a evitá-los, quando estes tenham se mostrado pouco eficientes, na busca do conhecimento pretendido. Além disso, a familiarização com a literatura já produzida evita o dissabor de descobrir mais tarde (às vezes, tarde demais) que a roda já tinha sido inventada (ALVES, 1992, p.54).

Para tal, foram realizadas buscas de teses e dissertações no Banco de Teses da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal do Ensino Superior (CAPES), no endereço eletrônico <http://bancodeteses.capes.gov.br/>; na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), no endereço eletrônico <http://bdtb.ibict.br/>; na plataforma Scielo no endereço eletrônico <http://scielo.br/>; e na ferramenta de busca Google. Nesses locais de busca, foram digitadas as seguintes palavras-chave: “Escola Naval”, “mulheres na Marinha”, “mulheres Marinha”, “Aspirantes”, “curso de graduação-marinha-mulheres.

No **Banco de Teses da CAPES**, foram encontrados três registros de interesse desta pesquisa: (a) dissertação de mestrado acadêmico em Enfermagem intitulada “A enfermeira na Marinha do Brasil: a historiografia do Corpo Auxiliar Feminino da Reserva da Marinha (1980 a 1997)”, de autoria de Camilla Telemberg Sell (2012); (b) tese de doutorado, intitulada “Oficiais enfermeiras para a Marinha do Brasil: do curso de formação à ocupação de espaços no Hospital Naval Marcílio Dias (1980-1984)”, de autoria de Ana Paula Carvalho Orichio (2012); e (c) dissertação de mestrado profissional intitulada “A Real Companhia e Academia

⁶ TASCIA, J. E. et al. An approach for selecting a theoretical framework for the evaluation of training programs. *Journal of European Industrial Training*, v. 34, n. 7, p. 631-655, 2010. <http://dx.doi.org/10.1108/03090591011070761>

⁷ Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-65132014000300002

dos Guardas-Marinha: aspectos de uma instituição militar de ensino na alvorada da profissionalização do Oficialato militar, 1808-1839”, de autoria de Carlos André Lopes da Silva (2012).

Na Biblioteca Digital Brasileira oito registros encontrados, quatro foram considerados relevantes para esse estudo: a já mencionada (a) dissertação de Camilla Telemberg Sell (2012), disponível na página da CAPES; (b) dissertação de mestrado intitulada “Da roseta às estrelas: um debate sobre a representação feminina na Marinha brasileira”, de autoria de Lauciana Rodrigues dos Santos (2014); (c) dissertação de mestrado intitulada “Sonhei acordada...(passagem marítima): dormi com o caos...(caserna): acabei...mulher...militar da Marinha”, de autoria de Maria de Fátima dos Santos Vieira (1990); (d) dissertação de mestrado intitulada “Mulheres no Exército Brasileiro: um estudo sobre poder simbólico e relações de poder de uma organização militar”, de autoria de Luana Ferreira da Silva Mazulo (2010).

No site do Scielo foram encontrados (a) os artigos “Mulheres para a Marinha do Brasil: recrutamento e seleção das primeiras oficiais enfermeiras (1980-1981)”, de autoria de Ana Paula Carvalho Orichio; Tânia Cristina Franco Santos; Antonio José de Almeida Filho; Lucia Helena Silva Corrêa Lourenço (2012); e (b) “Profissão: oficial engenheira naval da Marinha de Guerra do Brasil”, de autoria de Maria Rosa Lombardi (2010).

Na página do Google com a palavra-chave “Escola Naval”, foi encontrada a dissertação de mestrado intitulada “Academia da Marinha: normatização da formação militar naval no período de construção do Estado imperial brasileiro (1837-1858)”, de autoria de Luana de Amorim Donin (2014).

No site da Escola Naval, encontram-se disponíveis: (a) os artigos⁸ “As primeiras aspirantes na Escola Naval: inclusão, trajetórias iniciais e boas-vindas às novas ‘sentinelas dos mares’”, de autoria do Capitão de Mar e Guerra (RM1-IM) Hercules Guimarães Honorato e pela Capitão-Tenente (T) Débora de Araújo Rabello (2014); e (b) “As primeiras ‘sentinelas dos mares’ cumprem sua derrota: adeus, minha escola querida!”, de autoria do Capitão de Mar e Guerra (RM1-IM) Hercules Guimarães Honorato e pelas, à época, Aspirantes Maria

⁸Revista acadêmica da Escola Naval. Disponível em: https://www1.mar.mil.br/en/sites/www1.mar.mil.br/en/files/upload/REVISTA_VILLEGAVILL_2014.pdf. Acesso em 14/04/2016. E Revista acadêmica da Escola Naval. Disponível em: https://www.marinha.mil.br/sites/www.marinha.mil.br/en/files/upload/REVISTA_VILLEGAGNON_2017.pdf (Acesso em 17/07/2018)

Carolina Dias Cavalcante Costa e Juliana Martins Braga alunas da turma pioneira. É relevante mencionar que esses artigos são encontrados na *Revista de Villegagnon*⁹, uma publicação anual, no formato eletrônico e impresso, produzida e editada pela Escola Naval.

A compilação dos resumos referentes às Teses, Dissertações e Artigos encontrados na fase de revisão da literatura, considerados de interesse desta pesquisa, encontram-se disponíveis no Anexo I.

3. A abordagem teórico-metodológica

De cunho qualitativo, a presente pesquisa tratou do ingresso e permanência das Aspirantes na Escola Naval desenvolvida mediante uma abordagem teórico-metodológica fundamentada em pesquisa bibliográfica e análise documental e em pesquisa de campo baseada em entrevista semiestruturada.

Para realização da pesquisa na Escola Naval, o cenário da pesquisa, tanto para o acesso as fontes documentais, quanto para a realização das entrevistas, foram necessárias algumas etapas, conforme descrito a seguir:

- 1) solicitação de autorização da pesquisa, por meio de Comunicação Interna¹⁰ (Anexo II), para utilização do tema da dissertação e para acesso aos documentos referentes ao ingresso da primeira turma das Aspirantes ao Diretor de Ensino da Marinha, o Vice-Almirante Renato Rodrigues de Aguiar Freire, a frente do Comando Imediatamente Superior à Escola Naval, ao qual essa Escola está subordinada administrativamente.
- 2) solicitação de autorização à Diretoria de Ensino da Marinha para realização das entrevistas às doze Aspirantes da primeira turma. A autorização foi concedida pelo Diretor de Ensino da

⁹ Assim denominada em homenagem a Nicolas Durand de Villegagnon (1510-1571), nascido na cidade de Provins, próximo de Paris. O Almirante Villegagnon construiu o forte Coligny na ilha que hoje leva o seu nome e abriga a Escola Naval. Em 1554, realizou viagem exploratória até Cabo Frio com o objetivo de organizar uma base naval e militar na Guanabara. Chegou à Guanabara em novembro de 1555 com uma tripulação de 600 homens e sua missão era exclusivamente militar e comercial. Cavaleiro da Ordem de Malta ganhou notoriedade pela fundação dessa colônia de exploração francesa no litoral brasileiro, na **Ilha de Villegagnon**, que ficou conhecida como a França Antártica. (MARIZ, 2008),

¹⁰Documento Administrativo de correspondência por meio do qual, em uma mesma Organização Militar, os Elementos Organizacionais e pessoas se comunicam, formalmente, entre si podendo ser assinado no impedimento por seu substituto legal. Fonte: Normas sobre Documentação Administrativa e Arquivamento na Marinha – NODAM, p.15-1.

Marinha, à época o Vice-Almirante Antônio Fernando Garcez Faria, que encaminhou à Escola Naval o projeto de pesquisa por meio de ofício, sendo anexada a carta de apresentação da mestrandia pela Professora Orientadora, ao Diretor de Ensino da Marinha (Anexo III). Em resposta à referida Carta da orientadora, foi obtido o parecer favorável e a autorização para o prosseguimento do estudo (Anexo IV), o que possibilitou o agendamento das entrevistas, junto às participantes entrevistadas.

3) agendamento das datas e horários das entrevistas com as Aspirantes na Escola Naval, no período de doze de junho a onze de agosto de 2017. Essa etapa foi viabilizada em um momento em que a pesquisadora se encontrava exercendo, em caráter de destaque, atividades pedagógicas na Escola Naval, o que possibilitou o contato direto¹¹ com as doze Aspirantes participantes da pesquisa;

4) realização das entrevistas, após a assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) (Apêndice I) pelas Aspirantes na Escola Naval. As entrevistas ocorreram no período da tarde, em momentos em que as participantes entrevistadas não estavam em atividades escolares.

4. Pesquisa documental e bibliográfica

Considerando que a escrita da história carece de documentos, fontes, vestígios (PERROT, 2015), que esses propiciam “pistas talvez infinitesimais que permitem captar uma realidade mais profunda” (GINZBURG 1989, p.150), que deixam marcas ao longo do tempo, como um instrumento de poder, como “documento é monumento” que “resulta do esforço das sociedades históricas para impor ao futuro – voluntária ou involuntariamente determinada imagem de si próprias” (LE GOFF, 1996, p.538), aliados às entrevistas, realizou-se uma pesquisa documental.

Nessa perspectiva, os documentos consultados e o produzido a partir das falas das participantes entrevistadas, levam à reflexão de que a Marinha do Brasil, como uma instituição militar das Forças Armadas da sociedade brasileira, ao permitir o ingresso da

¹¹ Minha relação de trabalho com as Aspirantes e os Aspirantes naquele momento foi apenas administrativa, lidando raras vezes com eles. Hierarquicamente, encontrava-me três postos acima deles, o que fazia com que essa relação apresentasse um caráter formal.

primeira turma das Aspirantes na Escola Naval, em um momento histórico de políticas públicas voltada para igualdade de gêneros mostra a sua maneira que não está afastada dessa perspectiva, mas sim alinhada ao atendimento desse preceito democrático. Assim, a dissertação em pauta se constituiu como mais um documento de registro sujeito à reflexão de novos estudos sobre a temática.

Por meio de um diálogo entre os registros documentais encontrados e as falas das participantes entrevistadas e a bibliografia pertinente, foi possível estudar o processo que levou a permitir o ingresso das mulheres, em 2014, à Escola Naval da Marinha do Brasil, como Aspirantes a essa instituição de ensino militar, até então destinadas aos homens.

Com relação à pesquisa documental, foram privilegiados os documentos relativos ao ingresso e permanência das mulheres como alunas na Escola Naval, como relatórios, leis, decretos, editais do concurso de admissão, normas, entre outros.

Foi necessário também, realizar o levantamento de legislações relacionadas ao ingresso das Aspirantes na Escola Naval, abordando a igualdade e a isonomia para o ingresso de homens e mulheres nos concursos públicos das Forças Armadas, bem como, dos editais do concurso público para ingresso na Escola Naval, dos anos de 2012 a 2017. Assim, como das políticas públicas voltadas para a igualdade de gênero no Brasil a partir de 2004, ano em que a Marinha do Brasil iniciou os estudos referentes ao ingresso das Aspirantes na Escola Naval.

É oportuno salientar que, segundo o Portal Brasil¹² (2016), as mulheres são isentas do serviço militar obrigatório, conforme prevê a Constituição Federal de 1988, mas é permitida a prestação do serviço militar, em caráter voluntário, segundo critérios específicos para cada área de atuação. A presença feminina ainda é pequena nas Forças Armadas, mas já é perceptível uma tendência de aumento gradual em decorrência das políticas de igualdade de oportunidade e de acesso de homens e mulheres nos diferentes corpos e quadros existentes.

Assim sendo, para realizar a presente pesquisa foi necessário, estudar aspectos relacionados à existência de políticas voltadas para a igualdade de gênero no Brasil, no intuito de identificar fatores relevantes que condicionaram o ingresso das Aspirantes mulheres na Escola Naval.

¹²Disponível em <http://www.brasil.gov.br/cidadania-e-justica/2014/06/carreira-nas-forcas-armadas-atrai-mais-mulheres> (acesso em 14/05/2016). Trata-se de uma página da internet do Governo Federal, sendo essa matéria publicada no campo destinado a assuntos sobre Cidadania e Justiça.

O entrelaçamento entre as fontes documentais e os resultados das entrevistas possibilitou a reflexão aliada à base teórica da pesquisa. Quanto à pesquisa bibliográfica, foram consultadas obras que fazem alusão à história da Escola Naval como instituição de ensino superior mais antiga do país, às discussões sobre igualdade de gênero, tendo em vista as políticas públicas de ações afirmativas e as relações que levaram as mulheres ao ensino superior, trazidos ao longo da dissertação, que serviram para fundamentar a inserção das mulheres em ambientes antes tradicionalmente masculinos, como é o caso da Escola Naval.

5. Entrevista semiestruturada

O fato de ser militar da Marinha, de ter servido na Diretoria de Ensino da Marinha durante a maior parte dessa pesquisa e de ter tido a oportunidade de trabalhar por um período na Escola Naval, possibilitou acompanhar de perto o processo de ingresso e permanência da primeira turma das Aspirantes dessa Escola militar de ensino superior. Vivenciar essa experiência de acompanhar a turma desde o ingresso até a conclusão do ciclo escolar em nove de dezembro de 2017 contribuiu para a produção dessa dissertação.

Uma das técnicas para coleta de dados utilizada para a realização dessa pesquisa foi a entrevista semiestruturada, pois envolve a necessidade de entendimento por parte do pesquisador das circunstâncias nas quais estão inseridos os entrevistados.

Durante a realização desta pesquisa, a Marinha proporcionou a oportunidade de aproximação direta com o cenário da pesquisa – a Escola Naval e as Aspirantes da primeira turmas, por meio do destaque - permanência em uma Organização Militar a serviço por um tempo predeterminado por um período de dois meses, de 12 de junho a 11 de agosto de 2017, na Escola Naval a fim de realizar atividades de cunho pedagógico. Então, essa experiência facilitou além do contato direto com a Escola, a realização das entrevistas com as Aspirantes.

A entrevista semiestruturada foi mais um mecanismo que possibilitou a construção da história do ingresso das mulheres como alunas da Escola Naval sob a ótica das Aspirantes. Segundo Amado e Ferreira (2006), a entrevista representa um complemento aos registros escritos, pois

Existe uma história oral política, que apareceu primeiro, na qual a entrevista serve de complemento a documentos escritos já coligidos, e que pesquisa os atores principais. Mais tarde desenvolveu-se uma história oral antropológica voltada para temas que se acham presentes nas diversas experiências

nacionais. Sem estarem combinados, os autores retomam os mesmos assuntos: o mundo do trabalho, os fenômenos migratórios, **a problemática de gêneros**, a construção das identidades (AMADO e FERREIRA, 2006, p.51, grifos nossos).

O desafio de produzir estudos cuja fonte é a oralidade envolve conceitos de personagens e abordam questões do cotidiano, da história dos participantes, fatos que devem ser considerados como dados para a pesquisa. Durante as entrevistas esses aspectos foram expressos por meio de relatos de assuntos relacionados à vida pessoal das Aspirantes, como seus desejos, suas histórias de vida, desafios frente às rotinas de estudos preparatórios, frustrações, anseios, medos, em relação às questões profissionais da carreira.

As doze alunas da primeira turma de Aspirantes concordaram em ser entrevistadas e responderam às perguntas, imprimindo uma contribuição relevante aos resultados deste trabalho como participantes da pesquisa. As entrevistas foram realizadas em salas de aula da Escola Naval, em horários predeterminados de acordo com a disponibilidade das entrevistadas, tendo sido os seus áudios gravados e posteriormente transcritos.

Nesta pesquisa, por questões de caráter ético e de preservação da identidade, ao citar suas falas, gravadas por ocasião das entrevistas, as participantes foram identificadas por códigos definidos previamente, de acordo com a sequência cronológica das entrevistas (por exemplo: Asp. 1, Asp 2 etc), o que possibilitou uma maior liberdade de expressão, deixando-as à vontade durante as respectivas entrevistas.

Acredita-se que o fato de esta pesquisadora ser militar da mesma Força que as participantes entrevistadas da presente pesquisa seja visto como um fator positivo, pois possivelmente contribuiu para facilitar o diálogo e para o olhar frente à interpretação dos dados encontrados, além de apresentar aos diversos públicos um recorte da nossa cultura organizacional e dos valores cultuados na instituição Marinha do Brasil. Entretanto, se por um lado esse fato foi facilitador, por outro lado, buscou-se tomar bastante cuidado para que a condição de pertencer ao quadro efetivo da Marinha do Brasil como Capitão-Tenente não interferisse na comunicação com as Aspirantes e na análise crítica necessária a um trabalho científico como a produção de uma dissertação de mestrado, devido a um olhar comprometido de profissional da instituição.

O momento da entrevista, do diálogo entre o pesquisador/entrevistador e a participante/entrevistada, se apresenta como *procedimento metodológico* e o resultado desse

momento produz *fontes* (ALBERTI, 2013). Para a realização das entrevistas, a pesquisadora seguiu o roteiro de entrevista semiestruturada e realizou as perguntas temáticas às Aspirantes ao longo do período de dois meses que permaneceu em caráter de destaque na Escola Naval, tendo sido as falas das Aspirantes gravadas e arquivadas.

As entrevistas foram conduzidas com base em um roteiro previamente estabelecido (Apêndice II), no qual abordam aspectos de identificação pessoal e as perguntas temáticas semiabertas, com o objetivo de registrar a vivência e as expectativas das Aspirantes da primeira turma de 2014, respeitando as orientações previstas na Resolução nº 466, de 12 de dezembro de 2012, no artigo XIII.3, e a Resolução nº 510, de 07 de abril de 2016, do Conselho Nacional de Saúde (CNS)¹³, “dispõe sobre as normas aplicáveis a pesquisas em Ciências Humanas e Sociais”.

O roteiro foi composto por duas partes: a primeira destinada ao preenchimento das informações pessoais das Aspirantes, como o estabelecimento que cursou o ensino médio, informações sobre a profissão do pai e da mãe, cor da pele, localidade onde reside, com dois campos opcionais (nome e pseudônimo), cujo objetivo foi consolidar o perfil de cada participante, que também possibilitou verificar semelhanças e diferenças entre elas além do fato comum de fazerem parte da primeira turma das Aspirantes da Escola Naval; e na segunda parte, as perguntas temáticas sobre o assunto da pesquisa, desde a motivação de cada uma para a escolha do curso, a rotina e a dedicação aos estudos, dificuldades ao longo do curso, expectativas, a fim de analisar qualitativamente o que representa o ingresso dessas mulheres na primeira turma de Aspirantes na Escola Naval, partindo da ótica das mesmas.

Segundo Alberti (2013), a entrevista adquiriu estatuto de *documento*. Dessa forma, são documentos orais que vão trazer uma visão do passado, tal como foi assimilado pela entrevistada (Aspirante participante), considerando suas experiências e percepções particulares.

Romper o enclausuramento acadêmico que transformava a entrevista em simples suporte documental – e duvidoso – da pesquisa social e histórica, para mostrar a riqueza inesgotável do depoimento oral em si mesmo, como fonte não apenas informativa, mas, sobretudo, como instrumento de compreensão mais ampla e globalizante do significado da ação humana (ALBERTI, 2013, p.19).

¹³ Disponível em <http://conselho.saude.gov.br/resolucoes/2016/reso510.pdf> (Acesso em 01/09/2018)

Aliadas a essa ideia, as perguntas temáticas do roteiro das entrevistas buscaram identificar, a partir das respostas de cada Aspirante, o que representa, para elas, o ingresso de mulheres como Aspirantes na Escola Naval, os motivos que as fizeram realizar o concurso, se encontraram alguma dificuldade no âmbito da Escola Naval ao longo do curso, as suas expectativas sobre o seu futuro profissional após a conclusão do curso, bem como, considerando a questão de gênero, se elas perceberam diferenças entre os homens e as mulheres na execução do currículo enquanto alunas da Escola Naval.

Para Portelli, a entrevista é uma fonte enriquecedora à pesquisa, pois “se nós fazemos uma entrevista é porque o entrevistado sabe de coisas que nós não sabemos (...) Naquele momento, o titular dos conhecimentos é o entrevistado” (PORTELLI, 2010, p.32). Dessa forma, para “saber de coisas” foi aplicado o TCLE - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido¹⁴ às participantes, firmando-se por meio desse termo a ciência de que cada participante entrevistada da pesquisa teria sua fala gravada ou filmada, caso autorizasse, durante a realização da entrevista e, ainda, que a participação seria voluntária e as informações fornecidas pelas entrevistadas utilizadas apenas com finalidades científicas pela pesquisadora.

Para Alberti (2013, p. 39) “A escolha dos entrevistados é, em primeiro lugar, guiada pelos objetivos da pesquisa”. Para atingir os objetivos desta pesquisa, a participação das Aspirantes foi fundamental, pois como pioneiras, puderam expor como foi para elas o ingresso na Escola Naval, assim como, sob sua ótica o significado desse ingresso para a equidade de gênero entre homens e mulheres na Marinha do Brasil como uma das Forças do país.

Portanto, a presente pesquisa foi desenvolvida com base na seguinte organização de capítulos: além da introdução e das considerações finais, o **primeiro capítulo** intitulado *O cenário da pesquisa: a Escola Naval e seu curso de graduação para Oficiais* discorre sobre a Escola Naval, sua estrutura física e acadêmica, bem como sobre o seu curso de graduação para Oficiais em Ciências Navais.

O **segundo capítulo** denominado *O ingresso de mulheres como Aspirantes na escola Naval* aborda o ingresso das Aspirantes na Escola Naval, desde a realização das etapas do

¹⁴ Foi adotada a terminologia utilizada pela Resolução nº 466, de 12 de dezembro de 2012, do CNS. Cabe esclarecer que a Resolução nº 510, de 07 de abril de 2016, adota a terminologia Registro de Consentimento Livre e Esclarecido.

concurso público ao ingresso propriamente dito, quando houve a inserção das candidatas, no momento em que se apresentaram à instituição e a realização do período de Adaptação como última etapa do concurso público para a matrícula no curso como Aspirantes.

Por fim, o **terceiro capítulo** chamado *A permanência de Aspirantes mulheres no Curso de Graduação da Escola Naval* trata da permanência da presença feminina na Marinha do Brasil, na condição de Aspirantes da primeira turma da Escola Naval até a conclusão do Ciclo Escolar iniciado em 2014, culminando com a formatura em cerimônia militar de declaração de Guardas-Marinha, em 2017; e início do Ciclo Pós-Escolar, com duração de um ano, composto por cursos, estágios e viagem de instrução. Tendo em vista a questão sobre a permanência, esse capítulo trata ainda da continuidade da oferta de vagas para mulheres nos anos subsequentes para o Corpo de Intendentes da Marinha, e da ampliação da possibilidade de acesso das Aspirantes ao Corpo da Armada e ao Corpo de Fuzileiros Navais a partir da turma que ingressará em 2019.

Por fim, vale ressaltar que os capítulos desta dissertação foram tomando forma à medida que a investigação foi ocorrendo e ao mesmo tempo organizados de maneira a fornecer uma visão sobre a Escola Naval e seu curso de graduação hoje, a fim de possibilitar o entendimento do leitor a respeito dessa instituição e de seu curso de graduação para a formação de Oficiais, tendo em vista a presença feminina como Aspirantes a partir de 2014.

CAPÍTULO I

O CENÁRIO DA PESQUISA: A ESCOLA NAVAL E O SEU CURSO DE GRADUAÇÃO PARA OFICIAIS

O objetivo deste capítulo é apresentar a Escola Naval e o seu curso de graduação, por se tratar do cenário da pesquisa e de ambiente no qual as Aspirantes da primeira turma ingressaram na Marinha e realizaram o seu curso de graduação para Oficiais, em Ciências Navais, para o Corpo de Intendentes da Marinha, na habilitação Administração.

De acordo com Luís Antonio Cunha, a Escola Naval é uma instituição de ensino superior criada em 1808, com a denominação de Academia Real da Marinha, quando o Rio de Janeiro se tornou a capital do Reino de Portugal, Brasil e Algarve (CUNHA, 2007). Essa Escola é considerada a mais antiga instituição de ensino de nível superior do Brasil. Teve sua origem em 1782, em Lisboa, Portugal, por Carta Régia da Rainha D. Maria I, sob a denominação de Academia Real de Guardas-Marinha. Sobre essa Academia, Carlos André Lopes da Silva, ressalta que essa instituição militar de ensino “teve sua origem no processo de reestruturação do aparato militar português a partir do período pombalino” (SILVA, 2012, p.IV).

Segundo Luana de Amorim Donin (2014), em 1796, em Portugal, o curso da Real Companhia e Academia dos Guardas-Marinha, tinha a duração de três anos e se dividia em duas partes, uma parte voltada aos estudos teóricos e práticos da matemática e outra parte denominada artes, voltada para estudos práticas marinheiras e à navegação e entre o primeiro e o segundo ano letivo ocorria o Ano do Embarque. Esse curso era destinado exclusivamente aos homens e oferecia um ensino prático e teórico, direcionado para uma formação técnica e formal do oficialato, conforme se pode observar abaixo.

Quadro 1: Currículo da Real Companhia e Academia dos Guardas-Marinha

Curso	Descrição dos anos e doutrinas	
Matemático	Primeiro ano	• Aritmética, Geometria e Trigonometria. Assuntos ligados a prática dos oficiais navais
	Segundo ano	• Princípios da Álgebra até as equações de segundo grau; primeiras aplicações da álgebra a aritmética e a geometria; Seções Cônicas e Mecânica voltada para aplicação em Aparelho e manobra.
	Terceiro Ano	• Trigonometria esférica, Navegação teórica e prática e rudimentos da tática naval.
Artes (ditas marinheiras)	Primeiro ano	• Tudo que diz respeito ao Aparelho, assim deveriam aprender posição, nome e uso dos mastros, cabos fixos e toda obra volante do Marinheiro – mexer em toda a aparelhagem que compunham os navios a vela. Trabalhar com o envergar e desenvergar, cassar e largar o pano, suspender entre outras atividades ligadas a manutenção e prática com a aparelhagem.
	Segundo Ano	• Matérias relacionadas ao Desenho naval, tanto de portos, baías, costas como de navios e suas manobras. Passava-se a detalhar a construção de um navio e como tudo é realizado.
	Terceiro ano	• Aulas de Desenho Naval. A outra metade do estudo se colocava na prática do navio, também neste momento que se teria noção do fazer a guerra com o navio, o uso das armas e peças e os modos de navegar que ajudavam a olhar na prática tudo que se havia ensinado.

Fonte: Carta lei de 1.04.1796. Estatutos da Academia Real dos Guardas-Marinha. In: ALBUQUERQUE, Antônio Luz Porto. *Da Companhia dos Guardas-Marinha e sua real Academia a Escola Naval (1782-1982)*. Rio de Janeiro: Xerox Brasil, 1982.

IMAGEM 1 - Currículo da Real Companhia e Academia dos Guardas-Marinha. Fonte: (DONIN, 2014, p.10)

Com a vinda da Família Real para o Brasil, essa Academia desembarcou no Rio de Janeiro naquele ano, trazida a bordo da nau denominada Conde D. Henrique e foi instalada inicialmente no Mosteiro de São Bento, onde permaneceu até 1832 (BRASIL, s.d).

No Brasil, essa “escola de ciências”, formou um segmento por demais específico dentro do corpo burocrático do Estado brasileiro, o oficialato militar empregado na Marinha de guerra (SILVA, 2012, p. IV).

Ao discutir a Academia de Marinha como uma instituição voltada ao ensino militar do oficialato naval do Império do Brasil no século XIX, Donin (2014), afirma que entre as décadas de 1830 e 1850 essa instituição

sofreu inúmeras intervenções e reformas que tiveram como foco a consolidação de uma educação militar para o oficial naval, que deveria lidar com os avanços tecnológicos e científicos produzidos na área naval e de guerra, uma nova concepção mais profissionalizada da carreira militar e a introdução de uma nova relação entre o aspecto militar e o Estado, que então se formava. (DONIN, 2014, p.7).

Essa autora aponta que em 1858 foi instituído um novo curso na intitulada Escola de Marinha, alinhado a uma técnica profissional ligada ao ensino científico e prático, com duração de quatro anos, sendo os três primeiros voltados à formação teórica, com algumas partes práticas e o último ano letivo destinado ao embarque em um navio de guerra, conforme quadro constante da imagem a seguir.

Quadro 5: Quadro de distribuição do curso acadêmico pelos quatro anos letivos

Ano	Cadeira	Matérias e lições	Ensino Prático
Primeiro Ano	Primeira Cadeira	Geometria elementar, seguida das noções fundamentais da geometria descritiva. Trigonometria retilínea, com aplicação aos primeiros teoremas da geometria analítica, na parte relativa à teoria da linha reta e do plano, considerados no espaço.	Primeira aula em dias alternados: Aparelho e Manobra. Segunda Aula: Desenho de figura e de paisagem.
	Ensino Auxiliar.	Álgebra até a resolução geral das equações numéricas. Binômio de Newton, com aplicação à dedução analítica das séries elementares, a saber: aquelas que exprimem o desenvolvimento das funções exponenciais, logarítmicas e circulares. Construção e uso das taboas dos logaritmos, tanto de números como de linhas trigonométricas.	
Segundo Ano	Primeira Cadeira	Noções elementares de cálculo diferencial e integral, com aplicação à teoria das curvas, e superfícies curvas em geral, servindo de introdução ao ensino da mecânica racional. Aplicação desta à teoria das máquinas simples, e com especialidade às de vapor, e a explicação dos princípios fundamentais da construção naval. Exposição da teoria de atração universal, aplicada ao movimento dos planetas e à explicação do fenômeno das marés.	Ensino prático: Topografia e desenho topográfico.
	Ensino Auxiliar.	Continuação da geometria analítica, com aplicação ao estudo das curvas planas, especialmente das seções cônicas, e das superfícies e sólidos da revolução.	
	Segunda Cadeira	Física experimental, compreendendo especialmente o estudo da óptica, eletricidade, magnetismo terrestre, meteorologia, e do vapor considerado como agente mecânico.	
Terceiro Ano	Primeira Cadeira	Trigonometria esférica, e astronomia física, servindo de introdução ao curso completo de navegação.	Estudos detalhados e práticos do emprego das máquinas de vapor nos usos da navegação. Desenho de máquinas.
	Segunda Cadeira	Balística aplicada ao movimento dos projéteis usados na guerra, e com especialidade à Artilharia Naval. Química elementar, com aplicação especial à pirotécnicas.	
Quarto Ano		Ensino a bordo de um navio armado em guerra, e em viagem de longo curso. Tática naval, história da navegação, com especialidade das mais notáveis Campanhas navais dos tempos antigos e modernos. Exercícios práticos e regulares de observações astronômicas, especialmente para a determinação das longitudes no mar. Exercícios de Artilharia. Trabalhos hidrográficos, e desenho respectivo. Detalhes práticos da construção naval, com especial aplicação ao serviço de guerra.	

Fonte: BRASIL. Decreto nº 2163 de 1 de maio de 1858. Disponível em: <http://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex.br:federal:decreto:1858-05-01:2163>

IMAGEM 2 - Distribuição do Curso Acadêmico da Escola de Marinha pelos quatro anos. Fonte: (DONIN, 2014, p.149) (Captura em 17/07/2018).

Em 1876, a Princesa Isabel criou o Colégio Naval, como curso preparatório para ingressar na Escola de Marinha. Cabe destacar que ainda hoje o Colégio Naval continua sendo uma das formas de ingresso, para homens, na Escola Naval. Segundo o edital de 2018¹⁵ do concurso público de admissão:

1.5 - O Colégio Naval (CN) é um estabelecimento de ensino da Marinha sediado em Angra dos Reis, no Estado do Rio de Janeiro, cujo propósito é selecionar alunos para o Curso de Graduação da Escola Naval (EN). 1.6 - O curso conduzido pelo CN, denominado “Curso de Preparação de Aspirantes”, é destinado ao preparo intelectual e físico do aluno visando uma futura seleção para o ingresso na EN, ministrando o ensino básico em nível médio, além do Ensino Militar-Naval. 1.7 - O ingresso no Curso de Preparação de Aspirantes será efetivado no ato da matrícula, por ocasião da admissão no 1º ano do curso, para os candidatos aprovados no CP de admissão e classificados dentro do número de vagas fixadas. 1.8 - O ciclo escolar será conduzido em regime de internato e terá a duração de 3 (três) anos letivos. (EDITAL DO CONCURSO DE ADMISSÃO AO COLÉGIO NAVAL (CPACN) EM 2018, p.6-7)

O Curso de Preparação de Aspirantes, realizado no Colégio Naval, exclusivo para homens, tem duração de três anos e além de permitir o acesso à Escola Naval após conclusão do curso, possui equivalência ao ensino médio da Educação Básica, conferindo aos seus egressos certificado de conclusão. Apesar de permitir o ingresso na Escola Naval, esse acesso não é garantido a todos os egressos¹⁶ do Colégio Naval e, para tal, deverão ser observados os critérios a seguir discriminados, conforme edital do concurso em andamento:

1.12 - Durante o Curso, os alunos estarão sujeitos ao cumprimento de normas que estabelecerão o rendimento mínimo e as condições exigidas para a aprovação no CN. O ingresso na EN não é garantido, pois, de acordo com a necessidade da Administração Naval, os alunos do CN poderão, dentro do número de vagas disponibilizadas e obedecendo a classificação final do curso, ingressar no primeiro ano da EN, estando prevista, entretanto, a realização de exames eliminatórios: de saúde e físicos. Tais normas deverão ser de conhecimento dos alunos, estando sujeitas à alteração no decorrer do Curso, conforme as necessidades da Administração Naval. 1.13 - A aprovação no curso permite ao aluno receber o certificado de conclusão do Ensino Médio acompanhado da respectiva Ficha Histórico-Escolar, e também, o Certificado de Reservista Naval. 1.14 - O curso é totalmente gratuito além de ser proporcionado ao aluno alimentação, uniforme, vencimentos e assistência médico-odontológica, psicológica, social e

¹⁵Disponível em https://www.inscricao.marinha.mil.br/marinha/CPACN2018%20RET2.pdf?id_file=3831 (Acesso em 17/07/2018).

¹⁶ Anualmente, a Marinha publica um documento denominado Plano Corrente de Oficiais (PCO), que prevê o quantitativo de alunos da Escola Naval para os dois anos seguintes, composto por egressos do Colégio Naval e por ingressos por meio do Concurso Público.

religiosa. (EDITAL DO CONCURSO DE ADMISSÃO AO COLÉGIO NAVAL (CPACN) EM 2018, p.6-7)

De acordo com Tatiana Alves Prates (2010), em 1882 a Escola de Marinha completou 100 anos e nesse século de existência a Escola passou por sucessivos endereços. No aniversário de um século, uma nova transferência aconteceu¹⁷, passando a ter como instalação o Arsenal de Marinha e o aquartelamento dos Aspirantes em navios. Entre os anos de 1883 e 1914, essa Escola funcionou na Ilha das Enxadas, onde hoje se localiza o Centro de Instrução Almirante Wandenkolk (CIAW). Entretanto, em 1886, após sofrer a fusão com o Colégio Naval, a Escola da Marinha recebeu o nome de **Escola Naval**, título que utiliza até os dias atuais (PRATES, 2010).

Em 1893, a Escola Naval sofreu a Revolta da Armada¹⁸. Nessa época fechou suas portas, reabrindo em 1895. Entre 1914 e 1919, funcionou em Angra dos Reis, na Fazenda da Enseada da Tapera, onde hoje é o Colégio Naval num prédio recém-construído (PRATES, 2010, p. 68). Cabe esclarecer que em 1949, o atual Colégio Naval é criado no município de Angra dos Reis, no Rio de Janeiro, onde permanece até os dias atuais.

Em 1920 a Escola Naval regressou ao Rio de Janeiro e instalou-se na Ilha das Enxadas, onde permaneceu até 1938, quando se transferiu para a Ilha de Villegagnon. No ano anterior, começou a realizar três cursos distintos, que formariam oficiais para o Corpo da Armada, para o Corpo de Fuzileiros Navais e para o Corpo de Intendentes da Marinha, todos

¹⁷Prates (2010) nos mostra a cronologia dessas mudanças. Em 1839, a Academia Real de Guardas-Marinha já era chamada comumente de Academia de Marinha. A partir deste ano passou a ter como sede a nau Dom Pedro II, fundada na Baía de Guanabara, onde permaneceu por 10 anos. A Academia de Marinha funcionou, entre os anos de 1849 a 1867, no prédio do Largo da Prainha, atual Praça Mauá. Em 1858, a Academia passa por importantes reformas para adaptar-se às exigências da Revolução Industrial, com a introdução do vapor e do aço. Nesta época, passou a se chamar Escola de Marinha, cujo responsável deixou o título de Comandante e passou a ser Diretor, e a Companhia de Guardas-Marinha foi sucedida pela Companhia de Aspirantes a Guardas-Marinha. A partir de 1867 até 1882, a Escola de Marinha funcionou a bordo da Fragata Constituição. Disponível em: https://www.en.mar.mil.br/sites/www.marinha.mil.br/en/files/historia_en.pdf (Acesso em 23/12/2017).

¹⁸A Revolta da Armada foi um movimento de rebelião ocorrido em 1893 e liderado por algumas unidades da Marinha Brasileira contra o governo do presidente Floriano Peixoto. Os Líderes dessa revolta foram o Almirante Custódio de Melo e o Almirante Luiz Filipe Saldanha da Gama, tendo como participantes Oficiais da Marinha Brasileira, jovens integrantes da Marinha e pessoas que defendiam o regime monarquista e que estavam insatisfeitas com o fim da Monarquia. Os principais objetivos dos revoltosos, os quais eram contrários às mudanças políticas patrocinadas por Floriano Peixoto, foram a convocação dos eleitores para eleições que pudessem escolher novos governadores e a manutenção dos militares no poder. Em 13 de setembro de 1894, navios de guerra da Marinha, em posse de militares integrantes da revolta, bombardearam a cidade do Rio de Janeiro, então capital do Brasil. O governo Floriano não cedeu, organizou o Exército e resistiu à revolta. A defesa do litoral impediu o desembarque dos revoltosos. Após muitos conflitos armados, o governo debelou a rebelião em março de 1894. Fonte: http://www.historiadobrasil.net/resumos/revolta_armada.htm. Acesso em 03/05/2017.

destinados ao sexo masculino, cursos existentes até os dias atuais (PRATES, 2010), espaço de formação no qual as mulheres só viriam a ter acesso em 2014.

Em sua trajetória, a Escola Naval passou por sucessivos endereços até se instalar no seu endereço atual. Segundo Silva, em 1938, “a escola saíra das instalações já envelhecidas na ilha das Enxadas, onde esteve desde a década de 1880, para a ampla sede recém-construída na ilha de Villegagnon”¹⁹ (SILVA, 2002, p.19). Local que permanece até os dias atuais e desenvolve a formação dos Aspirantes e das Aspirantes a Oficiais da Marinha do Brasil, por meio dos cursos de graduação em Ciências Navais, que serão explicados ao longo deste trabalho. Somente em 2014 que a Escola Naval abriria suas portas para o ingresso de mulheres, mas apenas para o curso do Corpo de Intendentes da Marinha.

O quadro abaixo sistematiza os marcos cronológicos apresentados:

QUADRO 2 – Cronologia da Escola Naval e do Colégio Naval

ANO	EVENTO
1782	Criação da Academia Real de Guardas-Marinha
1796	Primeiros Estatutos da Academia Real de Guardas-Marinha
1808	Transferência para o Brasil da Academia Real de Guardas-Marinha
1858	Passou a se chamar Escola de Marinha após importantes reformas
1876	Criação do Colégio Naval
1886	Fusão da Escola de Marinha com o Colégio Naval e denominação Escola Naval
1938	Escola Naval se fixou na Ilha de Villegagnon e passou a oferecer três cursos distintos
1949	Criação do atual Colégio Naval

Quadro elaborado pela autora. Fonte: Página da Escola Naval. https://www.marinha.mil.br/sites/www.marinha.mil.br.en/files/upload/historia_en.pdf (Acesso em 01/09/2018)

¹⁹A Ilha de Villegagnon, que nos séculos anteriores foi palco de grandes acontecimentos históricos, tendo sido chamada pelos franceses, no século XVI, de Forte Coligny, onde pretendiam fundar a França Antártica, cuja capital seria denominada Henriville, em homenagem ao Rei de França, Henrique II. As pretensões francesas não se concluíram, pois o terceiro Governador-Geral, Mem de Sá, conseguiu sufocar as forças francesas, tomando a fortaleza para Portugal. (SILVA, 2002, p.19). Localizada no interior da baía de Guanabara, a Ilha de Villegagnon fica na capital do Rio de Janeiro. Os indígenas haviam lhe dado o nome de Ilha de Serigipe, já os portugueses deram-lhe o nome de Ilha das Palmeiras. Seu nome atual deriva da época em que os franceses exploraram a região. O almirante francês Nicolas Durand de Villegagnon chegou na ilha em 1555 e construiu o Forte Coligny. Nesta época os descobridores franceses tentavam estabelecer a França Antártica no Brasil. Disponível em <http://www.infoescola.com/rio-de-janeiro/ilha-de-villegagnon/>. Acesso em 27/01/2017.

1.1 A estrutura da Escola Naval nos dias atuais

A Escola Naval se localizou inicialmente sobre as instalações precárias, quase todas demolidas devido a tiros durante a Revolta da Armada, da antiga fortaleza de Nossa Senhora da Conceição de Villegagnon, na qual foram construídos novos prédios, especialmente para receber as turmas de Aspirantes em 1938. Local considerado até o tempo presente como o seu porto seguro, como ilustrado na imagem abaixo.



IMAGEM 3 - Escola Naval, situada na Ilha de Villegagnon. Fonte: https://www.en.mb/revista_en/REVISTA_VILLEGAGNON_2014.pdf

Após as adequações realizadas para o ingresso das Aspirantes da turma 2014, atualmente, a estrutura²⁰ da Escola Naval é composta por (a) 39 salas de aulas, sendo 08 delas equipadas com lousas digitais, que são utilizadas principalmente para as aulas de inglês; (b) 02 Salas Informatizadas, com capacidade para 40 Aspirantes; (c) 01 Simulador Tático, com capacidade para 40 Aspirantes; (d) 02 Simuladores dos Avisos de Instrução, cuja finalidade é criar, em meio digital, situações dentro do Passadiço de um aviso de Instrução; (e) 01

²⁰ Fonte: RAInt (Relatório de Avaliação Interna 2018) da Escola Naval. Esse relatório é resultado da avaliação de toda a estrutura acadêmica, em cumprimento às normas da Diretoria de Ensino da Marinha, Comando Imediatamente Superior ao qual a Escola Naval está diretamente subordinada.

Planetário, com capacidade para 40 Aspirantes; (f) 01 biblioteca, com um acervo de 24.086 títulos.

Os Simuladores dos Avisos de Instrução são simuladores de navios que reproduzem situações que podem ocorrer em um Passadiço de um navio, local no qual o Oficial da Armada conduz a sua embarcação em alto mar durante a navegação. Cabe destacar que são denominados Avisos de Instrução os navios de pequeno porte com equipamentos reais utilizadas pelos Aspirantes sob a Supervisão de profissionais responsáveis com a finalidade didática de realizar embarques, viagens e aulas práticas e teóricas sobre disciplinas específicas, como às relacionadas à Navegação.



IMAGEM 4 - Avisos de Instrução da Escola Naval. Fonte: <http://www.planobrazil.com/aviso-de-instrucao-da-en-deixa-periodo-de-docagem-com-radar-novo-que-permite-visualizar-cartas-nauticas-eletronicas/> (Acesso em 17/07/2018)

O Planetário é uma espécie de laboratório para as aulas de Navegação Astronômica, no qual os alunos aprendem a navegar com a utilização dos equipamentos da astronomia, como o telescópio, com base nas posições dos planetas e estrelas, latitude e longitude, entre outros conteúdos afetos à navegação astronômica.



IMAGEM 5 - Planetário da Escola Naval. Fonte: https://www.marinha.mil.br/en/instalacoes_de_ensino (Acesso em 17/07/2018)

O Simulador Tático desenvolve situações semelhantes às desenvolvidas a bordo de navios, instalado em um compartimento físico nas instalações da Escola Naval.



IMAGEM 6 - Simulador Tático da Escola Naval. Fonte: https://www.marinha.mil.br/en/instalacoes_de_ensino (Acesso em 17/07/2018)

Além dos espaços já apresentados, a Escola Naval possui ainda 05 auditórios e 08 Laboratórios disponíveis para a formação dos Aspirantes, alguns específicos de acordo com o Corpo e habilitações, conforme os quadros abaixo.

QUADRO 3 – Auditórios da Escola Naval

AUDITÓRIOS	CAPACIDADE (assentos)
Júpiter	46
Amazônia Azul	144
Ary Parreiras	98
Almirante Serran	84
Almirante Serpa	1.000

Quadro elaborado pela autora. Fonte: RAInt (Relatório de Avaliação Interna 2018) da Escola Naval.

Os nomes dos auditórios são homenagens a personagens importantes para a Escola Naval e para a Marinha do Brasil. O auditório Ary Parreiras²¹, faz homenagem a um militar e político brasileiro, que se firmou como Praça da Marinha do Brasil em 1907, quando se matriculou no curso de máquinas da Escola Naval e se formou Guarda-Marinha da Turma de 1911. O auditório Almirante Serran, faz homenagem a um dos ex-Comandantes²² da Escola Naval, que teve sua gestão no período de 30 de janeiro a 21 de setembro de 1965. Assim como o auditório Almirante Serpa²³, que presta homenagem a outro ex-Comandante da Escola Naval, que dirigiu essa instituição no período de 10 de maio de 1967 a 22 de fevereiro de 1968 e que também foi Aspirante à Marinha de Guerra, ingressando na Escola Naval em fevereiro de 1949 e sendo promovido a Guarda-Marinha do Corpo de Armada em janeiro de 1953.

O auditório Amazônia Azul, faz uma homenagem ao termo utilizado pela Marinha do Brasil para se referir à área marítima sob jurisdição nacional, termo análogo ao utilizado para se referir à Amazônia, “considerada a maior floresta tropical do mundo”²⁴, um importante bioma da humanidade. Assim, com essa denominação, o nome desse auditório faz uma homenagem à Amazônia Azul “por ser fonte infindável de recursos, pelos seus incalculáveis

²¹Fonte: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/parreiras-ari> (Acesso em 17/07/2018)

²²Fonte: https://www.marinha.mil.br/en/diretores_comandantes (Acesso em 17/07/2018)

²³Fonte: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/serpa-ivan-da-silveira> (Acesso em 17/07/2018)

²⁴ Fonte: <https://www.todamateria.com.br/floresta-amazonica/> (Acesso em 25/08/2018)

bens naturais e pela sua biodiversidade (...) em analogia com os recursos daquela vasta região terrestre, representar sua equivalência com a área marítima²⁵”.

QUADRO 4 - Laboratórios da Escola Naval

LABORATÓRIOS	CAPACIDADE (Quantidade de Aspirantes)
Demonstração Prática de Eletrônica	45
Eletrônica Digital	36
Física	20
Automação e Controle	42
Eletromecânica	40
Radar e Detecção	18
Simulação Eletrônica	40
Línguas	24

Quadro elaborado pela autora. Fonte: RAInt (Relatório de Avaliação Interna 2018) da Escola Naval.

No laboratório de Eletrônica são realizadas as aulas práticas das disciplinas ligadas à eletrônica, no qual os Aspirantes podem aplicar os conhecimentos construídos nas aulas teóricas.



IMAGEM 7 - Laboratório de Eletrônica da Escola Naval. Fonte: https://www.marinha.mil.br/en/instalacoes_de_ensino (Acesso em 17/07/2018)

²⁵ Fonte: <https://www.marinha.mil.br/content/amazonia-azul> (Acesso em 25/08/2018)

O Laboratório de Física tem o objetivo de melhorar o processo de ensino aprendizagem por meio da experimentação e demonstração dos princípios da Física, contribuindo para motivar o interesse dos alunos por meio de ferramentas que colaboram na construção do conhecimento.



IMAGEM 8 - Laboratório de Física da Escola Naval. Fonte: https://www.marinha.mil.br/en/instalacoes_de_ensino (Acesso em 17/07/2018)

O Laboratório de Línguas é utilizado para as aulas de inglês, sob a supervisão dos docentes, conta com uma variedade de recursos didáticos impressos e computadores. É constituído por um centro multimídia, no qual a Escola Naval acredita que seja o “espaço ideal para a oferta de novas tarefas e oportunidades para os alunos se aterem ao que preferem, ou explorarem seu repertório de formas de estudo e desenvolverem novas técnicas de aprendizado” (SOARES; LEÃO, 2015, p.120)²⁶.

²⁶Revista de Villegagnon, 2015. Disponível em <http://www.redebim.dphdm.mar.mil.br/vinculos/00000f/00000f99.pdf> (Acesso em 17/07/2018)



IMAGEM 9 - Laboratório de Línguas da Escola Naval. Fonte: https://www.marinha.mil.br/en/instalacoes_de_ensino (Acesso em 17/07/2018)

Nas imagens apresentadas dos laboratórios, nota-se apenas a presença masculina, denotando a ausência da figura feminina, por se tratar de laboratórios utilizados predominantemente nas aulas destinadas aos Aspirantes do Corpo da Armada e do Corpo de Fuzileiros Navais, nos quais ainda não há a presença de Aspirantes mulheres. Realidade que poderá ser modificada a partir de 2019, devido a possibilidade de ingresso de mulheres nesses Corpos, além do Corpo de Intendentes.

Escola possui ainda **instalações esportivas** compostas por 03 piscinas, sendo uma olímpica, uma semiolímpica coberta e uma auxiliar; 01 campo de futebol; 01 pista de atletismo de tartan²⁷; 01 área de areia de praia; 03 parques de equipamentos de ginástica; 01 sala de judô; 01 sala de musculação; 01 tanque de aprendizagem de remo; 03 quadras externas ao ar livre, sendo duas polivalentes e uma de tênis; 01 sala d'armas (esgrima); 01 ginásio Coberto com duas quadras; e 01 sala de musculação.

A estrutura da Escola ainda conta com 03 Avisos de Instrução: Aviso de Instrução Aspirante Nascimento, Aviso de Instrução Guarda-Marinha Jansen e Aviso de Instrução Guarda-Marinha Brito. Toda essa estrutura visa atender às necessidades acadêmicas para a realização do curso de graduação da Escola Naval.

²⁷Tartan é um tipo de revestimento de poliuretano utilizado na construção de uma pista sintética de atletismo, impermeável, que permite maior equilíbrio, velocidade e sistema elástico de amortecimento.

1.2 O curso de graduação da Escola Naval

O Curso de Graduação para Oficiais ministrado na Escola Naval, que forma Oficiais na área de Ciências Navais, para o Corpo da Armada, para o Corpo de Fuzileiros Navais e para o Corpo de Intendentes da Marinha, faz parte do Sistema de Ensino Naval, regido por normas específicas, em conformidade com a lei nº 9394, de 20 de dezembro de 1996, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBEN, que em seu art. 83, quanto a esse tipo de ensino reza “que a Marinha possui normas próprias que regem os cursos sob a sua responsabilidade, buscando sempre equivalência dos estudos com determinados cursos do meio civil” (LDBEN, 1996)²⁸.

De acordo com os objetivos gerais do Curso de Graduação para Oficiais da Escola Naval previstos no currículo vigente em 2014 a Escola Naval (EN):

é o estabelecimento de ensino da Marinha responsável pelo Curso de Graduação na área de Ciências Navais, formando Oficiais de Marinha para os Corpos da Armada (CA), de Fuzileiros Navais (CFN) e de Intendentes da Marinha (CIM), habilitados em eletrônica, mecânica, sistemas de armas e administração, com o propósito de capacitá-los para o pleno exercício de atividades operativas e funções técnico administrativas, seja a bordo, em terra ou em unidades de tropa, inerentes aos primeiros postos da carreira naval. (CURRÍCULO DO CURSO DE GRADUAÇÃO DE OFICIAIS, 2017, p. 1)

Como visto no currículo do Curso de Graduação de Oficiais cada Corpo do Curso de Graduação da Escola Naval possui habilitações específicas, sendo eletrônica, mecânica ou sistemas de armas para o Corpo da Armada e para o Corpo de Fuzileiros Navais, e administração para o Corpo de intendentes da Marinha.

Apesar da peculiaridade do ensino militar ser regulado em lei específica, a Marinha busca alinhar os seus cursos aos cursos ministrados no âmbito civil, no sentido da sua equivalência com cursos de áreas afins oferecidos por outras instituições de ensino superior. No tocante ao curso de graduação da Escola Naval, a Portaria Normativa Interministerial nº 830/MD/MEC, de 23 de maio de 2008, dispõe sobre a equivalência dos cursos de formação de oficiais das Forças Armadas.

Art. 1º Os cursos de formação de oficiais ministrados pela Escola Naval (EN), pela Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN) e pela Academia

²⁸LDBEN. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm (Acesso em 17/07/2018).

da Força Aérea (AFA) são equivalentes aos definidos no inciso II do art. 44 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro 1996, na modalidade bacharelado.

O artigo 44 da LDBEN estabelece os cursos e programas componentes da educação superior, dentre eles os previstos no inciso II, que são os cursos “de graduação, abertos a candidatos que tenham concluído o ensino médio ou equivalente e tenham sido classificados em processo seletivo”, equivalentes aos cursos de formação da Escola Naval, da Academia Militar das Agulhas Negras e da Academia da Força Aérea.

A Marinha do Brasil possui a sua própria política de ensino, a PoEnsM - Política de Ensino da Marinha, alinhada à lei nº 11.279²⁹, de 9 de fevereiro de 2006, Lei de Ensino da Marinha, da Presidência da República. Essa política, aprovada pelo Comandante da Marinha em 8 de dezembro de 2009, preconiza em suas disposições gerais o seguinte:

A Política de Ensino da Marinha (PoEnsM) tem o propósito de estabelecer os objetivos do ensino naval que devem ser alcançados pela Marinha do Brasil (MB), bem como apresentar as diretrizes a serem seguidas pelas Organizações Militares (OM) pertencentes ao Sistema de Ensino Naval (SEN), e as de execução de ensino da MB. O SEN desempenha um papel fundamental para o cumprimento da missão da Marinha, estabelecida no Plano Estratégico da Marinha (PEM) - “Preparar e empregar o Poder Naval, a fim de contribuir para a defesa da Pátria (...)”, prevendo entre suas diretrizes principais a capacitação do pessoal para o emprego, eficiente e eficaz, do Poder Naval e para a absorção adequada da constante evolução tecnológica dos sistemas navais. O ensino na MB, de acordo com o preconizado em lei própria, destina-se a “capacitar o pessoal militar e civil para o desempenho, na paz e na guerra, dos cargos e funções previstos em sua organização”. Para tanto, obedece a um processo contínuo e progressivo de educação sistemática, com características próprias, constantemente atualizado e aprimorado, desde a formação inicial até os níveis mais elevados de qualificação, visando prover, ao pessoal, o conhecimento básico, profissional e militar-naval necessário para o cumprimento de sua missão. (POLÍTICA DE ENSINO DA MARINHA, 2009)

Além da LDBEN, o decreto nº 6883³⁰, de 25 de junho de 2009, da Presidência da República, dispõe sobre o ensino na Marinha, que regulamenta a lei nº 11.279/2006, que prevê a equivalência dos estudos aos cursos do Sistema de Ensino Naval (SEN), especificamente em seu Art. 10, que estabelece que:

os cursos do SEN, quando concluídos com aproveitamento, conferem certificados ou diplomas com validade nacional, ficando assegurada a

²⁹Lei de Ensino da Marinha. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111279.htm (Acesso em 17/07/2018)

³⁰DECRETO 6883/2009. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Decreto/D6883.htm (Acesso em 17/07/2018)

equivalência a cursos civis, de acordo com as normas fixadas pelos sistemas de ensino, nos seguintes níveis:

I - Educação Básica: Curso de Preparação de Aspirantes - confere certificado equivalente ao do ensino médio;

II - Educação Profissional: Cursos de Aperfeiçoamento para Praças - conferem diploma equivalente ao curso técnico de nível médio; e

III - Educação Superior:

a) **Cursos de Graduação de Oficiais** - conferem diploma com a titulação de **Bacharel em Ciências Navais** e com diferentes habilitações dentro da mesma carreira, sendo reconhecido como curso de educação superior; (DECRETO nº 6883/2009, grifos nossos)

Como pode ser observado na citação acima, os Cursos de Graduação de Oficiais realizados pela Marinha do Brasil conferem equivalência à titulação de Bacharel em Ciências Navais aos alunos que concluírem com aproveitamento os referidos cursos. Como já citado nesta pesquisa, estes cursos se referem aos ministrados na Escola Naval e nas Escolas de Formação de Oficiais da Marinha Mercante. No caso da Escola Naval, o curso realizado pelos Aspirantes confere diploma de Bacharel em Ciências Navais, do Corpo da Armada, do Corpo de Fuzileiros Navais ou do Corpo de Intendentes da Marinha, de diferentes habilitações. Lembrando que o Colégio Naval ministra o Curso Preparatório de Aspirantes, sendo composto pelo ensino básico em nível médio e pelo Ensino Militar Naval.

O Plano Estratégico da Marinha (PEM) é uma publicação do Estado Maior da Armada e “tem o propósito de orientar o planejamento de médios e longos prazos da Marinha do Brasil (MB), por meio de objetivos estratégicos organizados em uma cadeia de valor, orientados pela Visão de Futuro da MB” (PEM, 2017). O Plano Estratégico da Marinha (PEM) estabelece a missão da Marinha, que é “preparar e empregar o Poder Naval, a fim de contribuir para a defesa da Pátria”, tendo o Sistema de Ensino Naval (SEN) o importante papel de possibilitar o cumprimento dessa missão, por meio da capacitação do pessoal para o emprego, eficiente e eficaz, do Poder Naval e para o acompanhamento da constante evolução tecnológica dos sistemas navais, estabelecido na Política de Ensino da Marinha. Essa Política tem o objetivo estabelecer orientações às Organizações Militares pertencentes ao SEN ou que executam cursos do SEN para contribuir no cumprimento da missão da Marinha, que é a de “preparar e empregar o Poder Naval, a fim de contribuir para a defesa da Pátria”. Segundo Camila Cristina Ribeiro Luís, o Poder Naval é

constituído pelas forças navais, aeronavais, de fuzileiros navais, as bases navais e posições de apoio, a estrutura logística, administrativa e de comando e controle e forças e meios de apoios não orgânicos da Marinha de

Guerra (especialmente os meios aéreos), quando vinculados ao cumprimento de sua missão e submetidos a algum tipo de orientação, comando e controle naval (LUÍS, 2015, p.123).

Esse preparo do pessoal componente do Poder Naval para cumprimento da missão da Marinha fica a cargo das Organizações Militares que executam os cursos do Sistema de Ensino Naval por meio da capacitação contínua nos diversos níveis de ensino, desde a formação inicial até os cursos de níveis mais elevados que são realizados ao longo da carreira, como os cursos de especialização, de aperfeiçoamento, especiais, expeditos³¹, de atualização, de Estado-Maior, de altos estudos militares entre outros.

Assim, atualmente a formação dos Aspirantes e das Aspirantes da Marinha do Brasil na Escola Naval ocorre por meio do Curso de Graduação para Oficiais em Ciências Navais, para o Corpo da Armada, para o Corpo de Fuzileiros Navais e para o Corpo de Intendentes da Marinha. De acordo com os editais dos concursos de admissão à Escola Naval, esse curso é realizado de modo diversificado, proporcionando habilitações de interesse militar-naval de acordo com o Corpo, como Sistemas de Armas, Eletrônica, Mecânica ou Administração, dentro da área de Ciências Navais, tendo seu ensino estruturado em um Ciclo Escolar e um Ciclo Pós-Escolar.

Com relação à estrutura, o Curso de Graduação de Oficiais da Escola Naval compreende diferentes tipos de ensino: o Ensino Básico (EB), o Ensino Profissional (EP) e o Ensino Militar-Naval (EMN), conforme exposto no quadro a seguir:

³¹ Segundo a lei nº 11.279/2006 que dispõe sobre o ensino na Marinha, curso especial é destinado à prestação do pessoal para serviços que exijam qualificações particulares não conferidas pelos cursos de especialização, subespecialização e aperfeiçoamento e curso expedito é destinado a suplementar a habilitação técnico-profissional do pessoal, conforme necessidade ocasional do serviço naval, tendo caráter transitório.

QUADRO 5 - Tipos de Ensino do Curso de Graduação para Oficiais da Escola Naval

TIPO DE ENSINO	CARACTERÍSTICAS
Ensino Básico	Na formação do Oficial, independente do Corpo/Habilitação, o Aspirante cursará um núcleo comum de conteúdos, constituído de conhecimentos teóricos fundamentais, no domínio das ciências exatas, humanas e tecnológicas, essenciais ao exercício das funções gerais que irá desempenhar no decorrer de sua carreira e que, associados, constituirão a base de sua formação geral e cultural.
Ensino Profissional	Relativo às habilitações de eletrônica, mecânica e sistemas de armas, para o CA e CFN, e administração, para o CIM. Está orientado para os conhecimentos relacionados com a prática profissional de caráter operativo e técnico, necessários ao desempenho de funções peculiares aos primeiros postos da carreira naval e à solução de problemas que o Oficial enfrentará, na rotina diária a bordo de navios ou estabelecimentos navais. Posteriormente, haverá diversas oportunidades na carreira para o aprimoramento desses conhecimentos, mediante a realização de cursos especiais, expeditos e de aperfeiçoamento.
Ensino Militar-Naval	O EMN é constituído de conhecimentos sólidos específicos, necessários à formação militar naval e que darão condições ao oficial de desempenhar as funções para as quais for designado ao longo da sua carreira naval.

Quadro elaborado pela autora. Fonte: CURRÍCULO DO CURSO DE GRADUAÇÃO DA ESCOLA NAVAL, 2017. p. 9.

Este curso é desenvolvido em dois ciclos escolares subsequentes, o Ciclo Escolar (CE) e o Ciclo Pós-Escolar (CPE), discriminados no quadro abaixo:

QUADRO 6 - Ciclos do Curso de Graduação em Ciências Navais para Oficiais da EN

CICLO	CARACTERÍSTICAS
ESCOLAR (CE)	É o período de quatro anos letivos destinado à aprendizagem acadêmica, no qual serão ministrados os diferentes tipos de ensino e desenvolvidas as atividades extraclasse, incluindo as práticas complementares, e os estágios, realizados pelo aluno da Escola Naval, na graduação de Aspirante.
PÓS-ESCOLAR (CPE)	É o período de um ano letivo, que se segue ao Ciclo Escolar (CE), dividido em três fases subsequentes, destinado à aplicação prática dos conhecimentos adquiridos, realizado em OM (Organização Militar) extra-Escola Naval, na graduação de Guarda-Marinha (GM), conforme o Corpo e Habilitação, sob a supervisão da EN.

Quadro elaborado pela autora. Fonte: CURRÍCULO DO CURSO DE GRADUAÇÃO DA ESCOLA NAVAL, 2017. p. 12

Vale ressaltar que as entrevistas às Aspirantes da primeira turma foram realizadas em 2017, durante o Ciclo Escolar, quando as mesmas encontravam-se cursando o quarto ano do curso. Após a conclusão do quarto ano, encerra-se o Ciclo Escolar e dá-se início ao Ciclo Pós Escolar.

O Curso de Graduação na área de Ciências Navais, forma Oficiais de Marinha para os Corpos da Armada (CA), de Fuzileiros Navais (CFN) e de Intendentes da Marinha (CIM), habilitados em eletrônica, mecânica, sistemas de armas e administração, com duração de quatro anos, sendo os dois primeiros anos comuns aos três Corpos e os dois últimos anos específicos de cada especialidade.

De acordo com o currículo do curso, cada ano letivo é composto por um Período de Verão e um Período Acadêmico. No calendário escolar o Período de Verão antecede o Período Acadêmico.

a) Período de Verão: cada ano letivo é iniciado por esse Período³² que tem a duração igual ou superior a 200 dias letivos, em cumprimento ao artigo 47 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) que estabelece que “na educação superior, o ano letivo regular, independente do ano civil, tem, no mínimo, duzentos dias de trabalho acadêmico efetivo, excluído o tempo reservado aos exames finais, quando houver”.

Nesse período são realizadas as atividades de Adaptação, Estágio Básico Militar I, Estágio Básico Militar II e Estágio Avançado Militar.

QUADRO 7 - Atividades do Período de Verão do Curso de Graduação em Ciências Navais para Oficiais da Escola Naval

ATIVIDADES	CARACTERÍSTICAS
Adaptação	Para os Aspirantes que serão matriculados no 1º ano.
Estágio Básico Militar I	Para os Aspirantes matriculados no 2º ano, consistindo em viagem aos diversos Distritos Navais, um exercício de sobrevivência na selva e um exercício de sobrevivência no mar, em que poderão ser aplicados os conhecimentos adquiridos ao longo do 1º ano.
Estágio Básico Militar II	Para os Aspirantes matriculados no 3º ano, consistindo em embarques em meios da Esquadra ou Avisos de Instrução, em que poderão ser aplicados os conhecimentos adquiridos ao longo do 1º e 2º anos.
Estágio Avançado Militar	Para os Aspirantes matriculados no 4º ano, consistindo em embarques em meios da Esquadra

³² Destinado à adaptação e aos estágios, seguido de um período destinado ao desenvolvimento dos diferentes tipos de ensino e das atividades extraclasse.

	ou Avisos de Instrução para o CA; montanhismo militar, operações ribeirinhas e sobrevivência na selva para o CFN; e embarque em Diretorias e OM de Intendentes para o CIM, em que poderão ser aplicados os conhecimentos adquiridos ao longo do 1º, 2º e 3º anos.
--	---

Quadro elaborado pela autora. Fonte: CURRÍCULO DO CURSO DE GRADUAÇÃO DA ESCOLA NAVAL, 2017. P. 17

Com relação ao funcionamento da Escola Naval, além de graduar militares em Ciências Navais, o curso é permeado pela formação militar-naval, de grande importância para a carreira dos futuros Oficiais, pautada nos pilares das Forças Armadas, que são a hierarquia e a disciplina. De acordo com as informações disponíveis na página da Escola Naval³³ na Internet, essa instituição

forma e instrui seus alunos de modo a assegurar que sejam capazes de exercer, física, intelectual e moralmente, as suas funções profissionais como Oficiais de Marinha. Essa Escola tem um Ciclo Escolar de 4 anos e um Ciclo Pós Escolar de um ano, totalizando uma formação de 5 anos. Nos quatro primeiros anos, os aspirantes da instituição são internos na escola, estudando de segunda a sexta, quando são liberados e passam o final de semana em casa, se assim desejarem. (ESCOLA NAVAL)

Durante o curso de graduação da Escola Naval, a organização das atividades de ensino ao longo dos anos letivos do Ciclo Escolar compreende o total de vinte e oito semanas efetivas de duração, nas quais

serão ministrados diariamente seis tempos de aula, com duração de 45 minutos cada, totalizando 840 horas aula no ano. Dessas 840 horas sob a responsabilidade dos Centros de Ensino, serão reservadas no mínimo 28 horas para desenvolvimento de aulas de reforço, reposição de aulas programadas, vista de prova ou atividades do Serviço de Orientação Educacional (SOE). O período destinado à condução das atividades de ensino pelo Setor ComCA compreenderá vinte e oito semanas efetivas de duração para a disciplina de Treinamento Físico Militar (TFM) e para desenvolver as disciplinas do ensino militar-naval. Para a disciplina de TFM, serão utilizados, três vezes por semana, duas horas-aula, totalizando 168 horas aula no ano. Para as disciplinas do ensino militar-naval, serão utilizados diariamente duas horas-aula, correspondendo a 280 horas no ano. Além das 448 horas sob a responsabilidade do setor ComCA, as disciplinas de ensino militar naval poderão ser conduzidas durante os dias de realização de Prática Profissional Naval (PPN). (CURRÍCULO DO CURSO DE GRADUAÇÃO DA ESCOLA NAVAL, 2017, p.19-20)

³³Escola Naval. Disponível em <https://www1.mar.mil.br/en>. (Acesso em 02/06/2016)

b) Período Acadêmico: no início do terceiro ano letivo, após o Estágio de Verão, os Aspirantes do sexo masculino que ingressaram até o ano de 2018, oriundos do concurso referente ao edital de 2017³⁴, fazem a opção de Corpo e Habilitação de acordo com a sua ordem de classificação obtida no segundo ano letivo, dentre os seguintes:

QUADRO 8 - Corpos e Habilitações do Curso de Graduação da Escola Naval

CORPOS	HABILITAÇÕES
Corpo da Armada	Mecânica
	Eletrônica
	Sistemas de Armas
Corpo de Fuzileiros Navais	Mecânica
	Eletrônica
	Sistemas de Armas
Corpo de Intendentes da Marinha	Administração

Quadro elaborado pela autora.

As Aspirantes da primeira turma do sexo feminino, em virtude da legislação vigente à época, ingressaram (2014), já no primeiro ano, no Corpo de Intendentes da Marinha, não tendo a opção para os dois primeiros, destinados ao sexo masculino, ou posterior troca de Corpo nem da habilitação em Administração. O mesmo ocorrerá até as turmas que ingressaram até 2018, pois a partir da turma de 2019 as mulheres poderão optar entre os três Corpos disponíveis.

A Escola Naval funciona em regime de internato. Conforme informações contidas na página dessa Escola na internet:

(...) o regime de internato adotado tem o objetivo de permitir o desenvolvimento de uma personalidade baseada em valores verdadeiros, elevado poder de reflexão, tempo e ambiente favorável para o Aspirante ou a Aspirante dedicar-se inteiramente à sua formação e alcançar o máximo desempenho de suas potencialidades³⁵.

Para essa Escola, o regime de internato permite que todas as atividades da vida do Aspirante e, a partir de 2014, da Aspirante estejam voltadas à sua formação, para isso Escola Naval oferece todos os subsídios para que a estada ao longo da semana seja produtiva com relação aos estudos e preparação física. Além disso, a vida de um Oficial da Marinha poderá

³⁴ A partir da turma que ingressará na Escola Naval em 2019 as Aspirantes e os Aspirantes poderão escolher a que Corpo desejarem fazer parte, em condições de igualdade, de acordo com a classificação obtida ao final do segundo ano letivo.

³⁵ ESCOLA NAVAL, Ciclo Escolar e Pós Escolar. Disponível https://www.marinha.mil.br/en/ciclo_escolar_pos_escolar (Acesso em 22/04/2018)

contemplar diversos momentos em viagens em navios a trabalho, longe da família e dos amigos, limitados ao espaço físico do navio e interação com outros militares nas mesmas comissões, compartilhando objetivos em comum. O internato sem dúvidas contribui para preparação e adaptação a essa vida de abnegação e confinamento.

As disciplinas do Curso de Graduação da Escola Naval do primeiro e do segundo ano do Ciclo Escolar são comuns a todos os alunos, Aspirantes do sexo feminino e masculino, organizadas de acordo com as modalidades de Ensino Básico, Ensino Profissional e Ensino Militar Naval, distribuídas da seguinte forma:

QUADRO 9 - Ciclo Escolar comum a todos os alunos: 1º e 2º anos

PRIMEIRO ANO	
MODALIDADE	DISCIPLINAS
Ensino Básico	Cálculo 1
	Desenho
	Física 1
	Fundamentos de Tecnologia da Informação
	História do Pensamento Humano
	Inglês 1
	Introdução à Administração
	Legislação Militar Naval
	Português 1
Ensino Profissional	Fundamentos Navais
	Navegação 1
Ensino Militar Naval	Comportamento Social 1
	Higiene, Primeiros Socorros e Saúde
	Ordem Unida 1
	Remo e Vela 1
	Treinamento Físico-Militar 1
	Armamento e Tiro 1
SEGUNDO ANO	
MODALIDADE	DISCIPLINAS
Ensino Básico	Cálculo 2
	Cálculo Numérico
	Física 2
	Eletricidade
	Psicologia para a Liderança
	Inglês 2
	Estatística
	Mecânica Geral
Ensino Profissional	Fundamentos Navais 2
	Navegação 2

Ensino Militar Naval	Comportamento Social 2
	Ordem Unida 2
	Remo e Vela 2
	Treinamento Físico-Militar 2
	Armamento e Tiro 2

Quadro elaborado pela autora. Fonte: Currículo do Curso de Graduação da Escola Naval do Ciclo Básico Escolar, 2017, comum a todos os alunos Aspirantes.

Como se pode observar no quadro anterior, as disciplinas dos primeiro e segundo anos são comuns a todos e todas Aspirantes, com o objetivo de proporcionar uma formação comum a todos, que servirá de base para prosseguir nos estudos dos demais anos, independente do Corpo ou da habilitação que irão escolher.

A partir do terceiro ano letivo, quando os alunos já possuem seus Corpos e suas habilitações definidas, as quais, assim como nos dois primeiros anos, também são organizadas segundo as modalidades de Ensino Básico, Ensino Profissional e Ensino Militar Naval, sendo que, para os Aspirantes do Corpo da Armada e do Corpo de Fuzileiros Navais, as disciplinas do Ensino Profissional apresentam uma distinção de acordo com a habilitação no Corpo, que são Eletrônica, Sistemas de Armas e Mecânica, conforme discriminado a seguir:

QUADRO 10 - Ciclo Escolar para o Corpo da Armada 3º e 4º Anos

TERCEIRO ANO		
MODALIDADE	HABILITAÇÃO	DISCIPLINAS
Ensino Básico	Formação Econômica Brasileira	
	Inglês 3	
	Liderança 1	
	Princípios de Economia	
	Português 2	
Ensino Profissional	Eletrônica (HE)	Introdução à Logística Naval
		Telecomunicações 1
		Navegação 3
		Operações Navais 1
	Sistemas de Armas (HS)	Eletrônica
		Eletrotécnica
		Sistemas de Controle 1
		Fundamentos do Eletromagnetismo
		Telecomunicações 1
		Eletromagnetismo
		Termodinâmica
	Mecânica (HM)	Eletrotécnica
		Eletrônica Aplicada
		Mecânica dos Fluidos

		Tecnologia e Resistência dos Materiais	
Ensino Militar Naval		Comportamento Social 3	
		Ordem Unida 3	
		Remo e Vela 3	
		Treinamento Físico-Militar 3	
		Armamento e Tiro 3	
QUARTO ANO			
MODALIDADE	HABILITAÇÃO	DISCIPLINAS	
Ensino Básico		Direito	
		Ética Militar	
		História naval	
		Introdução à Administração	
		Inglês 4	
		Relações Políticas do Mundo Contemporâneo	
Ensino Profissional		Metodologia da Pesquisa	
		Operações Navais 2	
		Inteligência	
		Navegação 4	
	Eletrônica (HE)		Balística e Fundamentos de Sistemas de Arma
			Fundamentos de Automação
			Detecção
			Eletrônica Digital
			Telecomunicações 2
	Sistemas de Armas (HS)		Automação de Sistemas de Armas
			Balística e Sistemas Navais para Habilitação em Sistemas de Armas
			Sistemas de Controle 2
			Fundamentos do Detecção
			Técnicas Digitais
	Mecânica (HM)		Automação e Sistemas Mecânicos
			Balística e Fundamentos de Sistemas de Armas
			Fundamentos de Controle de Sistemas
			Mecânica do Navio
			Propulsão
	Ensino Militar Naval		Comportamento Social 4
		Ordem Unida 4	
		Remo e Vela 4	
		Treinamento Físico-Militar 4	
		Armamento e Tiro 4	

Quadro elaborado pela autora. Referente aos 3º e 4º anos do Ciclo Escolar comum aos Aspirantes do Corpo da Armada. Fonte: Currículo dos Cursos de Graduação da Escola Naval, 2017.

Os terceiro e quarto anos letivos são compostos por disciplinas afetas ao Corpo da Armada e de acordo com a habilitação escolhida, voltadas às atividades nos navios.

QUADRO 11 - Ciclo Escolar para o Corpo de Fuzileiros Navais: 3º e 4º Anos

TERCEIRO ANO			
MODALIDADE	HABILITAÇÃO	DISCIPLINAS	
Ensino Básico		Formação Econômica Brasileira	
		Inglês 3	
		Liderança 1	
		Princípios de Economia	
		Português 2	
Ensino Profissional		Instrução Básica de Combate	
		Introdução à Logística	
	Eletrônica (HE)		Eletrônica
			Eletromagnetismo
			Navegação 3
			Fundamentos de Controle e Eletrotécnica
			Telecomunicações 1
	Sistemas de Armas (HS)		Eletrônica
			Eletrotécnica
			Sistemas de Controle 1
			Fundamentos de Eletromagnetismo
			Telecomunicações 1
	Mecânica (HM)		Termodinâmica
			Eletrotécnica
			Eletrônica Aplicada
		Mecânica dos Fluidos	
		Tecnologia e Resistência dos Materiais	
Ensino Militar Naval		Comportamento Social 3	
		Ordem Unida 3	
		Remo e Vela 3	
		Treinamento Físico-Militar 3	
		Armamento e Tiro 3	
QUARTO ANO			
MODALIDADE	HABILITAÇÃO	DISCIPLINAS	
Ensino Básico		Direito	
		Ética Militar	
		História naval	
		Introdução à Administração	
		Inglês 4	
		Relações Políticas do Mundo Contemporâneo	
		Operações de Fuzileiros Navais	
		Balística e Sistemas de Armas de FN	
		Inteligência	
		Metodologia da Pesquisa	
		Operações Anfíbias	
	Eletrônica (HE)		Técnicas Digitais
			Fundamentos de Detecção
		Telecomunicações 2	

	Sistemas de Armas (HS)	Técnicas Digitais
		Fundamentos de Detecção
		Automação de Sistemas de Armas
	Mecânica (HM)	Máquinas Navais Auxiliares
Ensino Militar Naval		Viaturas
		Comportamento Social 4
		Ordem Unida 4
		Remo e Vela 4
		Treinamento Físico-Militar 4
		Armamento e Tiro 4

Quadro elaborado pela autora. Referente aos 3º e 4º anos do Ciclo Escolar comum aos Aspirantes do Corpo de Fuzileiros Navais. Fonte: Currículo dos Cursos de Graduação da Escola Naval, 2017.

Os terceiro e quarto anos letivos são compostos por disciplinas afetas ao Corpo de Fuzileiros navais e de acordo com a habilitação escolhida, semelhante às habilitações do Corpo da Armada, porém com disciplinas distintas, específicas aos combatentes fuzileiros.

QUADRO 12 - Ciclo Escolar para o Corpo de Intendentes da Marinha: 3º e 4º Anos

TERCEIRO ANO	
MODALIDADE	DISCIPLINAS
Ensino Básico	Formação Econômica Brasileira
	Inglês 3
	Liderança 1
	Princípios de Economia
	Português 2
Ensino Profissional	Administração para Intendentes
	Administração Financeira 1
	Administração do Material e Logística
	Contabilidade 1
	Introdução à Logística Naval
	Gestão Pública
	Gerência de Sistemas de Intendência 1
	Métodos Quantitativos Aplicáveis à Administração
Mecânica dos Fluidos	
Ensino Militar Naval	Comportamento Social 3
	Ordem Unida 3
	Remo e Vela 3
	Treinamento Físico-Militar 3
	Armamento e Tiro 3
QUARTO ANO	
MODALIDADE	DISCIPLINAS
Ensino Básico	Direito
	Inglês 4
	Ética Militar
	História Naval
	Relações Políticas do Mundo Contemporâneo

Ensino Profissional	Inteligência
	Administração Financeira 2
	Contabilidade 2
	Economia
	Gestão Operacional
	Gerência de Sistemas de Intendência 2
	Gerência de Suprimento
	Licitação
	Metodologia da Pesquisa
Ensino Militar Naval	Comportamento Social 4
	Ordem Unida 4
	Remo e Vela 4
	Treinamento Físico-Militar 4
	Armamento e Tiro 4

Quadro adaptado pela autora. Referente aos 3º e 4º anos do Ciclo Escolar comum aos Aspirantes do Corpo de Intendentes da Marinha. Fonte: Informações contidas no Currículo dos Cursos de Graduação da Escola Naval, 2017.

Com relação ao Corpo de Intendentes da Marinha, as disciplinas do terceiro e quarto anos são comuns aos alunos, pois oferece uma única habilitação, que é Administração.

Ao final do Ciclo Escolar, a formação dos/as Aspirantes prossegue com o Ciclo Pós-Escolar, quando os Aspirantes e as Aspirantes passam à função de Guarda-Marinha. Desde a sua origem a Escola Naval utiliza a denominação Guardas-Marinha, que é o primeiro posto alcançado pelos Oficiais da Marinha, para se referir aos seus alunos durante os cursos de formação. Nesse Ciclo Pós Escolar “é ministrado fundamentalmente para o ensino profissional, com destaque para a aprendizagem prática e de instrução, conduzida em várias organizações militares e a bordo do Navio-Escola Brasil”³⁶.

³⁶ESCOLA NAVAL, Ciclo Pós Escolar. Disponível https://www.marinha.mil.br/en/ciclo_escolar_pos_escolar (Acesso em 22/04/2018)



IMAGEM 10 - Navio Escola Brasil. Fonte: <http://tecnodefesa.com.br/navio-escola-brasil-completa-30-anos-de-comissao/> (Acesso em 17/07/2018)

Após a conclusão dos quatro anos do Ciclo Escolar, os Aspirantes são declarados Guardas-Marinha³⁷ em Cerimônia Militar solene e iniciam o Ciclo Pós Escolar, o qual possui três fases, com suas disciplinas discriminadas conforme abaixo. Nota-se que as disciplinas da primeira fase são comuns aos três Corpos, enquanto as disciplinas da segunda e terceira fases são específicas para cada Corpo.

QUADRO 13 – Ciclo Pós Escolar

1ª FASE	
CORPO	DISCIPLINAS
CA/FN/IM	Combate a Incêndio
CA/IM	Controle de Avarias 1
FN	Estágio de Administração para Comandante de Pelotão
2ª FASE	
CORPO	DISCIPLINAS
CA	Estágio Supervisionado a Bordo dos Navios
IM	Estágio a Bordo dos Navios da Esquadra
	Gerência de Sistemas de Intendência-3
	Palestra sobre Comissão de Promoções de Praças
	Treinamento Físico Especializado

³⁷Posto que classifica os militares como Praças Especiais, antes de serem promovidos a Oficiais e é equivalente ao Posto denominado Aspirante no Exército Brasileiro e na Força Aérea Brasileira;

FN	Instrução Básica de Combate
	Armamento, Tiro, Explosivos e Minas
	Planejamento e Ações Diversas
	Operações Ofensivas
	Operações Defensivas
	Operações Ribeirinhas
	Operações Anfíbias
	Palestra sobre Comissão de Promoções de Praças
3ª FASE – Viagem de Instrução no Navio-Escola Brasil	
CORPO	DISCIPLINAS
CA/IM/FN	Administração Naval
	Fainas e Procedimentos Marinheiros
	Segurança Orgânica-5
	Comportamento Social-5
CA	Navegação e Meteorologia Práticas-5
	Operações Navais-3
	Sistemas de Armamento (apenas CA-HS)
	Sistemas de Eletrônica (apenas CA-HE)
	Sistemas de Máquinas (apenas CA-HM)
CA/FN	Noções de Gestoria
IM	Embarque e Carregamento Anfíbio
	Hidrografia
IM	Gerência de Sistemas de Intendência-4
FN/IM	Navegação e Meteorologia Prática

Quadro elaborado pela autora. Referente as Primeira, Segunda e Terceira fases do Ciclo Pós Escolar de acordo com as habilitações dos Aspirantes. Fonte: Informações contidas no Currículo dos Cursos de Graduação da Escola Naval, 2017.

Observa-se no currículo do curso de graduação da Escola Naval que a disciplina Comportamento Social perpassa todos os anos letivos, estando presente, inclusive, na terceira fase do Ciclo Pós Escolar.

O objetivo geral dessa disciplina é idêntico nos quatro anos do Ciclo Escolar “Aplicar conhecimentos sobre etiqueta que possibilitem apresentar-se com correção de atitude e cortesia, não somente nos diversos eventos a que comparecerão ao longo da carreira, bem como na forma de proceder no dia a dia” (CURRÍCULO DO CURSO DE GRADUAÇÃO DE OFICIAIS, 2017, p. I-3, II-5 e III-8IV-17), diferindo apenas em alguns conteúdos a serem ministrados. Por exemplo, no primeiro ano letivo são abordados conteúdos relacionados às seguintes Unidades de Ensino: Conceitos Básicos de Comportamento e Conversação; no segundo ano, Teoria de Comportamento à Mesa, Imagem Pessoal e Conversação; no terceiro ano Comportamento à Mesa e Imagem Pessoal; e no quarto ano, Conceitos Básicos de Comportamento Social, Comportamento à Mesa e Imagem Pessoal. No quinto ano do curso,

que é o Ciclo Pós Escolar, o objetivo geral dessa disciplina é diferente: “Identificar e aplicar conhecimentos sobre a etiqueta nas diferentes culturas dos países a serem visitados, a fim de obter uma adequada fundamentação para bem representar o Brasil e a Marinha durante a viagem de instrução e nas demais fases da carreira”. (CURRÍCULO DO CURSO DE GRADUAÇÃO DE OFICIAIS, 2017, p.III-33), sendo que as Unidades de Ensino desta disciplina no Ciclo Pós Escolar além de abordar conteúdos relacionados à Apresentação Pessoal, Comportamento, À Mesa (comportamento), acrescenta-se Portos no Estrangeiro.

A presença da referida disciplina em todos os anos de duração do Curso de Graduação da Escola Naval indica que ela é considerada muito importante para a formação dos Oficiais da Escola Naval, não só durante o curso, mas principalmente ao longo da carreira na Marinha.

Destaca-se que na Viagem de Instrução do Navio-Escola Brasil³⁸ são aplicadas as teorias estudadas e, paralelamente, é incrementada a cultura geral do futuro Oficial de Marinha, durante as experiências vivenciadas pelos Guardas-Marinha por meio da oportunidade de conhecer os aspectos peculiares de vários países do mundo. Essa terceira fase deverá ser de inteira dedicação ao estudo e ao aprendizado técnico profissional por parte dos alunos, com seriedade, responsabilidade e respeito às tradições da Marinha do Brasil. Vale ressaltar que, historicamente, o primeiro posto ocupado pelo Oficial da Marinha de Guerra é o de Guarda-Marinha.

A primeira turma das Aspirantes fará parte da XXXII Viagem de Instrução de Guardas-Marinha (VIGM), fato que ficará registrado na história, pois será a primeira vez que mulheres embarcam como Aspirantes nessa viagem de instrução e significará a conclusão do ciclo de formação dessas Aspirantes em condições de igualdade aos Aspirantes do sexo masculino. Ao término da viagem de instrução, os Guardas-Marinha serão nomeados ao posto de Segundo-Tenente e serão distribuídos para servir em todo país, de acordo com o seu Corpo e Habilitação.

A carreira dos Oficiais intendentos oriundos da Escola Naval inicia como Guarda-Marinha e permite atingir até o posto de Vice-Almirante, na seguinte sequência: Aspirante (enquanto aluno do Ciclo Escolar), Guarda-Marinha (enquanto aluno do Ciclo Pós Escolar), Segundo-Tenente, Primeiro-Tenente, Capitão-Tenente, Capitão de Corveta, Capitão de Fragata, Capitão de Mar e Guerra, Contra-Almirante e finalmente, Vice-Almirante. Apenas os

³⁸ Disponível em https://www.marinha.mil.br/en/ciclo_escolar_pos_escolar (Acesso em 22/04/2018)

Oficiais do Corpo da Armada e do Corpo de Fuzileiros Navais podem atingir o último posto, que é o de Almirante de Esquadra.

Os Oficiais e as Oficiais do Quadro Complementar do Corpo de Intendentes da Marinha ingressam no CIAW (Centro de Instrução Almirante Wandenkolk) como Guarda-Marinha, pois já ingressam com curso de graduação em Economia, Administração ou Ciências Contábeis realizados e concluídos no âmbito civil e ao final do curso, com duração aproximada de nove meses, são nomeados Segundos-Tenentes e no penúltimo ano de Capitão-Tenente, ingressam no Corpo de Intendentes da Marinha, de acordo com o interesse e necessidade da Administração Naval.

Cabe salientar, a título de exemplo, que a autora desta dissertação atualmente se encontra no posto de Capitão-Tenente, pertencente ao Quadro técnico do Corpo Auxiliar da Marinha, a qual poderá atingir até o posto de Capitão de Mar e Guerra, pois a Marinha ainda não prevê que os Oficiais pertencentes ao Quadro Técnico, do Corpo Auxiliar da Marinha, atinjam o posto de Oficial General. Prevendo, apenas, a possibilidade de promoção a Oficial General, posto máximo, aos Oficiais pertencentes ao Corpo da Armada, Corpo de Fuzileiros Navais, Corpo de Intendentes da Marinha, Corpo de Engenheiros e Quadro de Médicos.

Nas Forças Armadas existe uma distinção entre os Postos e Graduações, tanto quanto à remuneração, quanto à subordinação hierárquica, conforme se pode observar na tabela de Soldos³⁹ das Forças Armadas a seguir.

³⁹ Denomina-se Soldo na Marinha e nas demais Forças Armadas, a remuneração básica percebida pelos militares de acordo com os postos e graduações que ocupam. Acrescendo ao Soldo os adicionais regulamentares de acordo com os cargos e funções ao longo da carreira como Adicional Militar, Adicional de Habilitação, entre outros, que consistirá na remuneração bruta. Desta remuneração, aplicam-se os descontos, resultando a remuneração líquida a ser percebida mensalmente.

TABELA DOS SOLDOS DOS MILITARES DAS FORÇAS ARMADAS

Posto/Graduação	Soldo Atual (R\$)	Soldo a partir de 1º agosto de 2016 (R\$)	Soldo a partir de 1º janeiro de 2017 (R\$)	Soldo a partir de 1º janeiro de 2018 (R\$)	Soldo a partir de 1º janeiro de 2019 (R\$)	%
Almirante, Marechal e Marechal do Ar (*****)	11.280,00	11.900,00	12.578,00	13.294,00	14.031,00	24,39%
Alte Esq, Gen Ex, Ten Brig Ar (****)	10.830,00	11.426,00	12.076,00	12.763,00	13.471,00	24,39%
V Alte, Gen Div, Maj Brig (***)	10.380,00	10.951,00	11.574,00	12.233,00	12.912,00	24,39%
C Alte, Gen Bds, Brig (**)	10.041,00	10.593,00	11.196,00	11.833,00	12.490,00	24,39%
Capitão-de-Mar-e-Guerra e Coronel	9.159,00	9.663,00	10.229,00	10.832,00	11.451,00	25,02%
Capitão de Fragata e Tenente Coronel	8.991,00	9.486,00	10.044,00	10.642,00	11.250,00	25,13%
Capitão de Corveta e Major	8.811,00	9.296,00	9.860,00	10.472,00	11.088,00	25,84%
Capitão Tenente e Capitão	6.945,00	7.327,00	7.861,00	8.517,00	9.135,00	31,53%
1ª Tenente	6.576,00	6.938,00	7.350,00	7.796,00	8.245,00	25,38%
2ª Tenente	5.967,00	6.295,00	6.673,00	7.082,00	7.490,00	25,52%
Guarda-Marinha e Aspirante a Oficial	5.622,00	5.931,00	6.268,00	6.625,00	6.993,00	24,39%
Suboficial e Subtenente	4.677,00	4.934,00	5.307,00	5.751,00	6.169,00	31,90%
1ª Sargento	4.134,00	4.361,00	4.695,00	5.110,00	5.483,00	32,63%
2ª Sargento	3.573,00	3.770,00	4.060,00	4.445,00	4.770,00	33,50%
3ª Sargento	2.949,00	3.111,00	3.325,00	3.584,00	3.825,00	29,70%
Cabo (engajado) e Taifeiro Mor	1.974,00	2.083,00	2.243,00	2.449,00	2.627,00	33,08%
Cabo (não engajado)	702,00	741,00	818,00	886,00	956,00	36,18%
Taifeiro 1ª Classe	1.869,00	1.972,00	2.084,00	2.203,00	2.325,00	24,40%
Taifeiro 2ª Classe	1.776,00	1.874,00	1.981,00	2.094,00	2.210,00	24,44%
Soldado Engajado Especializado	1.491,00	1.573,00	1.663,00	1.758,00	1.856,00	24,48%
Soldado Engajado não Especializado	1.254,00	1.323,00	1.398,00	1.478,00	1.560,00	24,40%
Recruta - MN-RC, SD-RC e S2 (não engajado)	642,00	677,00	769,00	854,00	956,00	48,91%
Asp EN e Cad e AI IME (último ano)	1.164,00	1.228,00	1.298,00	1.372,00	1.448,00	24,40%
Asp EN, Cad e AI IME (demais anos) e AI Órg. Form Of Res	945,00	997,00	1.054,00	1.114,00	1.176,00	24,44%
AI CN, EsPCEX e EPCCAr (último ano) e AI Es Form Sgt	858,00	905,00	956,00	1.010,00	1.066,00	24,24%
AI CN, EsPCEX e EPCCAr (demais anos) e Grumete	840,00	886,00	936,00	989,00	1.044,00	24,29%
Aprendiz-Marinheiro	789,00	832,00	879,00	929,00	981,00	24,33%

IMAGEM 11 - Tabela de Soldo das Forças Armadas Brasileiras. Imagem capturada em 26/07/2018. Disponível em https://www.defesa.gov.br/arquivos/2015/mes12/tabela_de_soldos_militares_ffaa.pdf (Acesso em 26/07/2018)

Os militares pertencentes ao Corpo da Armada embarcarão nos navios da Marinha; os combatentes do Corpo de Fuzileiros Navais serão designados para os diversos Batalhões e Companhias Independentes; e os integrantes do Corpo de Intendentes da Marinha, como será o caso da primeira turma das Aspirantes após a formação, poderão servir a bordo dos navios ou em Organizações Militares de terra.

Batalhões e Companhias de Fuzileiros Navais são Organizações Militares destinadas aos militares do Corpo de Fuzileiros Navais por executarem atividades operativas e de combate. As Organizações Militares de terra são as instituições da Marinha que realizam atividades de apoio às Organizações Militares operativas e de combate. As mulheres Aspirantes da primeira turma poderão ser designadas para qualquer uma dessas Organizações Militares, de acordo com o interesse da Administração Naval.

A imagem 12 apresenta as cargas horárias totais do Curso de Graduação para Oficiais da Escola Naval, segundo informações contidas no Currículo do referido curso, incluindo todas as fases do Ciclo Escolar e do Ciclo Pós Escolar.

Carga Horária Total dos Cursos

	CA			FN			IM
	HM	HE	HS	HM	HE	HS	HA
ENSINO BÁSICO	2311	2311	2311	2311	2311	2311	2217
ENSINO PROFISSIONAL	1422	1412	1422	1784	1784	1794	1562
ENSINO MILITAR NAVAL	1046	1046	1046	1046	1046	1046	1046
ATIVIDADE EXTRACLASSE	2139	2139	2139	2098	2098	2098	1886
1ª FASE	65	65	65	65	65	65	65
2ª FASE	480	480	480	474	474	474	463
3ª FASE	368	368	368	338	338	338	328
CARGA HORÁRIA REAL	7831	7821	7831	8116	8116	8126	7567
TEMPO RESERVA	692	691	692	724	724	725	671
CARGA HORÁRIA TOTAL DOS CURSOS	8523	8512	8523	8840	8840	8851	8238

IMAGEM 12 – Carga horária total do Curso de Graduação da Escola Naval. Capturada em 21/01/2018. Fonte: Currículo dos Cursos de Graduação da Escola Naval, 2017

Pode-se observar que o curso de graduação para os Aspirantes do Corpo da Armada possui 8.523 horas (HM - HS)/8.512 horas (HE), o curso de graduação para os Aspirantes do Corpo de Fuzileiros Navais possui 8.851 horas (HS)/8.840 horas (HM e HE) e o curso de graduação para os Aspirantes do Corpo de Intendentes da Marinha possui 8.238 horas. Lembra-se que as habilidades específicas são as seguintes: Habilitação em Mecânica (HM), Habilitação em Sistemas de Armas (HS) e Habilitação em Eletrônica (HE).

Apesar de se tratar de um único curso, isto é, de um único currículo, as cargas horárias ao final do curso variam, devido às diferenças peculiares à formação de cada Corpo e habilitação, tendo em comum ao final do curso, a graduação em Ciências Navais, diferindo apenas quanto às habilitações específicas de cada Corpo.

O ingresso no Curso de Graduação para Oficiais da Escola Naval é realizado por meio de concurso público, o qual, dentre outros concursos, desde março de 2018 passou a ser conduzido pelo Serviço de Seleção do Pessoal da Marinha (SSPM), não mais pela Diretoria de Ensino da Marinha. O concurso público de ingresso da primeira Turma das Aspirantes foi conduzido pela Diretoria de Ensino da Marinha, fonte da maioria dos dados encontrados, referentes ao processo de seleção que a primeira turma das Aspirantes foi submetida.

Esse concurso público se trata de um rigoroso processo seletivo de nível nacional, composto por diversas etapas, como provas escritas, verificação de dados biográficos, inspeção de saúde, teste de aptidão física, verificação de documentos, avaliação psicológica e período de adaptação, no qual a partir do concurso de 2013, para a turma de ingresso em 2014, passou a oferecer vagas para Aspirantes de ambos os sexos, porém as vagas das mulheres eram restritas ao Corpo de Intendentes da Marinha desde o primeiro ano letivo, os quais realizam o Curso de Formação ao longo de quatro anos.

Este capítulo abordou as diversas características do Curso de Graduação da Escola Naval, trazendo também informações sobre a sua estrutura acadêmica e sobre as suas instalações destinadas à execução do currículo, destacando a sua origem no Brasil como primeira instituição de ensino superior, as disciplinas constantes do currículo e as peculiaridades de uma formação militar naval.

O próximo capítulo versará sobre o processo de ingresso das Aspirantes da primeira turma da Escola Naval, após a superação de todas as etapas desse rigoroso processo de seleção, discutindo o que representou esse ingresso em relação à igualdade de gênero, entre homens e mulheres, por meio do qual estas mulheres, as Aspirantes da primeira turma, tiveram a oportunidade de realizar o curso de Graduação em Ciências Navais, do Corpo de Intendentes da Marinha, da habilitação Administração.

CAPÍTULO II

O INGRESSO DE MULHERES COMO ASPIRANTES NA ESCOLA NAVAL

Apesar de a Marinha admitir mulheres como militares em suas fileiras desde 1981, por meio da lei nº 6.807⁴⁰, de 7 de julho de 1980, que criou o extinto Corpo Auxiliar Feminino da Reserva da Marinha (CAFRM), regulamentada pelo decreto nº 85.238, de 7 de outubro de 1980, apenas a partir de 2013 permitiu o ingresso de alunas na Escola Naval, utilizando como referência inicial a lei nº 9.519/97 (Anexo V), que “dispõe sobre a reestruturação dos Corpos e Quadros de Oficiais e de Praças da Marinha”, que se concretizou em 2014 com a apresentação de 12 Aspirantes do sexo feminino para o Curso de Graduação para Oficiais da Escola Naval, em Ciências Navais, do Corpo de Intendentes da Marinha, na habilitação Administração.

Para realização desta pesquisa, além de leis e normas, foram consultados documentos referentes aos estudos realizados pela Marinha do Brasil a fim de identificar os motivos que deram origem ao Projeto Piloto que foi o ingresso da primeira turma das Aspirantes na Escola Naval. Aliado a isso, buscou-se analisar as mudanças políticas ocorridas no meio civil com relação ao acesso de mulheres no ensino superior e possíveis influências que levaram à adequação a essas políticas de igualdade de acesso de mulheres no ensino superior do meio militar, especialmente na Marinha do Brasil no cenário da Escola Naval.

2.1 As primeiras iniciativas da Marinha para o ingresso de mulheres como alunas da Escola Naval

Em 2004 a Marinha do Brasil, mediante determinações da Diretoria-Geral do Pessoal da Marinha, iniciou estudos pormenorizados relativos ao ingresso de mulheres como alunas Aspirantes da Escola Naval como um Projeto Piloto, a fim de identificar aspectos como vantagens, desvantagens, necessidades, discriminação de custos, melhor época de implementação e dados oriundos de consultas às instituições que já possuíam mulheres em seus cursos de formação militar de nível superior de ensino.

O primeiro estudo, referente ao ingresso das Aspirantes como Projeto Piloto teve início a partir da mensagem da Diretoria-Geral do Pessoal da Marinha à Diretoria de Ensino

⁴⁰ Revogada pela lei nº 7.622, de 9 de outubro de 1987, que reorganizou o CAFRM, esta posteriormente revogada pela lei nº 9.519/97, em vigor.

da Marinha, com informação para a Escola Naval, datada de 13 de janeiro de 2004. Na mensagem, datada de 19 de janeiro de 2004, anexa ao *Relatório do GT N° 01/04: Ingresso de mulheres em curso de graduação da Escola Naval* consta:

Curso de Graduação da Escola Naval.

Tendo em vista que diversas Escolas Navais de marinhas amigas já possuem Mulheres em seu Corpo Discente, bem como a Academia da Força Aérea Brasileira (AFA), proceder estudo pormenorizado relativo ao ingresso de mulheres na Escola Naval, com prazo até 30MAR, contendo dentre outros os seguintes tópicos:

- a) vantagens;
- b) desvantagens;
- c) levantamento de necessidades e a discriminação de custos envolvidos;
- d) sugestão de melhor época de implementação de um Projeto Piloto de incorporação de Mulheres; e
- e) levantamento das Escolas Navais possuidoras de Mulheres em seu Corpo Discente e a síntese das experiências adquiridas.

Considerar que as vagas a serem preenchidas pelas mulheres só poderão ser direcionadas para o Curso de Intendentes da Marinha, CFM preconizado na Lei n° 9519/97 (Mensagem anexa ao Relatório do GT n° 01/04, grifos nossos)

Observa-se que a discussão para ocupação de mulheres no curso de graduação para Oficiais da Escola Naval, tem como referência inicial a lei n° 9.519/97, que “dispõe sobre a reestruturação dos Corpos e Quadros de Oficiais e de Praças da Marinha”, mas já direcionando para o Corpo de Intendentes da Marinha. De acordo com essa lei, vigente em 2004:

Art. 9° Os Oficiais da Marinha, de ambos os sexos, são iguais em direitos e obrigações nos termos da Constituição, observados os valores, princípios e normas nela estabelecidos.

§ 1° Na conciliação, obrigatória, entre as exigências do preparo do Poder Naval e sua aplicação em situações de guerra e crise, e a observância dos valores constitucionais de proteção do Estado à família, obedecer-se-á ao seguinte:

I - serão ocupados por Oficiais do sexo masculino os cargos, respectivos, do Corpo da Armada e do Corpo de Fuzileiros Navais;

II - serão objeto de idêntica ocupação, no Corpo de Intendentes e no Corpo de Saúde da Marinha, percentuais dos respectivos cargos, cujo exercício, comprovadamente, seja indispensável ao preparo e aplicação do Poder Naval.

§ 2° A execução do disposto no inciso II do parágrafo anterior dependerá de proposta, motivada, do Ministro da Marinha ao Presidente da República, e da fixação, em Decreto, dos percentuais em referência.

Observa-se que essa Lei, não previa a ocupação dos cargos do Corpo da Armada e do Corpo de Fuzileiros Navais por mulheres, mas previa para outros Corpos e Quadros de Oficiais da Marinha, como o Corpo de Intendentes da Marinha. Como se pode constatar, no Art. 9º, parágrafo 1º, da referida lei, no inciso I, em 2004 as vagas somente poderiam ser ocupadas por Oficiais do sexo masculino.

Art. 1º A Marinha do Brasil (MB) é constituída pelos seguintes Corpos e Quadros de Oficiais:

I - Corpo da Armada, composto de:

- a) Quadro de Oficiais da Armada (CA);
- b) Quadro Complementar de Oficiais da Armada (QC-CA);

II - Corpo de Fuzileiros Navais, composto de:

- a) Quadro de Oficiais Fuzileiros Navais (FN);
- b) Quadro Complementar de Oficiais Fuzileiros Navais (QC-FN);

III - Corpo de Intendentes da Marinha, composto de:

- a) Quadro de Oficiais Intendentes da Marinha (IM);

Em decorrência dessa mensagem, no dia 19 de janeiro de 2004, a Diretoria de Ensino da Marinha determinou que a Escola Naval enviasse subsídios para elaboração de estudo abordando os tópicos mencionados. Para isso, por meio da Portaria nº 2/2004 de 26 de janeiro, a Escola Naval criou um grupo de trabalho composto por Oficiais da referida escola, a fim de realizar um estudo relativo ao ingresso de mulheres como discentes na Escola Naval, com o prazo de conclusão para 27 de fevereiro de 2004.

Esse Grupo de Trabalho foi composto por Oficiais responsáveis pelos setores afetos ao ensino da Escola Naval, como o Superintendente de Ensino, os Chefes dos Centros e o Comandante do Corpo de Alunos.

Esse estudo culminou no Relatório de Grupo de Trabalho nº 01/2004, cujo assunto versou sobre o ingresso de Mulheres em Curso de Graduação da Escola Naval, que consistiu num “estudo pormenorizado relativo ao ingresso de mulheres em Curso de Graduação da Escola Naval, identificando as vantagens e desvantagens, as necessidades com os respectivos custos e a melhor época de implementação de um Projeto Piloto de Incorporação de Mulheres, a fim de subsidiar decisão do Setor de Pessoal” (ESCOLA NAVAL, p.1).

Também é apontado no Relatório a existência de mulheres como alunas em outras instituições militares de Ensino Superior, que poderá trazer repercussão positiva à Marinha. Entretanto, a lei nº 12.705, de 08 de agosto de 2012 (Anexo VI), que dispõe sobre os requisitos para ingresso nos cursos de formação de militares de carreira do Exército, motivou

a Marinha a permitir o ingresso de mulheres nas fileiras da Escola Naval, conforme será apresentado ao longo deste capítulo.

Esses fatores levaram à necessidade de aprofundar os estudos referentes ao ingresso das Aspirantes na Escola Naval, a fim de adequar todas as estruturas para o acesso das alunas, bem como a perspectiva de melhor desenvolvimento psicossocial dos Aspirantes mediante a convivência com colegas do sexo oposto.

Inicialmente, como Projeto Piloto, segundo o Relatório, as vagas foram definidas apenas para ingresso de mulheres no Corpo de Intendentes da Marinha.

Alguns aspectos foram analisados, como a necessidade de índices físicos diferenciados entre homens e mulheres que desejassem ingressar na Escola Naval, definição do quantitativo de vagas a elas destinado, manutenção das características do curso quanto ao tratamento e aos critérios para ambos os sexos, reestruturação/modernização das instalações e criterioso preparo dos Oficiais do ComCA sobre as regras de comportamento e de convivência entre sexos opostos, disparidades dos custos dos cursos de formação de Oficiais intendentos do sexo feminino entre CIAW e EN.

Para a realização do referido estudo foram consideradas experiências de escolas militares como Academia da Força Aérea Brasileira (AFA), Escola de Formação de Oficiais da Marinha Mercante (EFOMM), Instituto Militar de Engenharia (IME) e Academia Naval dos Estados Unidos (USNA), isto é, instituições de Ensino Superior que já admitiam mulheres militares em seus cursos de graduação.

Após levantamento e análise dos fatores condicionantes e dos fatos pertinentes, o estudo chegou à seguinte conclusão:

VANTAGENS:

- Repercussão positiva perante a sociedade, ao permitir o ingresso das mulheres na EN, engrandecendo a imagem da MB.
- A integração e a convivência natural entre indivíduos de ambos os sexos pode contribuir para o melhor desenvolvimento de uma identidade psicossocial bem ajustada.

DESVANTAGENS:

- Estabelecimento de um critério diferenciado, ao se permitir o ingresso direto das mulheres no CIM, ao passo que, para os homens, a definição deste ingresso continuará ocorrendo ao final do segundo ano escolar e observando o critério de antiguidade na turma.
- Incidentes no relacionamento entre aspirantes homens e mulheres que possam gerar maior repercussão e expor negativamente a imagem da EN e da MB perante a opinião pública, com repercussões, inclusive, jurídicas.

- Vulnerabilidade a questionamentos jurídicos da premissa de ingresso das mulheres exclusivamente para o CIM, com base na lei nº 9519/97;
- Formação de oficiais mulheres intendententes a um custo mais elevado, se comparado ao CFOF, para atender o mesmo propósito (RELATÓRIO DO GT N°01/2014).

O fato que chamou atenção foi a existência de mais desvantagens do que vantagens ao final do estudo, porém, dez anos depois, houve o ingresso da primeira turma. A repercussão positiva diante da sociedade está ligada à oportunidade de ingresso de mulheres na Escola Naval, antes permitido apenas aos homens. Sendo assim, a Marinha se destaca positivamente perante a sociedade ao conceder a possibilidade acesso às mulheres brasileiras a essa carreira militar. O estudo cita basicamente que o ingresso de mulheres como alunas na Escola Naval viria a “atender os anseios femininos de uma maior inserção no mercado de trabalho mundial”.

Quanto às desvantagens, o fato de permitir o acesso direto das mulheres ao Corpo de Intendententes da Marinha poderia repercutir negativamente perante os homens, pois estes, após ingresso na Escola Naval, só podem escolher a que Corpo deseja pertencer ao final do segundo ano letivo, podendo gerar insatisfação.

A possibilidade de ocorrência de incidentes no relacionamento entre homens e mulheres como desvantagem e fator negativo de exposição foi uma questão discutida pelo Grupo de Trabalho.

O fato de diversas instituições no Brasil permitirem a convivência de alunos e alunas em regime de internato, como EFOMM, AFA, IME e não havendo histórico de ocorrências ou repercussões negativas, cujo motivo principal seja o fato de serem homens e mulheres convivendo juntos, foi um aspecto relevante.

Ainda quanto à desvantagem do custo do curso, o Relatório aponta que o motivo se dá porque se formam Oficiais Intendententes em um período aproximado de cinco anos, considerando o Ciclo Escolar e Ciclo Pós Escolar na EN, enquanto o Curso de Formação de Oficiais (CFO, antigo CFOF) do Quadro Complementar do Corpo de Intendententes da Marinha, é realizado em um período de nove meses no Centro de Instrução Almirante Wandenkolk (CIAW), que envolve menos custos. À época do estudo, o custo do curso realizado no CIAW era de aproximadamente R\$13.855,41 e o custo do curso realizado na EN era de aproximadamente R\$135.477,41, esta, dez vezes maior, segundo o Relatório de estudo.

Isso se deve ao fato de, no CIAW, as alunas ingressam com diploma de nível superior, com a graduação concluída, restando apenas a realização da formação Militar Naval e uma parte específica do Corpo de Intendentes da Marinha ao longo do período de aproximadamente nove meses e complementada no curso de especialização realizado logo após a conclusão do curso de formação.

Continuando, o Relatório aponta as necessidades levantadas para receber mulheres Aspirantes no corpo discente no curso de Intendentes:

NECESSIDADES LEVANTADAS:

- Alocação tempestiva de recursos para as etapas previstas do Projeto de Modernização da EN, de modo a possibilitar a prontificação do anexo ao edifício nº12 até 2008.
 - Estabelecimento do número de vagas para as candidatas mulheres pela DPMM, considerando a limitação de acomodações adequadas da EN.
 - Inclusão no Edital do concurso ao PSAEN, pela Diretoria de Ensino da Marinha (DEnsM), das vagas destinadas às candidatas mulheres, os respectivos índices para o TSF, peso, altura e condições incapacitantes.
 - Revisão das publicações “RIEN”, “EN-30-Normas do Comando do Corpo de Aspirantes” e “EN-10-Normas da Superintendência de Ensino” pela EN.
 - Revisão da publicação “Normas para os Cursos de Graduação da Escola Naval” pela DEnsM.
 - Inclusão de, no mínimo, mais duas oficiais mulheres na lotação da EN, para servir no ComCA.
 - Adequação dos uniformes às necessidades específicas do Corpo de Aspirantes.
 - Adaptação das instalações do NE “Brasil”, uma vez que seja definida a participação das guardas-marinha mulheres na terceira fase do CPE.
- Sugestão de melhor época de implementação de um Projeto Piloto de Incorporação de Mulheres:
- (...)sugere-se o ano de 2008.

Essas necessidades têm a ver com a preparação da Escola Naval para receber as alunas, como a construção e a adequação dos banheiros e dos alojamentos, obras referentes ao edifício nº12, instalações a serem utilizados pelas Aspirantes, após a sua prontificação. Nas Forças Armadas brasileiras os alojamentos e banheiros não são unificados/unissex, mas sim, exclusivos para cada sexo.

É relevante mencionar que a mesma necessidade foi apontada para o Navio Escola Brasil, embarcação utilizada para as disciplinas práticas de navegação, a fim de proporcionar condições de embarque de alunas para a última fase do Ciclo Pós Escolar, a Viagem de Instrução dos Guardas-Marinha.

Considerando essa capacidade para receber mulheres, de acordo com o referido Relatório de 2004, caberia à Diretoria do Pessoal Militar da Marinha (DPMM), estabelecer a quantidade de vagas a serem disponibilizadas no edital do Concurso Público de Admissão à Escola Naval (CPAEN, antigo PSAEN, denominação quando era processo seletivo e não concurso público), levando em consideração a carência de profissionais intendentess de Marinha.

Além da definição da quantidade de vagas pela DPMM, outra necessidade foi a definição de critérios pela Diretoria de Ensino da Marinha (DEnsM) para o concurso público, como os índices mínimos do Teste de Aptidão física (TAF) (antigo, Teste de Suficiência Física (TSF) que é uma etapa eliminatória do concurso) e outras condições exigidas para aptidão à carreira militar.

Internamente, foi levantada a necessidade de atualizar as publicações normativas da Escola Naval, como o Regimento Interno da Escola Naval (RIEN), Normas do Comando do Corpo de Alunos entre outras, a fim de verificar a necessidade de adequação diante das mudanças estruturais necessárias para o ingresso das Aspirantes.

A inclusão de mulheres no Comando do Corpo de Alunos, setor responsável pela formação militar dos alunos, também foi uma iniciativa necessária a essa adequação, pois no momento de ingresso das mulheres como alunas, seria importante a figura feminina próxima, para fins de colaborar na adaptação das novas Aspirantes durante as diversas etapas de sua formação, ao longo do curso de graduação da Escola Naval. Até aquele momento não havia militares mulheres exercendo funções nesse setor.

O Relatório ainda apresenta um “Levantamento das Escolas Navais possuidoras de mulheres em seu Corpo Discente e a síntese das experiências adquiridas”. Quanto às Escolas foi verificado que as Escolas Navais dos seguintes países possuem mulheres no seu corpo discente: Argentina, Uruguai, Peru, Colômbia, Estados Unidos da América, França, Coreia do Sul, Portugal, Itália, Suécia e Holanda;

Quanto às experiências em relação à presença feminina nas Escolas Navais, o relatório levantou informações peculiares a cada escola, referentes ao processo de preparação para o ingresso das mulheres, das dificuldades encontradas, características das instalações físicas (exemplos: alojamentos, banheiros), regras de convivência entre homens e mulheres entre outros aspectos, como da Academia da Força Aérea (AFA), do Centro de Instrução Almirante Graça Aranha (CIAGA), Centro de Instrução Almirante Wandenkolk (CIAW), Academia

Naval dos Estados Unidos (USNA), escolas Navais das Marinhas Amigas (além da USNA, as do Chile, Uruguai, Argentina e Peru).

O fato de ter sido constatado que outras Marinhas possuem em suas Escolas Navais mulheres em seu corpo discente foi considerado um fator positivo e determinante no sentido de que já estávamos atrasados com relação ao ingresso das mulheres na Escola Naval brasileira e que seria necessário mobilizar todos os esforços para a adequação a essa nova realidade.

De acordo com as conclusões do referido Grupo de Trabalho, nota-se que as expectativas eram otimistas, pois apesar das necessidades de adequações, o estudo sugeriu o ano de 2008 para o ingresso da primeira turma. Segundo o Relatório:

numa visão otimista, isto é, se os recursos para as etapas previstas forem alocados tempestivamente e as obras se desenvolverem sem percalços, o edifício nº 12 teria suas obras iniciadas em meados de 2006 e terminadas em meados de 2007. Com isso, segundo o raciocínio desenvolvido acima, a implementação de um Projeto Piloto de Incorporação de Mulheres não poderia ocorrer antes de 2008. (RELATÓRIO DO GT N° 01, 2004, p.12)

Nesse contexto, a Marinha do Brasil deu início e emvidou esforços para tomar as providências a fim de adequar suas normas, estruturas físicas e de pessoal para permitir o ingresso das Aspirantes à Escola Naval, segundo as análises do relatório, a partir do ano sugerido 2008. No entanto, as Aspirantes só ingressaram em 2014.

Em 11 de agosto de 2017, tive a oportunidade de assistir, no Instituto Igarapé, da apresentação de pesquisa inédita intitulada “Situações Extraordinárias: a entrada das mulheres na linha de frente das Forças Armadas brasileiras⁴¹”, estudo desenvolvido por Maiara Folly e Renata Avelar Giannini. O evento contou com a presença da Almirante Dalva que fez um histórico sobre o ingresso das mulheres na Marinha do Brasil, e das primeiras Aspirantes da Escola Naval, bem como, do Capitão de Mar e Guerra (RM1-IM) Hércules Honorato.

Na reportagem *Linha de frente: lugar a ser ocupado por elas*, publicada em 8 de agosto de 2017, as pesquisadoras pontuam que “De modo geral, existe consenso sobre as habilidades femininas para a administração e a logística, identificadas com as funções desempenhadas pelos intendentes”. Ainda conforme a reportagem, de acordo com o estudo citado, quando se trata da linha de frente bélica, “é forte o argumento de uma possível redução na eficácia de tropas e, conseqüentemente, o risco de comprometer a defesa nacional a partir

⁴¹Disponível em <https://igarape.org.br/mulheres-forcas-armadas/pt/>

da entrada da mulher”. Cabe destacar que o padrão de desempenho na formação de mulheres combatentes é ditado pelo padrão de desempenho masculino⁴².

O Instituto Igarapé, em sua página oficial na internet, divulga diversas notas estratégicas sobre temas afetos à questão de gênero e de proteção às mulheres, como a Nota Estratégica nº 24 publicada pelo Instituto Igarapé⁴³ que versa sobre o tema “Em busca da Igualdade de Gênero: boas práticas para a implementação da agenda sobre mulheres, paz e segurança”, organizada também por Maiara Folly e Renata Avelar Giannini, ressaltam a importância de institucionalização de estruturas, processos e mecanismos de implementação da agenda sobre mulheres, paz e segurança (agenda MPS⁴⁴, referente ao Plano Nacional de Ação sobre Mulheres, Paz e Segurança). Com relação a essa agenda, o Plano de Ação do Brasil

foi lançado oficialmente no dia 8 de março de 2017, no marco das comemorações do Dia Internacional da Mulher. Coordenada pelo Itamaraty, sua elaboração contou com a participação do Ministério da Defesa, do Ministério da Justiça e Segurança Pública e da Secretaria de Políticas para as Mulheres. A preparação do documento também contou com o apoio e a participação da ONU-Mulheres, bem como do Instituto Igarapé, representando a sociedade civil. Ao adotar plano de ação sobre a agenda de mulheres, paz e segurança, o governo brasileiro reafirma seu compromisso com a promoção da paz e da segurança internacionais, bem como com a defesa da igualdade de gênero e o empoderamento de todas as mulheres e meninas. A medida alinha-se não somente com as resoluções do Conselho de Segurança na matéria, como também com posições historicamente defendidas pelo Brasil em diversos foros regionais e multilaterais, inclusive na criação da própria ONU⁴⁵.

Esse evento destacou a participação de mulheres nas Forças Armadas no Brasil e em diversos países do mundo, sobre a recente abertura para as mulheres militares participarem de

⁴²Disponível em <http://www.generonumero.media/linha-de-frente-lugar-ser-ocupado-por-elas/>

⁴³O Instituto Igarapé é um *think and do tank* (pensa, conecta e transforma) independente, dedicado à integração das agendas da segurança, justiça e do desenvolvimento. Seu objetivo é propor soluções inovadoras a desafios sociais complexos, por meio de pesquisas, novas tecnologias, influência em políticas públicas e articulação. O Instituto atualmente trabalha com cinco macrotemas: (i) política sobre drogas nacional e global; (ii) segurança cidadã; (iii) consolidação da paz; (iv) cidades seguras; e (v) segurança cibernética. Disponível em https://igarape.org.br/wp-content/uploads/2017/03/NE-24_Em-Busca-da-Igualdade-23-03-web.pdf (Acesso em 11/08/2018)

⁴⁴ Em 2015, celebrou-se o décimo quinto aniversário da Resolução 1325 (2000), que introduziu o tema Mulheres, Paz e Segurança (MPS) na agenda do Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU). A referida resolução promoveu, pela primeira vez, a igualdade de gênero em ações relacionadas à paz e à segurança internacionais. Disponível em <http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/plano-nacional-de-acao-sobre-mulheres-paz-e-seguranca/14060-o-brasil-e-a-agenda-de-mps>

⁴⁵ A íntegra do Plano Nacional de Ação do Brasil encontra-se disponível na Biblioteca Digital da Fundação Alexandre de Gusmão - FUNAG. Essa biblioteca é a maior instituição brasileira em número de obras publicadas sobre temas de política externa, relações internacionais e história diplomática do Brasil. Fonte: <http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/ficha-pais/12755-biblioteca-digital> (Acesso em 15/08/2018)

operações de paz e mesmo de combate, estimulando um debate sobre a aceitação do tema por parte da sociedade.

2.2 As políticas públicas de igualdade de gênero e sua relação com o ingresso das mulheres na Escola Naval da Marinha do Brasil

Em 5 de outubro de 1988 foi promulgada a sétima Constituição Federal Brasileira, que garantiu diversos direitos fundamentais. Dentre essas garantias, o trabalho da mulher passa a ter status constitucional e matéria específica no regulamento. Salienta Delgado “A Constituição de 1988, entretanto, firmemente, eliminou do Direito brasileiro qualquer prática discriminatória contra a mulher no contexto empregatício – ou que lhe pudesse restringir o mercado de trabalho” (DELGADO, 2008, p. 782). Em seu artigo 5º, inciso I, a Constituição de 1988 prevê que “homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações”.

Para além do marco legal, com relação à inserção das mulheres em cursos superiores nas Forças Armadas, para Lia Faria e Yolanda Lôbo (2013), essa incorporação ainda é muito incipiente, em comparação a outros países, mas as contínuas modificações estruturais das instituições militares passaram a exigir a incorporação feminina, o que representa uma grande mudança de paradigmas diante da redemocratização dos países a partir da década de 1980.

Apesar de ainda se perpetuar no Brasil a imagem patriarcal de família e a visão de que a mulher nasceu para ser mãe e esposa, e jamais deve estar em nível de equivalência com o homem, percebemos uma série de políticas públicas avançadas na promoção dos direitos da mulher. Não há como negar que **a sociedade brasileira está passando por uma série de mudanças, e não podemos excluir as Forças Armadas desse processo, uma vez que fazem parte da sociedade.** No meio militar a violência simbólica em relação às mulheres é ainda mais visível, por ser um meio conhecido por exaltar a força e o desprendimento emocional como pré-requisitos básicos para as atividades na caserna. É presente na instituição um *ethos* militar bastante particular, e a mulher ainda é vista como uma *outsider* dessa lógica (FARIA e LOBO, 2013, p.120, grifos nossos).

Apesar da presença visível e crescente de mulheres nas Forças Armadas, depreende-se que elas ainda são vistas como não pertencentes ao grupo de militares, são vistas como diferentes, mas se espera que ao longo do tempo essas diferenças sejam mitigadas e as mulheres sejam vistas como integrantes de forma natural.

Embora a Constituição Federal seja um marco legal em relação à igualdade de gênero, se pode dizer que essa discussão sobre o ingresso de mulheres no quadro discente da Marinha

do Brasil, e mais especificamente na Escola Naval, vem no bojo das discussões que ocorriam em âmbito civil e no governo federal sobre políticas de igualdade de gênero. Em 2004 o Brasil vivia um cenário do governo do presidente Luís Inácio Lula da Silva⁴⁶(2003-2010), seguido do governo de uma mulher, a Presidenta Dilma Vana Rousseff⁴⁷ (2011-2016), governos que incentivavam políticas públicas voltadas para a igualdade de gênero.

Em reportagem publicada na revista *Carta Capital*, sobre esse período e as políticas para equidade de gênero, a própria ex-presidente assim analisa.

Após 2003, erigiu-se em nosso País, com a crescente participação feminina, a mais ampla política para equidade de gênero, com interseções de raça e etnia, reconhecendo a diversidade entre as mulheres. Em meus governos e do presidente Lula expressamos a compreensão sobre o caráter estrutural das desigualdades e a necessidade de abordá-las em profundidade. (DILMA ROUSSEFF⁴⁸, 2018)

Nesses governos destacam-se diversos programas de igualdade de gênero e de proteção às mulheres, como a criação da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, que desenvolveu vários programas de equidade de gêneros, a lei Maria da Penha, Lei do Feminicídio, Ligue 180 que é uma central de atendimento à mulher vítima de violência, Autonomia Econômica Feminina como a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 66/2012, conhecida como a PEC das Domésticas, entre tantas outras. Assim, para se falar do processo de inserção de mulheres Aspirantes na Escola Naval é preciso se reportar a essas Políticas Públicas.

Segundo Marcia Soares de Alvarenga e Maria Tereza Goudard Tavares (2015), ao se falar em política pública é necessário o entendimento de que o “público”, como conceito, não se restringe somente à gestão do governo, mas ao interesse público, que abarca o Governo, o setor privado e a sociedade civil, nas suas diversas organizações. Embora para essas autoras,

⁴⁶ O governo Lula compreende os dois mandatos do presidente Luis Inácio Lula da Silva, de 2003 a 2010. Fonte: <https://www.todamateria.com.br/governo-lula/>(Acesso em 24/07/2018)

⁴⁷ Ao vencer as eleições contra o candidato José Serra, Dilma Rousseff tomou posse em 1º de Janeiro de 2011 com o vice-presidente Michel Temer. Dilma é a 36º Presidente da República e a primeira mulher no cargo. No primeiro mandato, a presidenta deu continuidade aos programas sociais do Governo de Lula, intensificou o combate à corrupção, trabalhou para uma política externa de integração e na redução da desigualdade social. Nas eleições de 2014, Dilma foi reeleita para mais um mandato de 4 anos. (...) Em 12 de maio de 2016, a presidenta foi afastada, devido a abertura de um processo de impeachment. Em 31 de agosto de 2016, foi condenada, pelo Senado, por crime de responsabilidade fiscal e Michel Temer, o vice-presidente, ocupou o seu lugar de forma definitiva. Fonte: <http://presidentes-do-brasil.info/presidentes-da-republica/dilma-rousseff.html> (Acesso em 24/07/2018)

⁴⁸Disponível em <https://www.cartacapital.com.br/sociedade/dilma-rousseff-a-luta-das-mulheres> (Acesso em 16/03/2018).

no contexto nacional, nas relações entre União, estados e municípios “as políticas são muito mais estatais ou governamentais do que públicas, pois não são elaboradas a partir de uma iniciativa da maioria da população, de consulta a ela, nem visando os seus interesses”. (ALVARENGA e TAVARES, 2015, p. 31-32)

Mas, em relação à Política Pública, Souza a define como um:

(...) campo do conhecimento que busca, ao mesmo tempo, ‘colocar o governo em ação’ e/ou analisar essa ação e, quando necessário, propor mudanças no rumo ou curso dessas ações. A formulação de políticas públicas constitui-se no estágio em que os governos democráticos traduzem seus propósitos e plataformas eleitorais em programas e ações que produzirão resultados ou mudanças no mundo real (SOUZA, 2006, p.26)

Conforme a autora há três mecanismos utilizados pelos decisores e legisladores de políticas públicas:

1. A divulgação de indicadores que desvendem a extensão do problema;
2. Acontecimentos como desastres ou a repetição continuada do mesmo problema; e
3. Divulgação de dados que evidenciam as falhas da política atual ou suas consequências negativas. (SOUZA, 2006, p.28)

Pode-se pensar, a partir do estudo do Grupo de Trabalho nº1/2004, exposto no Relatório, que a política de gênero formulada e implantada na Marinha do Brasil se aproxima do mecanismo de número três: “Divulgação de dados que evidenciam as falhas da política atual ou suas consequências negativas” apontado por Souza (2006, p.28), pois foi durante o governo da presidente Dilma Rousseff, que a Marinha do Brasil no seu processo seletivo para ingresso no seu corpo discente, oferta 12 vagas para ingresso de mulheres como Aspirantes no curso de graduação da Escola Naval, no Corpo de Intendentes da Marinha a partir do movimento iniciado em 2004 se consolida, buscando a MB “corrigir” a “falha” pertinente à ausência feminina no Ensino Superior da Escola Naval, citando, inclusive, como uma vantagem pois causaria “repercussão positiva perante a sociedade, ao permitir o ingresso das mulheres na EN, engrandecendo a imagem da MB” (RELATÓRIO DO GT Nº1/2004, p.12).

No tocante a presente pesquisa, “podemos entender como gênero o conjunto de normas, valores, costumes e práticas através das quais a diferença entre homens e mulheres é culturalmente significada” (MELO e BANDEIRA, 2005, p.66), isto é, um conceito construído com base nas concepções culturais de um povo ao longo de sua história.

O primeiro passo para a ruptura da cultura da supremacia do homem sobre a mulher na sociedade é transformar as estruturas das organizações de forma a permitir a equidade para o acesso de homens e mulheres aos diversos campos sociais, por meio de políticas de ações afirmativas de igualdade.

Dizia D'Adesquy em 2003:

A noção da igualdade regula a sociedade democrática contemporânea e tornou-se a exigência moral segundo a qual todas as pessoas devem ser tratadas da mesma forma como cidadãos. Todos são considerados iguais em referência a qualidades constitutivas da natureza humana como a razão, a responsabilidade moral, a liberdade. Nesse sentido, a igualdade supõe que consideremos as pessoas diferentes como equivalentes, mas não forçosamente idênticas. De acordo com essa lógica, as desigualdades de condição social existem, devendo ser eliminadas ou corrigidas mediante um tratamento igualitário. (...) No Brasil, a adoção de medidas de ação afirmativa como ferramenta de política pública é ainda recente. Baseia-se parcialmente nesse utilitarismo pragmático (maximização do bem-estar geral) ao observar a reserva feita pela Constituição de 1988 de um percentual de cargos e empregos públicos aos portadores de deficiência, bem como as leis específicas que garantem maior proteção no mercado de trabalho para as mulheres e asseguram uma percentagem mínima de 30% até um máximo de 70% de candidatas mulheres para a disputa de cargos legislativos em níveis municipal, estadual e federal, com exceção de senado. (D'ADESQUY, 2003)⁴⁹

Segundo Melo e Bandeira, nos contextos sociais as políticas públicas de gênero “implicam e envolvem não só a diferenciação dos processos de socialização entre o feminino e o masculino, mas também a natureza dos conflitos e das negociações que são produzidos nas relações interpessoais, que se estabelecem entre homens e mulheres”. (MELO; BANDEIRA, 2005, p.48)

Ao longo da história, pode-se constatar que as mulheres conquistaram o direito de frequentar diversos espaços antes restritos aos homens e a presença feminina nos bancos escolares teve grande influência sobre essas mudanças, pois possibilitou que elas tivessem acesso aos conhecimentos necessários para subsidiar e exigir mudanças nas leis. Sob essa ótica, o ingresso das primeiras Aspirantes, inicialmente no Corpo de Intendentes da Marinha, como projeto piloto, também tornou possível que as Aspirantes desejassem integrar os demais Corpos, isto é, o da Armada e o de Fuzileiros Navais.

Eu acho que essa abertura para o ingresso da mulher no curso de Intendência abriu a porta um pouco mais pra igualar, a mulher e o homem na sociedade, porque assim como as outras Forças já possuem, na verdade

⁴⁹Disponível em http://www.achegas.net/numero/vinteeseite/jacques_27.htm . (Acesso em 02/06/2017).

a Aeronáutica, possui já cadete, e futuramente a AMAN, no Exército. Eu acho que está aumentando a inclusão da mulher e mostrando que elas podem sim fazer as mesmas coisas que os homens, fazendo as mesmas matérias, as mesmas graduações, e espero que isso abra, como está previsto, o ingresso para as outras áreas dentro da Marinha, que é no Corpo da Armada, quem sabe no futuro no Corpo de Fuzileiros Navais. (Asp.2)

Nessa fala, a Asp.2 destaca que a Academia da Força Aérea (AFA), da Aeronáutica, já possui cadetes mulheres alunas do curso de graduação em Intendência e Aviação e que a Academia das Agulhas Negras, do Exército, viria a ter a sua primeira turma de cadetes mulheres futuramente, fazendo alusão às alunas da Escola Preparatória de Cadetes do Exército (EsPCEEx) que iriam compor a primeira turma de cadetes do sexo feminino do curso de graduação da AMAN, em 2018, Escola que garante o ingresso à AMAN após a conclusão do curso que tem duração de um ano.

Lembrando que as entrevistas foram realizadas em 2017, então o desejo da Asp 2, seria atendido no Edital de 2018, que embora mantenha o mesmo número de vagas para as Aspirantes – 12, abre a possibilidade de inserção das mulheres nos três Corpos: Intendentes, Armada, Fuzileiros.

Desse modo, acompanhando esse processo de expansão e reconhecimento dos direitos das mulheres, a partir do século XX foi um período importante para a questão feminina, pois vários movimentos ganharam força, não só com relação aos direitos da mulher no trabalho, na política, na educação, para possibilitar o exercício de qualquer atividade em igualdade com os homens. Além disso, houve a contribuição no sentido de desenvolver projetos, políticas e ações que amparam as mulheres em todos os seus direitos como cidadãs e no que cabe à educação, o direito de entrada e permanência no ensino superior⁵⁰.

⁵⁰No Brasil, em 1879, no plano legal a Reforma Leôncio de Carvalho, concedeu o direito das mulheres a frequentarem um curso superior (...) As instituições de ensino superior não eram um espaço próprio para as mulheres” (MARINHO, 2016, p. 220). Michelle Perrot afirma que “No século XVIII ainda se discutia se as mulheres eram seres humanos como os homens ou se estavam mais próximas dos animais irracionais. Elas tiveram que esperar até o final do XIX para ver reconhecido seu direito à educação e muito mais tempo para ingressar nas universidades. No século XX, descobriu-se que as mulheres têm uma história e, algum tempo depois, que podem conscientemente tentar tomá-la nas mãos, com seus movimentos e reivindicações. Também ficou claro, finalmente, que a história das mulheres podia ser escrita” (PERROT, 2015, p.11). No Brasil, em 1929 surge a União Universitária Feminina (UUF), uma associação de mulheres para apoiar mulheres alunas das escolas superiores, e estimular o desenvolvimento da intelectualidade feminina, denotando um crescimento dessa presença nesse espaço considerado masculino. (MARINHO, 2016, p.227)

No século XXI, nesse contexto de mudanças, o movimento civil organizado, as políticas públicas, as leis e os órgãos competentes foram fundamentais para a promoção da igualdade entre mulheres e homens e na luta contra qualquer forma de discriminação e preconceito herdados de um sistema historicamente reconhecido como patriarcal e excludente. Para Aboim (2012), o “conceito de igualdade tem sido fundamental para a consolidação de uma concepção política de democracia como sistema que visa garantir a igualdade dos indivíduos perante a lei” (ABOIM, 2012, p.109).

No caso da Marinha do Brasil, como já mencionado, a partir da lei nº 6.807 de 07 de julho de 1980, que criou o Corpo Auxiliar Feminino da Reserva da Marinha (CAFRM), posteriormente extinto pela lei nº 9519, de 26 de novembro de 1997, regulamentada à época pelo Decreto 85.238 de 07/10/1980, vem aceitando mulheres em diversos Corpos e Quadros, sendo a turma pioneira de mulheres militares da Marinha, as Oficiais componentes do CAFRM.

Um dos objetivos da criação do CAFRM, pelo então Ministro da Marinha, Almirante de Esquadra Maximiano Eduardo da Silva Fonseca, caso não houvesse a necessidade, possivelmente, o ingresso das primeiras mulheres como militares na Marinha do Brasil teria sido adiado.

era poder inaugurar o Hospital Naval Marcílio Dias. Além disso, ajudaria a suprir as vagas não preenchidas com as novas admissões de pessoal civil na área da saúde, estando em curso um processo de modernização organizacional, com a presença feminina, nos moldes vistos nas Marinhas dos Estados Unidos e da Inglaterra. (PERES, ANDRADA, 2012, p.51)

O ingresso da primeira turma das Aspirantes se deu da mesma forma, isto é, para se adequar às novas exigências e configurações das Forças Armadas. Com a lei nº 12.705, de 08/08/2012, que dispõe sobre os requisitos para ingresso nos cursos de formação de militares de carreira do Exército, a Marinha se antecipou e passou a oferecer vagas para mulheres na Escola Naval a partir da publicação do edital do CPAEN/2013, caso contrário, seria a única Força a não admitir mulheres na área bélica.

Camilla Telemberg Sell identifica o ano de 1980 como o de criação do Corpo Auxiliar Feminino da Reserva da Marinha (CAFRM), na Marinha do Brasil, “quando se deu o ingresso das primeiras oficiais enfermeiras na Marinha do Brasil (MB)” (SELL, 2012, p.103). E 1997, o ano de extinção do “CAFRM e de reestruturação dos Corpos e Quadros de Oficiais e Praças

da MB, que reconhece a paridade das Oficiais e Praças mulheres com os Oficiais e Praças homens, o que resultou em melhores perspectivas na carreira militar feminina e a conquista de direitos equivalentes aos militares do sexo masculino” (SELL, 2012, p.103).

Referente a essa reestruturação, o Almirante de Esquadra Ilques Barbosa Junior, então Diretor-Geral do Pessoal da Marinha, afirmou em nota⁵¹ sobre o aniversário do ingresso das mulheres na Marinha

a partir da lei nº 9519, de 26 de novembro de 1997, foi conduzida uma reestruturação administrativa, extinguindo o CAFRM e incorporando as mulheres marinheiras aos Corpos de Saúde, de Engenheiros, de Intendentes, aos Quadros Técnico e Auxiliar, às diversas especialidades do Corpo Auxiliar de Praças e ao Quadro de Músicos do Corpo de Fuzileiros Navais

Ao estudar o ingresso da mulher na Marinha a partir da lei nº 6.807, de 07 de julho de 1980, Lauciana Rodrigues dos Santos destaca as dificuldades à época com relação a essa inserção, considerando que talvez mais que as demais forças, naquele momento, era tida como um espaço tipicamente masculino. Menciona “O fato histórico importante sobre a inserção das mulheres nas Forças Armadas Brasileira, foi a inserção das 12 primeiras mulheres na Escola Naval no dia 12/01/2014 para a adaptação e em 04/02/2014 definitivamente para o curso de Intendência” (SANTOS, 2014, p.15), mas explica, com relação à restrição de admitir mulheres como combatentes da Armada, que

o fato de ser uma instituição tipicamente masculina, ainda sobre esta predomina os imperativos técnicos e sociais de que as mulheres são seres frágeis os quais precisam ser protegidos e, por isso, a não abertura dos postos de combate a elas, embora a Marinha tenha sido a primeira em admitir as mulheres, ou seja, as restrições e /ou resistências à participação feminina dentro de embarcações e de alguns cursos de formação da própria instituição como, por exemplo, no curso de formação da Escola Naval, a qual persiste atualmente mesmo com a presença positiva das mulheres no quadro de pilotos e de intendência na Academia da Força Aérea (AFA).(SANTOS, 2014, p.17)

Para ela, “diferentemente da FAB, há ainda muitas restrições” na Marinha do Brasil à entrada de mulheres no Corpo da Armada, “percebe-se que ainda persistem obstáculos não justificáveis a sua admissão nos corpos pertencentes à formação da Escola Naval” (SANTOS, 2014, p.7).

⁵¹ Disponível em https://www.marinha.mil.br/sites/default/files/ordem_do_dia_07jul.pdf (Acesso em 11/08/18).

Todavia a autora além de destacar a entrada das 12 Aspirantes em 2014 na Escola Naval, ressalta a primeira mulher promovida a Oficial General em 2012, a Contra-Almirante Médica Dalva, evidenciando a importância e a atualidade do tema sobre a inserção de mulheres nas Forças Armadas, especificamente, na Marinha do Brasil (SANTOS, 2014).

Durante as entrevistas realizadas com as participantes desta pesquisa, as Aspirantes da primeira turma de Intendentes, pode-se perceber como o tema do ingresso das mulheres ainda continua atual. Contudo, sobre essa questão Aspirantes foram unânimes quanto à importância da oportunidade que foi dada às mulheres de ingressar na Marinha como Intendente.

...eu acho que é uma oportunidade assim como tem para os homens e como é uma profissão que pode ser exercida por mulheres também eu não vejo o porquê não ter mulheres nessa profissão, então, é uma oportunidade de vida muito boa porque a Marinha é uma casa muito boa, tem a estabilidade financeira e característica da profissão que na minha opinião, que estou na Marinha, me atraíram, então é uma oportunidade (Asp.7)

A igualdade de gênero é vista por muitos autores como uma possibilidade de construção da paz e a referência ao *empowerment*⁵² feminino, que envolve a participação de mulheres nas operações de paz e na construção de uma cultura de paz, temas que fazem parte das discussões das Nações Unidas:

Desde que foi criada, em 1945, a ONU respalda a igualdade de gênero, a proteção e a aplicação dos direitos humanos da mulher, sua emancipação, sua assertividade na governança de nações e na tomada de decisões políticas e, mais recentemente, destaca sua relevância para a construção da paz. (...) Por “cultura de paz” entende-se um novo conceito de paz, objetivo das Nações Unidas a ser gradualmente alcançado nos próximos séculos, elaborados no âmbito da UNESCO ao longo da década de 1990. (IZZO, 2009, p.191-192)

Essa autora baseada na definição adotada pelo diplomata José Augusto Lindgren Alves, esclarece que a palavra *empowerment* contém um sentido amplo, que envolve

⁵² Empowerment pode ser traduzido como empoderamento. Para as feministas, o empoderamento de mulheres, é o processo da conquista da autonomia, da auto-determinação. E trata-se, para nós, ao mesmo tempo, de um instrumento/meio e um fim em si próprio. O empoderamento das mulheres implica, para nós, na libertação das mulheres das amarras da opressão de gênero, da opressão patriarcal. Para as feministas latinoamericanas, em especial, o objetivo maior do empoderamento das mulheres é questionar, desestabilizar e, por fim, acabar com o a ordem patriarcal que sustenta a opressão de gênero. Isso não quer dizer que não queiramos também acabar com a pobreza, com as guerras, etc. Mas para nós o objetivo maior do “empoderamento” é destruir a ordem patriarcal vigente nas sociedades contemporâneas, além de assumirmos maior controle sobre “nossos corpos, nossas vidas”. Disponível em: <https://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:VN-fzIJ15E4J:https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/6848/1/Conceituando%2520Empoderamento%2520na%2520Perspectiva%2520Feminista.pdf+&cd=1&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br> (Acesso em 24/07/2018, p.2)

capacitação, participação, por exemplo, no poder político e econômico e, justamente por essa abrangência, ainda não foi traduzida oficialmente, no âmbito das Nações Unidas, para o idioma português e que o neologismo “empoderamento” tem sido utilizado, mas ressalva que a utilização do termo em inglês se faz mais adequada.

Sobre a inclusão da questão de gênero nas políticas públicas, na perspectiva da equidade entre homens e mulheres, Claudia Denis Alves da Paz⁵³ explica:

A inclusão da questão de gênero nas políticas públicas fez parte do processo de democratização brasileiro, que trouxe a inclusão de novos sujeitos para o cenário político, bem como a incorporação de novos temas na agenda política. As mulheres foram participantes ativas dos movimentos sociais que lutaram pela redemocratização do Brasil. Elas estavam integradas, inicialmente, na mobilização por lutas mais amplas (salários, infraestrutura urbana, serviços coletivos, entre outros). Ao mesmo tempo, temas específicos à condição da mulher passaram a ser discutidos e colocados em pauta (direito a creche, saúde da família, contracepção, violência contra a mulher). Houve uma convergência entre os movimentos sociais de mulheres e o movimento feminista, que tinha como objetivo superar a desigualdade nas relações entre homens e mulheres na sociedade. A união desses movimentos contribuiu para a inclusão de gênero nas políticas públicas (PAZ, 2014, p. 46-47).

Em relação às políticas públicas voltadas para as mulheres, no processo de diálogo entre sociedade civil e governo, cabe salientar o II Plano Nacional de Políticas para as Mulheres – PMPN, criado em 2008, desenvolvido pelo Estado como promoção de políticas de igualdade e de valorização das diversidades, que amplia e aprofunda “o campo de atuação do governo federal nas políticas públicas para as mulheres, incluindo seis novas áreas estratégicas que irão se somar àquelas já existentes no I Plano”⁵⁴ (BRASIL, 2008). Coincidentemente, ano previsto, inicialmente, pelo Relatório do Grupo de Trabalho para ingresso das mulheres na Escola Naval. Esse Relatório destacou que o ingresso das Aspirantes na Escola Naval promoveria as seguintes vantagens:

- Repercussão positiva perante a sociedade, ao permitir o ingresso das mulheres na EN, engrandecendo a imagem da MB.

⁵³Disponível em http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/17259/1/2014_ClaudiaDenisAlvesdaPaz.pdf (Acesso em 23/12/2017)

⁵⁴ O I Plano Nacional de Políticas para as Mulheres (PNPM) é resultado da I Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres, convocada pelo Presidente Luiz Inácio Lula da Silva e realizada pela Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres (SPM) e pelo Conselho Nacional de Direitos da Mulher (CNDM). A Conferência, ocorrida em 2004, foi um momento ímpar na trajetória de luta das mulheres brasileiras, e contou com uma extraordinária participação da sociedade civil. Disponível em www.spm.gov.br/assuntos/pnpm/pnpm-relatorio.pdf(Acesso em 24/07/2018)

- A integração e a convivência natural entre indivíduos de ambos os sexos pode contribuir para o melhor desenvolvimento de uma identidade psicossocial bem ajustada. (RELATÓRIO DO GT N°01, 2004, p. 12)

Maria Rosa Lombardi ⁵⁵, ao tratar sobre a presença das engenheiras da Marinha, vislumbrou “uma realidade complexa, em que relações de gênero e de trabalho na engenharia militar apresentam especificidades próprias, ao lado de padrões de inserção e integração similares aos encontrados na engenharia não militar”, cabendo destacar que o estudo discute “a posição e a imagem das mulheres no Corpo de Oficiais Engenheiros Navais, o trabalho desenvolvido, as relações de gênero no ambiente militar, a partir das percepções das engenheiras entrevistadas” (LOMBARDI, 2010, p.529), ideias que se coadunam com a preocupação política com a imagem da Marinha perante à sociedade, presente no Relatório do Grupo de Trabalho n° 01, estudo realizado em 2004, sobre o ingresso das Aspirantes na Escola Naval.

O teor do documento propaga que “O II Plano Nacional de Políticas para as Mulheres é a expressão inequívoca do compromisso do governo brasileiro com a igualdade e a justiça social para todos e todas” (BRASIL, 2008). Além disso, enumera as políticas públicas que buscam a equidade de gênero entre homens e mulheres. São elas:

Participação das mulheres nos espaços de poder e decisão; Desenvolvimento sustentável no meio rural, na cidade e na floresta, com garantia de justiça ambiental, inclusão social, soberania e segurança alimentar; Direito à terra, moradia digna e infraestrutura social nos meios rural e urbano, considerando as comunidades tradicionais; Cultura, comunicação e mídia não-discriminatórias; Enfrentamento ao racismo, sexismo e lesbofobia; e Enfrentamento às desigualdades geracionais que atingem as mulheres, com especial atenção às jovens e idosas. (BRASIL, 2008)

Esse plano representa politicamente uma forma de compromisso no combate às desigualdades de gênero, com intuito de incentivar a participação das mulheres nos espaços de poder e decisão. Essa iniciativa tem o propósito de realizar mudanças que “devem ser promovidas em variadas esferas sociais: culturais, educacionais, legislativas e institucionais”⁵⁶.

⁵⁵Artigo “Profissão: oficial engenheira naval da Marinha de Guerra do Brasil Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-026X2010000200014&script=sci_abstract&tlng=pt (Acesso em 11/07/2018)

⁵⁶Disponível em <http://www.spm.gov.br/> (Acesso em 13/12/2016).

Para que essas mudanças ocorram, os governos precisam incentivar iniciativas que conduzam à igualdade e à visibilidade das mulheres, em atendimento às demandas provenientes dos movimentos sociais.

Dentro desse contexto, algumas políticas afirmativas voltadas para a diversidade sexual e gênero tornaram-se parte do Programa Mulher e Ciência, com o apoio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI), Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade – SECADI/MEC, Secretaria de Educação Básica – SEB/MEC e ONU Mulheres. É o caso do Prêmio Construindo a Igualdade de Gênero, instituído em 2005 pela Secretaria de Políticas das Mulheres. (MANSUR, 2014, p.106)

O Programa Mulher e Ciência foi lançado em 2005, a partir do trabalho realizado por um grupo interministerial composto pela Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres (SPM), Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT), Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), Ministério da Educação (MEC), dentre outros participantes, com os objetivos de “estimular a produção científica e a reflexão acerca das relações de gênero, mulheres e feminismos no País; e promover a participação das mulheres no campo das ciências e carreiras acadêmicas”⁵⁷. A Secretaria de Políticas para Mulheres instituiu em 2005 o “Prêmio Construindo Igualdade de Gênero”⁵⁸. A última edição ocorreu em 2016, pois a premiação referente à 11ª edição, que ocorreria em 2017, foi suspensa pelo atual Governo e não há previsão de entrega, segundo notícia veiculada na página Oficial na Internet do jornal *O Globo*⁵⁹

⁵⁷ Disponível em <http://www.igualdadedegenero.cnpq.br/igualdade.html> (Acesso em 25/05/2018)

⁵⁸ O Prêmio Construindo a Igualdade de Gênero instituído em 2005, pela Secretaria de Políticas para as Mulheres, no âmbito do Programa Mulher e Ciência, teve como objetivos estimular a produção científica e a reflexão acerca das relações de gênero, mulheres e feminismos no País, bem como de promover a participação das mulheres no campo das ciências e carreiras acadêmicas, se configurou a partir da conjugação de esforços e parceria de sucesso dessas instituições, tendo, ao longo das sucessivas edições, estimulado a produção de conteúdos textuais e científicos, bem como a reflexão crítica acerca das questões de gênero, desigualdade entre mulheres e homens, feminismo e as variadas manifestações de discriminação, raça e orientação sexual.

Disponível em <http://cnpq.br/apresentacao-mulher-e-ciencia> (Acesso em 25/05/2018)

⁵⁹ Atualmente seu objetivo principal é premiar as redações dos estudantes do ensino médio, os artigos científicos dos estudantes de graduação, graduadas (os), especialistas, estudantes de mestrado, mestras(es) e estudantes de doutorado, que se destacaram na abordagem desses temas. Esse prêmio, operacionalizado pelo Serviço de Prêmios/Diretoria de Cooperação Institucional do CNPq, pela SPM-PR e pelo MEC, consiste em um “concurso de redações, artigos científicos e projetos pedagógicos na área das relações de gênero, mulheres e feminismos e tem por objetivo estimular e fortalecer a reflexão crítica e a pesquisa acerca das desigualdades existentes entre homens e mulheres em nosso país e sensibilizar a sociedade para tais questões”. Fonte: <http://www.igualdadedegenero.cnpq.br/igualdade.html> (Acesso em 24/07/2018) e <https://oglobo.globo.com/sociedade/educacao/governo-federal-da-calote-em-vencedores-de-concurso-de-redacao-21136166>. (Acesso em 24/07/2018)

Nesse contexto histórico, a Marinha do Brasil acompanhando esse movimento, a partir de 2014 também realizava as suas metas a fim de adequar à Escola Naval ao ingresso das Aspirantes, com a realização de estudos e iniciativas que no futuro concretizariam a implementação do Projeto Piloto de incorporação de Mulheres como alunas da Escola Naval, inicialmente restrito ao Corpo de Intendentes da Marinha, na habilitação Administração.

Segundo Suzeley Kalil Mathias, o tema gênero vem ganhando terreno nas ciências sociais das Américas, porém, diferentemente dos Estados Unidos da América e do Canadá, os estudos sobre a presença feminina nas Forças Armadas e nas Operações de Paz das Nações Unidas são muito recentes. As pessoas, que não sejam homens, que desejaram fazer parte de uma Força Armada foram obrigadas a se adaptar em uma instituição historicamente masculina, porque

Os homens possuem notórios preconceitos acerca da participação de mulheres nas Forças Armadas. Estes podem ser divididos em dois esquemas polares. Para muitos, as mulheres como combatentes são temíveis e difíceis de controlar. Ao mesmo tempo e de forma contraditória, diz-se que as mulheres não têm capacidade para suportar as duras tarefas físicas que impõem a profissão militar. Oscilando entre essas duas posições, as instituições militares têm buscado um acomodamento à crescente demanda pela igualdade de gênero. (MATHIAS, 2009, p.8)

Cabe destacar que esse trabalho aborda a questão de gênero em sua concepção binária: homem e mulher, sobre os papéis restritos a homens e a mulheres. No âmbito das Forças Armadas a temática gênero também é abordada em normas sobre assuntos de Defesa. Vitor Hugo de Araújo Almeida cita a Diretriz nº 13 da Estratégia Nacional de Defesa (END⁶⁰), sobre “a necessidade de se aprofundar a visão de que a seleção para as Forças deve se basear no desempenho e não no sexo (...) *cada homem e mulher a serviço das Forças Armadas há de dispor de três ordens de meios e de habilitações*”. (ALMEIDA, 2015, p. 9). Assim, as enumera:

Em primeiro lugar, cada combatente deve contar com meios e habilitações para atuar em rede, não só com outros combatentes e contingentes de sua própria Força, mas também com combatentes e contingentes das outras Forças. (...) Em segundo lugar, cada combatente deve dispor de tecnologias e de conhecimentos que permitam aplicar, em qualquer região em conflito, terrestre ou marítimo, o imperativo de mobilidade. (...) Em terceiro lugar, cada combatente deve ser treinado para abordar o combate de modo a

⁶⁰É um decreto presidencial sobre o planejamento da Defesa no âmbito do poder Executivo Federal e contém orientações para a administração Pública e para os cidadãos sobre a importância do tema Defesa. Disponível em <https://www.defesa.gov.br/arquivos/2012/mes07/end.pdf> (Acesso em 29/05/2018)

atenuar as formas rígidas e tradicionais de comando e controle, em prol da flexibilidade, da adaptabilidade, da audácia e da surpresa no campo de batalha. (ALMEIDA, 2015, p. 9)

O autor destaca que o “combatente” a que a Estratégia Nacional de Defesa se refere independe de sexo, mas sim da capacidade de combater. Essa capacidade “será medida, caso a caso, na situação concreta e não genericamente com argumentos teóricos, em grande parte, com fundamento em visões estereotipadas e, por vezes, preconceituosas do segmento feminino” (ALMEIDA, 2015, p.9).

Com relação ao ingresso das Aspirantes na Escola Naval, em entrevista constante em matéria postada pelo Ministério da Defesa⁶¹ no dia sete de fevereiro de 2014 sobre a primeira turma de mulheres da Escola Naval, em sua página oficial na Internet, a Aspirante Juliana considera que as Aspirantes da turma de 2014 estão aptas a executar as funções exigidas pela Marinha com o mesmo êxito e que o fato de assumirem cargos antes restritos aos homens não as intimida e avaliou em sua fala “é uma honra fazer parte dessa história”.

Segundo Mathias (2009), hoje em dia, com as mudanças nas condições do mercado de trabalho, o recrutamento de mulheres para realizar funções logísticas e administrativas nas forças militares é um fato corrente e registra que

No passado, em períodos de penúria de pessoal, foram recrutadas mulheres como auxiliares na administração e logística, como o fizeram os Estados Unidos, a Inglaterra e a ex-União Soviética na Segunda Guerra Mundial. Naquela época, chegou-se a colocar mulheres nos serviços aéreos de transportes ou treinamento. **Porém, superado o limite da falta de pessoal masculino suficiente, as mulheres foram dispensadas.** (MATHIAS, 2009, p. 8, grifos nossos)

As palavras iniciais de Mathias remetem ao fato de a Escola Naval ter admitido as mulheres, inicialmente, apenas no Corpo de Intendentes da Marinha, na habilitação Administração. Porém por um motivo ou por outro, esse é um movimento sem volta, a partir de 2019 as turmas de mulheres que ingressarem poderão escolher fazer parte da área bélica, como Corpo de Armada e Corpo de Fuzileiros Navais, em igualdade de condições aos homens, de acordo com a classificação obtida ao final do segundo ano letivo.

Ao avaliar a entrada das mulheres nas Forças Armadas e sua participação em missões de paz, na perspectiva de gênero, para Carolyn Hannan:

⁶¹Disponível em: <http://www.defesa.gov.br/noticias/8447-defesa-primeira-turma-de-aspirantes-mulheres-ingressa-na-mais-tradicional-escola-militar-do-pais>. (Acesso em 25/12/2017)

é realizada pela identificação de ligações entre gênero e diferentes áreas de desenvolvimento, de forma que essas ligações sejam a base para o planejamento e implementação das atividades futuras. Isso requer, primeiramente, a análise da situação de homens e mulheres – seus papéis, responsabilidades, prioridades e necessidades; o acesso e controle de recursos e cargos de decisão. Em segundo lugar, deve-se avaliar como cada qual, homens e mulheres, podem contribuir no planejamento das ações (ou se opor a elas), bem como o impacto potencial das ações planejadas sobre as mulheres e os homens. (HANNAN, 2001, p.1, apud. MATHIAS, 2009, p.17)

Percebe-se que a questão de gênero nas Forças Armadas, está sendo discutida em diversos contextos sociais nacionais e internacionais, em razão destas, no caso do Brasil, estarem se abrindo, mesmo que de forma lenta, para as mudanças ocorridas na sociedade em relação à equidade de gênero entre homens e mulheres.

Apesar das crescentes iniciativas voltadas para a igualdade de gênero ao longo da história do país, a participação feminina nas Forças Armadas ainda é pequena e soma, atualmente, segundo informações do Ministério da Defesa⁶², um efetivo de aproximadamente 28 mil mulheres.

⁶²“Entre 2015 e 2017, o número de mulheres nas Forças Armadas passou de 25,9 mil para 28 mil. Esse número tende a aumentar em consequência de mudanças ocorridas no sistema de ingresso nas carreiras militares. Atualmente, a Força Aérea Brasileira é a campeã de participação feminina, com 10,8 mil mulheres na corporação. O ingresso delas no Quadro de Oficiais Intendentes foi autorizado em 1995 e, oito anos depois, em 2003, a instituição recebeu as primeiras mulheres para o Curso de Formação de Oficiais Aviadores. Da Academia da Força Aérea (AFA), saíram as 36 aviadoras formadas no centro de ensino e que estão aptas a pilotar caças. Já a Marinha do Brasil foi a primeira das três Forças a aceitar o ingresso das mulheres e é a única a ter uma Oficial General, a Contra-Almirante médica Dalva Mendes. Hoje, possui 8,1 mil integrantes do sexo feminino no efetivo. Em fevereiro de 2014, recebeu a primeira turma de aspirantes mulheres na Escola Naval do Rio de Janeiro. A participação das mulheres na Marinha do Brasil começou em 1980, quando a legislação permitiu o ingresso feminino na Força. À época, elas integravam um corpo auxiliar e sua participação era restrita a alguns cargos e ao serviço em terra. O Exército Brasileiro conta com 9,1 mil mulheres. A Lei nº 12.705, sancionada em agosto de 2012, permite que militares do sexo feminino atuem como combatentes do Exército Brasileiro em áreas antes restritas aos homens. Para ser militar de carreira no Exército, a mulher precisa ingressar, após aprovação em concurso público, em um dos seguintes estabelecimentos de ensino: Escola de Formação Complementar do Exército (EsFCEX); Escola de Saúde do Exército – EsSEX; Instituto Militar de Engenharia (IME); e Escola de Sargentos de Logística (EsSlog). A mulher que deseja ingressar no Exército como oficial ou sargento temporário deverá participar da seleção realizada pelas Regiões Militares. O militar temporário não faz carreira no Exército, e sua permanência máxima no serviço ativo é de oito anos.”

Disponível em: <http://www.brasil.gov.br/defesa-e-seguranca/2017/06/no-brasil-cerca-de-28-mil-mulheres-servem-as-forcas-armadas>. (Acesso em 25/12/2017)

QUADRO 14 – Efetivo de mulheres nas Forças Armadas Brasileiras

FORÇA ARMADA	QUANTITATIVO DE MULHERES
MARINHA DO BRASIL	8.100
EXÉRCITO BRASILEIRO	9.100
FORÇA AÉREA BRASILEIRA	10.800

Fonte: <http://www.brasil.gov.br/defesa-e-seguranca/2017/06/no-brasil-cerca-de-28-mil-mulheres-servem-as-forcas-armadas>

Todavia, esse percentual tende a aumentar gradativamente devido às mudanças nas formas de ingresso instituídas a partir da lei nº 12.705/2012⁶³, a qual dispõe sobre os requisitos para ingresso nos cursos de formação de militares de carreira do Exército Brasileiro, ao determinar que as mulheres sejam incluídas na área bélica e, conseqüentemente, ampliando gradativamente a presença feminina nas Forças Armadas, de forma voluntária, não obrigatória.

A referida lei, em seu art. 7º, determina que “o ingresso na linha militar bélica de ensino permitido a candidatos do sexo feminino deverá ser viabilizado em até 5 (cinco) anos a contar da data de publicação desta Lei” (BRASIL, 2012). Embora afeta ao Exército Brasileiro, a Marinha tomou providências para preparar a Escola Naval para o ingresso de alunas do sexo feminino, demonstrando adequação às novas exigências sociais e em conformidade com o princípio constitucional de não discriminação e de igualdade de oportunidades, utilizando essa lei como referência para permitir o ingresso de mulheres a partir de 2014, cuja discussão, como vimos, foi iniciada em 2004.

Após a realização dos estudos, a Marinha deu início às demais mudanças necessárias ao ingresso na Escola Naval, como a adequação dos editais dos concursos públicos, da estrutura da Escola Naval, das Normas e legislações, dentre outras adaptações, para, efetivamente, possibilitar e concretizar o ingresso da primeira turma das Aspirantes na Escola Naval em 2014.

⁶³Lei que Dispõe sobre os requisitos para ingresso nos cursos de formação de militares de carreira do Exército. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/112705.htm. (Acesso em 25/12/2017)

2.3 As mudanças estruturais para receber alunas Aspirantes

Uma das primeiras providências adotadas pela Escola Naval para preparar o ingresso das Aspirantes foi a designação da Capitão-Tenente (T) Débora Rabello para servir no setor do Comando do Corpo de Alunos, responsável pela formação militar dos alunos, tendo sido a primeira Oficial do sexo feminino a fazer parte do Comando do Corpo de Alunos⁶⁴ (ComCA).

Servindo na instituição desde 2010 na área do ensino, a Capitão-Tenente do Quadro Técnico, pedagoga de formação, Débora de Araújo Rabello, integrou desde o início a equipe que seria responsável pelas transformações, recebimento e condução da formação das Aspirantes. Posteriormente, duas outras Oficiais (uma Intendente da Marinha e uma Psicóloga, ambas também Capitães-Tenentes) embarcariam para que, juntas, formássemos essa equipe multidisciplinar. (HONORATO e RABELLO, 2014, p.11).

A reportagem⁶⁵ intitulada “Primeira turma de Aspirantes ingressa na mais tradicional escola militar do país” do Ministério da Defesa, publicada no dia 7 de fevereiro de 2014, na sua página Oficial na Internet, trata sobre o ingresso da primeira turma das Aspirantes na Escola Naval. Destacando aspectos individuais das alunas, as mudanças estruturais sofridas pela Escola Naval para receber essas mulheres, a reportagem ressalta também o pioneirismo da Marinha na admissão de mulheres em suas fileiras a partir de 1980, no extinto Corpo Auxiliar Feminino da Marinha.

O Capitão de Mar e Guerra (RM1-IM) Hercules Guimarães Honorato e a Capitão-Tenente (T) Débora de Araújo Rabello discorrem sobre as mudanças ocorridas, ressaltando que as adequações de estrutura e rotina deveriam ser as mais idênticas possíveis as destinadas aos Aspirantes, sem distinção de tratamento, bem como a familiarização desses Aspirantes à convivência com mulheres no mesmo espaço de formação, o que exigiu uma mudança significativa na Escola Naval, considerando que “o seu desbravamento por ambientes outrora estritamente masculinos só estava começando” (HONORATO; RABELLO, 2014, p.11).

A Tenente [Débora Rabello] em questão foi a primeira mulher a concorrer ao emblemático serviço de Oficial de Serviço do Corpo de Aspirantes (OSCA), a passar inspeção em camarotes e alojamentos, etc. Os comentários são interessantes porque foi um momento fundamental para que obtivéssemos

⁶⁴Setor responsável pela formação e pelo treinamento físico e militar dos Aspirantes e das Aspirantes da Escola Naval.

⁶⁵Disponível em: <http://www.defesa.gov.br/noticias/8447-defesa-primeira-turma-de-aspirantes-mulheres-ingressa-na-mais-tradicional-escola-militar-do-pais>. (Acesso em 25/12/2017)

sucesso em nosso objetivo: o de bem receber as novas Aspirantes. Ela, como mulher, precisava ter acesso aos Aspirantes, bem como os demais Oficiais do setor ComCA precisariam ter esse mesmo acesso quando elas chegassem. A sua presença nos ambientes ditos “masculinos” mostrou-nos que mudanças seriam necessárias e até que ponto poderíamos avançar. Uma das primeiras preocupações práticas do setor foi o óbvio: onde elas ficariam alojadas? E depois de muitas deliberações, testes e reuniões, ficou decidido que não só o lugar de suas instalações, mas tudo que permearia sua formação seria o mais idêntico possível ao destinado aos demais discentes. Assim, nada de um prédio isolado com regalias, ou que não fosse preciso subir tantas escadas quanto eles. Parece simples, mas desde o início era desejado colocá-las em patamar de turma, onde seriam Aspirantes, subiriam escadas, correriam enquanto primeiro-anistas, enfim, participariam de tudo o que fosse previsto. (HONORATO e RABELLO, 2014, p.11).

A ideia é a de tratar as Aspirantes mulheres da mesma forma que os Aspirantes homens, sem distinção ou privilégios referentes à rotina existente, não como “sexo frágil”. Seriam tratadas desde o início do curso da mesma forma que os Aspirantes sempre foram tratados e cumpririam a mesma rotina, sem regalias nem facilidades. Os alunos do primeiro ano se deslocam em grupo e sempre correndo, para elas seria da mesma forma. O serviço de OSCA (Oficial de Serviço do Corpo de Alunos) é exercido por Oficiais do setor ComCA e tem a finalidade de controlar a rotina dos Aspirantes e envolve a realização de inspeções diárias no Corpo de Alunos, tanto com relação aos uniformes, quanto às instalações como camarotes e alojamentos, visando a manutenção da ordem.

A Capitão-Tenente (T) Débora Rabello, apesar de servir desde o ano de 2010 na EN, não tinha conhecimento detalhado sobre a rotina dos discentes, como os Comandantes de Companhia e outros Oficiais do setor em questão. Para se preparar para receber a primeira turma das Aspirantes houve a necessidade de se adaptar à rotina do Comando do Corpo de Alunos, apropriar-se da linguagem específica, vivenciar as atividades dos Aspirantes, participar de seu cotidiano para, então, estar pronta para começar a trabalhar com essa rotina para as mulheres, sendo uma experiência e aprendizagem novas também para eles.

Essa preparação se deu por meio da incorporação, com antecedência, antes da chegada das alunas, dessa Oficial ao Comando do Corpo de Alunos, a fim de observar e participar das rotinas de formação militar naval dos alunos, para se adequar ao padrão de comportamento exigido quando se está em função responsável por essa formação dos Aspirantes.

A referida Oficial lembra sobre a primeira vez em que passou em inspeção em uma Companhia de Aspirantes, que se trata de um grupo de alunos organizados em formatura,

durante uma parada escolar: “olhares assustados, interrogações quase que palpáveis. As feições não deixavam dúvida do que se passava em suas mentes naquele momento: uma mulher passando inspeção em homens? Como? Nunca foi assim” (HONORATTO; RABELLO, 2014, p.11).

Nesse contexto, a CT (T) Débora Rabello explica que foi necessário também a adequação das normas à chegada das Aspirantes, como as regras para a inspeção dos uniformes, alojamentos, dentre outros aspectos. E assim, a Escola Naval estava pronta, com relação à estrutura material e pessoal, para receber as primeiras Aspirantes em 2014 (HONORATO; RABELLO, 2014)

Esse movimento pelo qual passou a Escola Naval passou, adaptações em suas instalações para receber as Aspirantes, também é destaque na reportagem do Ministério da Defesa.

Para receber a primeira turma de mulheres, a Escola Naval teve que passar por algumas modificações estruturais. De acordo com a Marinha, “o ingresso das primeiras aspirantes foi cuidadosamente planejado”. Foram realizadas obras na enfermaria, no alojamento e nos banheiros femininos. Além disso, houve a inclusão de três oficiais do sexo feminino no Comando do Corpo de Aspirantes. Elas terão a incumbência de acompanhar a formação das alunas. (MINISTÉRIO DA DEFESA, 2014)

Segundo o artigo em tela, a Capitão-Tenente (T) Débora Rabello integrou desde o início a equipe que seria responsável pelas transformações, recebimento e condução da formação das Aspirantes e posteriormente, duas outras Oficiais, também Capitães-Tenentes, sendo uma do Corpo de Intendentes da Marinha e outra Psicóloga do Quadro Técnico do Corpo Auxiliar da Marinha, foram designadas para servir na Escola Naval, para juntas formarem uma equipe multidisciplinar. O estudo

de cunho qualitativo, bibliográfico exploratório e com dados de pesquisa longitudinais, visto que acompanharemos as 12 novas Aspirantes durante sua formação acadêmica na Escola Naval, de onde sairão Guardas-Marinha Intendentes em 2017. (HONORATO e RABELLO, 2014, p.7)

A primeira Oficial a fazer parte do Estado-Maior do Comando do Corpo de Alunos, a Capitão-Tenente (T) Débora Rabello, ao abordar os primeiros passos das Aspirantes na Escola Naval, relembra as primeiras preocupações para receber as Aspirantes:

Em 2013, a EN recebeu a demanda oficial, confirmando uma especulação de décadas: havia chegado a hora em que receberíamos nossas primeiras mulheres. O que, num primeiro momento, parecia irreal, devido à tradição

secular na formação de jovens do gênero masculino, tornou-se uma preocupação real e emergente: por onde começar? Toda grande mudança requer uma série de ações a serem empreendidas. Esta foi a preocupação da MB desde o início, preparar cuidadosamente a “casa”. É aqui que começa a atuação da primeira Oficial mulher integrante do Estado-Maior do Comando do Corpo de Aspirantes (ComCA). (HONORATO e RABELLO, 2014, p.10)

O estudo teve a ideia de buscar

compreender a formação da construção da identidade social da jovem mulher militar oriunda da graduação superior via aquartelamento. O período inicial de coleta de dados foi o da adaptação, que ocorreu no mês de janeiro de 2014. O instrumento de coleta de dados foi um questionário com perguntas abertas e fechadas às adaptandas. (HONORATO e RABELLO, 2014, p.7).

2.4 O processo de seleção: concurso público como forma de ingresso

A Marinha do Brasil promove um processo seletivo de nível nacional, que se trata de um concurso público rigoroso, composto por diversas etapas, como provas escritas, verificação de dados biográficos, inspeção de saúde, teste de aptidão física, verificação de documentos, avaliação psicológica e período de adaptação, no qual oferece vagas para Aspirantes, os quais realizam o Curso de Formação ao longo de quatro anos, como explicado anteriormente. Essa seleção esteve sob a responsabilidade da Diretoria de Ensino da Marinha (DEnsM) até 2017, então foi essa Diretoria que organizou a seleção para o ingresso da primeira turma das Aspirantes na Escola Naval, objeto de estudo desta dissertação.

Os quadros a seguir apresentam a relação candidato/vaga dos Concursos Públicos de Admissão à Escola Naval (CPAEN) ocorridos nos anos 2012, turma 2013; e concurso 2013, turma que ingressou em 2014, com o objetivo de comparar o nível de interesse e procura de homens e mulheres pela carreira militar a partir do ingresso de mulheres na Escola Naval, como Aspirantes⁶⁶.

Cabe esclarecer que as turmas da Escola Naval são compostas por alunos oriundos do Colégio Naval, após a conclusão do Curso Preparatório de Aspirantes, em nível médio, que ingressaram na Marinha por meio de concurso público externo para admissão ao Colégio Naval e também por alunos que ingressam diretamente na Escola Naval por meio de concurso

⁶⁶Diretoria de Ensino da Marinha. Disponível em <https://www.ensino.mar.mil.br/>. (Acesso em 10/11/2016)

público externo para admissão à Escola Naval, podendo ainda ser composta por alunos oriundos de Marinhas Amigas, neste último caso, de acordo com a necessidade e demanda solicitada pelos países de Marinhas Amigas em procedimentos específicos junto ao Estado-Maior da Armada.

As vagas dos quadros a seguir, referem-se às disponibilizadas nos editais dos concursos públicos de admissão à Escola Naval, realizados anualmente, sendo as vagas fixadas de acordo com a necessidade da Administração Naval.

QUADRO 15 - Relação candidato x vaga do Concurso do Edital CPAEN/2012⁶⁷ - Turma 2013

CPAEN/2012	Nº CANDIDATOS INSCRITOS	VAGAS	RELAÇÃO CANDIDATOS/VAGAS
Masculino	3.651	41	89,05

Quadro elaborado pela autora

O quadro 15 apresenta os dados referentes ao último concurso com oferecimento de vagas apenas para candidatos do sexo masculino, apresentando uma noção do interesse pelo público-alvo (sexo masculino) em ingressar na Escola Naval. Os 41 candidatos aprovados no referido concurso pertencem à turma de 2013, que realizam o curso juntamente aos demais alunos, os quais, após a conclusão do segundo ano letivo, de acordo com a classificação obtida na turma, escolhem a que Corpo desejarem pertencer, podendo ser do Corpo da Armada, Corpo de Fuzileiros Navais ou Corpo de Intendentes da Marinha, sendo as quantidades das vagas referentes a cada Corpo definidas de acordo com as vagas determinadas pela Administração Naval.

A seguir será apresentado o quadro 16 com a relação candidato x vaga do edital que possibilitou o ingresso das Aspirantes mulheres na Escola Naval. Lembrando que desde o seu ingresso na Marinha por meio da Escola Naval, as Aspirantes pertencem ao Corpo de Intendentes da Marinha, diferentemente dos homens, os quais farão a sua opção após a conclusão do segundo ano letivo, juntamente aos demais Aspirantes oriundos do Colégio Naval.

⁶⁷Fonte: https://www.ensino.mar.mil.br/marinha/Cand%20Vaga%20CPAEN.pdf?id_file=1801. (Acesso em 10/11/2016)

QUADRO 16 - Relação candidato x vaga do Concurso CPAEN/2013⁶⁸- Turma 2014

CPAEN/2013	Nº CANDIDATOS INSCRITOS	VAGAS	RELAÇÃO CANDIDATOS/VAGAS
Masculino	4.171	41	101,7
Feminino	3.354	12	279,5
TOTAL	7.525	53	381,2

Quadro elaborado pela autora

No ano de 2013, o concurso público de admissão à Escola Naval para a matrícula na turma de 2014, previu, pela primeira vez na sua história, vagas para candidatos de ambos os sexos, sendo destinadas 12 vagas exclusivas para as candidatas, especificamente para o Corpo de Intendentes da Marinha e 41 vagas exclusivas para os candidatos, destinadas ao Corpo da Armada, ao Corpo de Intendentes da Marinha e ao Corpo de Fuzileiros Navais⁶⁹. Nesse quadro, nota-se uma quantidade expressiva de candidatas inscritas e a grande diferença na concorrência candidato x vaga, em comparação a dos candidatos.

Pela primeira vez na instituição, desde o ano da sua criação no Brasil (1808), a Marinha do Brasil ofereceu vagas para a entrada de mulheres na Escola Naval, a partir de estudos que iniciaram em 2004, pois antes disso, apenas candidatos do sexo masculino ingressavam na Escola Naval como alunos/Aspirantes.

Com relação à divulgação do concurso ao público, além da publicação do concurso na página da Diretoria de Ensino da Marinha⁷⁰, o Centro de Comunicação Social da Marinha divulgou na Rede Social da Marinha Facebook⁷¹, na Internet, no dia 19 de agosto de 2013, a notícia do concurso com destaque para a admissão de mulheres no quadro discente. A chamada para o concurso intitulada “Escola Naval abre inscrições e admite primeira turma de Aspirantes femininas”, assim é divulgada:

⁶⁸Fonte: https://www.ensino.mar.mil.br/marinha/Cand%20Vaga.pdf?id_file=2171. (Acesso em 10/11/2016)

⁶⁹Corpo da Armada, nas habilitações Mecânica, Eletrônica ou Sistemas de Armas; Corpo de Fuzileiros Navais, nas habilitações Mecânica, Eletrônica ou Sistemas de Armas; e Corpo de Intendentes da Marinha, na habilitação Administração. Os Oficiais do Corpo da Armada exercerão cargos relacionados à aplicação do Poder Naval e seu preparo; os Oficiais do Corpo de Fuzileiros Navais exercerão cargos relacionados à aplicação do Poder Naval e seu preparo, em especial nas operações anfíbias; e os Oficiais do Corpo de Intendentes da Marinha exercerão cargos relacionados à aplicação do Poder Naval e seu preparo, que visem ao atendimento das atividades de logística e das relacionadas à economia, à finanças, ao patrimônio, à administração e ao controle interno das organizações militares.

⁷⁰ Disponível em <https://www.marinha.mil.br/ensino/>

⁷¹<https://web.facebook.com/marinhaoficial/photos/a.121850657885914.19469.120666061337707/514806258590350/?type=1&theater> (Acesso em 27/07/2017)

Estão abertas as inscrições para o ingresso de alunos nos Cursos de Graduação da Escola Naval (EN), destinados à formação de Oficiais para o Corpo da Armada (CA), Corpo de Fuzileiros Navais (CFN) e para o Corpo de Intendentes da Marinha (CIM). A grande novidade para este ano, é a admissão da primeira turma de Aspirantes femininas no 1º ano da Escola Naval, no Corpo de Intendentes. O Edital prevê 41 vagas para candidatos do sexo masculino e 12 vagas para o sexo feminino (especificamente para o Corpo de Intendentes). (MARINHA DO BRASIL, 2013)⁷²

Nota-se que, finalmente, a Marinha concretizou os planos previstos no estudo realizado em 2004, ao disponibilizar no concurso público do ano de 2013, para ingresso da primeira turma de mulheres em 2014, 12 vagas para candidatas do sexo feminino. Continuando a divulgação da chamada, apresenta alguns requisitos para inscrição no concurso aos interessados.

Todos os interessados devem preencher requisitos tais como ter 18 anos completos e menos de 23 (nos termos da Lei nº. 12.704, de 08 de agosto de 2012), ter concluído o Ensino Médio ou estar em fase de conclusão, ser brasileiro, solteiro, dentre outros requisitos. Os interessados poderão se inscrever no período de 19 de agosto a 19 de setembro de 2013, preferencialmente na página da DEInsM (www.ingressonamarinha.mar.mil.br) ou em um dos Postos de Inscrição da Marinha. Os endereços podem ser consultados no Edital. A taxa é de R\$ 20,00. (MARINHA DO BRASIL, 2013)

A imagem abaixo ilustra o significado do ingresso das mulheres na Escola Naval para a Marinha. Observa-se na imagem como Aspirantes uma mulher e um homem no cartaz de propaganda dessa divulgação publicada, tendo ao fundo a Escola Naval e o morro do Pão de Açúcar, um dos símbolos do Rio de Janeiro, da Cidade Maravilhosa.

⁷²Fonte:

<https://web.facebook.com/marinhaoficial/photos/a.121850657885914.19469.120666061337707/514806258590350/?type=1&theater> (Acesso em 25/12/2017)

The image is a composite of two parts. On the left is a recruitment poster for the 'CONCURSO ESCOLA NAVAL 2013'. The poster features a scenic view of a coastal town with a large mountain in the background. In the foreground, a man and a woman in white naval uniforms stand side-by-side. Text on the poster includes: 'CONCURSO ESCOLA NAVAL 2013', 'O rumo certo para o seu futuro', 'Inscrições: 19/Ago a 19/Set de 2013', 'Principais requisitos: - Ser solteiro(a), - Ser brasileiro(a) nato(a), - Ter de 18 a 22 anos de idade', and the website 'www.ingressonamarinha.mar.mil.br'. On the right is a screenshot of a Facebook post from 'Marinha do Brasil', dated August 19, 2013. The post text reads: 'Escola Naval abre inscrições e admite primeira turma de Aspirantes femininas', 'Estão abertas as inscrições para o ingresso de alunos nos Cursos de Graduação da Escola Naval (EN), destinados à formação de Oficiais para o Corpo da Armada (CA), Corpo de Fuzileiros Navais (CFN) e para o Corpo de Intendentes da Marinha (CIM).', and 'A grande novidade para este ano, é a admissão da primeira turma de Aspirante... Ver mais'. The post has 1,900 likes and 761 shares.

IMAGEM 13 - Propaganda do concurso público de admissão à Escola Naval em 2013 que admitiu pela primeira vez candidatas do sexo feminino.⁷³

No edital do concurso constavam todos os detalhes sobre os procedimentos para a inscrição, desde a taxa, quantidade de vagas, aos requisitos que os candidatos deveriam apresentar. Nesse sentido, os critérios para o edital quanto aos requisitos para ingresso na Escola Naval já haviam sido estabelecidos, mas não impediria que ao longo dos anos sofressem alterações, uma vez que a primeira turma se tratava de um Projeto Piloto, que provavelmente demandaria necessidades de análises e avaliações a fim de melhorar os pontos fracos que viessem a surgir, como ajustes no currículo, adequações nas estruturas físicas entre outras possibilidades.

Enquanto candidatas, as futuras Aspirantes foram submetidas a um rigoroso processo de seleção em nível nacional, por meio da realização e aprovação nas diversas etapas do Concurso Público para Admissão à Escola Naval, que determinou o ingresso em 2014 da primeira turma.

De acordo com o extrato do Edital CPAEN/2013, o referido concurso público foi constituído pelas seguintes etapas, de acordo com o sexo dos candidatos:

⁷³Fonte: <https://web.facebook.com/marinhaoficial/photos/a.121850657885914.19469.120666061337707/514806258590350/?type=1&theater> Acesso em 25/12/2017

QUADRO 17 – Etapas do Concurso Público de Admissão à Escola Naval 2013, Turma 2014

VAGAS EXCLUSIVAS PARA O SEXO MASCULINO	VAGAS EXCLUSIVAS PARA O SEXO FEMININO
a) Prova Escrita Objetiva de Matemática e Física;	a) Prova Escrita Objetiva de Matemática;
b) Prova Escrita Objetiva de Português e Inglês;	b) Prova Escrita Objetiva de Português e Inglês;
d) Eventos Complementares constituídos de: I) Inspeção de Saúde (IS); II) Teste de Aptidão Física (TAF); III) Verificação de Dados Biográficos (VDB) (Fases preliminar e final); IV) Verificação de Documentos (VD); e V) Avaliação Psicológica (AP).	d) Eventos Complementares constituídos de: I) Inspeção de Saúde (IS); II) Teste de Aptidão Física (TAF); III) Verificação de Dados Biográficos (VDB) (Fases preliminar e final); IV) Verificação de Documentos (VD); e V) Avaliação Psicológica (AP).(…)

Quadro elaborado pela autora, com base nas informações do edital do concurso público. Fonte: EDITAL CPAEN/2013

Como se pode observar no quadro acima, o primeiro concurso que ofereceu vagas para candidatas mulheres apresenta uma diferença no item a) em relação às provas, composto por provas diferenciadas de acordo com o sexo, no primeiro dia a prova das candidatas havia apenas questões de matemática, enquanto na prova dos candidatos homens havia questões de matemática e de física. O currículo do curso seguiu essa mesma lógica, não contemplou a disciplina física para as Aspirantes no primeiro ano do curso, diferença que não existiu no ano seguinte, em 2015.

O concurso, contou com a aplicação de provas escritas objetivas de múltipla-escolha, as quais foram realizadas em dois dias e foram compostas da seguinte forma: (a) Primeiro dia: Prova Escrita Objetiva de Matemática e Física para os candidatos homens; e Prova Escrita Objetiva de Matemática para as candidatas mulheres; (b) Segundo dia: Prova Escrita Objetiva de Português e Inglês e Redação para candidatos de ambos os sexos. Para melhor visualização, as fases do concurso foram sistematizadas no quadro a seguir:

QUADRO 18 – Fases do Concurso Público de Admissão à Escola Naval 2013, Turma 2014

FASES	SEXO	CARACTERÍSTICAS
1ª FASE (1º dia)	Para candidatos do sexo masculino	Aplicação de uma prova objetiva das disciplinas de Matemática e Física, com duração de 5 (cinco) horas e constituída de 40 (quarenta) questões, sendo: 20 (vinte) de Matemática e 20 (vinte) de Física.
	Para candidatas do sexo feminino	Aplicação de uma prova objetiva da disciplina de Matemática, cuja prova constou apenas 40 questões de Matemática.
2ª FASE (2º dia)	Para todos os candidatos	Aplicação de uma prova objetiva com questões de Português e Inglês e uma Redação, com duração total de 5 (cinco) horas. A prova objetiva constituída de 40 (quarenta) questões, sendo: 20 (vinte) de Português e 20 (vinte) de Inglês.

Quadro elaborado pela autora, com base nas informações do edital do concurso. Fonte: EDITAL CPAEN/2013, p.14-15

Nota-se que no concurso de 2013 a prova do primeiro dia destinada às Aspirantes, então candidatas, apresentava apenas questões de matemática, pois inicialmente a Marinha considerou que os conhecimentos de física não seriam necessários à carreira de Intendentes. Entretanto, a partir do ano seguinte essa diferença não existiu e desde então as provas do referido concurso de admissão à Escola Naval passaram a ser idênticas para homens e mulheres, ou seja, todos realizaram provas idênticas compostas por questões de matemática e física.

Cabe ressaltar que, dentre as etapas previstas para o concurso público de admissão à Escola Naval, existe diferença no teste de aptidão física aplicado aos candidatos homens e às candidatas mulheres, em virtude de diferenças físicas entre os sexos e de cumprimento de normas específicas da Marinha para testes físicos e de protocolos instituídos considerando as peculiaridades físicas de homens e mulheres. Segundo o edital, o Teste de Aptidão Física (TAF) do concurso é constituído pelas seguintes provas:

a) natação; e

b) corrida.

11.3 - O candidato será submetido ao TAF em 2 (dois) dias não consecutivos, sendo lhe permitido executar duas tentativas em cada uma das provas, em dias subsequentes.

11.4 - Para ser aprovado no TAF, o candidato deverá:

a) nadar o percurso de 50 (cinquenta) metros no tempo máximo de 1 (um) minuto e 30 (trinta) segundos, para o sexo masculino, e 2 (dois) minutos e 20

(vinte) segundos, para o sexo feminino, levando em consideração as observações abaixo descritas:

I) A saída poderá ocorrer de fora da piscina (borda ou bloco de partida) ou de dentro da piscina, a critério do candidato;

II) Quando em piscina de 25 (vinte e cinco) metros de comprimento, não será permitido o contato com a borda oposta, por período de tempo superior a 3 (três) segundos, por ocasião da virada; e

III) O candidato deverá utilizar apenas os Recursos inerentes ao seu próprio corpo, não sendo permitido nenhum apoio no fundo, na borda lateral ou raiamento da piscina; e

b) correr o percurso de 2.400 (dois mil e quatrocentos) metros no tempo máximo de 14 (quatorze) minutos e 30 (trinta) segundos, para o sexo masculino e 17 (dezesete) minutos para o sexo feminino. A corrida poderá ser realizada em pista oficial de atletismo ou em qualquer percurso plano previamente demarcado. (EDITAL DO CONCURSO PÚBLICO DE ADMISSÃO À ESCOLA NAVAL CPAEN/2018, p.22-23)

Essa diferença consiste no tempo para conclusão do teste físico, ou seja, para ser aprovado e continuar no certame, deverão nadar o percurso de 50 metros, sendo que os candidatos do sexo masculino deverão concluir a prova no tempo máximo de 1 minuto e 30 segundos e as candidatas do sexo feminino deverão concluir a prova no tempo máximo de 2 minutos e 20 segundos e referente à corrida, para aprovação, deverão correr o percurso de 2.400 metros em no máximo 14 minutos e 30 segundos os candidatos do sexo masculino e no máximo de 17 minutos as candidatas do sexo feminino, conforme quadro a seguir:

QUADRO 19 – Diferenças dos índices do Teste de Aptidão Física por sexo do CPAEN

SEXO MASCULINO	SEXO FEMININO
Natação: nadar o percurso de 50 (cinquenta) metros no tempo máximo de 1 (um) minuto e 30 (trinta) segundo.	Natação: nadar o percurso de 50 (cinquenta) metros no tempo máximo de 2 (dois) minuto e 20 (vinte) segundos.
Corrida: correr o percurso de 2.400 (dois mil e quatrocentos) metros no tempo máximo de 14 (quatorze) minutos e 30 (trinta) segundos	Corrida: correr o percurso de 2.400 (dois mil e quatrocentos) metros no tempo máximo de 17 (dezesete) minutos.

Quadro elaborado pela autora. Fonte: Serviço de Seleção do Pessoal da Marinha⁷⁴

⁷⁴ O SSPM, Serviço de Seleção do Pessoal da Marinha, é a Organização Militar subordinada à Diretoria de Ensino da Marinha que, a partir de março de 2018 após alterações em sua legislação, regulamentos e regimentos internos, decorrentes de estudos realizados no Setor de Pessoal, passou a conduzir os concursos públicos para ingresso em diversos Corpos e Quadros da Marinha, antes conduzidos por aquela Diretoria. Informações sobre o SSPM podem ser acessadas no endereço <https://www.marinha.mil.br/sspm/>

Além disso, para realizar a inscrição, os candidatos deveriam ter 18 anos completos e menos de 23 anos de idade no primeiro dia do mês de janeiro de 2014, nos termos da Lei nº 12.704, de 08 de agosto de 2012, que dispõe sobre o ensino na Marinha, no que se refere aos requisitos para ingresso nas Carreiras da Marinha, segundo informações constantes do edital do referido concurso público.

Segundo os editais do concurso público da admissão à Escola Naval, o curso de graduação da Escola Naval é totalmente gratuito, além de ser proporcionado ao aluno alimentação, uniforme, vencimentos (de acordo com a tabela de soldos⁷⁵ das Forças Armadas, a remuneração de um Aspirante é de R\$1.372,00 para Aspirantes do último ano e R\$1.114,00 para Aspirantes dos demais anos) e assistência médico-odontológica, psicológica, social e religiosa.

Concluídas todas as etapas do referido concurso público, a Diretoria de Ensino da Marinha publicou no dia 10 de dezembro de 2013 o resultado final com a lista⁷⁶ das candidatas aprovadas titulares das vagas e convocadas para o período de adaptação, que é a última etapa (eliminatória) do processo de seleção, quais sejam:

QUADRO 20 - Resultado final do CPAEN/2013

Nome	Classificação	Estado
Raissa Niuta Freitas de Oliveira	1	Ceará
Jéssica da Silva Custódio	2	Ceará
Thais Motta Cavalcante de Oliveira	3	Rio de Janeiro
Tháísa Brum Azevedo	4	Rio de Janeiro
Rebeca Alves Ferreira	5	Rio de Janeiro
Juliana Martins Braga	6	Rio de Janeiro
Thais Affonso dos Santos	7	Rio de Janeiro
Lais Camargo de Menezes	8	Rio de Janeiro
Naraiane Machado Feitosa	9	Rio de Janeiro
Natascha Fernandes Pinheiro	10	Rio de Janeiro
Luana Silveira Rosa	11	Rio de Janeiro
Maria Carolina Dias Cavalcante Costa	12	Rio de Janeiro

Quadro elaborado pela autora. Fonte: Diretoria de Ensino da Marinha

⁷⁵ Tabela de Soldos da Marinha referência janeiro de 2018. Disponível em <https://www.marinha.mil.br/papem/node/72> (Acesso em 15/08/2018)

⁷⁶ A lista completa com resultado final encontra-se disponível no seguinte endereço: https://www.inscricao.marinha.mil.br/marinha/CPAEN13-Resultado_Final.pdf?id_file=2266 (Acesso em 04/06/2018)

O Edital também previa “Candidatas Reservas de acordo com os subitens 6.3, 6.4, 6.5, 8.2 e 14.3” e em caso de convocação, seria “adotada estritamente a ordem de classificação, conforme o contido no subitem 14.5”. Na lista de aprovadas constam 12 candidatas titulares e 67 candidatas reservas.

A candidata Raissa Niuta Freitas de Oliveira, aprovada e classificada em 1º lugar no concurso, não se apresentou na Escola Naval no dia 12 de janeiro de 2014 para cumprir o Período de Adaptação, conforme determinado na convocação constante do resultado final, sendo eliminada do certame pelo órgão responsável pela condução do concurso (DEnsM) e, conseqüentemente, a primeira candidata reserva, ou seja, a aprovada em 13º lugar no resultado da seleção inicial e resultado final, de inscrição nº 706552-8 Fernanda Maria Domingues Nabuco da Fonseca, foi convocada no início do Período de Adaptação e preencheu a 12ª vaga disponível, devido ao não comparecimento daquela candidata, assim como disposto o Edital do concurso.

A imagem a seguir apresenta as 12 Aspirantes da primeira turma, já durante o curso, identificadas com seus nomes e respectivas idades por ocasião do ingresso na Escola Naval. A reportagem veiculada pelo Ministério da Defesa em sua página Oficial na Internet apresenta as 12 Aspirantes da Primeira Turma. Nas fotos 3x4, a seguir, as alunas estão trajando o uniforme denominado 5.5 (branco de verão), utilizado em eventos especiais, de acordo com o Regulamento de Uniformes da Marinha do Brasil (RUMB)⁷⁷.

⁷⁷RUMB – Regulamento de Uniformes da Marinha do Brasil, trata-se de norma própria da Marinha do Brasil que regula o uso dos uniformes pelos seus militares nas diversas ocasiões.



IMAGEM 14 - As 12 Aspirantes da primeira turma da Escola Naval. Fonte: Reportagem do Ministério da Defesa. Disponível em: <http://www.defesa.gov.br/noticias/8447-defesa-primeira-turma-de-aspirantes-mulheres-ingressa-na-mais-tradicional-escola-militar-do-pais>. (Acesso em 25/12/2017)

As idades médias entre 18 e 22 anos também são semelhantes à média de idade de ingresso dos estudantes egressos do Ensino Médio nas diversas universidades do país⁷⁸ para cursar sua graduação. Lembrando que o edital do concurso público estabelecia limites de idade entre 18 a 23 anos.

Com base nos dados trazidos pelas entrevistas realizadas com as Aspirantes participantes da pesquisa foi elaborado o quadro a seguir, representando o perfil da primeira turma das Aspirantes, com as respectivas idades à época da entrevista (segundo semestre de 2017), enquanto alunas do quarto ano do Ciclo Escolar. A identificação das Aspirantes em Asp 1, Asp 2, Asp 3, e assim sucessivamente, foi definida de acordo com a sequência cronológica da realização das entrevistas.

⁷⁸Dados atualizados da Secretaria de Educação Superior (Sesu) indicam que a taxa bruta de matrículas em cursos de graduação é de 25,52% — a taxa bruta corresponde ao total de matrículas no ensino superior dividido pelo total de jovens de 18 a 24 anos. Já a taxa líquida é de 13,71%. O cálculo dessa taxa leva em conta apenas as matrículas no ensino superior de estudantes na faixa etária de 18 a 24 anos. Disponível em <http://portal.mec.gov.br/component/tags/tag/32123> (Acesso em 03/06/2018).

QUADRO 21 - Perfil da primeira turma das Aspirantes em 2017 (durante o 4º ano letivo)

Aspirantes	Idade	Local onde reside	Instituição que cursou o ensino médio	Estado civil	Autodeclaração de cor (opcional)
Asp 1	22	Rio de Janeiro	Particular	Solteira	Parda
Asp 2	23	Rio de Janeiro	Pública	Solteira	Branca
Asp 3	25	Rio de Janeiro	Particular	Solteira	Parda
Asp 4	22	Rio de Janeiro	Particular	Solteira	-
Asp 5	24	Ceará	Particular	Solteira	-
Asp 6	21	Rio de Janeiro	Pública	Solteira	-
Asp 7	22	Rio de Janeiro	Pública	Solteira	-
Asp 8	24	Rio de Janeiro	Pública	Solteira	Branca
Asp 9	22	Rio de Janeiro	Pública	Solteira	-
Asp 10	21	Rio de Janeiro	Pública	Solteira	-
Asp 11	25	Rio de Janeiro	Pública	Solteira	-
Asp 12	25	Rio de Janeiro	Pública	Solteira	-

Quadro elaborado pela autora. Fonte: entrevistas com as Aspirantes participantes.

De acordo com as informações prestadas pelas Aspirantes durante a entrevista, a maioria declarou que concluiu o ensino médio em escola pública e complementou a preparação para o concurso da Escola Naval por meio de cursos preparatórios. Há de se considerar que das oito Aspirantes que declararam a conclusão do ensino médio em escolas públicas, cinco realizaram seus cursos em colégios militares. Dado que se coaduna com a pesquisa do Capitão de Mar e Guerra (IM) Hércules e da Capitão-Tenente (T) Débora Rabello, ao registrarem que as Aspirantes da primeira turma “em sua maioria, são do estado do Rio de Janeiro, e oito realizaram o ensino médio em instituição pública, sendo que cinco foram oriundas de algum Colégio Militar” (HONORATO; RABELLO, 2014, p. 12).

O objetivo de solicitar a autodeclaração de cor foi traçar o perfil para subsidiar pesquisas futuras, pois a partir do edital de 2015 a Marinha instituiu a política de cotas para candidatos negros (pretos e pardos), em cumprimento à lei 12.990/14. Entretanto, apenas quatro Aspirantes informaram a autodeclaração de cor, pelo fato da maior parte dos campos referentes aos dados pessoais, inclusive este, serem de preenchimento opcional.

Como já mencionado, a maioria das Aspirantes é proveniente de escola pública, algumas são filhas de militares e residentes no estado do Rio de Janeiro, sendo apenas uma oriunda do Ceará. De acordo com as entrevistas, algumas complementaram sua preparação para as provas com Cursos Preparatórios para Concursos como IME ou ITA e outras realizaram o ensino médio no Colégio Militar do Rio de Janeiro – CMRJ, como se pode verificar nas falas a seguir:

fiz sete anos de colégio militar, então eu realmente me interessava bastante pela carreira militar, meu avô era major do exército, eu já tinha essa vertente militar na minha família, eu achava realmente a Marinha muito bonita, gostava da farda e dos ideais, eu me identificava bastante, por isso que eu fiz.(Asp.11)

A Asp. 11 foi aprovada no concurso apenas com a formação de Ensino Médio do CMRJ. No caso da Asp. 9, que também foi aluna do CMRJ, complementou sua preparação com curso preparatório particular para concursos da área militar:

eu estudei em colégio militar e não é um colégio fraco, na verdade é muito bom, daí eu já tinha uma base, que é o que o pessoal fala que é um diferencial, por isso que eu fiz um ano só de curso, no terceiro ano o que eu fiz, estudava de manhã no colégio militar e de tarde eu fazia IME/ITA. (Asp. 9)

Mesmo estudando em Colégio Militar, “muito bom”, a Asp. 9 precisou fazer curso preparatório para concursos.

No caso específico do ingresso feminino na Escola Naval, o destaque inicial da reportagem do Ministério da Defesa⁷⁹ foi dado para Jéssica da Silva Custódio, 1ª colocada dentre as candidatas titulares das vagas, que foram aprovadas em todas as etapas do concurso público, que se apresentaram e que foram matriculadas no curso. Essa candidata passou a condição de 1ª colocada no concurso, devido ao não comparecimento da candidata Raíssa, por motivos não investigados.

Jéssica da Silva Custódio, 20 anos, integra o seletor grupo participante de uma iniciativa inédita da Marinha do Brasil. Juntamente com outras 11 jovens, ela compõe a turma pioneira de mulheres na Escola Naval do Rio de Janeiro. Jéssica foi a primeira colocada entre elas no concurso promovido ano passado, que também ofertou 41 vagas para homens. (MINISTÉRIO DA DEFESA, 07/02/2014)

⁷⁹ Disponível em: <http://www.defesa.gov.br/noticias/8447-defesa-primeira-turma-de-aspirantes-mulheres-ingressa-na-mais-tradicional-escola-militar-do-pais>. (Acesso em 25/12/2017)

A Aspirante expressa a sua surpresa com sua colocação e aprovação no referido concurso da seguinte forma “Fiquei surpresa. Não achei que conseguiria. Terminei o 3º ano do Ensino Médio em 2010 e, desde então, estudei em curso preparatório para escolas militares”, diz Jéssica. Embora expresse surpresa, nota-se que ela se preparou por três anos para esse tipo de concurso. Ser “uma futura oficial da Marinha é motivo de alegria para a família de Jéssica Custódio. Filha de um cabo do Exército, a jovem disse que o exemplo de seu pai é sua maior motivação”, destaca a reportagem. Nas palavras da jovem Aspirante, “o brilho das Forças Armadas sempre me encantou. O andar garboso, a honra, tudo me instigava”. Prossegue a reportagem do Ministério da Defesa:

Por ter sido a primeira colocada no concurso e fazer parte de um empreendimento pioneiro, a aluna tem consciência da “enorme responsabilidade” que pesa sobre seus ombros. Para a nova aspirante, o ingresso de mulheres numa instituição tradicionalmente masculina mostra que a Marinha acredita no potencial feminino. “Nós não desapontaremos”, garantiu. (MINISTÉRIO DA DEFESA, 07/02/2014)

Referente à preparação e à rotina de estudo para as provas do referido concurso público, com exceção de uma Aspirante, as demais dedicavam uma grande carga horária de estudos, com o objetivo de obter a aprovação em algum concurso da área militar. Destaca-se alguns exemplos, especialmente o da Asp 9 que declarou estudar aproximadamente 16 horas por dia, entre aulas e estudo facultativo, fato que explica em parte, o perfil dessas candidatas, identificado por meio das entrevistas. Durante as entrevistas a maioria declarou que estudava inúmeras horas por dia, o que possibilitou a aprovação em um concurso tão concorrido com 3.354 candidatas disputando 12 vagas.

Contando 18 anos de idade, a narrativa da Asp 9, para se preparar para um concurso tão concorrido, é significativa:

(...)eu estava com mala pronta para EFOMM, CIAGA, eu não estava nem no Rio quando saiu o resultado, me ligaram uma semana antes, aí eu tive que escolher. (...) quando eu não passei na AFA, nesse meu primeiro ano de curso, eu falei assim, professor, eu preciso que o senhor me fale o que eu tenho que fazer para passar na EFOMM na época, porque eu não vou ter outro ano, minha mãe não vai poder pagar mais, aí ele falou assim, você quer? Falei sim, ele falou então vou fazer um planejamento de estudo e você vai fazer, ele passou o planejamento e eu passei pra Escola, eu nunca ia imaginar ser a 05 do Brasil (...) eu pensei que queria que minha mãe tivesse orgulho de mim e falasse pra todo mundo, olha minha filha passou, pra não

desistir nunca por mais difícil que seja, tenho um amigo que tentou 6 vezes e hoje ele está aqui (Asp.9)

A fala acima, da Asp. 9, demonstra sua surpresa com a aprovação, a rotina rigorosa de estudos que ela optou em seguir para atingir o seu objetivo – ser aluna da primeira turma de Aspirante da Escola Naval da Marinha do Brasil e o desejo de ver a sua mãe orgulhosa. Para essa Aspirante, a preparação representou abrir mão de eventos sociais com os amigos e do convívio com a família, pois escolheu passar a semana em um alojamento disponibilizado pelo curso preparatório que estudou.

Já a Asp. 12, além de se preparar durante dois anos, afirmou que a sua rotina incluía atividades físicas:

(...) minha preparação para passar: eu fiz cursinho por dois anos, estudava de segunda a segunda, sem parar. Além disso, sempre fazia alguma atividade física como malhar ou correr. Acordava cedo e ia para o cursinho de manhã, assistia aula e depois passava a tarde toda estudando por conta própria e só ia embora à noite. Sábado era a mesma coisa e domingo estudava por conta própria em casa. (Asp.12)

A Asp. 12 se preocupou tanto com a preparação relacionada aos conhecimentos teóricos, como com a sua preparação física, pois se garantisse a aprovação na prova escrita, estaria condicionada a passar no Teste de Aptidão Física (TAF).

Enquanto algumas tiveram experiências de dificuldade e de grande dedicação de tempo com relação à rotina de estudos preparatórios para o concurso, uma delas, a Asp. 11, afirmou não ter se dedicado exclusivamente ao estudo para essa prova e apesar disso, obteve a aprovação dentro das vagas. Em suas palavras: “não me preparei para a prova, não fiz nenhum tipo de cursinho, fiz ensino médio em escola pública, eu não tive uma rotina de preparação, não estudei para isso, só fiz a prova”. (Asp. 11). Porém cabe destacar que a Aspirante ao explicar o porquê escolheu realizar o concurso para Escola Naval, entre outros motivos afirma ter estudado “sete anos de Colégio Militar” (Asp. 11).

Com relação à escolha da realização do concurso para a Escola Naval, a maioria estava se preparando para outros concursos militares como IME, ITA, AFA ou EFOMM e foram surpreendidas com a publicação do edital em 2013 para ingresso na Escola Naval em 2014, então decidiram fazer como mais uma experiência, uma tentativa como se pode observar nas suas afirmações. Quanto a isso, enquanto a Asp. 9 se preparava para a Marinha Mercante,

surgiu a oportunidade de prestar o concurso para a Escola Naval, tendo obtido aprovação em ambos os concursos, como relatou:

eu coloquei isso na minha cabeça que eu queria ser da Marinha, era isso, era um sonho, só que eu não sabia como que eu ia ingressar, eu sabia que eu teria que fazer engenharia naval, fazer faculdade, depois entrar, só que no ensino médio, no primeiro ano, eu descobri que tinha a EFOMM que é a Marinha Mercante que era uma faculdade da Marinha, e aí como meus pais não ia ter condição de pagar uma faculdade e tudo mais, eu fui procurando mais sobre a Marinha Mercante (...) graças a Deus passei na Marinha Mercante, fiz o concurso, passei bem e tudo mais, fiz os exames, só que abriu no mesmo ano pra Escola Naval e eu tinha uma bolsa muito boa no curso, e todo mundo falava, você é boa, tenta, eu fui analisando, fui perguntando (...) eu descobri que era uma estrutura com plano de carreira, que você podia fazer diversas atividades aqui na Escola naval, esportivas, esportes náuticos. A gente comentou sobre os cursos de carreira, que a gente não imaginaria, morar fora do país, visando as estruturas do seu país, visando melhorar aqui dentro, então assim, foi uma coisa que eu me encantei mesmo. (Asp. 9)

Essas colocações remetem às escolhas que os egressos do ensino médio são impulsionados a fazer ao se deparar com o mercado de trabalho. A busca por uma carreira, a ser definida a partir da escolha de um curso de graduação, não é decisão fácil para pessoas tão jovens. Os problemas financeiros e econômicos relatados por algumas, foi o motivo da escolha pelo concurso público da Escola Naval devido à impossibilidade dos pais pagarem uma faculdade particular e a busca de estabilidade financeira. Os que optam por seguir uma carreira militar se deparam com um caminho de desafios em busca da aprovação nos concursos públicos, que exige disciplina e persistência, pois como não há vagas para todos, os processos seletivos são cada vez mais competitivos⁸⁰.

⁸⁰Assim como essas Aspirantes, enquanto estudante de cursos preparatórios para concursos, eu mesma me preparei para concursos públicos federais, como disse na introdução desta dissertação, preferencialmente nas Forças Armadas. Então, fiz as provas para ingresso nos quadros de Oficiais do Exército, da Marinha e da Aeronáutica, tendo sido aprovada nos três certames, mas apenas a Marinha e o Exército ofereciam vagas para Oficiais de carreira com formação em Pedagogia – à época a FAB só oferecia vagas para Oficiais temporários. Sendo assim, como em 2009 fui aprovada e classificada dentro do número de vagas da Marinha, optei em seguir carreira nessa Força, pois no Exército Brasileiro fiquei aprovada mas não classificada dentro do número de vagas.

Ao concluírem o ensino médio, as jovens, futuras Aspirantes, depararam-se com esses desafios e para a Asp.5 parece ter sido uma escolha mais difícil do que para as outras Aspirantes, como é possível perceber em sua fala:

antes eu fazia um cursinho, fazia turma IME/ITA, fiz terceiro ano em 2010 e cursinho IME/ITA 2011, 2012 e 2013, sendo que em 2013 apareceu essa oportunidade. Eu lembro que eu brincava assim com o pessoal, eu falava: ah, se um dia abrir vaga pra Escola Naval eu vou fazer a prova, acabou que eu fiz, passei; eu tinha passado para outros também, (Asp.5)

Já a Asp.10 demonstrou ter certeza quanto à opção pela vida militar e ao desejo de seguir essa carreira. Essa certeza é expressa a seguir:

Desde o início eu queria entrar numa instituição militar, então fazia prova para AFA, prova para EFOMM eu não queria muito. Eu queria mais ser Oficial de carreira, então quando eu vi a Escola surgiu uma nova opção, então eu fiz prova para AFA e para Escola. (Asp. 10)

A próxima seção desta pesquisa apresentará o Período de Adaptação, última etapa do concurso público de admissão à Escola Naval, que é uma fase de transição intensa para transformar civis em militares, por meio de rotinas rigorosas de atividades específicas para a adaptação à carreira militar.

2.5 O Período de Adaptação: última etapa do processo de seleção

O Período de Adaptação é a última etapa do concurso público, eliminatória, realizada nas instalações da Escola Naval, em regime de internato/aquartelamento, no qual são realizadas diversas atividades de formação e de condicionamento militares, com a principal finalidade de transformar civis em militares.

A imagem abaixo registra o primeiro momento do ingresso da primeira Turma das Aspirantes na Escola Naval, a apresentação para início da etapa do Período de Adaptação. As candidatas compareceram à Escola Naval no dia 12 de janeiro de 2014 para a última etapa do concurso público, em regime de quartelamento⁸¹, com duração de três semanas, segundo previsto no calendário de eventos do Edital do referido certame. Durante o Período de

⁸¹ Ato de aquartelar ou alojar em quartel. Significa que as Aspirantes e os Aspirantes permanecem alojados na Escola Naval durante todo o Período de Adaptação, não sendo permitidas visitas de parentes ou amigos, nem saídas ao exterior da instituição. Ao longo do curso o quartelamento ocorre de segunda a sexta, existindo os horários limites de regresso.

Adaptação o uniforme utilizado é composto por calça jeans, camiseta, tênis e boné brancos e cinto preto.



IMAGEM 15 - Apresentação das Aspirantes da primeira turma na Escola Naval para o Período de Adaptação⁸²

A reportagem do Ministério da Defesa, intitulada “Primeira turma de Aspirantes mulheres ingressa na mais tradicional escola militar do país”, de 07 de fevereiro de 2014, fala sobre a etapa do Período de Adaptação:

Depois de aprovados no concurso, os selecionados passaram pela etapa de adaptação, quando foram submetidos a testes de aptidão física – canoagem, natação, corrida, barras, flexão, tiro, entre outros –, e participaram de atividades de doutrina e rotina militar. (MINISTÉRIO DA DEFESA, 2014)

Com relação ao Período de Adaptação, a reportagem do Ministério da Defesa intitulada “Primeira turma de Aspirantes mulheres ingressa na mais tradicional escola militar do país”, publicada no dia 7 de fevereiro de 2014, destaca as Aspirantes cariocas Juliana Martins Braga e Thaís Affonso dos Santos, considerando que, para elas, a fase mais difícil foi a de adaptação.

⁸² Fonte: https://www.en.mb/revista_en/REVISTA_VILLEGAGNON_2014.pdf

Apesar das dificuldades, destacaram momentos de entusiasmo, como velejar, uma das diversas atividades às quais os adaptandos e adaptandas, denominação referente aos alunos e alunas durante essa fase do processo seletivo, foram submetidos durante esse período:

As cariocas Juliana Martins Braga, 18 anos, e Thaís Affonso dos Santos, 22 anos, também integram a primeira turma feminina da Escola Naval. Para elas, a fase de adaptação foi a mais difícil, tanto por terem ficado sem contato com a família, como por conta da grande exigência dos exercícios físicos. Apesar disso, algumas atividades empolgaram as alunas, como a experiência de velejar.



IMAGEM 16 - Aspirante feminina da primeira turma em atividade prática⁸³

Durante o Período de Adaptação os novos militares são submetidos à diversas situações de pressão física e psicológica, com o objetivo de desenvolver o autocontrole em situações de crise, além de permanecerem em completo isolamento do mundo externo, reduzindo significativamente o contato com a família, limitando-se a dedicar a maior parte do dia a atividades voltadas à formação militar, preparação física e psicológica.

⁸³ Fonte: https://www.en.mb/revista_en/REVISTA_VILLEGAGNON_2014.pdf



IMAGEM 17 – Aspirante feminina praticando tiro esportivo

A Asp. 7, durante a entrevista, mencionou que sua maior dificuldade foi o período de Adaptação, pois exigiu atividades físicas e militares que não são comuns no meio civil, mas que essa dificuldade foi superada e em nenhum momento pensou em desistir por esse motivo. Para ela, além das dificuldades inerentes a parte acadêmica do curso, esse período foi cheio de novidades e desafios:

(...)têm as dificuldades impostas pelo curso mesmo daqui da Escola, como as provas que são difíceis, a rotina. A gente estuda de manhã, e aí tem o sétimo tempo que é uma atividade militar, normalmente, depois tem a parte de TFM, que são exercícios físicos, isso não é fácil. Para quem vem do meio civil, não está acostumado com essa rotina, com essa pressão, com essa cobrança toda. Mas isso não me impediu, isso nunca, eu nunca quis sair daqui desde quando eu entrei, foi muito difícil para mim chegar até aqui. O período de adaptação, quando a gente entra, é um choque de realidade, são três semanas bem intensas, onde a gente aprende, deixa de ser civil e passa a ser militar; então é bem intenso, isso foi muito difícil para mim, eu nunca pensei em desistir apesar das dificuldades tanto físicas, porque a gente também vai precisar da parte física, flexão, corrida, natação, e lá fora não tem isso, então isso para mim foi o mais difícil. Mas depois que eu passei por isso me fortaleci muito e me firmei aqui dentro, então eu não sairia e não há dificuldade que não possa ser superada na minha opinião. (Asp. 7)



IMAGEM 18 - Aspirantes praticam esporte de Cabo de Guerra na Escola Naval

O TFM é uma disciplina denominada Treinamento Físico Militar, na qual são desenvolvidas diversas atividades físicas, principalmente corrida e natação. Apesar desses momentos de dificuldades, comuns por ocasião do período de Adaptação à vida militar ainda como uma etapa do processo seletivo, durante uma das entrevistas tive a oportunidade de ouvir um relato emocionado dessa mesma Aspirante ao explicar sua satisfação em fazer parte da história da primeira turma:

(...) eu acredito que nós somos a primeira turma, mas mesmo se fosse a vigésima, trigésima turma, isso não mudaria minha visão, é uma honra ser da primeira turma, vou levar isso na história, é muito bom para mim assim, toda atenção que a gente recebeu quando entrou aqui, a mídia perguntando para a gente, querendo saber como é que foi essa mudança (...) (Asp.7)



IMAGEM 19 – Aspirantes femininas praticam esporte de Cabo de Guerra na Escola Naval

Após o término do Período de Adaptação, finalmente as alunas permaneceram na Escola Naval como Aspirantes da primeira turma do Curso de Graduação para Oficiais, do Corpo de Intendentes da Marinha, da habilitação Administração e iniciaram ao Ciclo Escolar do curso, composto por quatro anos letivos.

Após a aprovação nessa etapa, as alunas, então, podem ser consideradas Aspirantes da turma. Então no dia 31 de janeiro, “os novos Aspirantes vestiram pela primeira vez a farda da Força Naval. Agora, eles passarão quatro anos na Escola e poderão chegar ao generalato um dia”. (MINISTÉRIO DA DEFESA, 2014)



IMAGEM 20 - Aspirantes praticam atividade de esporte a Remo na Escola Naval

Em face do acima exposto, após o destaque e análise dos aspectos relacionados ao ingresso da primeira turma das Aspirantes no Curso de Graduação da Escola Naval em 2014, a partir da aprovação em todas as etapas do concurso público e da conclusão da fase do período de Adaptação, conquistam a permanência na Escola Naval, quando são matriculadas como Aspirantes do Curso de Graduação para Oficiais da Escola Naval, do Corpo de Intendentes da Marinha, da habilitação administração, o que será tratado no capítulo seguinte.

CAPÍTULO III

A PERMANÊNCIA DE ASPIRANTES MULHERES NO CURSO DE GRADUAÇÃO DA ESCOLA NAVAL

Este capítulo apresenta a trajetória da primeira turma das Aspirantes no âmbito da Escola Naval, que evidencia a permanência feminina no seu curso de graduação, por meio da realização do Ciclo Escolar até a sua conclusão, momento no qual as doze Aspirantes foram declaradas Guardas-Marinha em cerimônia militar e seguiram para realizar o Ciclo Pós Escolar, até a despedida do Navio Escola Brasil, que suspendeu no dia 22 julho de 2018 para a 32ª Viagem de Instrução de Guardas-Marinha, pela primeira vez na história com Aspirantes do sexo feminino a bordo, para realizar última fase do Ciclo Pós Escolar.

Apresenta, também, uma análise sucinta com relação às vagas oferecidas nos editais subsequentes ao do ingresso da primeira turma de mulheres, bem como sobre as mudanças ocorridas nesses editais, finalizando com a inovação da possibilidade de acesso de mulheres ao Corpo da Armada e ao Corpo de Fuzileiros Navais a partir do edital do concurso público de admissão à Escola Naval do ano de 2018, referente à turma que ingressará em 2019, representando a possibilidade de escolha entre os três Corpos.

3.1 A trajetória da primeira turma de mulheres como Aspirantes no cenário do curso de graduação da Escola Naval: do Ciclo Escolar ao Pós Escolar (2014-2018)

O curso de graduação em Ciências Navais da Escola Naval para os Corpos de Oficiais da Armada, Fuzileiros Navais e Intendentes, inicia-se efetivamente logo após o término do Período de Adaptação, por meio da matrícula das Aspirantes no curso. As Aspirantes pioneiras são, em sua maioria, pertencentes ao estado do Rio de Janeiro e ingressaram na Escola Naval com idades entre 18 a 22 anos.

O Capitão de Mar e Guerra (IM) Hércules e a Capitão-Tenente (T) Débora Rabello serviram na Escola Naval durante alguns anos acompanharam o processo de preparação da Escola Naval para receber as primeiras Aspirantes dos cursos de graduação da Escola Naval, bem como de viver a experiência de testemunhar o ingresso da primeira turma de alunas nessa escola. No artigo intitulado “As Primeiras Aspirantes na Escola Naval: inclusão, trajetórias iniciais e boas vindas às novas Sentinelas dos Mares” relataram os momentos da apresentação

das Aspirantes na Escola Naval para o período de adaptação⁸⁴ e explicaram que durante esse período, os Aspirantes e as Aspirantes da turma de 2014 foram organizados por antiguidade, na seguinte ordem:

A sequência inicial de antiguidade é composta primeiro pelos alunos oriundos do Colégio Naval, carregando a sua classificação do final do terceiro ano da instituição; são incorporados os discentes repetentes; depois vêm os alunos do concurso público do gênero masculino; a seguir os estrangeiros matriculados que passaram pelo estágio de qualificação realizado no ano anterior; e, por último, as 12 adaptandas. (HONORATO e RABELLO, 2014, p.11-12)

De acordo com essa organização da hierarquia entre os adaptandos, as Aspirantes foram classificadas no nível mais baixo da turma de 2014, pois não possuíam em seu currículo a disciplina física, de acordo com informações obtidas e confirmadas pelo autor do artigo.

Em 2014, a EN recebeu as primeiras 12 Aspirantes, já incorporadas ao Corpo de Intendentes da Marinha (CIM). Não desejamos começar este artigo com uma discussão sobre gênero, mas sim apresentar as boas-vindas às novas “Sentinelas dos Mares⁸⁵” (HONORATTO; RABELLO, 2014, p.7)

Inicialmente, a formação do currículo do curso apresentava as disciplinas do primeiro ano diferentes para as Aspirantes, isto é, não havia a disciplina Física I, mas a partir do ano seguinte 2015 o currículo foi atualizado e as Aspirantes dessa primeira turma tiveram a oportunidade de cursar a disciplina Física I, o que significa que essa diferença existente no currículo do curso foi eliminada, sendo, atualmente, idêntico para todos os alunos, independente do sexo. As doze Aspirantes perceberam essa diferença no currículo como “errado”, como um preconceito, a eliminação da mesma como uma correção. Nesse sentido, assim se expressa a Asp.8:

Quando a gente entrou aqui na Escola, a gente percebia que eles queriam fazer uma diferenciação tanto que, quando a gente entrou, as meninas, a nossa prova não tinha física, a gente não fazia física no primeiro ano, então a gente reparou que eles estavam querendo fazer um currículo diferente, só que depois, com o tempo, eles perceberam que era meio errado fazer isso, eles tentaram consertar esse erro, tanto é que a nossa turma é a única diferente, mas as outras eles já buscaram deixar todo mundo com o mesmo currículo pra não ter nenhum tipo de preconceito. (Asp.8)

⁸⁴ O Período de Adaptação destina-se a adaptar e preparar os futuros alunos e alunas para as atividades acadêmicas e administrativas a serem desenvolvidas durante o curso de formação das instituições de ensino militares.

⁸⁵ Expressão atribuída aos Aspirantes e às Aspirantes da Escola Naval por terem a missão de proteger os mares.

Para essa Aspirante, ter o mesmo currículo significou a eliminação do preconceito e da discriminação.

A imagem a seguir registra as Aspirantes da primeira turma vestidas com o uniforme denominado 5.5⁸⁶, do grupo branco de verão, que é utilizado em ocasiões especiais, ao lado das Oficiais femininas da Escola Naval. O cenário da foto é a própria Escola Naval. Os cabelos, e barba no caso dos homens, também devem estar nos padrões determinados pela Marinha, para as mulheres com cabelos longos, o penteado deverá ser em formato de coque.



IMAGEM 21 - As novas Aspirantes posam para a foto junto a Oficiais femininas da Escola Naval⁸⁷

Como podemos verificar na imagem, após o Período de Adaptação, matriculados no curso, os Aspirantes e as Aspirantes passam a utilizar os uniformes previstos no Regulamento de Uniformes da Marinha do Brasil (RUMB), tendo que estar sempre alinhados e com boa apresentação. A formação militar é realizada durante os cursos de formação por Oficiais mais antigos (de postos mais altos ou mais especializados), designados para esse fim, ao longo do curso de graduação para Oficiais, que já se encontram a mais tempo na Marinha, sendo

⁸⁶ Este uniforme é um dos previstos no RUMB - Regulamento de Uniformes da Marinha do Brasil, utilizados pela Marinha do Brasil, cada um com uma finalidade específica, de acordo com o sexo, ocasião, posto ou graduação. Disponível em: https://www.marinha.mil.br/dabm/sites/www.marinha.../Rumb%20parte%201_0.pdf (Acesso em 15/08/2018)

⁸⁷ Fonte: https://www.en.mb/revista_en/REVISTA_VILLEGAGNON_2014.pdf

responsáveis pelas instruções de aspectos disciplinares, militares ou profissionais durante o curso de formação.

No currículo do curso de graduação da Escola Naval existe a disciplina denominada Ordem Unida, na qual são desenvolvidas atividades que visam à execução dos comandos, demonstração de reflexos e de condutas indispensáveis à disciplina militar, cujos conteúdos envolvem teoria e prática de como marchar com ou sem armamento, prestar continência, reconhecer os comandos, posições entre outras atividades.

Além das disciplinas curriculares, existem as atividades extracurriculares, que envolvem diversas palestras de assuntos de interesse da administração naval, bem como visitas às Organizações Militares afetas a cada Corpo e habilitação, embarques em navios de instrução, competições esportivas internas e externas.

Honorato e Rabello (2014) por meio de questionários aplicados para as 12 Aspirantes, os autores buscaram identificar as impressões das Aspirantes pioneiras com relação à experiência do Período de Adaptação:

Uma pergunta procurou ser o termômetro do que as futuras Aspirantes pensavam quando estavam vivenciando o Estágio de Adaptação. A questão foi direta ao tema de desistir e pedir para sair, mas a resposta “não” foi repetidamente escrita, inclusive, a Asp.4 asseverou que “*estava focada no meu objetivo*”, o que foi ratificado pela Asp.5, *Não, nenhuma vez, inclusive, sempre que as meninas choravam na adaptação eu dava muita força e apoio*. Pode-se verificar que o espírito de corpo e o companheirismo já estavam sendo cultivados entre o pequeno grupo de adaptandas. (HONORATO e RABELLO, 2014, p.12).

Mesmo diante de tantos desafios e dificuldades as Aspirantes, que “choravam na adaptação”, conforme a citação acima, mostraram-se perseverantes e unidas, apoiando e fortalecendo umas às outras nessa fase da adaptação, denotando o nível de exigência e rigidez que essa fase impõe. Passaram por diversos desafios de adaptação à vida militar, de ajustes curriculares no início do curso, entretanto, superaram todas as dificuldades e conseguiram concluir a primeira fase com sucesso. Foram quatro anos permeados de diversas experiências escolares e extraclasse, repletos de descobertas e de aprendizagens.

A Asp. 2 acredita que a sua experiência após a conclusão do curso vai ser diferente da sua expectativa inicial ela, tendo em vista a formação acadêmica na Escola Naval, pois durante o curso na Escola Naval a maior parte do conteúdo abordado é teórico e menos

prático e espera se deparar com experiências práticas, por meio das quais será possível aplicar os conhecimentos teóricos construídos ao longo dos anos do curso de graduação. Considerando essa percepção:

a minha expectativa eu acho que vai ser bem diferente porque aqui a gente vê muito teórico, a parte prática até tem alguma coisa quando a gente, uma vez por mês vai visitar, ainda é muita palestra, não é nada que você faça ali, é pouco, são as matérias que a gente pega e faz, que você realmente vai fazer, você vê mais o teórico. Então a minha expectativa é de colocar a mão na massa e ver como é que é e aprender, porque uma coisa é teórico e outra é prática, então é isso que eu espero, que eu seja bem sucedida no meu trabalho. (Asp. 2)

A maioria das Aspirantes ressaltou em suas entrevistas o desejo de que a Marinha passasse a oferecer oportunidade de ingresso nas outras habilitações dos outros Corpos dos cursos da Escola Naval, que são Armada e Fuzileiros Navais, além de Intendência e a atual situação de total integração e aceitação entre os pares ou superiores na convivência diária:

a mídia perguntando para gente, querendo saber como é que foi essa mudança, e era tanto novo para a gente, para as meninas, quanto pros Oficiais, quanto lá fora, os Aspirantes também, foi uma coisa nova pra todo mundo e assim eu não me vejo diferente dos rapazes que estão aqui comigo, os Aspirantes, não me vejo diferente deles, nós estamos aqui, somos jovens, estamos aprendendo juntos, e acredito que um contribui para o outro, tanto os aspirantes do sexo masculino quanto do sexo feminino, ambos contribuem para formação de cada um. Essa convivência é muito boa na minha visão, já me apontaram isso, aspirantes da turma de cima, por exemplo, só tinham homens, eles falaram que quando nós entramos na Escola muita coisa mudou, de quando nós não estávamos, essa mudança foi boa no dizer deles, passamos por, sempre tem, o mundo é assim, ah, mulher consegue menos coisas do que homens, aguentam menos que os homens, a gente já passou por isso, mas até lá fora isso existe, então isso não seria um empecilho, essas provocações, as vezes num momento de tensão algum rapaz fala alguma coisa assim, ah, porque as mulheres, culpa das mulheres que estão aqui, isso não impediu a gente de estar aqui, serve pra crescer em cima disso. (Asp. 7)

Quando a Asp. 7 faz alusão a “turma de cima”, faz referência as turmas compostas apenas por homens, que já estavam na Escola Naval quando elas ingressaram. Esse relato aponta que há uma percepção por parte dos Aspirantes de sexo masculino de que após o ingresso das mulheres como Aspirantes, houve melhoria na convivência no âmbito da Escola Naval. Para essa Aspirante é perceptível a mudança e a aceitação das mulheres na Escola

Naval, apesar de terem ocorrido momentos de tensão entre os Aspirantes masculinos e as Aspirantes femininas, porém ao final a convivência foi algo positivo para a formação de ambos, independente do sexo e todos “enriquecem” com isso.

Para a Asp. 9 o concurso deveria ser igual para homens e mulheres e ressalta que a carreira delas ainda não está definida, porém há um indício de que não haverá barreiras. Exemplifica, segundo ela, com o fato delas participarem da viagem de instrução no Navio Escola Brasil, que viria a ocorrer em julho de 2018.

eu sei que é muito complicado para o Colégio Naval porque a estrutura lá são três alojamentos pro primeiro, segundo e terceiro ano, é muito difícil separar alojamento feminino e que meu irmão estuda lá e tá no segundo ano, eu vejo que seria muito separar por mulheres, e aqui também porque a gente tem todos os prédios juntos e até quando a gente chegou aqui colocou todo o sistema de câmeras as portas tinham essa fechadura pra porta não ficar aberta pra quando a gente passar não ter nenhum problema, então eu acho que teria a dificuldade da questão logística, mas o ideal seria que fosse um concurso aberto para homens e mulheres de todo Brasil, porque realmente são só 12 vagas, nem a gente imaginaria estar aqui hoje, a gente não imaginava, mas Deus abençoou e a gente está aqui hoje, então que mais pessoas consigam ser abençoadas, a gente tem que concorrer igual, não tem que ter essa limitação de vagas, e que a gente não sabe ainda se a gente vai poder embarcar, porque a gente tem que cumprir um embarque obrigatório, então a gente ainda não sabe como vai ser, se a gente vai lotar navio, a gente não sabe nada, que fosse mais definido, a gente não sabe como vai ser com a gente, a gente vai ser o primeiro, como a gente vai na viagem de instrução não tem mais empecilho. (Asp. 9)

A fala da Asp.9 expressa a incerteza com relação a possibilidade de mulheres lotarem - que significa fazerem parte das tripulações dos navios, mas a concretização da viagem de instrução no Navio Escola Brasil poderá representar o fim desse empecilho, a partir das adequações a serem realizadas para convivência de homens e mulheres nos navios da Marinha de Guerra.

3.1.1 Alterações no espaço e nas regras de conduta

A Escola Naval foi pensada para homens, por isso o espaço teve que ser adaptado para a convivência entre homens e mulheres. A Asp. 9 compara ao Colégio Naval, que ainda permite apenas o ingresso de homens, fazendo menção à estrutura dos alojamentos estruturados de forma a atender apenas o público masculino.

Após o ingresso das Aspirantes na Escola Naval, algumas regras de conduta foram alteradas, por exemplo, os Aspirantes não podem mais andar sem camisa, Aspirantes femininas e Aspirantes masculinos só podem circular pelas instalações estando no mínimo em três Aspirantes “é proibido que Aspirantes interajam com peças faltando ou em desalinho. Exemplo: Camisa aberta, somente a parte de baixo do TFM” (NORMAS DE CONDUTAS GERAIS PARA O CORPO DE ASPIRANTES⁸⁸, 2017, p.3-4). Com relação a essas normas

não foi preciso mexer em sua estrutura, mas foi detalhado o uniforme para as áreas comuns, foram incluídos procedimentos para inspeção de camarotes e alojamentos (caso o Oficial fosse do sexo oposto), foram inseridas as regras para uso do uniforme feminino, dentre outras instruções necessárias. (HONORATO e RABELLO, 2014, p.10-11)

No artigo “Mulheres para a Marinha do Brasil: recrutamento e seleção das primeiras oficiais enfermeiras (1980-1981)⁸⁹”, Ana Paula Carvalho Orichio; Tânia Cristina Franco Santos; Antonio José de Almeida Filho; Lucia Helena Silva Corrêa Lourenço, ao descreverem o processo de recrutamento e seleção de oficiais enfermeiras para o Corpo Auxiliar Feminino da Reserva da Marinha do Brasil também evidenciaram a questão de normas de comportamento, assinalando que o “processo de formação das primeiras oficiais enfermeiras comportou a rigorosa incorporação de determinações distintas e distintivas relativas ao comportamento requerido para uma oficial, especialmente no que se referia às interdições que reafirmavam o poder masculino” (ORICHIO, et alii, 2012, p.811).

No artigo “As primeiras ‘Sentinelas Dos Mares’ cumprem sua derrota: Adeus, minha Escola Querida!”, o Capitão de Mar e Guerra (RM1-IM) Hercules Guimarães Honorato, e as Aspirantes Maria Carolina Dias Cavalcante Costa e Juliana Martins Braga (2017)⁹⁰, afirmam:

Tudo o que foi exposto em curtas pinceladas mostra a derrota pela qual as pioneiras conseguiram estabelecer no Corpo de Aspirantes, evidenciando que é possível fazer com êxito as mesmas atividades, antes executadas exclusivamente pelos Aspirantes masculinos. Enfatizamos que, apesar de toda a dificuldade e da luta que travaram diariamente para vencer as batalhas do cotidiano, as Aspirantes pioneiras têm uma carreira que enche de orgulho

⁸⁸Parte integrante da Coletânea de Procedimentos do Aspirante da Escola Naval, que consiste em um manual com instruções para orientação às rotinas dos Aspirantes durante a realização dos cursos na Escola Naval.

⁸⁹Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-07072012000400011&script=sci_abstract&tlng=pt (Acesso em 11/07/2018)

⁹⁰ Revista de Villegagnon. Disponível em <https://www.en.mb/> (Acesso em 15/08/2018).

os seus corações, que amplia o patriotismo, que ensina respeito mútuo e à hierarquia, e em que valores como companheirismo, cordialidade, lealdade, amor à Pátria e aos Símbolos Nacionais serão sempre cultuados. Ao final, o que ficou evidenciado nas respostas ao instrumento de coleta de dados foi que elas estão se preparando para dar continuidade à carreira militar, porém, com a certeza de que ainda há desafios pela frente e que, mostrando a capacidade intelectual, física e profissional que possuem, conquistarão cada vez mais um espaço maior no meio militar. (HONORATO; COSTA; BRAGA, 2017, p.20)

O Capitão de Mar e Guerra (RM1-IM) Hercules Guimarães Honorato e as Aspirantes da Maria Carolina Dias Cavalcante Costa e Juliana Martins Braga no artigo trazem uma memória desde o ingresso das Aspirantes até a conclusão do Ciclo Escolar. Vale esclarecer que a expressão “cumprem sua derrota”, ao se formarem, significa que as Aspirantes concluíram o caminho a ser percorrido, cumpriram a sua missão, utilizada quando o navio de guerra regressa ao seu local de origem após a conclusão de uma determinada missão.

As Aspirantes nas entrevistas demonstraram que se consideram prontas para a carreira da Marinha, motivadas e anseiam pela conquista de maiores direitos, como embarque e servir em batalhões de fuzileiros, tanto para elas mesmas, quanto para as próximas alunas que ingressarão na Escola Naval.

E ao final de 2017, após a aprovação em todas as disciplinas referentes ao Ciclo Escolar, no dia 9 de dezembro, as Aspirantes da turma pioneira de mulheres na Escola Naval encerram a primeira parte do Curso de Graduação de oficiais da Escola Naval e são declaradas Guardas-Marinha Intendentes de Marinha, como veremos a seguir.

3.2 O encerramento do Ciclo Escolar: eis a formatura...enfim, mulheres Guardas-Marinha Intendentes de Marinha!

O então Comandante da Escola Naval, o Contra-Almirante Newton de Almeida Costa Neto, em Carta ao Leitor na Revista de Villegagnon, revista acadêmica da Escola Naval publicada anualmente, destaca a formatura das Aspirantes como um acontecimento de grande importância para a Marinha. Ao registrar suas impressões sobre a formatura das Aspirantes, o Comandante da Escola Naval afirma

Cumprir destacar que o ano de 2017 é particularmente importante para nossa Escola Naval, pois estamos formando nossas primeiras Guardas-Marinha femininas. As Aspirantes pioneiras ingressaram na Marinha do Brasil no início do ano de 2014 e, em dezembro de 2017, despedem-se da Escola Naval

cantando o “Adeus Escola Querida”. Tal fato não poderia deixar de ser lembrado por nossa Revista. (COSTA NETO, 2017, p.1)⁹¹

Segundo os autores, as primeiras Aspirantes eram minoria num universo predominantemente masculino da Escola Naval, onde passaram quatro anos compartilhando experiências acadêmicas e de formação militar e que apesar das dificuldades conseguiram concluir essa etapa:

As “pioneiras”, como foram denominadas, significavam à época apenas 1,5% do total do corpo discente, um coletivo que desconhecia, como companheiros de farda, a figura feminina, e que, a partir daquele ano, estaria lado a lado nas ordens-unidas, nas formaturas, nas salas de aula, nas atividades esportivas, em síntese, no dia a dia da caserna, na parte alta da Ilha de Villegagnon. (HONORATO, COSTA E BRAGA, 2017, p.15)

A primeira turma de Aspirantes mulheres na Escola Naval, composta por 12 mulheres, representava 1,5% do total de alunos em 2014, uma minoria em um universo predominantemente masculino, ambiente que seria inédito para ambas as partes.

Considerando que nos últimos quatro anos foram ofertadas 12 vagas para Aspirantes do sexo feminino para cada turma, na citação acima se percebe um decréscimo na quantidade de Aspirantes no terceiro ano, turma de 2015 (10) e no segundo ano, turma de 2016 (11) e um acréscimo no primeiro ano, turma de 2017 (13). Como o foco desta pesquisa é primeira turma, de 2014, que iniciou e concluiu o Ciclo Escolar com 12 Aspirantes, não foram investigadas as causas desse acréscimo na turma de 2017 e decréscimo das turmas de 2015 e de 2016.

Sendo assim, “podemos verificar que nem todas conseguiram o sucesso de ultrapassar as barreiras de uma formação rígida acadêmica e de limites inerentes as atividades de educação física, mas continuam com o sonho de saírem Oficiais da Marinha do Brasil, bacharéis em *Ciências Navais*” (HONORATO; RABELLO, 2014, p.15). Atualmente, a Escola Naval

possui Aspirantes mulheres em todos os quatro anos da graduação, em um total de 46, sendo 12 no último ano, o foco de nosso estudo, 10 no terceiro, 11 no segundo e 13 no primeiro. Podemos verificar que nem todas conseguiram o sucesso de ultrapassar as barreiras de uma formação rígida acadêmica e de limites inerentes as atividades de educação física, mas

⁹¹Disponível em:

https://www.marinha.mil.br/sites/www.marinha.mil.br/en/files/upload/REVISTA_VILLEGAGNON_2017.pdf

continuam com o sonho de saírem Oficiais da Marinha do Brasil, bacharéis em “Ciências Navais”. (HONORATO, COSTA E BRAGA, 2017, p.15)

Sendo assim, em razão de reprovações e trancamentos, algumas Aspirantes podem deixar de fazer parte da sua turma de origem. Após a conclusão dos quatro anos letivos, as Aspirantes foram declaradas Guardas-Marinha e iniciariam a última etapa do curso de formação, mediante o início da 1ª fase do Ciclo Pós Escolar, como será exposto a seguir.

E, finalmente, no dia 9 de dezembro de 2017, formou-se a primeira turma das Aspirantes, ao concluir com aproveitamento o Ciclo Escolar, isto é, foram aprovadas em todas as disciplinas dos quatro anos letivos do Ciclo Escolar do Curso de graduação para formação de Oficiais da Escola Naval para o Corpo da Armada, Corpo de Fuzileiros Navais e Corpo de Intendentes da Marinha. Isso solidifica a permanência das Aspirantes na Escola Naval e constitui um marco histórico sobre a presença feminina nos cursos de graduação da Escola em tela.

A imagem abaixo foi registrada no dia da formatura, após a Cerimônia de Declaração de Guardas-Marinha ocorrida na Escola Naval.



IMAGEM 22: As Guardas-Marinha Intendentes da primeira turma de mulheres da Escola Naval. Fonte: <https://www.marinha.mil.br/noticias/escola-naval-realiza-cerimonia-de-declaracao-de-guardas-marinha> (Acesso em 02/05/2018)

Evento que a autora desta dissertação pode estar presente a serviço, em representação, enquanto acompanhava e assistia ao seu chefe, durante a cerimônia militar na qual ele foi convidado a comparecer por estar exercendo o cargo de Comandante do Centro de Instrução Almirante Wandenkolk⁹², instituição que também forma Oficiais da Marinha e pertence à mesma cadeia de Comando a que a Escola Naval está subordinada.

Foi notável o grande assédio da imprensa e demais instituições jornalísticas às primeiras “Sentinelas dos Mares”. A palavra sentinela significa “soldado que guarda ou vigia alguma coisa⁹³”, e então a expressão “Sentinelas dos Mares” significa que os profissionais formados na Escola Naval são responsáveis por proteger nossos mares, atividade fim da Marinha do Brasil.

Nessa cerimônia elas receberam as suas espadas de Oficiais e se despediram da Escola Naval marchando ao som do hino Adeus Escola Querida:

Adeus, minha Escola querida
Adeus, vou à Pátria servir;
Adeus, camaradas gentis, adeus, adeus,
Adeus, eu vou partir, eu vou partir. [...]
(Letra e música do Asp. Luiz F. de Magalhães)

A reportagem publicada na página Oficial da Marinha do Brasil na Internet⁹⁴ relata o evento destacando o ineditismo da formatura de mulheres na Escola Naval, agora no posto de Guardas-Marinha e explica as próximas fases que as mesmas irão realizar até conclusão do curso de graduação:

No último sábado, dia 9 de dezembro, os Aspirantes integrantes da Turma “Almirante Gastão Motta” receberam suas espadas, símbolo do Oficial de Marinha, numa cerimônia marcada pelo ineditismo da formatura de 12 Guardas-Marinha femininas. Cantando a canção “Sentinela dos Mares”, desfilou o Grupamento Escolar, comandado pelo Capitão de Fragata Considera, Comandante do Corpo de Aspirantes.

Os alunos de todas as turmas dos cursos de Formação da Marinha, ao concluírem o curso, elegem uma autoridade como Patrono a ser homenageada no dia da formatura. No caso da turma que se formou em 2017 do Curso de Graduação para Oficiais da Escola Naval, o

⁹² Centro de Instrução Almirante Wandenkolk – CIAW. Disponível em <https://www.marinha.mil.br/ciaw/int> (Acesso em 16/08/2018)

⁹³ Dicionário Priberam. Disponível em <https://www.priberam.pt/dlpo/sentinela> (Acesso em 16/08/2018)

⁹⁴ Disponível em <https://www.marinha.mil.br/noticias/escola-naval-realiza-cerimonia-de-declaracao-de-guardas-marinha> (Acesso em 02/05/2018)

Patrono escolhido foi o Almirante Gastão Motta⁹⁵, que foi um Intendente de Marinha e é o Patrono da Intendência, que faleceu no dia 21 de outubro de 1954, em plena atividade, enquanto exercia o cargo de Diretor-Geral de Intendência da Marinha. Coincidentemente ou não, cabe destacar que o Almirante Gastão Motta era Intendente, patrono escolhido pela primeira turma com mulheres Intendentes.



IMAGEM 23 – A Contra-Almirante (Md) Dalva (ao centro da foto) junto às Guardas-Marinha pioneiras da Escola Naval no dia da formatura. Fonte: https://www.marinha.mil.br/sites/www.marinha.mil.br/en/files/upload/REVISTA_VILLEGAGNON_2017.pdf

A Contra-Almirante Médica Dalva, estava presente na cerimônia de declaração dos Guardas-Marinha da Escola Naval, da turma das Aspirantes pioneiras. Em entrevista concedida à Revista *Época*⁹⁶, na matéria intitulada “A mulher mais poderosa das Forças Armadas”, publicada no dia 30 de abril de 2018, a Almirante Dalva, médica que atingiu de forma pioneira o mais alto posto conquistado pelas mulheres nas Forças Armadas Brasileiras, o de Oficial General, emociona-se ao lembrar: da solenidade de formatura das “meninas da escola naval”, nas palavras da Contra-Almirante. “Quando se lembrou da ocasião, o semblante severo afrouxou e logo deu lugar às lágrimas e diz: *Até me emociono*”.

⁹⁵ <https://www.marinha.mil.br/intendencia/patrono>

⁹⁶ Disponível em <https://epoca.globo.com/politica/noticia/2018/04/rotina-da-mulher-mais-poderosa-das-forcas-armadas.html>



IMAGEM 24 – Contra-Almirante (Md) Dalva posa para foto na área do Comando do 1º Distrito Naval. Fonte: <https://epoca.globo.com/politica/noticia/2018/04/rotina-da-mulher-mais-poderosa-das-forcas-armadas.html>

A revista destaca que a Contra-Almirante (Md) Dalva participou e acompanhou de perto todas as mudanças e processo de ingresso das Aspirantes na Escola Naval, pois além de exercer função de Assessora do Diretor de Saúde da Marinha, também exerce a função de Assessora do Comandante da Marinha, principalmente para os assuntos que envolvem as políticas para as mulheres. Por essa razão se emociona ao ver as Aspirantes se formarem, pois para ela é “uma demonstração de que a gente está evoluindo. De que estamos tendo a oportunidade de fazer aquilo que a gente realmente quer, independentemente de sexo”, diz em entrevista à revista *Época*, datada de 30 de abril de 2018. Conforme a reportagem:

A Almirante Dalva teve participação e acompanhou o processo de ingresso e de permanência das Aspirantes na Escola Naval, a primeira e, até o momento, única Oficial General das Forças Armadas brasileiras. A reportagem descreve a postura da Almirante nesse momento da entrevista: “ela mira o teto, ajeita as costas na poltrona e respira profundamente”, para então completar o seu raciocínio, dizendo - “Por isso, digo: ‘Persiga seus sonhos’. Comecei com um sonho que nem podia sonhar, mas que de repente se tornou realidade.” (ÉPOCA, 2018)

Nessa entrevista pode-se afirmar que a Almirante Dalva expressa sua satisfação em fazer parte da história e de ter participado de todo o processo de preparação e de

implementação do ingresso da primeira turma das Aspirantes para o Curso de Graduação em Ciências Náuticas da Escola Naval.

Em reportagem intitulada “Mulheres da Marinha do Brasil ganham espaço em ações de combate”, publicada na Revista Militar Digital Diálogo, no dia 8 de março de 2018, em homenagem ao Dia Internacional da Mulher, a única Oficial Generala das Forças Armadas brasileiras, a Contra-Almirante Médica Dalva Maria Carvalho Mendes, fala sobre as suas impressões ao alcançar o mais alto posto atingido por uma mulher:

Tive vários momentos marcantes em minha carreira, mas, com certeza, minha promoção a oficial-general foi o mais emblemático. Fui tomada por um sentimento de felicidade intensa, uma emoção indescritível, mesclada à consciência do aumento da responsabilidade agregada por esta promoção. (MENDES, 2018⁹⁷)

Na dissertação de mestrado (1990-FGV) intitulada “Sonhei acordada...(passagem marítima): dormi com o caos...(caserna): acabei...mulher...militar da Marinha”, Maria de Fátima dos Santos Vieira tenta

(...) compreender como se constrói a identidade feminina das mulheres que compõem o Corpo Auxiliar Feminino da Reserva da Marinha”, (...) Um dos pressupostos deste estudo é que a construção da identidade militar dá-se através dos ritos de passagem, foco básico das histórias de vidas das mulheres da Marinha (...) Com efeito, não obstante as características comuns que nos são dadas ao ingressarmos no mundo, as histórias de vida dessas mulheres, demonstraram que o mundo de cada uma delas é diferente, exclusivo e único; e que cometeríamos um equívoco se as excluíssemos do grupo de outras mulheres, em outras Instituições Totais. (VIEIRA, 1990)

A pesquisa de Vieira nos permite pensar, principalmente no tocante à construção da identidade militar por meio dos ritos de passagem, como foi citado por algumas Aspirantes durante as entrevistas, sobre as experiências vividas no período de adaptação.

E a dissertação de mestrado, de autoria de Luana Ferreira da Silva Mazulo (2010), intitulada “Mulheres no Exército Brasileiro: um estudo sobre poder simbólico e relações de poder de uma organização militar”, que desenvolveu um estudo sobre

(...) como são construídas as relações de poder em um determinado efetivo do Exército Brasileiro a partir da inserção das mulheres no Quadro Complementar de Oficiais na Escola de Administração do Exército e

⁹⁷ Disponível em <https://dialogo-americas.com/pt/articles/brazilian-navy-women-gain-ground-combat-operations> (Acesso em 31/05/2018)

analisar, a partir dessas relações, em que condições ocorre a atuação dessas profissionais. (MAZULO, 2010)

Ambas as dissertações nos trazem questões relacionadas às relações instituídas no seio das Forças Armadas, tanto com relação à formação da identidade dessas mulheres, quanto sobre as relações de poder estabelecidas para definição da área de atuação profissional das mulheres militares.

A próxima etapa após a cerimônia de conclusão do Ciclo Escolar é o Ciclo Pós Escolar, que será destaque na próxima seção deste texto.

3.3 Após a formatura: o início do Ciclo Pós Escolar

Após a conclusão do Ciclo Escolar, os Aspirantes são declarados Guardas-Marinha e iniciaram o Ciclo Pós Escolar (CPE), no caso das Aspirantes da primeira turma das Guardas-Marinha Intendentes.

Conforme explicado no primeiro capítulo, esse Ciclo possui três fases, como explicado no primeiro capítulo, previstas no currículo do Curso de Graduação para Oficiais da Escola Naval. Na primeira fase do CPE as Aspirantes permaneceram por aproximadamente sete semanas no Centro de Instrução Almirante Newton Braga, que é a Organização Militar que desenvolve atividades específicas da área de Intendência, como para realizar disciplinas relacionadas à sua habilitação.

Concluída a 1ª fase, iniciou-se a 2ª fase, que se trata de um estágio em Organizações Militares afetas à habilitação, nas quais as Aspirantes tiveram a oportunidade de realizar o estágio supervisionado e por fim, ao encerrar a segunda fase, as Aspirantes e os Aspirantes retornaram à Escola Naval para se preparar para cumprir a terceira fase do Ciclo Pós Escolar. Na viagem de Instrução no Navio Escola Brasil, 3º Fase do Curso de Graduação em Ciências Náuticas da Escola Naval.

Os 209 Guardas-Marinha realizarão, em 2018, o Ciclo Pós-Escolar da Escola Naval, com um ano de duração. Este ciclo se encerrará com a Viagem de Instrução a bordo do Navio Escola “Brasil”, onde os jovens Oficiais complementarão sua formação profissional-naval⁹⁸.(21/12/2017)

⁹⁸ <https://www.marinha.mil.br/noticias/escola-naval-realiza-cerimonia-de-declaracao-de-guardas-marinha>

Na reportagem denominada “Navio Escola Brasil está pronto para partir⁹⁹”, do Ministério de Defesa, publicada em sua página da internet no dia 18 de julho de 2018, a Guarda-Marinha (IM) Naraiane Feitosa, com relação à viagem de instrução, diz que “*é uma emoção muito grande, pois é chegado o momento de colocar em prática o que aprendemos*”.

No dia 22 de julho de 2018, o Navio-Escola Brasil suspendeu da Base Naval do Rio de Janeiro para dar início à XXXII Viagem de Instrução de Guardas-Marinha (VIGM), a primeira viagem de instrução a ser realizada com a presença de Guardas-Marinha do sexo feminino. A Imagem a seguir registra a presença dos familiares e amigos da tripulação que fará parte da comissão, dentre eles, os das Guardas-Marinha Intendentes.



IMAGEM 25 - Familiares e amigos que se reuniram na Base Naval do Rio de Janeiro para se despedir dos Guardas-Marinha da Turma Almirante Gastão Motta. Fonte: <https://www.marinha.mil.br/noticias/navio-escola-brasil-suspende-para-xxxii-viagem-de-instrucao-de-guardas-marinhas>

Os Guardas-Marinha da Turma Almirante Gastão Motta percorrerão o roteiro da XXXII Viagem de Instrução de Guardas-Marinha (VIGM), que inclui com a visita a 15 portos localizados em dez países, com previsão de retorno ao Brasil em dezembro de 2018. As cidades visitadas serão: “Natal-RN, Belém-PA e Fortaleza-CE, Las Palmas e Valência (Espanha), Toulon e Rouen (França), Pireu (Grécia), Gênova (Itália), Lisboa (Portugal),

⁹⁹ Disponível em <https://www.defesa.gov.br/noticias/45207-navio-escola-brasil-est%C3%A1-pronto-para-partir>

Londres (Inglaterra), Hamburgo (Alemanha), Baltimore e Miami (Estados Unidos da América) e Cartagena (Colômbia)”.¹⁰⁰



IMAGEM 26 - Navio Escola Brasil suspende para a XXXII Viagem de Instrução de Guardas-Marinha da Turma Almirante Gastão Motta. Fonte: <https://orbisdefense.blogspot.com/search/label/XXXII%20Viagem%20de%20Instru%C3%A7%C3%A3o%20de%20Guardas-Marinha%20%28VIGM%29>

Nessa viagem, os Aspirantes e as Aspirantes terão a oportunidade de aplicar de forma prática os conteúdos desenvolvidos durante o Ciclo Escolar e durante as duas primeiras fases do Ciclo Pós Escolar, de forma supervisionada, além de aprimorar a sua formação cultural mediante a visita a outros países.

Ao término da Viagem de Instrução, os Guardas-Marinha serão nomeados Segundos-Tenentes e serão designados às diversas Organizações Militares, de acordo com os respectivos Corpos e habilitações.

A reportagem intitulada “Escola Naval realiza cerimônia de Declaração de Guardas-Marinha”, publicada no dia 21 de dezembro de 2017, na página Oficial do Ministério da Defesa, descreveu a composição da Turma Almirante Gastão Motta:

Ao término da jornada no Navio Escola, os Guardas-Marinha serão nomeados Segundos-Tenentes e estarão aptos a exercer funções em navios,

¹⁰⁰ Disponível em <https://www.marinha.mil.br/noticias/navio-escola-brasil-suspende-para-xxxii-viagem-de-instrucao-de-guardas-marinhas>

bases e demais organizações militares da Marinha do Brasil. Entre os Guardas-Marinhas 133 são do Corpo da Armada, 32 do Corpo de Fuzileiros Navais e 44 são do Corpo de Intendentes da Marinha, integrando esse último as 12 aspirantes femininas. Esse ano, a Escola Naval formou sete estrangeiros, dos seguintes países: Líbano, Namíbia, Nigéria e Senegal¹⁰¹.(21/12/2017)

Durante as entrevistas em 2017, ao serem indagadas sobre as expectativas com relação à atuação profissional após a conclusão da 3ª Fase do Ciclo Pós Escolar, a maioria espera poder exercer sua profissão/especialidade e obter sucesso na carreira, sendo que, além disso, algumas desejam passar pela experiência, apesar de serem do Corpo de Intendentes da Marinha, de servir embarcadas. A Asp.2 fala na entrevista sobre as suas expectativas após a conclusão do curso:

minha expectativa é que a gente pode servir e atuar em diversos locais diferentes, tipo, trabalhos diferentes, tem missão de paz, o NASH¹⁰² trabalha atendendo populações ribeirinhas, pode ser numa OM de fuzileiro, pode ser num prédio, num depósito, então é muito amplo, eu acho que qualquer das opções é boa, só que o que eu mais gostaria mesmo era de servir numa OM de Fuzileiros, que tem uma atividade mais próxima do que eu me identifico. (Asp. 6)

A Asp. 6 destaca que mesmo pertencendo à área de Intendência, deseja atuar em uma Organização Militar de Fuzileiros Navais, por se identificar mais com a área operativa do que com a de Apoio. Isso é possível, pois a Marinha oferece oportunidade de servir em OM operativas que necessitam de intendentes e eventualmente esses Oficiais participam de exercícios operativos.

A vida militar tem essas peculiaridades, o “serviço à Pátria” acima de tudo, como pode ser constatado no ato do juramento à Bandeira Nacional, proferido pelos militares das Forças Armadas Brasileiras por ocasião das cerimônias de conclusão dos cursos de formação, apresentando o seguinte texto:

Incorporando-me (à Marinha do Brasil; ao Exército Brasileiro; ou à Força Aérea Brasileira), prometo cumprir rigorosamente as ordens das autoridades a que estiver subordinado, respeitar os superiores hierárquicos, tratar com afeição os irmãos de armas, e com bondade os subordinados, e dedicar-me inteiramente ao serviço da Pátria, cuja Honra, Integridade, e Instituições,

¹⁰¹ Disponível em <https://www.marinha.mil.br/noticias/escola-naval-realiza-cerimonia-de-declaracao-de-guardas-marinha>

¹⁰² Trata-se de Navios de Assistência Hospitalar destinados a prestar atendimentos médicos à populações residentes em regiões inóspitas e menos abastadas do Brasil, como as áreas ribeirinhas da Amazônia.

defenderei com o sacrifício da própria vida. (JURAMENTO À BANDEIRA NACIONAL)¹⁰³

A possibilidade de mobilidade geográfica, as comissões no exterior, embarques em navios de guerra ou de assistência cívico social, inevitavelmente afastam os militares temporariamente de suas famílias, sendo um fator decisivo aos que optam por essa carreira, pois estão dispostos a eventualmente estarem afastados do convívio familiar para exercer sua função em defesa da pátria.

Por outro lado, a Asp. 1 deseja passar pela experiência de embarque nos navios da Marinha, conforme reportou em sua entrevista. Ela diz que já pensou em várias possibilidades de atuação como Intendente, seja em um prédio, com funções mais administrativas, seja em batalhões, funções mais operativas que envolvem exercícios em campo, embarques em navios de guerra, entre outras coisas, mas no momento do final do curso, está disposta a ser voluntária para embarcar em navios, mesmo que não seja atendida, pretende tentar.

Sobre a atuação profissional, eu já passei por todos os estágios, eu já quis fazer tudo o que o intendente pode fazer, eu já quis ficar no batalhão, já quis ficar no prédio assim que saísse. Eu acho que agora eu estou tendendo mais a dar meu nome para embarcar, mesmo não sabendo se eu vou poder embarcar, mas vou tentar. Se puder ir, eu vou, porque eu acho que é a etapa da minha vida em que eu vou estar mais livre para isso e eu queria ver como é. Não que eu não goste muito da Armada e quisesse ser da Armada, mas eu acho que é uma coisa que eu tenho que conhecer, que eu tenho que saber. Aqui na Escola a gente faz tudo de tudo, vai ter embarque, a gente dá o nome, tem viagem, a gente viaja, a gente já está acostumada a tentar todas as coisas. Depois eu realmente queira seguir minha carreira profissional, fazer um mestrado, ficar num prédio, uma atividade mais fim, mas como intendente eu acho que tem que tentar, tem que fazer algumas coisas diferentes, talvez em um batalhão as coisas são diferentes, a missão é diferente ou no meu caso, se possível, embarcar, mas, pra conhecer realmente a Marinha ali naquela área, nova, solteira, essas coisas todas, acho que depois eu talvez fique, eu não queira, não esteja disposta a ir. (Asp. 1)

No caso da Asp. 1, ela leva em consideração fatores que possivelmente lhe proporcionarão mais disponibilidade para embarcar em navios, que muitas vezes implica em viagens longas com afastamento da família etc. Acredita que estando no início da carreira, solteira e com menos idade, entre outras coisas, será o melhor momento para viver essas

¹⁰³ Fonte: https://www.marinha.mil.br/en/cerimonias_e_festividades

experiências embarcada ou em batalhão operativo de fuzileiros navais, para conhecer melhor essas atividades e poder se certificar com relação ao que ela realmente se identificará a diante.

A imagem a seguir apresenta um extrato de uma reportagem publicada no dia 10/05/2018 pelo jornal especializado em divulgação de concursos públicos, denominado Folha Dirigida sobre o ingresso, pela primeira vez, de mulheres na linha de combate da Marinha, isto é, no Corpo da Armada e no Corpo de Fuzileiros Navais.

Concurso Marinha: mulheres farão parte da linha de combate pela 1ª vez

Pela primeira vez as mulheres farão parte do Corpo da Armada e Fuzileiros Navais. Inscrições para Escola Naval já estão abertas.

Publicado 10/05/2018 às 17:23:00

Por: Fernanda Gomes - fernanda.gomes@folhadirigida.com.br



Boas notícias para as mulheres que sonham em seguir carreira na Marinha. Pela primeira vez, as candidatas poderão ingressar no Corpo da Armada (CA) e no Corpo de Fuzileiros Navais (CFN) do [concurso Escola Naval](#).

Com a novidade, a partir de 2019, as mulheres poderão fazer parte da atuação operativa da Marinha do Brasil, indo ao combate junto com o pelotão em operações em terra e exercendo funções como servir a bordo de navios, além de conhecer outros portos e países.



IMAGEM 27 - Extrato da reportagem sobre o ingresso pela primeira vez de mulheres na Marinha na linha de combate. Fonte: <https://folhadirigida.com.br/noticias/concurso/marinha/concurso-marinha-mulheres-farao-parte-da-linha-de-combate-pela-1a-vez>

Após isto, resta-nos acompanhar a realização dos primeiros e segundos anos letivos do Curso de Graduação da Escola Naval, referente à turma que ingressará em 2019, para verificar as opções das futuras Aspirantes que irão pela primeira vez escolher dentre os três Corpos existentes, podendo fazer parte a partir de então ao Corpo da Armada ou ao Corpo de Fuzileiros Navais.

A cada ano, são disponibilizadas aos Aspirantes do sexo masculino aproximadamente 200 vagas para os três Corpos existentes no Curso de Graduação da Escola Naval, assim distribuídas: 130 para a Armada, 35 para Intendentes e 35 para Fuzileiros Navais. Sendo

assim, apesar de serem minoria, 12 mulheres que farão parte da turma que ingressará em 2019 terão a oportunidade de escolher, de acordo com a classificação junto aos demais componentes da turma (oriundos do Colégio Naval, Aspirantes do sexo masculino reprovados do 2º ano e Aspirantes do sexo masculino que ingressarem junto com elas no concurso do edital de 2018).

Hoje, em pleno século XXI, pode-se perceber os avanços dessa luta traduzida como conquista como políticas públicas de inclusão e de proteção às mulheres, das ações dos órgãos representativos ou mediante financiamento de projetos, aumentando cada vez mais a presença feminina em áreas antes ocupadas, exclusivamente ou em sua maioria, por homens.

3.4 A permanência de mulheres como Aspirantes na Escola Naval: as mudanças dos novos editais

Embora o ingresso de mulheres na Escola Naval tenha ocorrido a partir do Edital do Concurso Público de Admissão à Escola Naval de 2013, só após a Lei nº 13.541, de 18/12/2017, que alterou a redação da Lei nº 9.519, de 26 de novembro de 1997, que “Dispõe sobre a reestruturação dos Corpos e Quadros de Oficiais e de Praças da Marinha”, o ingresso de mulheres passou a constar no texto da lei, conforme a seguir:

Art. 9º Os Oficiais da Marinha, de ambos os sexos, são iguais em direitos e obrigações nos termos da Constituição, observados os valores, princípios e normas nela estabelecidos.

§ 1º Na conciliação, obrigatória, entre as exigências do preparo do Poder Naval e sua aplicação em situação de guerra e crise **e as diferenças físicas entre os sexos feminino e masculino**, será observado o seguinte: (Redação dada pela Lei nº 13.541, de 18/12/2017)

I - **os Corpos e os Quadros de Oficiais da Marinha do Brasil serão integrados por Oficiais de ambos os sexos**, e compete ao Comandante da Marinha fixar em quais escolas de formação e cursos, além de definir as capacitações e as atividades, em que serão empregados Oficiais dos sexos feminino e masculino; e (Redação dada pela Lei nº 13.541, de 18/12/2017)

II - ato do Poder Executivo definirá os percentuais dos cargos dos diversos Corpos e Quadros para os sexos feminino e masculino.

II - ato do Poder Executivo definirá os percentuais dos cargos dos diversos Corpos e Quadros para os sexos feminino e masculino.

(Redação dada pela Lei nº 13.541, de 18/12/2017)

§ 2º Revogado.” (NR)

O quadro a seguir apresenta as alterações na redação do texto nessa lei de reestruturação.

QUADRO 22 – Alterações na redação de texto da lei de Reestruturação dos Corpos e Quadros de Oficiais e de Praças da Marinha

Lei nº 9.519/1997	Lei nº 13.541/2017
Art. 9º Os Oficiais da Marinha, de ambos os sexos, são iguais em direitos e obrigações nos termos da Constituição, observados os valores, princípios e normas nela estabelecidos.	Art. 9º Os Oficiais da Marinha, de ambos os sexos, são iguais em direitos e obrigações nos termos da Constituição, observados os valores, princípios e normas nela estabelecidos.
§ 1º Na conciliação, obrigatória, entre as exigências do preparo do Poder Naval e sua aplicação em situações de guerra e crise, e a observância dos valores constitucionais de proteção do Estado à família, obedecer-se-á ao seguinte:	§ 1º Na conciliação, obrigatória, entre as exigências do preparo do Poder Naval e sua aplicação em situação de guerra e crise e as diferenças físicas entre os sexos feminino e masculino , será observado o seguinte:
I - serão ocupados por Oficiais do sexo masculino os cargos, respectivos, do Corpo da Armada e do Corpo de Fuzileiros Navais;	I - os Corpos e os Quadros de Oficiais da Marinha do Brasil serão integrados por Oficiais de ambos os sexos , e compete ao Comandante da Marinha fixar em quais escolas de formação e cursos, além de definir as capacitações e as atividades, em que serão empregados Oficiais dos sexos feminino e masculino;
II - serão objeto de idêntica ocupação, no Corpo de Intendentes e no Corpo de Saúde da Marinha, percentuais dos respectivos cargos, cujo exercício, comprovadamente, seja indispensável ao preparo e aplicação do Poder Naval.	II - ato do Poder Executivo definirá os percentuais dos cargos dos diversos Corpos e Quadros para os sexos feminino e masculino .
§ 2º A execução do disposto no inciso II do parágrafo anterior dependerá de proposta, motivada, do Ministro da Marinha ao Presidente da República, e da fixação, em Decreto, dos percentuais em referência.	§ 2º Revogado.” (NR)

Quadro elaborado pela autora. Fontes: Lei nº 9.519/1997 e Lei nº 13.541/2017.

3.4.1 A previsão regular de vagas para Aspirantes do sexo feminino no Concurso Público de Admissão à Escola Naval

A presença e a permanência feminina no curso de graduação, por meio da previsão regular, a cada ano, de vagas para acesso de alunas à Escola Naval, divulgadas nos editais do referido concurso, pela Diretoria de Ensino da Marinha, na sua página da Internet¹⁰⁴, a partir de 2018 na página do Serviço de Seleção do Pessoal da Marinha¹⁰⁵, representou a permanência feminina no Curso de Graduação para Oficiais da Escola Naval.

Vale salientar que a Aspirante Naraiane Machado Feitosa ingressou na Escola Naval como titular da 9ª vaga, mas concluiu o curso em 1º lugar dentre as 12 Aspirantes, em consequência de seu desempenho acadêmico ao longo do curso.

Enquanto a primeira turma das Aspirantes de 2014 (edital 2013) seguia sua trajetória de formação em Ciências Navais, do Corpo de Intendentes da Marinha, na habilitação Administração, a Marinha continuou a oferecer vagas para mulheres nos anos subsequentes, conforme verificado nos editais de 2014 a 2018, para as turmas com ingresso previsto para os anos de 2015 a 2019, de acordo com os quadros a seguir.

QUADRO 23 - Relação candidato vaga do concurso do Edital CPAEN/2014 – Turma 2015

CPAEN/2014	Nº CANDIDATOS INSCRITOS	VAGAS	RELAÇÃO CANDIDATOS/VAGAS
MASCULINO	5.185	34	152,50
FEMININO	3.380	12	281,66
TOTAL	8.565	46	234,16

Fonte: https://www.ensino.mar.mil.br/marinha/Cand%20Vaga.pdf?id_file=2494. (Acesso em 10/11/2016)

Em 2014, pode-se observar que o número de candidatos inscritos aumentou em relação ao ano anterior, da primeira turma, enquanto a oferta de vagas diminuiu em sua totalidade. Porém, a situação apresentada afetou diretamente o número de vagas destinadas ao sexo masculino, que teve a quantidade reduzida. No edital anterior foram ofertadas 41 vagas para os homens e no Edital de 2014 a oferta é de 34 vagas. Entretanto, o número de vagas destinadas às candidatas do sexo feminino manteve-se o mesmo ao do concurso do ano

¹⁰⁴ Diretoria de Ensino da Marinha. Disponível em <https://www.ensino.mar.mil.br/>. (Acesso em 10/11/2016)

¹⁰⁵ Serviço de Seleção do Pessoal da Marinha. Disponível em <https://www.marinha.mil.br/sspm/> (Acesso em 11/08/2018)

anterior. Havendo, entretanto, uma redução, mesmo que pouco significativa na quantidade de candidatas inscritas, pois em 2013 se inscreveram 3.354 mulheres e em 2014 se inscreveram 3.380, mantendo-se o percentual de relação candidato x vaga (279,5).

QUADRO 24 - Relação candidato vaga do concurso do Edital CPAEN/2015 – Turma 2016

CPAEN/2015	Nº CANDIDATOS INSCRITOS	VAGAS	RELAÇÃO CANDIDATOS/VAGAS
MASCULINO	5.630	31	181,61
FEMININO	3.638	12	303,16
TOTAL	9.268	43	484,77

Fonte: https://www.ensino.mar.mil.br/marinha/Cand%20Vaga.pdf?id_file=2840. (Acesso em 10/11/2016)

No ano de 2015, turma 2016, houve um aumento no número de candidatos inscritos, 3.638 candidatas, contra 3.380 inscritas no ano anterior. Quanto aos homens, inscreveram-se 5.630 em 2015 e contra 5.185 candidatos inscritos em 2014, representando também, um aumento na relação candidato vaga.

A quantidade de vagas previstas para os concursos da Escola Naval, dentre outras instituições da Marinha, é definida pela Marinha em documento próprio de planejamento, denominado Plano Corrente de Oficiais, de acordo com a necessidade de pessoal, publicado com antecedência de dois anos em relação ao concurso.

Com relação ao Quadro 24, nota-se, ainda, que se manteve novamente a mesma quantidade de vagas para as Aspirantes, porém houve um aumento na quantidade de candidatas inscritas, elevando a concorrência em comparação ao ano interior. Um fato importante ocorreu nesse ano, a partir desse concurso de 2015, a Marinha do Brasil passou a disponibilizar vagas para “candidatos negros”, de ambos os sexos, por meio do sistema de cotas, em cumprimento à Lei 12.990/14¹⁰⁶. O item 2.2 do Edital do CPAEN/2015, turma 2016, estabeleceu

2.2 – DAS VAGAS DESTINADAS AOS NEGROS (Lei 12.990/14)

2.2.1 - Das vagas destinadas para o referido Concurso Público, 20% serão providas na forma da Lei nº 12.990/2014.

¹⁰⁶ Lei que estabelece a reserva aos negros de 20% (vinte por cento) das vagas oferecidas nos concursos públicos para provimento de cargos efetivos e empregos públicos no âmbito da administração pública federal, das autarquias, das fundações públicas, das empresas públicas e das sociedades de economia mista controladas pela União. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2014/Lei/L12990.htm (Acesso em 11/08/2018)

2.2.2 - Poderão concorrer às vagas reservadas a candidatos negros aqueles que se **autodeclararem pretos ou pardos** no ato da inscrição no concurso público, conforme o quesito cor ou raça utilizado pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE.

2.2.3 – Os candidatos negros concorrerão concomitantemente às vagas reservadas e às vagas destinadas à ampla concorrência, de acordo com a sua classificação no concurso.

Sancionada pela presidenta da República, Dilma Roussef, essa Lei é decorrente das políticas sociais de ação afirmativa referendada pela Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial da Presidência da República – SEPPIR e do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão – MP.

De acordo com essa Lei Federal, deve-se reservar aos negros 20% (vinte por cento) das vagas oferecidas nos concursos públicos para provimento de cargos efetivos e empregos públicos no âmbito da administração pública federal, das autarquias, das fundações públicas, das empresas públicas e das sociedades de economia mista controladas pela União.

De acordo com o Edital do CPAEN/2015, poderão concorrer às vagas reservadas a candidatos negros aqueles que se autodeclararem pretos ou pardos no ato da inscrição, conforme o quesito cor ou raça utilizado pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE. Além disso, os candidatos negros, de ambos os sexos, concorrerão, concomitantemente, às vagas reservadas e às vagas destinadas à ampla concorrência, de acordo com a sua classificação no concurso. No referido certame, das 31 vagas para o sexo masculino, 6 vagas foram destinadas aos candidatos que se autodeclararem negros (pretos ou pardos) e das 12 vagas para o sexo feminino, 2 vagas destinadas às candidatas que se autodeclararem negras (pretas e pardas).

Ainda com relação às vagas destinadas a esses candidatos negros (pretos e pardos), o subitem 2.2 do edital do CPAEN/2015 estabeleceu:

2.2.4 - Os candidatos negros aprovados dentro do número de vagas oferecido para ampla concorrência não serão computados para efeito do preenchimento das vagas reservadas.

2.2.5 - Em caso de desistência de candidato negro aprovado em vaga reservada, a vaga será preenchida pelo candidato negro posteriormente classificado.

2.2.6 - Na hipótese de não haver número de candidatos negros aprovados suficientes para ocupar as vagas reservadas, as vagas remanescentes serão revertidas para a ampla concorrência e serão preenchidas pelos demais candidatos aprovados, observada a ordem de classificação.

2.2.7 - As informações prestadas no momento da inscrição são de inteira responsabilidade do candidato, devendo este responder por qualquer falsidade.

2.2.8 - Na hipótese de constatação de declaração falsa, o candidato será eliminado do CP, sem prejuízo de outras sanções cabíveis.

2.2.9 - A convocação dos candidatos aprovados respeitará os critérios de alternância e de proporcionalidade, que consideram a relação entre o número total de vagas e o número de vagas reservadas a candidatos negros.

2.2.10 - A relação dos candidatos que se autodeclararam pretos ou pardos, na forma da Lei nº 12.990/2014, será divulgada na data informada no item 2 do Calendário de Eventos, constante no anexo 2 deste edital.

QUADRO 25 - Relação candidato vaga do concurso do Edital CPAEN/2016 – Turma 2017

CPAEN/2016	Nº CANDIDATOS INSCRITOS	VAGAS	RELAÇÃO CANDIDATOS/VAGAS
MASCULINO	5.129	24	213,70
FEMININO	3.213	12	267,70
TOTAL	8.342	36	481,40

Fonte: http://www.densm.mb/marinha/Cand%20Vaga%20CPAEN-16.pdf?id_file=3163. (Acesso em 10/11/2016)

Como pode ser observado, no quadro acima, no edital do concurso de 2016 (turma 2017), para entrada no ano seguinte, houve redução significativa no total de vagas oferecidas aos homens com relação ao ano anterior. Foram previstas 31 vagas em 2015 e 24 vagas em 2016, para as quais se inscreveram 5.129 candidatos (213,70 candidato/vaga). Entretanto, há de se destacar que foi mantida a quantidade de 12 vagas para as candidatas, para as quais se inscreveram 3.213 candidatas (267,70 candidato/vaga).

Manteve-se neste Edital o quesito autodeclaração dos candidatos em relação à cor ou raça. No referido concurso, das 24 vagas destinadas ao sexo masculino, 5 seriam destinadas aos candidatos que se autodeclarassem negros (pretos e pardos) e das 12 vagas para os candidatos do sexo feminino, 2 vagas seriam destinadas às candidatas que se autodeclarem negras (pretas e pardas), conforme discriminado no edital.

O quadro 26 apresenta o quantitativo de vagas oferecidas pela Marinha do Brasil no concurso de 2017 (turma 2018) e a relação candidato/vaga. Em média o número de candidatos (5.425) e de candidatas (3.138) inscritos se manteve, entretanto, enquanto permaneceu a quantidade de 12 vagas para as mulheres, o número de vagas destinadas aos homens

diminuiu. A oferta de apenas 18 vagas no concurso de 2017 (turma 2018) resultou na elevação da concorrência, com a relação candidato vaga, 301,00 para cada vaga.

Nesse concurso, das 18 vagas para o sexo masculino, 4 vagas destinadas aos negros e das 12 vagas para o sexo feminino, 2 vagas destinadas às negras.

QUADRO 26 - Relação candidato vaga do concurso do Edital CPAEN/2017 – Turma 2018

CPAEN/2017	Nº CANDIDATOS INSCRITOS	VAGAS	RELAÇÃO CANDIDATOS/VAGAS
MASCULINO	5.425	18	301,00
FEMININO	3.138	12	261,50
TOTAL	8.563	30	562,50

Fonte: https://www.inscricao.marinha.mil.br/marinha/Cand%20Vaga%20CPAEN-17.pdf?id_file=3477. (Acesso em 03/05/2017)

Durante a entrevista realizada em 2017, a Asp. 4 destacou o quanto considera importante a presença feminina em diversas áreas da sociedade e expressou com esperança a vontade de um dia ver mulheres no Corpo da Armada e de Fuzileiros. Em suas palavras:

Hoje a gente não tem mais isso de profissão de homem e profissão de mulher. Outro dia mesmo eu peguei motorista de Uber mulher, motorista de ônibus mulher, então a gente não tem mais essa distinção. O ano que vem também já ingressam as mulheres da AMAN, elas já entraram na EsPCEX e agora elas vão chegar, então as portas estão praticamente abertas e acho que isso só tem tendência a crescer. Daqui a pouco a gente vai formar mulheres da Armada, daqui a pouco são fuzileiras, infantas, um dia quem sabe a mulher irá num batalhão, lá na Maré defendendo alguma coisa assim, então isso é um bom começo já para gente e é bom saber que a gente está fazendo parte disso, representando bem. (Asp.4)

Essa Aspirante (Asp.4) demonstrou grande satisfação em fazer parte dessa história de mulheres no curso de graduação da Escola Naval para além da Intendência, indo também para a Armada e Fuzileiros, sua visão de futuro com relação à presença de mulheres cada vez mais crescente em diversos âmbitos da sociedade e comparou o Brasil com outros países, como o Afeganistão:

Então, foi como a gente estava falando aqui no início, é importante essa entrada da mulher, como a senhora mesmo falou, só tinha medicina e hoje a gente vê a mulher em todas as áreas, a gente vê mulher engenheira, vê mulher em laboratórios químicos, físicos e tudo mais e na área militar acho que foi um dos últimos a chegar. A gente está chegando agora em 2014, a

AFA também não tem muito tempo, eu não sei a data certa, mas a AFA também tem pouco tempo que entrou mulher, pouco que eu digo, assim, pouco menos que 30 e isso pra nossa sociedade representa um marco muito grande, porque a gente vê nos outros países, já é completamente disseminado isso, tem países que mulher o alistamento também é obrigatório (...) ainda tem um pouco de medo de lidar com mulher, nas tropas assim e como nossa sociedade é machista tem um certo medo que se a mulher estiver não sabe como vai ser, mas acho que isso é um começo, pelo menos pra carreira militar, de ver que a mulher está atingindo todas as áreas.(Asp.4)

A Asp. 4 apresentou uma visão bastante otimista com relação à presença feminina no ensino superior de uma forma geral e seu anseio por uma sociedade que não exista a visão sexista perante às diversas profissões existentes e se orgulha de fazer parte de uma parcela da população feminina que representa esses avanços.

Durante as entrevistas realizadas em 2017, com as Aspirantes da primeira turma, portanto já com experiência no cenário da Escola Naval, foi observado que a maioria desejava que o ingresso de mulheres fosse ampliado para o Corpo da Armada e para o Corpo de Fuzileiros Navais, não ficando restrito apenas para o Corpo de Intendentes da Marinha.

A Asp. 2 acredita que o ingresso das Aspirantes deveria ocorrer também no Corpo da Armada e no Corpo de Fuzileiros Navais. Segundo essa Aspirante não deveria haver distinção entre os gêneros masculino e feminino, homens e mulheres, para ela,

a mulher também tem condição de fazer, e quando ela puder escolher entre os três Corpos ela sabe o que a espera pela frente em cada um deles mediante sua escolha, e as barreiras que ela irá encontrar. Pode até ser que no meio do caminho ela desista, seja em qualquer um dos Corpos: Intendente, Fuzileiro, Armada, então eu acho que tem capacidade de tá indo nesses três corpos, basicamente isso. (Asp. 2)

Apesar de acreditar que as mulheres têm condições de fazer os mesmos cursos que os homens, essa Aspirante não deixa de considerar que as mulheres podem encontrar barreiras ao longo do curso, em qualquer uma das áreas. E poderíamos acrescentar que o mesmo pode ocorrer com os homens.

Adicionalmente, foi observado nas falas de algumas Aspirantes durante suas entrevistas que os Aspirantes homens embarcam em saídas-tipo¹⁰⁷ em navios com maior frequência e para lugares mais distantes do que as Aspirantes mulheres. Isso demonstra o

¹⁰⁷Atividade curricular extraclasse que envolve aulas práticas a bordo de navios destinados à instrução de conteúdos relacionados à navegação.

desejo delas de que o ensino seja desenvolvido de forma a proporcionar igualdade de oportunidades, tanto para os homens quanto para as mulheres, lembrando aqueles do período de adaptação ou de embarques em navios.

No âmbito das instituições da sociedade civil, segundo Barreto (2015), a análise da distribuição dos estudantes entre os diferentes cursos de graduação nos tratamentos diferenciados entre os sexos, permite evidenciar a desvantagem das mulheres em relação aos homens, principalmente quando comparados dados gerais sobre a média de anos de estudo entre homens e mulheres com a sua distribuição nos distintos níveis educacionais, isto é, no número de entrada e conclusão nesses cursos, relacionados ao número do exercício na profissão

as pesquisas sobre gênero e ciência evidenciam que, apesar de possuírem os melhores indicadores educacionais no ensino superior, as mulheres se encontram em desvantagem na carreira acadêmica e no âmbito científico, **permanecendo ausentes ou pouco representadas nos campos de maior prestígio, com relação aos homens** (BARRETO, 2015, p. 46, grifos nossos).

Artes e Ricoldi (2016) apresentam um quadro¹⁰⁸ com dados de 2010, que explica a distribuição por sexo nos cursos de graduação, referente ao número de estudantes nos cursos de graduação em Direito, Educação, Enfermagem, Engenharia e Medicina comparados ao número de graduados:

¹⁰⁸Fonte: www.abep.org.br/publicacoes/index.php/ebook/article/download/2449/2404 (acesso em 04/04/2018)

**Distribuição por sexo e IPG para um conjunto selecionado de cursos de graduação/graduados
Dados comparados do INEP e FIBGE - 2010**

2010 Graduação	INEP				Total	IPG
	Homens		Mulheres			
	N	%	N	%		
Estudantes - cursos	2.752.173	43,0	3.655.560	57,0	6.407.733	1,32
Direito	336.847	48,5	357.698	51,5	694.545	1,06
Ciências da educação	44.307	7,8	526.705	92,2	571.012	11,89
Enfermagem e atenção primária (assistência básica)	39.304	16,0	205.788	84,0	245.092	5,24
Engenharia e profissões de engenharia (cursos gerais)	130.386	72,2	50.113	27,8	180.499	0,38
Medicina	47.814	46,3	55.498	53,7	103.312	1,16
2010 Graduados	IBGE				Total	IPG
	Homens		Mulheres			
	N	%	N	%		
Graduados	5.233.293	41,3	7.445.694	58,7	12.678.987	1,42
Direito	685.381	53,6	592.851	46,4	1.278.231	0,86
Ciências da educação	126.517	7,8	1.489.219	92,2	1.615.736	11,77
Enfermagem e atenção primária (assistência básica)	42.766	13,2	282.185	86,8	324.951	6,6
Engenharia e profissões de engenharia (cursos gerais)	167.668	80,4	40.958	19,6	208.626	0,24
Medicina	165.841	56,3	128.767	43,7	294.638	0,78

Fonte: INEP, Microdados dos Censos da Educação Superior e FIBGE, Microdados do Censo Demográfico, 2010.

IMAGEM 28 - Quadro sobre distribuição por sexo nos cursos de graduação (ARTES e RICOLDI, 2016, p.89)

No quadro acima, pode-se observar que as profissões Direito e Medicina possuíam, conforme dados de 2010, mais mulheres do que homens como estudantes da graduação, em contrapartida em relação número de graduados, houve mais homens formados do que mulheres.

De acordo com as autoras¹⁰⁹, sobre as carreiras de prestígio no ensino superior brasileiro e à presença de mulheres nos cursos de graduação, dados do:

IPEA de 2004, indicavam que as mulheres estavam mais concentradas em áreas profissionais de menor status na hierarquia social das profissões. (...) e de menor valor de mercado (...) com uma maior concentração de mulheres nas carreiras de Enfermagem, Geografia e História.

¹⁰⁹Disponível em www.abep.org.br/publicacoes/index.php/ebook/article/download/2449/2404(acesso em 04/04/2018)

Porém, se nos cursos de Direito e Medicina só se constituíam

carreiras com uma maior presença feminina no grupo de estudantes (IGP de 1,06 e 1,16), nas taxas de formados (IBGE) o predomínio era masculino (0,86 e 0,78). Estes números apontavam a tendência de que as mulheres avancem em cursos antes predominantemente masculinos. Os cursos de Enfermagem e de Ciências da Educação são femininos, tanto no universo dos estudantes como no grupo de formados, e as duas medidas apresentam valores bem próximos. A maior distância a favor das mulheres é encontrada para os cursos de Ciências da Educação, responsáveis pela formação de docentes para a educação básica, licenciaturas em pedagogia ou nas matérias específicas: para cada grupo de 100 homens licenciados são 1.189 mulheres estudantes e 1.177 mulheres tituladas, valores próximos que indicam uma estabilidade na ocupação desses espaços.

Por outro lado,

os cursos de engenharia, com predomínio masculino, mas que tem sido paulatinamente conquistado pelas mulheres: no grupo de formados são 24 mulheres para cada grupo de 100 homens, sendo que no universo de estudantes são 38 mulheres para cada grupo de 100 homens. (ARTES; RICOLDI, 2016)

No caso das Engenharias, a proporção se manteve entre o quantitativo dos graduandos e os graduados, sendo a maioria composta por homens e uma minoria composta por mulheres. Foi observado também que os cursos relacionados aos cuidados, como os da área da Educação e da Enfermagem, ocorre o contrário, a maioria esmagadora é composta por mulheres, tanto enquanto graduandas, quanto como graduadas e a minoria formada por homens.

Leta (2003) aponta que há evidências de que as mulheres estão menos presentes nas áreas de maior prestígio (que remuneram melhor) e ocupam em menor proporção em cargos de direção, o que indica que as chances de sucesso e ascensão na carreira são menores para elas.

Da mesma forma, houve o avanço na Escola Naval, devido ao fato da Marinha admitir a partir do edital do CPAEN/2018, para as turmas que ingressarem a partir de 2019, o acesso em igualdade de condições entre homens e mulheres, nos três Corpos oferecidos no curso de graduação da Escola Naval.

Essa análise da Leta (2003) nos remete ao ingresso inicial como projeto piloto das Aspirantes na área de Ciências Navais. Embora não podemos dizer que a formação para o Corpo de Intendentes da Marinha, na habilitação Administração, forme profissionais com menor valor remuneratório no exercício da profissão, é uma função de apoio administrativo, entendida como própria das mulheres e não nas funções operativas do Corpo da Armada e do Corpo de Fuzileiros Navais, até aquele momento, reservadas aos homens e que requer

atribuições com maior risco à vida e distância da família. Para a Asp. 8, pertencer ao Corpo de Intendentes possibilitará uma garantia de que estará sempre próxima à família:

Eu penso que esse ingresso foi uma oportunidade que surgiu para a gente, pois antes não tinha como mulher ingressar aqui na Escola e que, de certa forma, como Intendente, foi a única forma que a Marinha tinha pra colocar a gente porque a Armada e Fuzileiro não tinha estrutura ainda para isso. Foi positivo para a gente por que lá para frente a gente vai constituir família, ter filho. Ser intendente é melhor porque você tem mais tempo para lidar com família, essas coisas. (Asp.8)

Normalmente, os Intendentes servem em Organizações Militares de apoio em terra, com menor possibilidade de embarques em navios, viagens para missões de paz no exterior, entre outros afastamentos.

Ainda considerando a questão da permanência, houve a continuidade de oferecimento de vagas para mulheres nos editais consultados, referentes aos Concursos Públicos de Admissão à Escola Naval a partir do edital do CPAEN/2013, da turma que ingressou em 2014, até o edital do CPAEN/2018, referente à turma que ingressará em 2019. Até o ano de 2018, as vagas foram ocupadas pelas Aspirantes exclusivamente para o Corpo de Intendentes da Marinha, na habilitação Administração.

A partir da turma que ingressará em 2019, conforme o edital¹¹⁰ do concurso público que se encontra em andamento, o acesso das mulheres será ampliado para o Corpo da Armada e para o Corpo de Fuzileiros Navais, além do Corpo de Intendentes da Marinha, as mulheres concorrerão em igualdade de condições de escolha com os homens, isto é, os Corpos serão escolhidos pelos Aspirantes e pelas Aspirantes de acordo com a classificação obtida ao final do segundo ano.

Essa mudança se deu mediante o Memorando nº 1, de 10 de abril de 2017, no qual o Comandante da Marinha, Almirante de Esquadra Eduardo Bacellar Leal Ferreira, “decidiu ampliar a participação de Oficiais e Praças femininas em atividade de aplicação do Poder Naval, autorizando o embarque em navios e unidades de tropa¹¹¹”. Sendo assim, as Aspirantes das turmas que ingressarem a partir de 2019 poderão escolher, de acordo com a meritocracia,

¹¹⁰ Edital CPAEN/2018. Disponível em https://www.inscricao.marinha.mil.br/marinha/index_concursos.jsp?id_concurso=358 (Acesso em 11/08/2018)

¹¹¹ Mulher na Marinha. Disponível em <http://www.marinha.mil.br/content/mulher-na-marinha> (Acesso em 05/08/2018).

se farão parte do Corpo da Armada ou do Corpo de Fuzileiros Navais, além do Corpo de Intendentes da Marinha, que já é permitido desde o ano de 2014.

QUADRO 27 - Relação candidato vaga do concurso do Edital CPAEN/2018 – Turma 2019

CPAEN/2018	Nº CANDIDATOS INSCRITOS	VAGAS	RELAÇÃO CANDIDATOS/VAGAS
MASCULINO	3.974	19	209,15
FEMININO	2.746	12	228,83
TOTAL	6.720	31	437,98

Fonte: https://www.inscricao.marinha.mil.br/marinha/index_concursos.jsp?id_concurso=358. (Acesso em 11/08/2018)

A relação candidato vaga do CPAEN/2018 apresentou uma significativa queda na correlação candidato vaga dos candidatos do sexo masculino em relação ao concurso do ano anterior, 301,00 contra 209,15, embora tenha ofertado uma vaga a mais. Isso ocorreu porque o número de candidatos inscritos foi menor 5.425 em 2017 contra 3.974 nesse edital. Isso ocorreu porque nesse edital se inscreveram para o concurso 3.974 homens e em 2017 se inscreveram 5.425 candidatos, o que representou uma concorrência de 209,15 e 301,00, respectivamente.

Já em relação às Aspirantes, manteve-se o número de vagas, 12, em 2018 existem 2.746 mulheres inscritas contra 3.138 em 2017, representando uma relação candidato vaga de 228,83 no ano 2018 e de 261,50 no ano de 2017.

Mesmo quando ampliada a possibilidade de escolha para as mulheres entre os três Corpos, previsto no edital do CPAEN/2018 ¹¹²que se encontra disponível na página do Serviço de Seleção do Pessoal da Marinha na Internet, esse número de vagas se manteve.

Conforme o edital¹¹³ do referido concurso as 12 vagas destinadas às mulheres serão distribuídas entre as três áreas, Corpo da Armada, Corpo de Fuzileiros Navais e Corpo de

¹¹² Cujo período de inscrições foi 7 de maio de 2018 a 11 de junho de 2018 e a previsão de realização das provas será nos dias 15 e 16 de setembro de 2018.

¹¹³ Disponível em https://www.inscricao.marinha.mil.br/marinha/EDITAL%20PUBLIC.pdf?id_file=3852 “2.1 - O presente CP destina-se ao preenchimento de 31 (trinta e uma) vagas, sendo: 19 (dezenove), exclusivas para o sexo masculino, onde 4 (quatro) vagas serão destinadas aos candidatos negros (Lei nº 12.990, de 9 de junho de 2014) e 12 (doze) específicas para candidatas do sexo feminino, sendo 2 (duas) vagas destinadas às candidatas negras (Lei nº 12.990, de 9 de junho de 2014), estas podendo ser do Corpo de Intendentes da Marinha, do Corpo da Armada e do Corpo de Fuzileiros Navais, com escolhas em igualdade de condições com os Aspirantes do sexo masculino, sendo a escolha fundamentada na meritocracia, decorrente das suas classificações durante o curso.” (Acesso em 12/06/2018)

Intendentes da Marinha, que serão definidas em condições de igualdade de escolha com os homens, segundo o critério da meritocracia, isto é, de acordo com a classificação obtida no desempenho escolar e não mais fixadas apenas para o Corpo de Intendentes da Marinha, como ocorreu nos editais dos concursos de 2013 a 2017.

2.1 - O presente CP destina-se ao preenchimento de 31 (trinta e uma) vagas, sendo: 19 (dezenove), exclusivas para o sexo masculino, onde 4 (quatro) vagas serão destinadas aos candidatos negros (Lei nº 12.990, de 9 de junho de 2014) e 12 (doze) específicas para candidatas do sexo feminino, sendo 2 (duas) vagas destinadas às candidatas negras (Lei nº 12.990, de 9 de junho de 2014), estas podendo ser do Corpo de Intendentes da Marinha, do Corpo da Armada e do Corpo de Fuzileiros Navais, com escolhas em igualdade de condições com os Aspirantes do sexo masculino, sendo a escolha fundamentada na meritocracia, decorrente das suas classificações durante o curso. (EDITAL DO CONCURSO PÚBLICO DE ADMISSÃO À ESCOLA NAVAL CPAEN/2018, p.9-10)

Quanto a essa questão da possibilidade das mulheres ingressarem nos três Corpos, no universo de 12 mulheres da primeira turma de Aspirantes, durante as entrevistas, o desejo de embarcar em navios de guerra não foi generalizado, como é possível observar na fala da Asp.8, que sob o seu ponto de vista, naquele momento, o fato de a Marinha não contemplar vagas para os outros Corpos e de admitir mulheres apenas no Corpo de Intendentes da Marinha foi visto por ela como positivo. Essa Aspirante considerou que a Marinha ainda não estaria pronta para admitir mulheres no Corpo de Fuzileiros Navais e no Corpo da Armada, além de considerar que uma função administrativa possibilitaria dedicação à família:

*Eu penso que esse ingresso foi uma oportunidade que surgiu para a gente que antes não tinha como mulher ingressar aqui na Escola e que de certa forma, como Intendente, foi a única forma que a Marinha tinha para colocar a gente porque a Armada e Fuzileiro não tinha estrutura ainda. De certa forma foi positivo para a gente **por que lá para frente a gente vai constituir família, ter filho**, ser intendente de certa forma é melhor porque você tem mais tempo para lidar com família, essas coisas (Asp.8, grifos nossos)*

Por outro, foi observado na fala de outras Aspirantes o desejo de atuar em navios, o que é possível aos militares do Corpo da Armada. A Asp.9, ao ser perguntada sobre o motivo da escolha para realização do concurso da Escola Naval, respondeu que se preparava para o processo seletivo da Marinha Mercante, pois desejava um dia poder pilotar um navio e comentou que a Marinha deveria admitir mulheres no Corpo da Armada:

fui procurando mais sobre a Marinha Mercante, e tinha uma coisa que eu gostava muito que era navio. Então assim, eu queria náutica, que tem

náutica e máquinas, náutica é para pilotar, eu sempre sonhei com isso, por isso que eu acho também que deveria entrar mulher no corpo da Armada. Quando eu fui para Rio Grande, todo ano a gente tem um embarque de oportunidade em outro estado, quando eu fui pra Rio Grande me deixaram patrulhar uma lancha lá, então assim, dirigir uma lancha é uma coisa que a gente nunca imaginaria, porque não existe isso na Marinha hoje (Asp.9)

Esse posicionamento é semelhante ao da Asp. 2 que argumentou que as mulheres também têm condições de ingressar no Corpo da Armada e no Corpo de Fuzileiros Navais, ressaltando que elas estão conscientes das dificuldades que poderão encontrar, mas que isso não seria empecilho, pelo menos para ela, pois barreiras existem em qualquer um dos três Corpos:

Em relação ao ingresso nas outras armas, que seria Corpo da Armada e de Fuzileiro Naval. Eu acho que a mulher também tem condição de fazer, e quando ela escolher esses cursos, entre as três, ela sabe o que esperar pela frente, as barreiras que ela vai encontrar. Pode ser que no meio do caminho ela desista, mas acho que isso é em qualquer um dos Corpos, seja Intendente, Fuzileiros ou Armada, então eu acho que tem capacidade de estar indo nesses três Corpos (Asp.2)

Aliado a esse pensamento, a partir do momento que a Marinha permitiu o ingresso das Aspirantes na primeira turma e possibilidade do acesso de mulheres ao Corpo da Armada e ao Corpo de Fuzileiros Navais, não apenas ao Corpo de Intendentes da Marinha, apontou um caminho de equidade entre homens e mulheres a partir do momento que elas também poderão escolher a que Corpo deseja pertencer, levando em consideração a classificação ao final do segundo ano letivo, a partir da turma que ingressará em 2019.

Com relação aos candidatos negros ou pardos, mantêm-se o dispositivo da lei nº 12.990, de 9 de junho de 2014, entretanto também se vale da confirmação da auto declaração por meio da heteroidentificação prevista na Portaria Normativa¹¹⁴ nº 4, de 6 de abril de 2018, do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão Secretaria de Gestão de Pessoas, que regulamenta o procedimento de heteroidentificação complementar à auto declaração dos candidatos negros, para fins de preenchimento das vagas reservadas nos concursos públicos federais, nos termos da referida lei de cotas.

¹¹⁴Disponível

http://www.lex.com.br/legis_27634767_PORTARIA_NORMATIVA_N_4_DE_6_DE_ABRIL_DE_2018.aspx
(Acesso em 15/08/2018)

Após a inovação da permissão do acesso de mulheres no curso de Ciências Náuticas para os três Corpos, a partir da turma que ingressará em 2019 a opção de escolha será extensiva às Aspirantes, pois o edital do CPAEN/2018 prevê a quantidade de 12 vagas para mulheres, não mais restritas ao Corpo de Intendentes da Marinha, mas sim, aos três Corpos.

Como se pode observar, diversas mudanças ocorreram no concurso público de admissão à Escola Naval desde o do ano de 2013 (turma 2014, que se formará no ano de 2018 ao concluir o Ciclo Pós Escolar), como a prova escrita unificada para homens e mulheres, a reserva de vaga aos candidatos que se autodeclararam pretos ou pardos, a ampliação do acesso das Aspirantes ao Corpo da Armada e ao Corpo de Fuzileiros por meio da possibilidade de escolha em condições de igualdade, porém, manteve-se a quantidade de vagas destinadas às mulheres.

Essa inovação significa um avanço em direção à igualdade de acesso para homens e mulheres na Escola Naval, pois desde a turma de 2014, é a primeira vez que o concurso público prevê a possibilidade de escolha, para as mulheres, do Corpo a que desejam pertencer ao longo da sua carreira.

O desejo e a esperança de as mulheres poderem concorrer aos demais Corpos estiveram presentes nas falas das Aspirantes da primeira turma durante as entrevistas realizadas, como observado na fala da Asp.2 a seguir:

eu acho que essa abertura para o ingresso da mulher no curso de intendência já é, abriu a porta um pouco mais pra igualar a mulher e o homem na sociedade, porque assim como as outras Forças já possuem, na verdade a aeronáutica que já possui cadete, e futuramente a AMAN, no Exército, e acho que tão aumentando a inclusão da mulher e mostrando que elas podem sim fazer as mesmas coisas que os homens, fazendo as mesmas matérias, as mesmas graduações, e espero que isso abra, como está previsto, ingresso para as outras áreas dentro da Marinha, que é no Corpo da Armada, quem sabe no futuro no Corpo de Fuzileiro Naval. (Asp.2)

Dessa forma, as Oficiais passarão a ingressar nos Corpos da Armada e de Fuzileiros Navais, a partir da Escola Naval e as Praças femininas também poderão fazer parte do Corpo de Praças da Armada, que permitirá o embarque em meios do Setor Operativo”, como se pode observar em informações disponíveis na página da Marinha do Brasil na Internet, em reportagem cujo título é denominado “A mulher na Marinha”¹¹⁵.

¹¹⁵Disponível em: <https://www.marinha.mil.br/content/mulher-na-marinha>. (Acesso em 25/12/2017)

Com base nos dados dos quadros referentes à relação candidato x vaga apresentados nesta pesquisa, foi elaborado o Quadro 28 relativo à concorrência para ambos os sexos dos Concursos CPAEN/2012 a CPAEN/2018, abaixo:

QUADRO 28 - Relação candidato vaga dos Concursos CPAEN/2012 a CPAEN/2018

CONCURSO	SEXO	Nº CANDIDATOS INSCRITOS	VAGAS	RELAÇÃO CANDIDATOS/VAGAS
CPAEN/2012	MASCULINO	3.651	41	89,05
CPAEN/2013	MASCULINO	4.171	41	101,7
	FEMININO	3.354	12	279,5
CPAEN/2014	MASCULINO	5.185	34	152,50
	FEMININO	3.380	12	281,66
CPAEN/2015	MASCULINO	5.630	31	181,61
	FEMININO	3.638	12	303,16
CPAEN/2016	MASCULINO	5.129	24	213,70
	FEMININO	3.213	12	267,70
CPAEN/2017	MASCULINO	5.425	18	301,00
	FEMININO	3.138	12	261,50
CPAEN/2018	MASCULINO	3.974	19	209,15
	FEMININO	2.746	12	228,83

Quadro elaborado pela autora.

A partir desse quadro, pode-se observar que as turmas com vagas destinadas às candidatas do sexo feminino apresentaram sempre a quantidade de 12 vagas fixadas para o Corpo de Intendentes da Marinha, para a habilitação de Administração, enquanto às vagas destinadas ao sexo masculino destinadas aos três Corpos tiveram suas quantidades variadas de forma decrescente ao longo dos anos. Com relação a esse aspecto, nota-se a continuada diminuição no oferecimento de vagas destinadas ao sexo masculino ao longo dos editais dos concursos para admissão à Escola Naval de 2012 a 2018.

Em face dessas considerações, vale destacar a necessidade de reflexão com relação ao ingresso no Curso de Graduação da Escola Naval no período contemplado nesta pesquisa, referente ao número de vagas oferecidas, pois ao longo dos anos a quantidade total de vagas foi diminuindo, refletindo diretamente na quantidade de vagas ofertadas aos homens. Nesse sentido, se por um lado o número de vagas para as Aspirantes foi sendo mantido, por outro foi diminuindo a quantidade de vagas para os homens.

Independentemente dessas constatações, considerando os aspectos das políticas de igualdade entre homens e mulheres, mesmo diante da diminuição de vagas para os homens no

concurso público, a manutenção das doze vagas para as mulheres garante um percentual mínimo da presença feminina como Aspirante da Escola Naval.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O fato de a Marinha permitir o ingresso e a permanência de mulheres como alunas na Escola Naval representa um avanço nas conquistas dos direitos das mulheres brasileiras de ocupar espaços antes exclusivos aos homens, elevando a importância dessa conquista perante a sociedade democrática. As Aspirantes pioneiras passaram por um processo de adaptação intenso em um ambiente secular e historicamente masculino, mas apesar das dificuldades, chegaram juntas ao final do Ciclo Escolar e em breve serão declaradas as mais novas Oficiais Intendentes da Marinha.

Trouxe a novidade encontrada no edital do Concurso de Admissão à Escola Naval de 2018, que a partir da turma que ingressará em 2019, será possível por parte das mulheres Aspirantes, de acordo com a sua classificação junto à turma ao final do segundo ano letivo, a escolha de um entre os três Corpos existentes: da Armada, de Intendentes ou de Fuzileiros Navais, não mais apenas do Corpo de Intendentes da Marinha, como ocorreu com as Aspirantes que ingressaram por meio dos concursos dos editais de 2013 a 2017. Sendo assim, a partir da turma que ingressará em 2019 – edital do CPAEN/2018, em andamento, se as Aspirantes dessa turma quiserem pertencer, seja ao Corpo da Armada, ao Corpo de Fuzileiros Navais ou ao Corpo de Intendentes da Marinha, elas poderão escolher!

Sem dúvidas, ao longo dessa experiência de integração e convivência comum, como minoria num universo majoritariamente masculino, principalmente no 1º ano letivo, antes da chegada da segunda turma, pois apesar das expectativas apresentadas no relatório do GT nº 1/2004 apontarem a possibilidade de ocorrências negativas, ao realizar as entrevistas em 2017 com as Aspirantes pioneiras, suas falas mostraram que para elas a diversidade é um fator positivo e que o ingresso das alunas na Escola Naval foi um avanço em relação à equidade de gênero, não somente para elas, mas também para os Aspirantes e para a Marinha.

Este estudo apresentou, ainda, uma análise comparativa, com base na relação candidato vaga dos concursos de 2013 a 2018, além de destacar as principais mudanças ocorridas nesse período, com relação ao processo de seleção previsto no edital do concurso de admissão à Escola Naval.

Os resultados da presente pesquisa contribuem para o campo da política de igualdade de gênero na perspectiva relacional entre homens e mulheres e para a história da educação das mulheres e do ensino superior. O fato de a Marinha do Brasil passar a permitir o ingresso de mulheres no Corpo da Armada e no Corpo de Fuzileiros Navais, além do Corpo de Intendentes da Marinha, a partir do concurso em andamento, cujo edital se encontra disponível na Internet na página do Serviço de Seleção do Pessoal da Marinha(SSPM¹¹⁶), constitui uma possibilidade de continuidade da pesquisa sob o enfoque da igualdade de oportunidade independente do sexo, de opção pela carreira que se deseja seguir.

O período pesquisado compreendeu 2014, ano do ingresso da primeira turma das Aspirantes, a 2017, ano da formatura do Ciclo Escolar, porém as fontes consultadas relacionadas ao ingresso de mulheres como alunas na Escola Naval recuam a 2004, ano que se iniciaram os estudos na Marinha do Brasil sobre o assunto e avançam a 2018, ano em que as Aspirantes da primeira turma realizam o Ciclo Pós Escolar, que finaliza com o embarque na viagem de instrução no Navio Escola Brasil. Também foram consultadas fontes atuais, como o edital do Concurso Público de Admissão à Escola Naval (CPAEN/2018), em andamento, o qual prevê que nas próximas turmas que ingressarão na Escola Naval a partir de 2019 haverá igualdade de oportunidade de escolha para qualquer uma das três áreas de formação, Corpo da Armada, Corpo de Fuzileiros Navais e Corpo de Intendentes da Marinha, independente do sexo.

A forma de ingresso de mulheres Aspirantes sofreu ao longo do período de realização desta pesquisa algumas modificações como, enquanto no concurso de ingresso da primeira turma a prova destinada às mulheres continha apenas questões de Matemática e na dos homens questões de Matemática e Física, a partir do concurso seguinte na aplicação das provas essa distinção não ocorreu; a adoção da lei de cotas; a possibilidade de escolha entre os três Corpos, entre outras, o que para a maioria dessas Aspirantes foram mudanças positivas. Entretanto, cabe destacar que a presença feminina na Escola Naval ainda é pequena, representando no momento, aproximadamente, 1% do total das turmas, significando que ainda há a possibilidade de ser repensada a questão do estudo das necessidades que levariam a futura ampliação da quantidade de vagas.

¹¹⁶ Disponível em <https://www.marinha.mil.br/sspm/> (Acesso em 18/08/2018)

O Período de Adaptação é destacado registrando as impressões das Aspirantes com relação a sua escolha, dificuldades enfrentadas e perspectivas para a carreira, com base nos relatos coletados por meio das entrevistas com as mesmas. Nota-se que para elas foi o período mais difícil, pois representou uma mudança abrupta em suas vidas, envolvendo rotinas diferentes de atividades físicas, atividades militares, em ambiente predominantemente ocupado por homens.

O ingresso da primeira turma das Aspirantes na Escola Naval ocorreu após diversas mudanças nas leis, normas, estruturas acadêmicas, nos editais dos concursos, realizadas para a adequação da Escola ao acesso e permanência de mulheres como alunas dos cursos de graduação dessa instituição. As Aspirantes relataram nas entrevistas que no início do curso as diferenças eram evidentes, como o concurso para ingresso e o primeiro ano diferenciados, sem a contemplação da disciplina física, mas que ao longo do curso essas diferenças foram eliminadas.

A Marinha do Brasil passou a permitir o ingresso de mulheres Aspirantes na Escola Naval a fim de atender os interesses da sociedade e se adequar às novas configurações políticas voltadas à igualdade de gêneros entre homens e mulheres. E para a permanência dessas mulheres, houve necessidades de adequar as instalações, mudanças na estrutura para receber as Aspirantes pioneiras, além das mudanças ocorridas no concurso público de admissão à Escola Naval para o ingresso das alunas em 2014, nas normas, entre outras. Essas mudanças consolidam e solidificam a presença feminina e a permanência das Aspirantes na Escola Naval, desde o seu ingresso até os dias atuais.

As Aspirantes da turma de 2014 são pioneiras e nas entrevistas demonstraram que estão satisfeitas por fazerem parte da primeira turma, no Corpo de Intendentes, bem como com a possibilidade de as próximas turmas ingressarem nos Corpos da Armada e no Corpo de Fuzileiros Navais, o que ocorreu no edital do CPAEN/2018, concurso em andamento, campos ainda quase exclusivos aos militares do sexo masculino na Marinha; e ainda com as expectativas com relação à profissão escolhida e à carreira a ser trilhada após a conclusão da sua formação.

Hoje, tanto as provas do concurso público para ingresso, quanto à previsão do ingresso nas três áreas (Corpo da Armada, Corpo de Fuzileiros Navais e Corpo de Intendentes da Marinha) com mesmo o currículo, independente do sexo dos Aspirantes é uma evidência de que a Marinha busca a cada dia se alinhar às demais instituições que já permitiam o ingresso

de mulheres em seus cursos de graduação, na EFOMM, no IME, no ITA, na AFA, entre outras instituições nacionais ou estrangeiras, mais recentemente a AMAN.

A oportunidade de realizar a dissertação no mesmo período em que o curso ocorria foi positiva, embora a proposta não tenha sido acompanhar diretamente essa formação em campo e as entrevistas foram realizadas em 2017.

As turmas que ingressaram nos anos de 2014 a 2018 eram compostas por Aspirantes do sexo feminino com vagas exclusivas ao Corpo de Intendentes da Marinha e pela primeira vez na história da Escola Naval mulheres e a partir de 2019 poderão ser admitidas também no Corpo da Armada e no Corpo de Fuzileiros Navais. Isso representa uma significativa ampliação no acesso das mulheres à Escola Naval, sua permanência e a possibilidade da presença feminina na área operativa e de combate da Marinha do Brasil a partir da formação no curso de graduação para Oficiais da Escola Naval.

No momento de conclusão desta pesquisa, destaca-se a presença feminina no Curso de Graduação em Ciências Navais da Escola Naval, no Corpo de Intendentes da Marinha, na habilitação Administração, a partir do ingresso da primeira Turma das Aspirantes mulheres em 2014, objeto de estudo deste trabalho. No momento de conclusão desta dissertação, as Guardas-Marinha se encontram realizando a 3ª Fase do Ciclo Pós Escolar, na XXXII Viagem de Instrução de Guardas-Marinha a bordo do Navio Escola Brasil e ao final dessa viagem os Guardas-Marinha da “Turma Almirante Gastão Motta”, de ambos os sexos, serão nomeados ao Posto de Segundos-Tenentes Intendentes de Marinha e seguirão suas carreiras nas Organizações Militares as quais serão designadas.

De acordo com a reportagem intitulada “Navio-Escola “Brasil” suspende para XXXII Viagem de Instrução de Guardas-Marinhas”, datada de 31 de julho de 2018:

A comissão¹¹⁷ tem o propósito de complementar, com ênfase na experiência prática, os conhecimentos teóricos adquiridos pelos militares na Escola Naval, durante o ciclo escolar, aprimorar a formação cultural dos futuros oficiais da Marinha do Brasil (MB) e representar o País e a Marinha nos diversos portos visitados, promovendo o estreitamento dos laços de amizade com as nações amigas. Durante a VIGM, serão ministradas aulas práticas de navegação, meteorologia, marinaria, operações navais, controle de avarias e administração naval, realizando, dessa forma, uma importante fase de adaptação à vida de bordo¹¹⁸.

¹¹⁷ Na Marinha existem diversas comissões, que consistem em missões a serem desempenhadas pelos seus militares, sendo a Viagem de Instrução de Guardas-Marinha uma das comissões existentes.

¹¹⁸Disponível em: <https://www.marinha.mil.br/noticias/navio-escola-brasil-suspende-para-xxxii-viagem-de-instrucao-de-guardas-marinhas> (Acesso em 31/07/2018)

A 3ª fase do Ciclo Pós Escolar é a oportunidade de aplicar em situações práticas de aprendizagem os conteúdos construídos ao longo dos quatro anos letivos do Ciclo Escolar, no Navio Escola Brasil, sendo a última etapa que precede a conclusão do Curso de Formação de Oficiais em Ciências Náuticas da Escola Naval.

Para o encerramento desta pesquisa destacamos o extrato dessa reportagem a qual enfatiza a ampliação do acesso das mulheres na Escola Naval, com a inovação da Marinha do Brasil em passar a permitir que as Aspirantes possam escolher fazer parte, de acordo com a sua classificação no curso e em igualdade de condições com os Aspirantes masculinos, dos três Corpos existentes no curso de graduação da Escola Naval, eliminando em comparação aos anos anteriores as diferenças de acesso entre homens e mulheres.

A partir do concurso público do ano de 2018, para a turma que ingressará em 2019, as vagas para o Corpo da Armada, para o Corpo de Fuzileiros Navais e para o Corpo de Intendentes da Marinha serão destinadas a candidatos de ambos os sexos com escolhas em igualdade de condições com os Aspirantes do sexo masculino, sendo a escolha fundamentada na meritocracia, decorrente das suas classificações durante o curso.

No momento que encerro este estudo, as participantes das entrevistas, as Aspirantes da primeira turma da Escola Naval, encontram-se na viagem de instrução no Navio Escola Brasil, a conhecida e esperada “viagem de ouro”, colocando em prática os conhecimentos teóricos desenvolvidos ao longo dos quatro anos do Ciclo Escolar.

Diante dos achados e das análises realizadas podemos considerar que a Marinha, por meio do ingresso de mulheres Aspirantes no Curso de Graduação de Ciências Náuticas da Escola Naval se adequou às políticas de igualdade de gênero e às novas demandas referentes à configuração atual do mercado de trabalho, levando em consideração a igualdade de oportunidades para as mulheres e os homens.

Cabe ressaltar que, como citado anteriormente, na Marinha do Brasil, além da Escola Naval, existem o Centro de Instrução Almirante Graça Aranha (CIAGA) e o Centro de Instrução Almirante Braz de Aguiar (CIABA), no Rio de Janeiro e no Pará, respectivamente, os quais também possuem cursos de ensino superior, sendo os mesmos voltados para a formação de Oficiais da Marinha Mercante, nos quais a presença feminina já é admitida desde

o ano de 1998 (JORNAL PELICANO¹¹⁹, 2012), formando-se a primeira turma no ano de 2001 (JORNAL CANAL 16¹²⁰, 2010).

Apesar da dificuldade da autora desta dissertação em realizar esta pesquisa, devido à necessidade de conciliar os estudos voltados para a pesquisa com o trabalho que exerce na Marinha do Brasil, especificamente na função de Assistente de um Almirante, que é uma alta autoridade exercendo cargo de Comando de uma Organização Militar, o sentimento é de dever cumprido, mas como toda pesquisa é inacabada, continua pairando a necessidade de aprofundamento de diversos pontos apontados neste trabalho, o qual finalizo com sensação de incompletude e de que sempre podemos sempre fazer mais.

Encerro esta dissertação com indicações e inspirações de novas possibilidades de estudo diante dos assuntos discutidos, buscando despertar o interesse pela continuidade deste trabalho e de incentivar o surgimento de novos estudos, não apenas referentes à Escola Naval, mas principalmente voltados para a presença feminina no ensino superior no meio militar e civil, como também em outros espaços da sociedade, até então predominantemente masculinos.

Vale destacar que, assim como as Aspirantes mulheres da primeira turma da Escola Naval são pioneiras, consideramos esta pesquisa como pioneira no âmbito das dissertações stricto sensu, representando mais um passo no desenvolvimento de estudos referentes à igualdade de gêneros entre homens e mulheres no Brasil e explorando a presença feminina no nível superior de ensino em espaço antes restrito ao sexo masculino.

Além disso, apresentou novas questões e novos objetivos que possibilitarão a continuidade da investigação, inclusive em níveis mais elevados, por exemplo, em nível de Doutorado.

¹¹⁹Disponível em <http://www.projetomemoria.org/2012/03/mulheres-mercantes/>. Acesso em 14 de maio de 2016. O Jornal Pelicano é um jornal acadêmico produzido integralmente por alunos e ex-alunos da EFOMM, por meio da sua página na Internet www.jornalpelicano.com.br.

¹²⁰Disponível em <http://jornalcanal16.com.br/site/pt/pt/ciaba-celebra-15-anos-do-pioneirismo-feminino-na-marinha-mercante-brasileira/>. Acesso em 14/05/2016. Jornal virtual escrito por alunos da EFOMM do CIABA.

REFERÊNCIAS

ABOIM, Sofia. **Do público e do privado: uma perspectiva de gênero sobre uma dicotomia moderna**. Rev. Estud. Fem. [online]. 2012, vol.20, n.1, pp.95-117. ISSN 0104-026X. <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-026X2012000100006>.

ALBERTI, Verena. **Manual de História Oral**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2013.

ALMEIDA, Alberto Carlos. O BRASIL NÃO FINAL DO SÉCULO XX: UM CASO DE SUCESSO. **Dados**, Rio de Janeiro, v. 41, n. 4, p. 785-830, 1998. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0011-52581998000400004&lng=en&nrm=iso>. acesso em 02 de setembro de 2018. <http://dx.doi.org/10.1590/S0011-52581998000400004>..

ALVARENGA, Marcia Soares de e TAVARES, Maria Tereza Goudard (orgs.). **Poder Local e Políticas Públicas para Educação em Periferias Urbanas do Estado do Rio de Janeiro**. Quartet: Faperj, 2015.

ALVES, Alda Judith. A “revisão da bibliografia” em teses e dissertações: meus tipos inesquecíveis. **Cadernos de Pesquisa**, nº 81. São Paulo, 1992.

AMADO, Janaína e FERREIRA, Marieta de Moraes (orgs.). **Usos & Abusos da história oral**. 8 Ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

ARTES, Amélia e RICOLDI, Arlene Martinzes. **Mulheres e as carreiras de prestígio no ensino superior brasileiro: o não lugar feminino. PDF. 81-94**. In Até onde caminhou a discussão de gênero no Brasil. ABEP, 2016. Disponível em <<http://www.abep.org.br/publicacoes/index.php/ebook/article/view/2449/2404>>

BARRETO, Paula Cristina da Silva. Gênero, raça, desigualdades e políticas de ação afirmativa no ensino superior. **Rev. Bras. Ciênc. Polít.**, Brasília, n. 16, p. 39-64, Apr. 2015. Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-33522015000200039&lng=en&nrm=iso>. access on 02 Sept. 2018. <http://dx.doi.org/10.1590/0103-335220151603>.

CUNHA, Luiz Antonio. **A universidade temporã: o ensino superior, da Colônia à Era Vargas**. Editora UNESP, 2007.

D'ADESKY, Jacques. **A exigência de políticas de ação afirmativa no Brasil**. Proposta, FASE, nº 96, março/maio, Rio de Janeiro, 2003.

DELGADO, Maurício Godinho. **Curso de Direito do Trabalho**. 7ª ed. São Paulo: LTr Editora, 2008.

DONIN, Luana de Amorim. **Academia de Marinha: Normatização de uma formação militar naval no período de construção do Estado Imperial Brasileiro (1837-1858)**. Niterói, 2014. Disponível em <<http://www.historia.uff.br/stricto/td/1852.pdf>>

FARIA, Lia e LÔBO, Yolanda (orgs.). **Vozes femininas do Império e da República – Caminhos e Identidades**. Rio de Janeiro: Quarter: Faperj, 2013.

GINZBURG, Carlo. **Mitos, emblemas, sinais: morfologia e história**. Tradução de Federico Carotti. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

HONORATO, Hercules Guimarães, RABELLO, Débora de Araújo. As primeiras aspirantes na Escola Naval: inclusão, trajetórias iniciais e boas-vindas às novas ‘sentinelas dos mares’. **Revista de Villegagnon**, Revista Acadêmica da Escola Naval, Ano IX, nº 9, 2014. <https://www1.mar.mil.br/en/sites/www1.mar.mil.br/en/files/upload/REVISTA_VILLEGAVILL_2014.pdf> (acesso em 14/05/2016).

HONORATO, Hercules Guimarães, COSTA, Maria Carolina Dias Cavalcante, BRAGA, Juliana Martins. As primeiras ‘sentinelas dos mares’ cumprem sua derrota: adeus, minha escola querida!. **Revista de Villegagnon**, Revista Acadêmica da Escola Naval, Ano XII, nº 12, 2017. Disponível em: <https://www.marinha.mil.br/sites/www.marinha.mil.br/en/files/upload/REVISTA_VILLEGAGNON_2017.pdf> (acesso em 27/01/2018)

IZZO, Roberta Cristina. Igualdade de Gênero: um caminho para a paz. In: MATHIAS, Suzeley Kalil (Org.). **Sob o signo de Atena: gênero na diplomacia e nas Forças Armadas**. São Paulo: UNESP, 2009. p.191-203.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. 4. Ed. Campinas: Unicamp, 1996.

LETA, Jacqueline. **As mulheres na ciência brasileira: crescimento, contrastes e um perfil de sucesso**. Estudos Avançados(2003).

LOMBARDI, Maria Rosa. Profissão: oficial engenheira naval da Marinha de Guerra do Brasil. **Rev. Estud. Fem.**, Florianópolis, v. 18, n. 2, p. 529-546, ago. 2010. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2010000200014&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 02 set. 2018. <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-026X2010000200014>.

LUÍÍS, Camila Cristina Ribeiro. **O Poder Naval na Construção do Poder Marítimo Brasileiro**. Rev. Bra. Est. Def. v. 2, nº 1, jan./jun. 2015, p. 123-137 ISSN 2358-3932 <https://rbed.abedef.org/rbed/article/view/55275>

MANSUR, Maria Elisabete do Valle. **Diversidade Sexual em Escolas Públicas Estaduais do Rio de Janeiro: Vozes De Professores(As)**. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Educação da UNIRIO. Rio de Janeiro, 2014.

MARINHO, Nailda. A engenheira militante feminista Carmem Portinho: a atuação na União Universitária Feminina. In: GASPARELLO, Arlette Medeiros e VILLELA, Heloisa de Oliveira (orgs.). **Educação na história: intelectuais, saberes e ações instituintes**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2016. p.215-232.

MARIZ, Vasco. Villegagnon: herói ou vilão ?. **História**, Franca, v. 27, n. 1, p. 51-75, 2008. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-

90742008000100005&lng=en&nrm=iso>. acesso em 01 de setembro de 2018. <http://dx.doi.org/10.1590/S0101-90742008000100005>.

MATHIAS, Suzeley Kalil (Org.). **Sob o signo de Atena: gênero na diplomacia e nas Forças Armadas**. São Paulo: UNESP, 2009.

MAZULO, Luana Ferreira da Silva. **Mulheres no Exército Brasileiro Um estudo sobre poder simbólico e relações de poder em uma organização militar**. Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro, 2010. Disponível em: <https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/16566/16566_1.PDF> (acesso em 01/09/2018)

MELO, Hildete Pereira de; BANDEIRA, Lourdes. **A pobreza e as políticas de gênero no Brasil**. Santiago do Chile, 2005.

ORICHIO, Ana Paula Carvalho. **Oficiais enfermeiras para a Marinha do Brasil: o curso de formação militar à ocupação de espaços no Hospital Naval Marcílio Dias (1980-1984)**. Tese de Doutorado apresentada a Universidade Federal do Rio de Janeiro. Escola de Enfermagem Anna Nery. Rio de Janeiro, 2012.

ORICHIO, Ana Paula Carvalho et al . Mulheres para a Marinha do Brasil: recrutamento e seleção das primeiras oficiais enfermeiras (1980-1981). **Texto contexto - enferm.**, Florianópolis , v. 21, n. 4, p. 811-818, dez. 2012 . Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-07072012000400011&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em 02 set. 2018. <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-07072012000400011>.

PAZ, Cláudia Denis Alves da. **“Eu tenho esse preconceito, mas eu sempre procurei respeitar os meus alunos” : desafios da formação continuada em gênero e sexualidade**. 2014. Tese – Doutorado em Educação – Faculdade de Educação/Universidade de Brasília.

PERES, Helena, ANDRADA, Sheila Aragão de. **Mulheres A Bordo: 30 anos da mulher militar na Marinha no Brasil**. Editora: Sheila Aragão, 2012,

PERROT, Michelle. **Minha história das mulheres**. São Paulo: Contexto, 2015.

PINSKY, Carla Bassanezi. **Mulheres dos anos dourados**. São Paulo: Contexto, 2014.

PORTELLI, Alessandro. **Entrevista com Alessandro Portelli**. Entrevista realizada no VI Encontro de História Oral do Nordeste, Ilheus - Bahia . Tradução e transcrição: Carlo Romani -2010.

PRATES, Tatiana Alves. A Escola Naval. **Revista de Villegagnon**, Revista Acadêmica da Escola Naval, Ano V, nº 5, 2010. Disponível em:<https://www.marinha.mil.br/sites/www.marinha.mil.br/en/files/upload/REVISTA_VILLEGAGNON_2010.pdf> (acesso em 27/01/2018)

RICOLDI, Arlene Martinzes; ARTES, Amélia. **Mulheres no ensino superior brasileiro: espaço garantido e novos desafios**. Ex aequo, Lisboa, n. 33, p. 149-161, jun. 2016. Disponível em <http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0874-55602016000100011&lng=pt&nrm=iso>. Acessos em 11 abr. 2018.

SANTOS, Lauciana Rodrigues dos. **Da roseta as estrelas: um debate sobre a representação feminina na marinha brasileira**. 2014. 212 f. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Filosofia e Ciências de Marília, 2014. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/11449/110788>>

SELL, Camilla Telemberg. **A enfermeira na Marinha do Brasil: a historiografia do Corpo Auxiliar Feminino da Reserva da Marinha (1980 a 1997)**. Dissertação de Mestrado Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Ciências da Saúde, Programa de Pós-Graduação em Enfermagem. Florianópolis, 2012.

SILVA, Carlos André Lopes da. **A Real Companhia e Academia dos Guardas-Marinha: aspectos de uma instituição militar de ensino na alvorada da profissionalização do oficialato militar, 1808-1839**. Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro: UFRJ/PPGHIS, 2012. Disponível em http://bdtd.ibict.br/vufind/Record/MB_3bdbb0a6ded08626bf0cb4ef2fa7f17e

SOARES, Doris de Almeida, LEÃO, Márcia Magarinos de Souza. Os centros de autoacesso e o ensino de idiomas: possibilidades na Escola Naval. **Revista de Villegagnon**, Revista Acadêmica da Escola Naval, Ano X, nº 10, 2015. Disponível em: <https://www.marinha.mil.br/sites/www.marinha.mil.br/en/files/upload/REVISTA_VILLEGA_GNON_2015.pdf> (acesso em 14/05/2016).

SOUZA, Celina. Políticas públicas: uma revisão da literatura. **Sociologias**, Porto Alegre, n. 16, p. 20 a 45 de dezembro de 2006. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-45222006000200003&lng=en&nrm=iso>. acesso em 02 de setembro de 2018. <http://dx.doi.org/10.1590/S1517-45222006000200003>

TREINTA, Fernanda Tavares; FARIAS FILHO, José Rodrigues; SANT'ANNA, Annibal Parracho and RABELO, Lúcia Mathias. Metodologia de pesquisa bibliográfica com a utilização de método multicritério de apoio à decisão. **Prod.** [online]. 2014, vol.24, n.3, pp.508-520. Epub Oct 01, 2013. ISSN 0103-6513. <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-65132013005000078>.

VIEIRA, Maria de Fátima dos Santos. **Sonhei acordada... (passagem marítima): dormi com os caos... (caserna): acabei... mulher... militar de marinha**. Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro, 1990. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/handle/10438/9700>>. (acesso em 01/09/2018)

LEGISLAÇÃO

BRASIL, Lei nº 13.541 de 18 d dezembro de 2017. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/L13541.htm

BRASIL. Lei nº 12.990, de 09 de junho de 2014. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/112990.htm

BRASIL. Lei nº 12.704, de 08 de agosto de 2012. Disponível em http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/_Ato2011-2014/2012/Lei/L12704.htm

BRASIL. Lei nº 12.705, de 08 de agosto de 2012. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2012/Lei/L12705.htm

BRASIL. Lei nº 11.279, de 9 de fevereiro de 2006. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Lei/L11279.htm

BRASIL. Lei nº 9.519, de 26 de novembro de 1997. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9519.htm

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm

ENDEREÇOS ELETRÔNICOS CONSULTADOS

BANCO DE TESES E DISSERTAÇÕES DA CAPES. Disponível em: <http://bancodeteses.capes.gov.br/banco-teses/#/> (Acesso em 04/05/2016)

CARTA CAPITAL. Disponível em <https://www.cartacapital.com.br/sociedade/dilma-rousseff-a-luta-das-mulheres> (Acesso em 16/03/2018).

Diretoria de Ensino da Marinha. Disponível em <https://www.ensino.mar.mil.br/> (Acesso em 10/11/2016).

JORNAL CANAL 16. Disponível em <http://jornalcanal16.com.br/site/pt/pt/ciaba-celebra-15-anos-do-pioneirismo-feminino-na-marinha-mercante-brasileira/> (Acesso em 14/05/2016).

JORNAL PELICANO. Disponível em <http://www.projeto memoria.org/2012/03/mulheres-mercantes/> (Acesso em 14/05/2016).

PORTAL BRASIL. Disponível em <http://www.brasil.gov.br/cidadania-e-justica/2014/06/carreira-nas-forcas-armadas-atraiu-mais-mulheres> (Acesso em 14/05/2016).

PORTAL DO MEC. Disponível em <http://portal.mec.gov.br/secretaria-de-regulacao-e-supervisao-da-educacao-superior-seres/323-secretarias-112877938/orgaos-vinculados-82187207/12965-ensino-militar> (Acesso em 01/08/2017).

SERVIÇO DE SELEÇÃO DO PESSOAL DA MARINHA. Disponível em <https://www.marinha.mil.br/sspm/> (Acesso em 01/09/2018)

II PLANO NACIONAL DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES. Brasília. Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, 2008. Disponível em

http://www.observatoriodegenero.gov.br/eixo/politicas-publicas/pnpm/comite-de-monitoramento-do-ii-pnpm/Livro_II_PNPM_completo08.10.08.pdf (Acesso em 13/12/2016).

BRASIL. Marinha do Brasil. s.d., **Escola Naval**: A mais antiga instituição de ensino superior do Brasil. Disponível em <http://www.mar.mil.br/en/>

_____. Marinha do Brasil. s.d., **História da Escola Naval**. Disponível em <https://www1.mar.mil.br/en> (Acesso em 16 de julho de 2016)

ACERVOS CONSULTADOS

Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD)

Diretoria de Ensino da Marinha (DEnsM)

Diretoria do Patrimônio Histórico e Documental da Marinha (DPHDM)

Escola Naval (EN)

APÊNDICES

Apêndice I - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO



Centro de Ciências Humanas e Sociais – CCH

Programa de Pós-Graduação em Educação – Mestrado

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Prezada Aspirante, você está sendo convidada a participar da pesquisa de mestrado em Educação intitulada **“O INGRESSO E PERMANÊNCIA DA PRIMEIRA TURMA DAS ASPIRANTES NOS CURSOS DE GRADUAÇÃO DA ESCOLA NAVAL (2014-2017)”**, tendo como objetivo a investigar, os fatores que condicionaram o ingresso em 2014 e a permanência dessas aspirantes, como discentes da primeira turma dessa modalidade de nível superior de ensino. Os dados coletados serão utilizados apenas nesta pesquisa e os resultados divulgados em eventos e/ou revistas científicas.

Sua participação é voluntária, portanto, você pode recusar-se a responder qualquer pergunta ou desistir de participar e retirar seu consentimento. Sua recusa não trará nenhum prejuízo em sua relação com a pesquisadora.

Sua participação nesta pesquisa consistirá em responder as perguntas a serem realizadas individualmente. A entrevista será gravada em meio de gravador para posterior transcrição de suas falas, que será guardada por cinco (05) anos e incinerada após esse período. A participação não terá nenhum custo ou quaisquer compensações financeiras.

Toda pesquisa possui riscos, esta pode apresentar o risco de você se emocionar ou sensibilizar-se ao relatar situações vivenciadas. Caso isso aconteça, estaremos à disposição para pausar, encerrar a entrevista, caso deseje. O benefício relacionado à sua entrevista será a possibilidade de ampliar o conhecimento científico sobre a presença feminina no ensino superior e a contribuição para a sociedade e para as Forças Armadas, especialmente à Marinha do Brasil, no período estudado.

Após os esclarecimentos, a participante autoriza ter a sua fala gravada:

() Sim () Não

Vossa Senhoria receberá uma via deste Termo no qual constam o e-mail da pesquisadora e da orientadora da pesquisa, podendo esclarecer suas dúvidas sobre o projeto e sua participação, agora ou a qualquer momento. Desde já agradecemos.

Orientadora: Prof^ª Dr^ª Nailda Marinho da Costa Pesquisadora: Adilene Cunegundes da Silva

E-mail: naidacosta@unirio.br

E-mail: enne1979@hotmail.com

Declaro estar ciente do inteiro teor deste Termo de Consentimento Livre e Esclarecido e estou de acordo em participar do estudo proposto, sabendo que dele poderei desistir a qualquer momento, sem sofrer qualquer punição ou constrangimento.

Rio de Janeiro, _____ de _____ de 2017.

Assinatura da participante da pesquisa

Compromisso da pesquisadora

Adilene Cunegundes da Silva
Matrícula 16107P6M26 – PPGEdU/UNIRIO

Apêndice II - Roteiro para Entrevista às Aspirantes

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO – UNIRIO
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS – CCH
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO – PPGEduc (Mestrado)

Projeto de Pesquisa: O ingresso e permanência da primeira turma das Aspirantes nos cursos de graduação da Escola Naval (2014-2017).

Mestranda: Adilene Cunegundes Da Silva

Orientadora: Prof^ª Dr^ª Nailda Marinho da Costa

Entrevistadas: Aspirantes do sexo feminino da Escola Naval (Turma de 2014)

ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA

FICHA DE IDENTIFICAÇÃO PESSOAL (FIP)

Nome da Entrevistada (opcional): _____

Pseudônimo (opcional): _____

Naturalidade: _____ Idade: _____ Estado Civil: _____

Auto declaração de cor (opcional): _____

Local onde reside: _____

Instituição que realizou o Ensino Médio:

() Pública () Particular () Confessional () Outras: _____

Curso: _____ Período: _____

Profissão do pai: _____

Profissão da mãe: _____

PERGUNTAS TEMÁTICAS

- 1) O que você pensa sobre o ingresso de mulheres como Aspirantes nos cursos de graduação da Escola Naval, no Corpo de Intendentes da Marinha, na habilitação Administração, ocorrido a partir de 2014?
- 2) Por que você escolheu realizar o concurso para ingresso na Escola Naval?

- 3) Você encontrou ou encontra alguma dificuldade, no âmbito da Escola Naval, para permanecer no curso? Explique sua resposta.
- 4) Quais as suas expectativas sobre a atuação profissional após a conclusão do curso?
- 5) Considerando a questão de gênero (masculino e feminino), há diferença na execução do curso que você possa apontar?
- 6) Como foi a sua preparação para as provas do concurso público de admissão à Escola Naval?
- 7) Espaço livre para você contribuir com alguma informação adicional. Deseja acrescentar algo?

ANEXOS

Anexo I – Compilação dos resumos das Teses, Dissertações e Artigos

a) Banco de Teses da CAPES:

Trata-se de um estudo qualitativo, com abordagem sócio histórica, com objetivo de identificar os papéis desempenhados pelas enfermeiras do Corpo Auxiliar Feminino da Reserva da Marinha (CAFRM), na Marinha do Brasil no período de 1980 a 1997, bem como analisar suas relações interprofissionais e interpessoais. O recorte histórico do estudo compreende o período entre 1980 e 1997. O marco inicial (1980) é o ano da criação do CAFRM e quando se deu o ingresso das primeiras oficiais enfermeiras na Marinha do Brasil (MB). O marco final (1997) representa o ano de extinção do CAFRM e de reestruturação dos Corpos e Quadros de Oficiais e Praças da MB, que reconhece a paridade das Oficiais e Praças mulheres com os Oficiais e Praças homens, o que resultou em melhores perspectivas na carreira militar feminina e a conquista de direitos equivalentes aos militares do sexo masculino. O marco conceitual orienta-se pelas ideias de feministas como Simone de Beauvoir e Joan Scott, acerca de conceitos de gênero, igualdade, hierarquia e relações de poder. Para a coleta de dados foi utilizada a história oral temática, por meio de entrevista semiestruturada, com 08 enfermeiras que atuaram no CAFRM naquelas décadas. O período de coleta dos dados foi em fevereiro de 2012, na cidade do Rio de Janeiro. Os resultados obtidos foram apresentados na forma de dois manuscritos científicos. No primeiro manuscrito, "Enfermeiras militares na Marinha do Brasil: papéis desempenhados de 1980 a 1997", o objetivo foi identificar os papéis desempenhados pelas enfermeiras do CAFRM no período de 1980 a 1997. Nesse manuscrito os resultados indicaram que a MB proporcionou as enfermeiras do CAFRM, conhecimento e crescimento profissional desenvolvido em diversos locais como o Hospital Naval Marcílio Dias (HNMD), além de assumir uma identidade militar construída ao longo da carreira. Concluiu-se que o HNMD foi o berço de aprendizado das militares, a assistência e a gerência de enfermagem são pontos fortes de atuação das mesmas e paralelamente a essas funções são desenvolvidas outras exclusivas da MB. O segundo manuscrito intitulado "Relações interprofissionais de saúde na Marinha do Brasil - uma análise na perspectiva de gênero" buscou analisar as relações interprofissionais na MB no período de 1980 a 1997. Nesse manuscrito foram destaque as relações entre as enfermeiras civis com as enfermeiras militares, a hierarquia no ambiente militar, onde o mais antigo determina e o mais moderno cumpre e as demais relações interpessoais na MB, do militar mais antigo ao mais moderno. O estudo possibilitou conhecer que o processo de feminização na MB sempre esteve imbricado nas disputas pelo poder, tanto com as enfermeiras civis quanto com os demais membros da corporação e, que o respeito e o reconhecimento das enfermeiras, em todos os círculos hierárquicos, só foram alcançados eficazmente em virtude das militares terem incorporado os pressupostos da instituição. (SELL, 2012).

O presente estudo, Tese de Doutorado que faz parte do Núcleo de Pesquisas da História da Enfermagem Brasileira (NUPHEBRAS) da Escola de Enfermagem Anna Nery, da Universidade Federal do Rio de Janeiro, toma como objeto de investigação as lutas simbólicas empreendidas pelas

enfermeiras militares da turma pioneira do Corpo Auxiliar Feminino da Reserva da Marinha (CAFRM) com os demais agentes do Hospital Naval Marcílio Dias, pelo reconhecimento profissional. Para aprofundar o conhecimento do objeto, foram traçados os seguintes objetivos: descrever o processo de incorporação do habitus militar pelas enfermeiras aprovadas no concurso para o CAFRM em 1981, durante o curso de formação; analisar as lutas simbólicas empreendidas pelas oficiais enfermeiras, no intuito de ocupar espaços de poder no Hospital Naval Marcílio Dias; e discutir os reflexos dessas lutas, para o reconhecimento da oficial enfermeira no Hospital Naval Marcílio Dias. (ORICHIO, 2012).

b) Diretoria do Patrimônio Histórico e Documental da Marinha:

Mais que uma escola de ciências, a Real Companhia e Academia dos Guardas-Marinha formou um segmento por demais específico dentro do corpo burocrático do Estado brasileiro, o oficialato militar empregado na Marinha de guerra. Podemos, a partir das especificidades da profissão naval dentro do campo militar, destacar a formação dada a esses militares da ministrada para os corpos de oficiais empregados no Exército. Procuramos entender essa instituição militar de ensino, que teve sua origem no processo de reestruturação do aparato militar português a partir do período pombalino, como o principal instrumento indutor da formação profissional do corpo de oficiais da Marinha, utilizando-se a conceituação de “profissão militar” de Samuel P. Huntington cotejada com a caracterização de “profissão naval” proposta por Norbert Elias. (SILVA, 2012).

c) Google:

Este trabalho centrou-se na Academia de Marinha, instituição voltada ao ensino militar do oficialato naval do Império do Brasil no século XIX. Entre as décadas de 1830 e 1850, sofreu inúmeras intervenções e reformas que tiveram como foco a consolidação de uma educação militar para o oficial naval, que deveria lidar com os avanços tecnológicos e científicos produzidos na área naval e de guerra, uma nova concepção mais profissionalizada da carreira militar e a introdução de uma nova relação entre o aspecto militar e o Estado, que então se formava. Nesse sentido, buscou-se através da análise do processo reformista, que culminaria com novos Estatutos em 1858, mapear as possíveis inovações e heranças para o ensino militar naval em uma Marinha em plena transição. (DONIN, 2014).

d) Biblioteca Digital Brasileira:

A presente dissertação tem como objetivo investigar a inserção feminina na Marinha do Brasil, que teve início na década de 1980 e ainda está em curso. Particularmente, será analisada como foi sua implementação e seu cotidiano entre os militares a partir da resolução posta com a lei n° 6.807 de 07/07/80, seus impactos, à medida que, a instituição, talvez mais que as demais forças, até então, é tida como um espaço tipicamente masculino. Para tanto,

julgamos importante como objetivo, apontar quais os fatores político-institucionais que contribuíram para o processo decisório de admissão da mulher militar na Marinha do Brasil. Além de apreender e analisar a avaliação subsequente da instituição sobre esta presença (até porque, diferentemente da FAB, há ainda muitas restrições, especialmente na Escola Naval). Desta maneira, buscamos verificar, através de documentos, discursos, entrevistas, como se processa a complexidade da implementação desta política e como esta se projeta na virada do século XXI. Nesse sentido, através do conceito de representação, objetivamos perceber a visão da Marinha do Brasil e seus atores com relação à presença feminina bem como seus desdobramentos. Este é um projeto que procura apreender a instituição militar como um objeto legítimo de análise, tendo por hipótese, que a cultura castrense atrelada ao fato de ser uma instituição tipicamente masculina, ainda predomina sobre os imperativos técnicos e sociais, embora esta tenha sido a primeira em admitir as mulheres; percebe-se que ainda persistem obstáculos não justificáveis a sua admissão nos corpos pertencentes à formação da Escola Naval. (SANTOS, 2014).

O objetivo desta pesquisa é compreender como se constrói a identidade feminina das mulheres que compõem o Corpo Auxiliar Feminino da Reserva da Marinha, através de relatos biográficos dessas mulheres e da observação direta. Esses relatos tornaram claro que a estrutura militar de Marinha teve um profundo impacto em outras estruturas sociais, da vida cotidiana dessas mulheres, fazendo emergir grande contradição entre o significado da vivência dentro da Marinha e fora da Marinha, o que implica uma vivência constante de ser ambíguo e marginal. Um dos pressupostos deste estudo é que a construção da identidade militar dá-se através dos ritos de passagem, foco básico das histórias de vidas das mulheres da Marinha, o que foi ratificado por meio dos relatos. No entanto, a maioria dessas mulheres experiência a construção da identidade como segredo, evitando assim, o confronto direto com seu Ser estigmatizado. Foi postulado que esse efeito talvez seja devido aos mecanismos de controle usados pela Marinha e/ou pelo desejo das mulheres de não verem destruídas suas ilusões e fantasias. Com efeito, não obstante as características comuns que nos são dadas ao ingressarmos no mundo, as histórias de vida dessas mulheres, demonstraram que o mundo de cada uma delas é diferente, exclusivo e único; e que cometeríamos um equívoco se as excluíssemos do grupo de outras mulheres, em outras Instituições Totais. (VIEIRA, 1990).

desenvolver um estudo que apreendesse como são construídas as relações de poder em um determinado efetivo do Exército Brasileiro a partir da inserção das mulheres no Quadro Complementar de Oficiais na Escola de Administração do Exército e analisar, a partir dessas relações, em que condições ocorre a atuação dessas profissionais. Nesse contexto, destacou-se a importância em reconhecer os aspectos que fundamentam a cultura própria das instituições militares, considerando, essencialmente, a hierarquia e a disciplina como valores fundamentais que permeiam o universo militar tanto do ponto de vista da organização interna da instituição quanto da ótica de interação social vivenciados entre os militares que a compõem. Participaram

da pesquisa cinco militares do segmento feminino, distribuídas em níveis hierárquicos aleatórios pertencentes ao quadro técnico de uma Organização Militar localizada na cidade do Rio de Janeiro e subordinada ao Comando Militar do Leste. (MAZULO, 2010)

e) Scielo:

Estudo histórico-social, qualitativo, cujos objetivos foram descrever o processo de recrutamento e seleção de oficiais enfermeiras para o Corpo Auxiliar Feminino da Reserva da Marinha do Brasil, e analisar o processo de incorporação do *habitus* militar pelas enfermeiras aprovadas no concurso, durante o curso de formação. Utilizaram-se documentos escritos e depoimentos orais de quatro enfermeiras que compuseram a primeira turma. Os dados, coletados de janeiro a outubro de 2010, foram organizados, classificados e analisados conforme o método histórico e à luz dos conceitos de *habitus* e campo de Bourdieu. Evidenciou-se que o processo de formação das primeiras oficiais enfermeiras comportou a rigorosa incorporação de determinações distintas e distintivas relativas ao comportamento requerido para uma oficial, especialmente no que se referia às interdições que reafirmavam o poder masculino. Conclui-se que a incorporação do *habitus* militar, mediante o aprendizado de símbolos e gestos militares demarcou a construção da identidade da enfermeira militar. (ORICHIO, et alii, 2012).

Este artigo discute resultados parciais de estudo exploratório realizado com oficiais engenheiras navais da Marinha, o qual possibilitou uma aproximação ao entendimento da posição das engenheiras no Corpo de Oficiais Engenheiros Navais da Marinha. Pôde-se vislumbrar uma realidade complexa, em que relações de gênero e de trabalho na engenharia militar apresentam especificidades próprias, ao lado de padrões de inserção e integração similares aos encontrados na engenharia não militar. Inicialmente, apresentam-se algumas características do processo de integração das mulheres na Marinha. A seguir, discute-se a posição e a imagem das mulheres no Corpo de Oficiais Engenheiros Navais, o trabalho desenvolvido, as relações de gênero no ambiente militar, a partir das percepções das engenheiras entrevistadas. Finalizando, levantam-se questões e hipóteses para futuras investigações. (LOMBARDI, 2010)

f) Site da Escola Naval:

Em 2014, a EN recebeu as primeiras 12 Aspirantes, já incorporadas ao Corpo de Intendentes da Marinha (CIM). Não desejamos começar este artigo com uma discussão sobre gênero, mas sim apresentar as boas-vindas às novas “Sentinelas dos Mares”. Este estudo, portanto, é de cunho qualitativo, bibliográfico exploratório e com dados de pesquisa longitudinais, visto que acompanharemos as 12 novas Aspirantes durante sua formação acadêmica na Escola Naval, de onde sairão Guardas-Marinha Intendentes em 2017. A ideia precípua é procurarmos compreender a formação da construção da identidade social da jovem mulher militar oriunda da graduação superior via aquartelamento. O período inicial de coleta de dados foi o da adaptação, que ocorreu no mês de janeiro de 2014. O instrumento de coleta de dados foi um

questionário com perguntas abertas e fechadas às adaptandas. (HONORATO e RABELLO, 2014, p.7).

Em 2014, a Escola Naval (EN), recebeu a primeira turma de Aspirantes do sexo feminino em seu curso de graduação. (...) Atualmente, a EN possui Aspirantes mulheres em todos os quatro anos (...). Assim exposto, o objetivo deste estudo é identificar as dificuldades enfrentadas pelas primeiras Aspirantes em sua inclusão, sua integração e seu desenvolvimento no decorrer dos quatro anos vividos na EN. A abordagem desta investigação é de cunho qualitativa, tendo como metodologia principal um questionário com perguntas abertas e fechadas para as doze Aspirantes. A questão que norteou este estudo foi: como se desenvolveram como militares e mulheres durante a graduação na EN em um espaço predominantemente masculino? (HONORATO; COSTA; BRAGA, 2017, p.15-16)

Anexo II – Solicitação de autorização para realização da pesquisa por meio de Comunicação Interna

MARINHA DO BRASIL

AC/AC/721
999

DIRETORIA DE ENSINO DA MARINHA

Nº 22

Em 5 de abril de 2016.

COMUNICAÇÃO INTERNA

Da: Ajudante da Divisão de Elaboração de Provas
Ao: Exmo. Sr. Diretor

Via: Sr. Encarregado da Divisão de Elaboração de Provas
Sra. Chefe do Departamento de Processos Seletivos
Sr. Vice-Diretor

Assunto: Pesquisa para dissertação de Curso de Mestrado em Educação

1. Participo a V. Exa. que encontro-me matriculada no primeiro semestre do Curso de Mestrado Acadêmico em Educação da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – UNIRIO, na Linha de Pesquisa Políticas, História e Cultura em Educação, cuja ementa propõe a investigação da presença feminina no Ensino Superior, por meio de uma abordagem histórica.

2. Participo, ainda, que tenho a intenção de elaborar a dissertação para a obtenção do título de Mestre, com base nos estudos sobre o ingresso das Aspirantes na Escola Naval.

3. Em face do exposto, consulto a possibilidade de V. Exa. autorizar a realização da referida pesquisa, acerca da seguinte proposta de tema: “A presença feminina no Ensino Superior do Brasil: o ingresso das Aspirantes na Escola Naval”.

ADILENE CUNEGUNDES DA SILVA
Capitão-Tenente (T)
Ajudante da Divisão de Elaboração de Provas

Cópias:
Arquivo

Anexo III – Carta da orientadora de apresentação de mestranda para realização da pesquisa



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO – UNIRIO
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO – MESTRADO E
DOUTORADO**

Rio de Janeiro, 16 de junho de 2017

Ao Diretor de Ensino da Marinha

Sr. Vice-Almirante Antônio Fernando Garcez Faria

Assunto: carta de apresentação para o desenvolvimento de pesquisa

Prezado Diretor

Apresento **ADILENE CUNEGUNDES DA SILVA**, mestranda do Programa de Pós-Graduação em Educação – Mestrado e Doutorado da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – UNIRIO, que solicita para o desenvolvimento do projeto de pesquisa “O ingresso e permanência da primeira turma das Aspirantes nos cursos de graduação da Escola Naval (2013-2017)” autorização para entrevistar as Aspirantes da primeira turma dessa renomada instituição de formação militar. Assim como acessar, consultar e citar conteúdos de fontes documentais referentes à temática de estudos, e para constar o nome da Escola Naval em seu trabalho.

Informo que o projeto de pesquisa (cópia em anexo) está sendo desenvolvido sob minha orientação, visando a elaboração de sua dissertação de mestrado. Informo ainda, que o referido projeto se insere no âmbito do PPGedu/UNIRIO na linha de pesquisa “Políticas,

História e Cultura em Educação” e que a mestranda vem correspondendo a expectativa, apresentando seriedade e compromisso com a investigação proposta.

Agradeço antecipadamente, colocando-me à disposição para maiores esclarecimentos por meio dos e-mail naildamarinho.unirio@gmail.com e naildacosta@unirio.br


Profa. Dra. Nailda Marinho da Costa
Orientadora – PPGEd/Unirio
Matrícula Siape nº 1085801

Anexo IV – Autorização para realiza da pesquisa**MARINHA DO BRASIL****DIRETORIA DE ENSINO DA MARINHA**

Praça Barão de Ladário, s/nº, Edf. Tamandaré. 5º andar - Centro

CEP: 20091-000 - Rio de Janeiro - RJ.

Tel: (21) 2104-6402 – densm.secom@marinha.mil.br

Carta nº 7 /2017-DEnsM-01
993

Rio de Janeiro, 29 de junho de 2017.

À Senhora
Professora Dra. NAILDA MARINHO DA COSTA
Orientadora do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro - UNIRIO
Av. Pasteur, 296 - Urca
CEP: 22290-240 - Rio de Janeiro-RJ

Assunto: Apresentação de Mestranda

Prezado Professora,

1. Cumprimentando-a cordialmente, participo a Vossa Senhoria que recebi vossa Carta, datada de 16/06/2017, que trata da apresentação da Sra. ADILENE CUNEGUNDES DA SILVA, Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Educação da UNIRIO, a fim de participar de projeto de pesquisa na Escola Naval.
2. Por oportuno, participo a Vossa Senhoria que a Mestranda está autorizada a entrevistar as Aspirantes, consultar e citar conteúdos referentes à temática de estudos, desde que não sejam classificados como documentos e materiais sigilosos, bem como citar o nome da Escola Naval em seu trabalho.

Cordialmente,

ANTONIO FERNANDO GARCEZ FARIA
Vice-Almirante
Diretor

Anexo V – Lei nº 9.519, de 26 de novembro de 1997

**Presidência da República
Casa Civil
Subchefia para Assuntos Jurídicos**

LEI Nº 9.519, DE 26 DE NOVEMBRO DE 1997.

(Vide Decreto nº 4.034, de 2001)

Dispõe sobre a reestruturação dos Corpos e Quadros de Oficiais e de Praças da Marinha.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º A Marinha do Brasil (MB) é constituída pelos seguintes Corpos e Quadros de Oficiais:

I - Corpo da Armada, composto de:

- a) Quadro de Oficiais da Armada (CA);
- b) Quadro Complementar de Oficiais da Armada (QC-CA);

II - Corpo de Fuzileiros Navais, composto de:

- a) Quadro de Oficiais Fuzileiros Navais (FN);
- b) Quadro Complementar de Oficiais Fuzileiros Navais (QC-FN);

III - Corpo de Intendentes da Marinha, composto de:

- a) Quadro de Oficiais Intendentes da Marinha (IM);
- b) Quadro Complementar de Oficiais Intendentes da Marinha (QC-IM);

IV - Corpo de Engenheiros da Marinha (EN);

V - Corpo de Saúde da Marinha, composto de:

- a) Quadro de Médicos (Md);
- b) Quadro de Cirurgiões-Dentistas (CD);
- c) Quadro de Apoio à Saúde (S);

VI - Corpo Auxiliar da Marinha, composto de:

- a) Quadro Técnico (T);
- b) Quadro de Capelães Navais (CN);
- c) Quadro Auxiliar da Armada (AA);
- d) Quadro Auxiliar de Fuzileiros Navais (AFN).

VII - Quadro Suplementar; e (Incluído pela Lei nº 12.216, de 2010)

VIII - Corpo de Oficiais da Reserva da Marinha - CORM. (Incluído pela Lei nº 12.216, de 2010)

Art. 2º Os Oficiais do Corpo da Armada exercerão cargos relativos à aplicação do Poder Naval e seu preparo.

§ 1º Os Oficiais do Quadro de Oficiais da Armada são ordenados em uma escala hierárquica constituída pelos postos de Segundo-Tenente a Almirante-de-Esquadra, e os do Quadro Complementar de Oficiais da Armada, pelos postos de Segundo-Tenente a Capitão-Tenente.

§ 2º Ingressarão no Quadro de Oficiais da Armada os Guardas-Marinha que concluírem com aproveitamento o curso da Escola Naval e, por transferência, os Capitães-Tenentes do Quadro Complementar de Oficiais da Armada selecionados pela Comissão de Promoções de Oficiais.

§ 3º Ingressarão no Quadro Complementar de Oficiais da Armada os candidatos civis e militares graduados nas habilitações requeridas pelo Serviço Naval, aprovados em processo seletivo, Curso de Formação e Estágio de Aplicação de Oficiais.

Art. 3º Os Oficiais do Corpo de Fuzileiros Navais exercerão cargos relativos à aplicação do Poder Naval e seu preparo, em especial nas operações anfíbias.

§ 1º Os Oficiais do Quadro de Oficiais Fuzileiros Navais são ordenados em uma escala hierárquica constituída pelos postos de Segundo-Tenente a Almirante-de-Esquadra, e os do Quadro Complementar de Oficiais Fuzileiros Navais, pelos postos de Segundo-Tenente a Capitão-Tenente.

§ 2º Ingressarão no Quadro de Oficiais Fuzileiros Navais os Guardas-Marinha que concluírem com aproveitamento o curso da Escola Naval e, por transferência, os Capitães-Tenentes do Quadro Complementar de Oficiais Fuzileiros Navais selecionados pela Comissão de Promoções de Oficiais.

§ 3º Ingressarão no Quadro Complementar de Oficiais Fuzileiros Navais os candidatos civis e militares graduados nas habilitações requeridas pelo Serviço Naval, aprovados em processo seletivo, Curso de Formação e Estágio de Aplicação de Oficiais.

Art. 4º Os Oficiais do Corpo de Intendentes da Marinha exercerão cargos relativos à aplicação e ao preparo do Poder Naval, que visem ao atendimento das atividades logísticas e das relacionadas com a economia, as finanças, o patrimônio, a administração e o controle interno.

§ 1º Os Oficiais do Quadro de Oficiais Intendentes da Marinha são ordenados em uma escala hierárquica constituída pelos postos de Segundo-Tenente a Vice-Almirante, e os do Quadro Complementar de Oficiais Intendentes da Marinha, pelos postos de Segundo-Tenente a Capitão-Tenente.

§ 2º Ingressarão no Quadro de Oficiais Intendentes da Marinha os Guardas-Marinha que concluírem com aproveitamento o curso da Escola Naval e, por transferência, os Capitães-Tenentes do Quadro Complementar de Oficiais Intendentes da Marinha selecionados pela Comissão de Promoções de Oficiais.

§ 3º Ingressarão no Quadro Complementar de Oficiais Intendentes da Marinha os candidatos civis e militares graduados nas habilitações requeridas pelo Serviço Naval, aprovados em processo seletivo, Curso de Formação e Estágio de Aplicação de Oficiais.

Art. 5º Os Oficiais do Corpo de Engenheiros da Marinha exercerão cargos relativos à aplicação de conhecimentos específicos, necessários às atividades de manutenção e reparo dos meios existentes e ao desenvolvimento e projeto de novos meios.

§ 1º Os Oficiais do Corpo de Engenheiros da Marinha são ordenados em uma escala hierárquica constituída pelos postos de Primeiro-Tenente a Vice-Almirante.

§ 2º Ingressarão no Corpo de Engenheiros da Marinha os candidatos civis e militares graduados nas habilitações requeridas pelo Serviço Naval, aprovados em processo seletivo, Curso de Formação e Estágio de Aplicação de Oficiais e, por transferência, os Oficiais do Quadro de Oficiais da Armada e do Quadro de Oficiais Fuzileiros Navais aprovados em exame de seleção e curso de graduação em engenharia.

Art. 6º Os Oficiais do Corpo de Saúde da Marinha exercerão, primordialmente, cargos técnicos relativos às atividades necessárias à manutenção, no mais alto grau, da higidez do pessoal militar da Marinha voltado para aplicação do Poder Naval e seu preparo.

~~§ 1º Os Oficiais do Quadro de Médicos são ordenados em uma escala hierárquica constituída pelos postos de Primeiro Tenente a Vice-Almirante, e os dos Quadros de Cirurgiões-Dentistas e de Apoio à Saúde, pelos postos de Primeiro Tenente a Capitão de Mar e Guerra.~~

§ 1º Os Oficiais do Quadro de Médicos são ordenados em escala hierárquica constituída pelos postos de Primeiro-Tenente a Vice-Almirante, e os Oficiais dos Quadros de Cirurgiões-Dentistas e de Apoio à Saúde, pelos postos de Primeiro-Tenente a Capitão de Mar e Guerra. (Redação dada pela Lei nº 13.541, de 18/12/2017)

§ 2º Ingressarão nos Quadros do Corpo de Saúde da Marinha os candidatos civis e militares graduados nas habilitações requeridas pelo Serviço Naval, aprovados em processo seletivo, Curso de Formação e Estágio de Aplicação de Oficiais.

Art. 7º Os Oficiais do Corpo Auxiliar da Marinha exercerão cargos técnico-administrativos que visem às atividades de apoio técnico e às atividades gerenciais e administrativas em geral.

~~§ 1º Os Oficiais do Quadro Técnico e do Quadro de Capelães Navais são ordenados em uma escala hierárquica constituída pelos postos de Primeiro Tenente a Capitão de Mar e Guerra, e dos Quadros Auxiliares da Armada e de Fuzileiros Navais, pelos postos de Segundo Tenente a Capitão-Tenente.~~

§ 1º Os Oficiais do Quadro Técnico e do Quadro de Capelães Navais são ordenados em escala hierárquica constituída pelos postos de Primeiro-Tenente a Capitão de Mar e Guerra. (Redação dada pela Lei nº 13.541, de 18/12/2017)

~~§ 2º Ingressarão no Quadro Técnico os candidatos civis e militares graduados nas habilitações requeridas pelo Serviço Naval, aprovados em processo seletivo, Curso de Formação e Estágio de Aplicação de Oficiais e, por transferência, após seleção pela Comissão de Promoções de Oficiais, os Capitães Tenentes dos Quadros Auxiliares da Armada e de Fuzileiros Navais, com curso superior, e os Capitães Tenentes dos Quadros Complementares.~~

§ 2º Ingressarão no Quadro Técnico os candidatos civis e militares graduados nas habilitações requeridas pelo Serviço Naval, aprovados em processo seletivo, Curso de Formação e Estágio de Aplicação de Oficiais e, por transferência, após seleção pela Comissão de Promoções de Oficiais, os Capitães-Tenentes dos Quadros Complementares. (Redação dada pela Lei nº 13.541, de 18/12/2017)

~~§ 3º Ingressarão nos Quadros Auxiliares da Armada e de Fuzileiros Navais as Praças da Marinha, com segundo grau completo, aprovadas em concurso de admissão, Curso de Formação e Estágio de Aplicação de Oficiais.~~

§ 3º Ingressarão nos Quadros Auxiliares da Armada e de Fuzileiros Navais as Praças da Marinha, com nível médio completo, aprovadas em concurso de admissão, Curso de Formação e Estágio de Aplicação de Oficiais. (Redação dada pela Lei nº 13.541, de 18/12/2017)

§ 4º Ingressarão no Quadro de Capelães Navais os candidatos aprovados em processo seletivo, Curso de Formação e Estágio de Aplicação de Oficiais.

§ 5º Os Oficiais dos Quadros Auxiliares da Armada e de Fuzileiros Navais são ordenados em escala hierárquica constituída pelos postos de Segundo-Tenente a Capitão de Mar e Guerra, exigida a graduação em curso superior de interesse da Administração Naval para os postos de Capitão de Corveta a Capitão de Mar e Guerra. (Incluído pela Lei nº 13.541, de 18/12/2017)

§ 6º A transferência para o Quadro Técnico poderá ser realizada em caráter de voluntariado, após seleção pela Comissão de Promoções de Oficiais, para os Capitães Tenentes dos Quadros Auxiliares da Armada e de Fuzileiros Navais, com curso superior de interesse da Administração Naval. (Incluído pela Lei nº 13.541, de 18/12/2017)

Art. 7º- A. Os Almirantes-de-Esquadra nomeados Ministros do Superior Tribunal Militar são transferidos para o Quadro Suplementar. (Incluído pela Lei nº 12.216, de 2010)

Art. 7º-B. Os Oficiais componentes da reserva da Marinha, quando convocados, designados ou mobilizados para o Serviço Ativo da Marinha, são incluídos no CORM. (Incluído pela Lei nº 12.216, de 2010)

~~Art. 8º Os candidatos, civis e militares, ao Corpo de Engenheiros da Marinha, aos Quadros do Corpo de Saúde da Marinha, aos Quadros Complementares, ao Quadro Técnico e ao Quadro de Capelães Navais são nomeados por ato do Ministro da Marinha, após a conclusão com aproveitamento do Curso de Formação e Estágio de Aplicação de Oficiais, Primeiros Tenentes ou Segundos Tenentes da Reserva da Marinha, conforme o caso, do respectivo Corpo ou Quadro, e imediatamente convocados para o Serviço Ativo da Marinha.~~

~~§ 1º Os candidatos civis são matriculados como alunos nos Cursos de Formação e Estágios de Aplicação de Oficiais com o grau hierárquico de Guarda Marinha.~~

~~§ 2º Os candidatos militares somente podem inscrever-se quando de grau hierárquico igual ou inferior ao posto inicial do respectivo Corpo ou Quadro e são matriculados como alunos nos Cursos de Formação e Estágios de Aplicação de Oficiais no posto que possuem ou, se Praças, como Guardas Marinha.~~

Art. 8º Os candidatos, civis e militares, ao Corpo de Engenheiros da Marinha, aos Quadros do Corpo de Saúde da Marinha, aos Quadros Complementares, ao Quadro Técnico e ao Quadro de Capelães Navais serão nomeados por ato do Comandante da Marinha, após a conclusão com aproveitamento do Curso de Formação e Estágio de Aplicação de Oficiais, Primeiros-Tenentes ou Segundos-Tenentes da Reserva da Marinha, conforme o caso, do respectivo Corpo ou Quadro, e

imediatamente convocados para o Serviço Ativo da Marinha. (Redação dada pela Lei nº 13.541, de 18/12/2017)

§ 1º Os candidatos civis e militares serão matriculados como alunos nos Cursos de Formação e Estágios de Aplicação de Oficiais com o grau hierárquico de Guarda-Marinha. (Redação dada pela Lei nº 13.541, de 18/12/2017)

§ 2º Os candidatos militares, por ocasião da sua matrícula, serão demitidos ex officio ou licenciados, conforme o caso. (Redação dada pela Lei nº 13.541, de 18/12/2017)

§ 3º A convocação para o Serviço Ativo não implica compromisso de tempo mínimo de prestação de serviço, podendo os Oficiais, a qualquer tempo, ser licenciados a pedido ou *ex officio* a bem da disciplina.

§ 4º Antes de completados cinco anos de nomeação ao Oficialato, os Oficiais convocados integrantes do Corpo de Engenheiros, dos Quadros do Corpo de Saúde, dos Quadros Complementares, do Quadro Técnico e do Quadro de Capelães Navais serão avaliados pela Comissão de Promoções de Oficiais, visando a sua permanência em caráter definitivo na Marinha.

~~§ 5º Os integrantes dos Corpos e Quadros, citados no parágrafo anterior, que não obtiverem avaliação favorável, serão licenciados *ex officio* e incluídos na Reserva Não Remunerada, sendo lhes assegurada indenização financeira no valor de uma remuneração por ano de serviço como convocado.~~

§ 5º Os integrantes dos Corpos e dos Quadros a que se refere o § 4º deste artigo que não obtiverem avaliação favorável serão licenciados ex-officio e incluídos na reserva não remunerada, e ser-lhes-á assegurada indenização financeira no valor de uma remuneração por ano de serviço como convocado. (Redação dada pela Lei nº 13.541, de 18/12/2017)

~~§ 6º As normas relativas às habilitações requeridas, seleção inicial, matrícula em Curso de Formação e Estágio de Aplicação, convocação para o Serviço Ativo, ingresso nos diversos Corpos e Quadros e permanência definitiva no Serviço Ativo da Marinha são estabelecidas em ato do Ministro da Marinha.~~

§ 6º As normas relativas às habilitações requeridas, à seleção inicial, à matrícula em Curso de Formação e Estágio de Aplicação, à convocação para o Serviço Ativo, ao ingresso nos diversos Corpos e Quadros e à permanência definitiva no Serviço Ativo da Marinha serão estabelecidas em ato do Comandante da Marinha. (Redação dada pela Lei nº 13.541, de 18/12/2017)

Art. 9º Os Oficiais da Marinha, de ambos os sexos, são iguais em direitos e obrigações nos termos da Constituição, observados os valores, princípios e normas nela estabelecidos.

~~§ 1º Na conciliação, obrigatória, entre as exigências do preparo do Poder Naval e sua aplicação em situações de guerra e crise, e a observância dos valores constitucionais de proteção do Estado à família, obedecer-se-á ao seguinte:~~

~~I - serão ocupados por Oficiais do sexo masculino os cargos, respectivos, do Corpo da Armada e do Corpo de Fuzileiros Navais;~~

~~II - serão objeto de idêntica ocupação, no Corpo de Intendentes e no Corpo de Saúde da Marinha, percentuais dos respectivos cargos, cujo exercício, comprovadamente, seja indispensável ao preparo e aplicação do Poder Naval.~~

~~§ 2º A execução do disposto no inciso II do parágrafo anterior dependerá de proposta, motivada, do Ministro da Marinha ao Presidente da República, e da fixação, em Decreto, dos percentuais em referência.~~

§ 1º Na conciliação, obrigatória, entre as exigências do preparo do Poder Naval e sua aplicação em situação de guerra e crise e as diferenças físicas entre os sexos feminino e masculino, será observado o seguinte: (Redação dada pela Lei nº 13.541, de 18/12/2017)

I - os Corpos e os Quadros de Oficiais da Marinha do Brasil serão integrados por Oficiais de ambos os sexos, e compete ao Comandante da Marinha fixar em quais escolas de formação e cursos, além de definir as capacitações e as atividades, em que serão empregados Oficiais dos sexos feminino e masculino; e (Redação dada pela Lei nº 13.541, de 18/12/2017)

II - ato do Poder Executivo definirá os percentuais dos cargos dos diversos Corpos e Quadros para os sexos feminino e masculino. (Redação dada pela Lei nº 13.541, de 18/12/2017)

§ 2º ~~Revogado.~~ (Redação dada pela Lei nº 13.541, de 18/12/2017)

Art. 10. No interesse do Serviço Naval, poderão ser processadas transferências de Oficiais entre os diversos Corpos e Quadros.

~~Parágrafo único. As normas e requisitos para transferência são estabelecidos por ato do Ministro da Marinha.~~

Parágrafo único. As normas e os requisitos para transferência serão estabelecidos em ato do Comandante da Marinha. (Redação dada pela Lei nº 13.541, de 18/12/2017)

Art. 11. Os efetivos de Oficiais, dos diversos Corpos, têm os seguintes limites:

~~I - Almirante de Esquadra: 6 (seis);~~

I - Oficiais Gerais: 87 (oitenta e sete); (Redação dada pela Lei nº 12.216, de 2010)

~~II - Vice Almirante: 21 (vinte e um);~~

~~II - Vice Almirante: 23 (vinte e três); (Redação dada pela Lei nº 11.643, de 2008).~~

II - Oficiais Superiores, Intermediários e Subalternos: 10.620 (dez mil, seiscentos e vinte). (Redação dada pela Lei nº 12.216, de 2010)

~~III - Contra Almirante: 43 (quarenta e três);~~

~~III - Contra Almirante: 51 (cinquenta e um); (Redação dada pela Lei nº 11.643, de 2008); (Revogado pela Lei nº 12.216, de 2010)~~

~~IV - Oficiais Superiores: 3.360 (três mil, trezentos e sessenta); (Revogado pela Lei nº 12.216, de 2010)~~

~~V - Oficiais Intermediários: 2.060 (dois mil e sessenta); (Revogado pela Lei nº 12.216, de 2010)~~

~~VI - Oficiais Subalternos: 1.700 (um mil e setecentos); (Revogado pela Lei nº 12.216, de 2010)~~

§ 1º Os efetivos de Aspirantes da Escola Naval e alunos do Colégio Naval têm o limite de 1.500 ~~(um mil e quinhentos)~~. (Revogado pela Lei nº 12.216, de 2010)

§ 2º Não são computados nos limites fixados:

I - os Almirantes, do Quadro Suplementar, Ministros do Superior Tribunal Militar;

II - os Oficiais convocados para manobras, exercícios ou estágios de instrução;

III - os Oficiais agregados e os não-numerados nos respectivos Corpos e Quadros;

IV - os Oficiais da Reserva Remunerada designados para o Serviço Ativo, em caráter transitório;

V - os Oficiais incorporados para prestação do Serviço Militar;

VI - os Guardas-Marinha;

VII - os alunos dos Cursos de Formação e Estágios de Aplicação de Oficiais.

VIII - os Aspirantes da Escola Naval e os alunos do Colégio Naval, cujos efetivos serão regulados pelo Comandante da Marinha, de modo a atender às necessidades dos postos iniciais dos diversos Corpos e Quadros. (Incluído pela Lei nº 12.216, de 2010)

~~§ 3º Os limites de efetivos estabelecidos na lei específica que dispõe sobre o Serviço de Assistência Religiosa nas Forças Armadas poderão ser excedidos, desde que não se exceda o total fixado nos incisos IV, V e VI do *caput* deste artigo.~~

§ 3º Os limites de efetivos estabelecidos na lei específica que dispõe sobre o Serviço de Assistência Religiosa nas Forças Armadas poderão ser excedidos, respeitado o total fixado no inciso II do *caput* deste artigo. (Redação dada pela Lei nº 12.216, de 2010)

Art. 12. Os efetivos, por postos, para os diferentes Corpos e Quadros de Oficiais, são distribuídos anualmente pelo Poder Executivo, de acordo com as necessidades do serviço e de forma a atender ao adequado fluxo de carreira, observados os limites fixados nesta Lei.

§ 1º A distribuição de efetivos poderá ser alterada no curso do exercício, sempre que necessário, a fim de possibilitar os ajustes indispensáveis motivados por transferências de Corpos e Quadros, ou para atender às necessidades do serviço, desde que não ocorra aumento da despesa total correspondente aos limites fixados no art. 11.

§ 2º Com exceção dos efetivos dos postos de Almirantes e quando necessário à manutenção do fluxo regular e equilibrado da carreira, o Poder Executivo, ao distribuir os efetivos, pode alterar os limites estabelecidos nesta Lei em até dez por cento.

§ 3º Os efetivos distribuídos são os efetivos de referência para fim de promoção e de aplicação da quota compulsória prevista no Estatuto dos Militares.

~~§ 4º A distribuição dos efetivos de alunos das escolas de formação de Oficiais é regulada pelo Ministro da Marinha, de modo a atender às necessidades de Oficiais nos postos iniciais dos diversos Corpos e Quadros.~~

§ 4º A distribuição dos efetivos de alunos das escolas de formação de Oficiais será regulada em ato do Comandante da Marinha, de modo a atender às necessidades de Oficiais nos postos iniciais dos diversos Corpos e Quadros. (Redação dada pela Lei nº 13.541, de 18/12/2017)

Art. 13. Para a constituição inicial dos Corpos e Quadros de Oficiais estabelecidos nesta Lei, serão observadas as seguintes disposições:

I - os Oficiais dos atuais Corpo da Armada, Corpo de Fuzileiros Navais e Corpo de Intendentes da Marinha serão posicionados, respectivamente, nos Quadros de Oficiais da Armada, de Oficiais Fuzileiros Navais e de Oficiais Intendentes da Marinha;

II - os Oficiais dos atuais Quadros Complementares e os Oficiais candidatos a esses Quadros serão posicionados, em função de suas antiguidades e habilitações, nos Quadros Complementares de Oficiais da Armada, de Oficiais Fuzileiros Navais e de Oficiais Intendentes da Marinha ou no Quadro Técnico;

III - os Oficiais do atual Corpo de Engenheiros e Técnicos Navais serão posicionados no Corpo de Engenheiros da Marinha;

IV - os Oficiais dos atuais Quadros de Médicos, de Cirurgiões-Dentistas e de Farmacêuticos serão posicionados, respectivamente, nos Quadros de Médicos, de Cirurgiões-Dentistas e de Apoio à Saúde;

V - as Oficiais do atual Quadro Auxiliar Feminino de Oficiais serão posicionadas, em função de suas habilitações, no Corpo de Engenheiros da Marinha, nos Quadros do Corpo de Saúde da Marinha ou no Quadro Técnico, sendo as atuais Segundos-Tenentes promovidas ao posto de Primeiro-Tenente do novo Corpo ou Quadro;

VI - os Oficiais do atual Quadro de Capelães da Marinha serão posicionados no Quadro de Capelães Navais, sendo os atuais Segundos-Tenentes promovidos ao posto de Primeiro-Tenente do novo Quadro;

VII - os Oficiais dos atuais Quadros de Oficiais Auxiliares da Armada e do Corpo de Fuzileiros Navais serão posicionados, em função de suas antiguidades e especializações, nos Quadros Auxiliares da Armada e de Fuzileiros Navais, ou no Quadro Técnico.

Art. 14. Os Corpos e Quadros de Oficiais, previstos na Lei nº 9.247, de 26 de dezembro de 1995, serão considerados extintos após o cumprimento do estatuído no parágrafo único do art. 18 desta Lei.

Art. 15. O Quadro de Capelães Navais é regido, no que não confrontar com esta Lei, pela lei específica, que dispõe sobre o Serviço de Assistência Religiosa nas Forças Armadas.

Art. 16. O Corpo de Praças da Marinha é constituído por:

I - Corpo de Praças da Armada (CPA);

II - Corpo de Praças de Fuzileiros Navais (CPFN);

III - Corpo Auxiliar de Praças (CAP).

IV - Corpo de Praças da Reserva da Marinha - CPRM. (Incluído pela Lei nº 12.216, de 2010)

~~Parágrafo único. Cabe ao Ministro da Marinha regulamentar a constituição e organização do Corpo de Praças da Marinha, observados, no que couber, os princípios estabelecidos para Oficiais no art. 9º e seu § 1º.~~

Parágrafo único. Compete ao Comandante da Marinha regulamentar a constituição e a organização do Corpo de Praças da Marinha, observados, no que couber, os princípios estabelecidos para Oficiais no art. 9º desta Lei. (Redação dada pela Lei nº 13.541, de 18/12/2017)

~~Art. 17. Os efetivos das praças da Marinha têm os seguintes limites:~~

Art. 17. O efetivo das praças da Marinha tem o limite de 69.800 (sessenta e nove mil e oitocentos). (Redação dada pela Lei nº 12.216, de 2010)

~~I - Corpo de Praças da Marinha: 51.800 (cinquenta e um mil e oitocentos); (Revogado pela Lei nº 12.216, de 2010)~~

~~II - Alunos das Escolas de Aprendizes Marinheiros e dos Cursos de Formação de Soldados Recrutados do Corpo de Fuzileiros Navais e Conseritos: 8.000 (oito mil). (Revogado pela Lei nº 12.216, de 2010)~~

~~§ 1º Cabe ao Ministro da Marinha fixar os efetivos por Corpos, Quadros e Graduações.~~

§ 1º Os efetivos, por graduações, para os diferentes Corpos e Quadros de Praças são distribuídos anualmente pelo Comandante da Marinha. (Redação dada pela Lei nº 12.216, de 2010)

§ 2º Não são computados no limite fixado para o Corpo de Praças da Marinha:

I - as praças da reserva convocadas para manobras, exercícios, estágios de instrução ou por prazo limitado;

II - as praças agregadas nos respectivos Corpos e Quadros;

III - as praças da Reserva Remunerada designadas para o Serviço Ativo, em caráter transitório.

IV - as praças incorporadas para a prestação do Serviço Militar; (Incluído pela Lei nº 12.216, de 2010)

V - as praças componentes da reserva da Marinha quando convocadas, designadas ou mobilizadas para o Serviço Ativo da Marinha; e (Incluído pela Lei nº 12.216, de 2010)

VI - os Alunos da Escola de Formação de Sargentos, os Grumetes, os Aprendizes-Marinheiros e os Alunos do Curso de Formação de Soldados Fuzileiros Navais. (Incluído pela Lei nº 12.216, de 2010)

§ 3º As praças componentes da reserva da Marinha, quando convocadas, designadas ou mobilizadas para o Serviço Ativo da Marinha, são incluídas no CPRM. (Incluído pela Lei nº 12.216, de 2010)

Art. 18. A antigüidade dos militares, quando posicionados em novos Corpos e Quadros ou para estes transferidos, será estabelecida:

I - em cada posto ou graduação, a partir da data de assinatura do ato da respectiva promoção, nomeação, declaração ou incorporação, salvo quando estiver taxativamente fixada outra data;

II - havendo empate, pela antigüidade no posto ou graduação anterior, sucessivamente;

III - persistindo empate, pela posição relativa nos respectivos registros do mais recente ato de nomeação ou de promoção, após realizado curso de formação; se, ainda assim, subsistir a igualdade, o de mais idade será considerado o mais antigo.

~~Parágrafo único. No prazo de sessenta dias da data de publicação desta Lei, o Ministro da Marinha baixará ato formalizando a inclusão dos militares na nova estrutura de Corpos e Quadros, dentro de cada posto e antigüidade. (Revogado pela Lei nº 13.541, de 18/12/2017)~~

Art. 19. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 20. Revogam-se a Lei nº 1.531-A, de 29 de dezembro de 1951; o art. 3º da Lei nº 2.391, de 7 de janeiro de 1955; as Leis nº 5.355, de 10 de novembro de 1967; nº 7.301, de 29 de março de 1985; nº 7.326, de 18 de junho de 1985; nº 7.574, de 23 de dezembro de 1986; nº 7.622, de 9 de outubro de 1987; nº 9.114, de 17 de outubro de 1995; nº 9.247, de 26 de dezembro de 1995; nº 9.286, de 19 de junho de 1996; e demais disposições em contrário.

Brasília, 26 de novembro de 1997; 176º da Independência e 109º da República.

FERNANDO

HENRIQUE

CARDOSO

Mauro Cesar Rodrigues Pereira

Este texto não substitui o publicado no DOU de 27.11.1997

Anexo VI – Lei nº 12.705, de 8 de agosto de 2012.

**Presidência da República
Casa Civil
Subchefia para Assuntos Jurídicos**

LEI Nº 12.705, DE 8 DE AGOSTO DE 2012.

Mensagem de veto

Dispõe sobre os requisitos para ingresso nos cursos de formação de militares de carreira do Exército.

A PRESIDENTA DA REPÚBLICA Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Esta Lei dispõe sobre o ingresso nos cursos de formação de oficiais e sargentos de carreira do Exército, mediante concurso público, nos termos do inciso X do § 3º do art. 142 da Constituição Federal.

Art. 2º A matrícula para o ingresso nos cursos de formação de oficiais e sargentos de carreira do Exército depende de aprovação prévia em concurso público, atendidos os seguintes requisitos, dentre outros estabelecidos na legislação vigente:

I - ser brasileiro nato para o ingresso nos cursos de formação de oficiais e brasileiro nato ou naturalizado para o ingresso nos cursos de formação de praças;

II - ser aprovado em exame de conhecimentos gerais e, quando for o caso, de conhecimentos específicos, constituído por provas ou por provas e títulos, compatíveis com o nível de escolaridade exigido;

III - ser aprovado em inspeção de saúde, realizada segundo critérios e padrões objetivos, constituída de exames clínicos e laboratoriais, inclusive toxicológicos, que comprovem não ser o candidato portador de doença ou limitação incapacitante para o exercício do cargo;

IV - ser aprovado em exame de aptidão física, realizado segundo critérios e padrões objetivos que levem em conta as especificidades dos cursos de formação e das atividades a serem desempenhadas;

V - ser aprovado em avaliação psicológica, realizada com o emprego de procedimentos científicos destinados a aferir a compatibilidade das características psicológicas do candidato com a carreira militar;

VI - estar em dia com as obrigações do Serviço Militar e da Justiça Eleitoral, quando aplicável;

VII - se ex-integrante de qualquer uma das Forças Armadas ou de Força Auxiliar, não ter sido demitido ex officio por ter sido declarado indigno para o oficialato ou com ele incompatível, excluído ou licenciado a bem da disciplina, salvo em caso de reabilitação;

VIII - não apresentar tatuagens que, nos termos de detalhamento constante de normas do Comando do Exército:

a) faça alusão a ideologia terrorista ou extremista contrária às instituições democráticas, a violência, a criminalidade, a ideia ou ato libidinoso, a discriminação ou preconceito de raça, credo, sexo ou origem ou, ainda, a ideia ou ato ofensivo às Forças Armadas;

b) (VETADO);

IX - não estar na condição de réu em ação penal;

X - não ter sido, nos últimos 5 (cinco) anos na forma da legislação vigente:

a) responsabilizado por ato lesivo ao patrimônio público de qualquer esfera de governo em processo disciplinar administrativo, do qual não caiba mais recurso, contado o prazo a partir da data do cumprimento da sanção; ou

b) condenado em processo criminal transitado em julgado, contado o prazo a partir da data do cumprimento da pena;

XI - se militar da ativa de Força Armada ou de Forças Auxiliares, estar classificado, nos termos do Regulamento Disciplinar do Exército, no mínimo, no comportamento “bom” ou equivalente da Força específica;

XII - possuir idoneidade moral, a ser apurada por meio de averiguação da vida pregressa do candidato, na forma expressa no edital do concurso público; e

XIII - ter altura mínima de 1,60 m (um metro e sessenta centímetros) ou, se do sexo feminino, a altura mínima de 1,55 m (um metro e cinquenta e cinco centímetros).

§ 1º A candidata grávida ou com filho nascido há menos de 6 (seis) meses não poderá realizar o exame de aptidão física referido no inciso IV do caput do art. 2º, sendo resguardado seu direito de adiamento desse exame por um ano, contado a partir do término da gravidez, mediante requerimento da candidata, desde que respeitados os demais requisitos no momento da matrícula no curso de formação.

§ 2º A altura mínima referida no inciso XIII do caput do art. 2º não se aplica aos candidatos com até 16 (dezesesseis) anos de idade, desde que possuam a altura mínima de 1,57 m (um metro e cinquenta e sete centímetros) e exame especializado revele a possibilidade do crescimento.

Art. 3º São requisitos específicos para o candidato ao ingresso nos cursos de formação de oficiais e sargentos de carreira do Exército, nas formas definidas na legislação e regulamentação vigentes e nos editais dos concursos públicos:

I - nível de escolaridade de ensino médio completo para o ingresso nos cursos de formação de sargentos;

II - nível de escolaridade de ensino médio, completo ou incompleto, ou de ensino superior completo para o ingresso nos cursos de formação de oficiais; e

III - atender aos seguintes requisitos de idade em 31 de dezembro do ano de sua matrícula:

a) no Curso Preparatório de Cadetes: possuir no mínimo 16 (dezesesseis) e no máximo 21 (vinte e um) anos de idade;

b) nos Cursos de Formação de Oficiais das Armas, do Quadro de Material Bélico e do Serviço de Intendência: possuir no mínimo 17 (dezesete) e no máximo 22 (vinte e dois) anos de idade;

c) no Curso de Formação e Graduação do Quadro de Engenheiros Militares: possuir no mínimo 16 (dezesesseis) e no máximo 22 (vinte e dois) anos de idade;

d) no Curso de Formação de Oficiais do Quadro de Engenheiros Militares: possuir no máximo 26 (vinte e seis) anos de idade;

e) nos Cursos de Formação de Oficiais Médicos, Dentistas, Farmacêuticos e do Quadro Complementar de Oficiais: possuir no máximo 36 (trinta e seis) anos de idade;

f) nos Cursos de Formação de Sargentos das diversas Qualificações Militares, exceto de Músico e de Saúde: possuir no mínimo 17 (dezesete) e no máximo 24 (vinte e quatro) anos de idade; e

g) nos Cursos de Formação de Sargentos das Qualificações Militares de Músico e de Saúde: possuir no mínimo 17 (dezesete) e no máximo 26 (vinte e seis) anos de idade;

IV - (VETADO).

§ 1º À comprovação de nível de escolaridade referido nos incisos I e II do caput do art. 3º pode ser acrescido, nos termos do edital do concurso, exigência de habilitação em área do conhecimento específica, quando necessária para as atividades a serem desempenhadas.

§ 2º Os requisitos para ingresso no Quadro de Capelães Militares são os estabelecidos pela Lei nº 6.923, de 29 de junho de 1981.

Art. 4º A matrícula nos cursos de preparação de cadetes e de formação de oficiais e sargentos caracteriza o momento de ingresso no Exército.

Art. 5º As regras de estabilidade, quando aplicáveis para os abrangidos por esta Lei, são aquelas constantes da Lei nº 6.880, de 9 de dezembro de 1980.

Art. 6º Os editais dos concursos deverão detalhar os requisitos gerais e específicos constantes desta Lei.

Art. 7º O ingresso na linha militar bélica de ensino permitido a candidatos do sexo feminino deverá ser viabilizado em até 5 (cinco) anos a contar da data de publicação desta Lei.

Art. 8º As disposições desta Lei aplicam-se sem prejuízo de requisitos e disposições constantes de leis específicas.

Art. 9º Esta Lei não se aplica aos concursos cujos editais já tenham sido publicados na data de sua entrada em vigor.

Art. 10. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 8 de agosto de 2012; 191º da Independência e 124º da República.

DILMA

Celso

Luiz

Nunes

ROUSSEFF

Amorim

José Eduardo Cardozo

Este texto não substitui o publicado no DOU de 9.8.2012